

**Negociação e conflito na
administração do Pau-Brasil:
a Capitania de Porto Seguro
(1605 – 1650)**



SÉRIE PERSPECTIVA ACADÊMICA

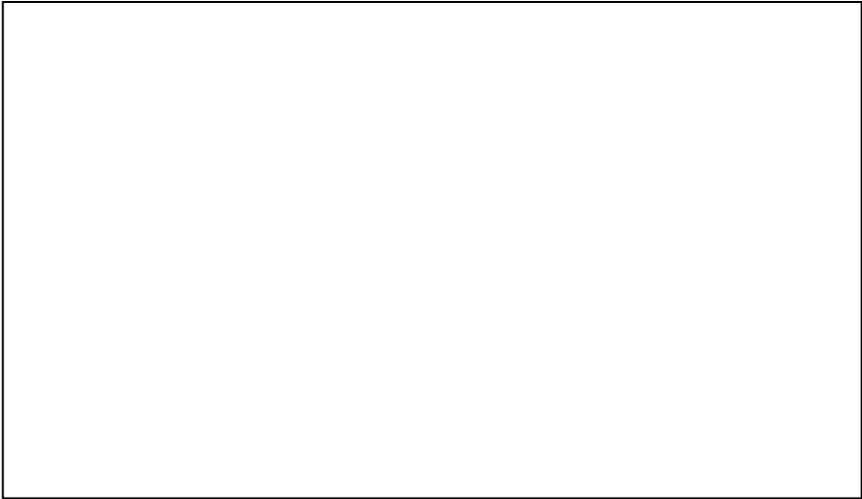


**Negociação e conflito na
administração do Pau-Brasil:
a Capitania de Porto Seguro
(1605 – 1650)**



© 2024, By Uiá Freire Dias dos Santos
Direitos de edição à Sagga Editora
Feito o depósito legal

Capa e Diagramação: Janilson Conceição dos Santos
Revisão: Larissa Lacerda Nakamura
Foto da capa e contracapa:



Ficha catalográfica: Letícia Oliveira de Araújo CRB5/1836

Sagga editora e comunicação
Avenida Sete de Setembro, nº 32 – 2 de Julho
Salvador-BA
Cep 40.060-904
saggaeditora@gmail.com

LISTA DE SIGLAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AAPB – Anais do Arquivo Público da Bahia
APB – Arquivo Público da Bahia
BNP – Biblioteca Nacional de Portugal
BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
DHBN – Documentos Históricos da Biblioteca Nacional
HCJB – História da Companhia de Jesus no Brasil
IGHB – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
PPGH – Programa de Pós-Graduação em História
UFBA – Universidade Federal da Bahia

LISTA DE PESOS, MEDIDAS E PREÇOS

Alqueire	36,3 Kg
Arratél	460 g
Arroba	14,5 Kg
Libra	460 g
Quintal	58, 982 Kg
Canada	2,662 L
Pipa	424 L
Côvado	0,66 m
Cruzado	\$ 400 (400 réis)
Pataca	Moeda de prata (\$300 e \$320)
Tostão	Moeda de níquel (\$100)

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....8

INTRODUÇÃO.....13

CAPÍTULO I – À LUZ DO DESCOBRIMENTO E A SOMBRA DO ESQUECIMENTO: A CAPITANIA DE PORTO SEGURO NO INÍCIO DA COLONIZAÇÃO.....33

1.1 Considerações iniciais.....34

1.2 Povos Indígenas e ocupação territorial.....36

1.3 “Nem ouro, nem prata, nem nenhuma coisa de metal nem de ferro lho vimos”: comércio marítimo, Pau-Brasil e a feitoria de Santa Cruz.....41

1.4 Da administração colonial: curtas notas sobre um longo debate.....54

1.5 Aspectos geográficos da capitania de Porto Seguro.....60

1.6 A Capitania de Porto Seguro entre a sua criação e a instalação do governo-geral.....65

1.7 A Instalação do Governo-Geral, intervenção e o governo de Duarte de Lemos (1550 – 1554).....72

1.8 Entre aldeamentos e sertanismo.....83

Territorial

Governo
-Geral
(maiúsc
ula)

CAPÍTULO II – O NEGÓCIO DO PAU-BRASIL: ENTRE O REGIMENTO DE 1605, CONTRATOS, CONTRATADORES E “LAVRADORES” DA CAPITANIA DE PORTO SEGURO (1605 – 1640).....97

2.1 Considerações iniciais.....97

2.2 O negócio do Pau-Brasil.....103

2.3 O Pau-Brasil no contexto da União Ibérica.....111

2.4 Regulamentação e Legislação da exploração do Pau-Brasil.....114

2.5 Pau-Brasil e inserção da Capitania de Porto Seguro no mercado colonial.....122

2.6 Contrato e contratadores.....129

2.7 Procuradores e moradores da Capitania de Porto Seguro.....137

CAPÍTULO III – NEGOCIAÇÃO E CONFLITO NA ADMINISTRAÇÃO DO PAU-BRASIL: COLONOS, ÍNDIOS, JESUÍTAS, AUTORIDADES RÉGIAS E O MOTIM NA CAPITANIA DE PORTO SEGURO (1640 – 1649).....151

3.1 Monopólio e pobreza.....	151
3.2 O retorno da companhia de Jesus: reorganização e arranjos políticos.....	166
3.3 Restauração Portuguesa: contexto geral do pós-aclamação de D. João IV em 1640.....	174
3.4 “Odiado naquela capitania e sem cabedal para fazer Pau-Brasil”: o capitão-mor Paulo Barbosa e o motim do Pau-Brasil na capitania de Porto Seguro.....	182
3.5 “Porque neste negócio do Pau-Brasil tem granjeado muitos inimigos”.....	190

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....215

REFERÊNCIAS.....217

ANEXOS.....239

PREFÁCIO

Na historiografia baiana colonial, tivemos por muito tempo a prevalência de recortes espaciais que privilegiavam a região de Salvador e o seu Recôncavo, o território que correspondia à parte mais significativa da Capitania da Bahia até o século XVIII. A formação histórica e geográfica que circunscreveu o atual estado da Bahia, com sua extensão e limítrofes, é resultado de um longo processo histórico.

Os demais territórios que não correspondiam a esse espaço foram deixados ao obscurantismo e à invisibilidade, e assim foi o caso da Capitania de Porto Seguro, envolta na “epopeia” do descobrimento – “à luz do ‘descobrimento’” – e depois relegada ao apagamento – “sob a sombra do esquecimento” – por uma narrativa histórica que primou pela economia de mercado baseada nos “grandes ciclos”. Essa tendência parte de uma perspectiva histórica teleológica e que se concentra nos ciclos econômicos considerados mais “importantes”, uma história ligada a efemérides, fatos e personagens distinguidos como relevantes pelo prisma do poder hegemônico, tanto político quanto econômico.

O que se ilumina com a leitura da obra de Ujá Freire dos Santos é justamente a compreensão de que não há História do Brasil sem lançarmos o olhar e entendermos os espaços e os sujeitos para os quais, durante longo tempo, a historiografia negou a historicidade. O livro nasce como resultado da sua dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, sob orientação da grande historiadora/antropóloga dos estudos indígenas, a professora Maria Hilda Baqueiro Paraíso.

A obra que o/a leitor/a tem em mãos preenche algumas lacunas referentes tanto ao recorte espacial, a Capitania de Porto Seguro, quanto ao cronológico, o século XVII, e em relação ao tema privilegiado na sua análise, a economia extrativista através do negócio do pau-brasil e as relações econômicas, políticas e sociais que se depreendem deste empreendimento. Ao ampliar e enriquecer a historiografia baiana, dando visibilidade e centralidade à história da Capitania de Porto Seguro, o historiador também nos permite compreender as complexidades que permearam as negociações e os



conflitos em torno da economia extrativista e sua inserção no sistema colonial.

Como pesquisador habilidoso e perspicaz, Uiá Freire dos Santos conseguiu reunir uma série de fontes históricas dispersas em arquivos brasileiros e portugueses, muitas delas inéditas – tais como cartas, petições, consultas, contratos, minutas, entre outras – e costurar uma narrativa histórica capaz de desvelar as complexas relações tecidas entre colonos, missionários, contratadores e os grupos indígenas na Capitania de Porto Seguro, tendo em vista o negócio do pau-brasil.

Ao lermos as páginas desta obra, entrevemos a memória histórica sobre Porto Seguro, antes fincada no episódio da chegada de Pedro Álvares Cabral, no chamado “Descobrimto do Brasil”, sendo renovada, ampliada e atualizada. Essa perspectiva renovada faz parte da própria renovação historiográfica dos estudos da Bahia colonial, da qual Uiá Freire faz parte, e que assistimos nos últimos dez anos, tendência essa que inseriu novos temas, problemas, perspectivas e espacialidades na abordagem histórica¹.

Sua experiência como professor de História em Porto Seguro o impulsionou a pesquisar a história da região, a qual precisou ser tecida pelas suas mãos de hábil historiador e pelas de outros pesquisadores que também se dedicam aos estudos sobre a capitania². O que o inquietava nesse momento era o apagamento e esquecimento dessa história na memória coletiva e na própria historiografia baiana. Assim, o autor parte da compreensão e da problematização desse silêncio, perscrutando os seus possíveis significados e o que este

¹ REIS, Adriana Dantas; ADAN, Caio Figueiredo Fernandes (orgs.). **Estudos em História Colonial**: a Baía de Todos os Santos e outros espaços luso-americanos. Org. Fernandes. Feira de Santana: UEFS Editora, 2018.

² Me refiro aos trabalhos de Francisco Cancela e Tharles Silva. CANCELA, Francisco. **Os índios e a colonização na antiga capitania de Porto Seguro**: políticas indigenistas e políticas indígenas no tempo do Diretório Pombalino. 1. ed. Jundiá: Paco Editorial, 2018; SILVA, Tharles Souza. **“O Escandaloso contrabando” praticado em Porto Seguro**: Economia e sociedade no fim do período colonial. 1. ed. Salvador: Sagga, 2021. Bem como o próprio livro publicado por ambos junto com Uiá CANCELA, Francisco; SILVA, Tharles Souza; DIAS, Uiá (orgs.). **História da Capitania de Porto Seguro**: novos estudos sobre a Bahia Colonial, Séc. XVI-XVIII. 1. ed. Jundiá: Paco Editorial, 2016.



representa dentro do jogo político de dominação e de poder nas formas de controle da memória. O que é lembrado e esquecido diz muito sobre os projetos políticos de sociedade que estão em exercício no tempo presente. É o que o historiador alemão Jörn Rüsen chama de “política de memória”, para o qual há sempre um embate em torno da narrativa e da significação do conhecimento histórico, sua interpretação e discursividade simbólica, as quais podem estar ligadas à “verdade/versão oficial” pelo prisma do poder, ou à “verdade/memória dos povos” em uma perspectiva de ressignificação da narrativa histórica que recupera a memória daqueles e dos espaços que estiveram às margens³. Assim como o negócio do pau-brasil era palco de muitas querelas no século XVII, a história a respeito desse e de outros processos históricos é um campo de disputas, tensões e acirramentos.

Ao falar de economia colonial e desvelar a história “apagada” da Capitania de Porto Seguro, Uiá não se preocupa tão somente em circunscrever esse espaço no circuito econômico e na dinâmica de relações políticas e administrativas do sistema colonial, interessa-lhe também fazer emergir a “memória dos povos”, as populações indígenas, que já estavam nesse território muito antes do seu suposto descobrimento, estabelecendo assim um diálogo valioso com a História Indígena e o Indigenismo. Além disso, nos faz entender o quanto o processo colonial foi marcado por confrontos, lutas e por violências contra os habitantes do território que compreendia a Capitania de Porto Seguro, e ao mesmo tempo, foi o início de uma marcha de destruição ambiental das matas, uma devastação a “ferro e fogo”, como escreveu o historiador estadunidense Warren Dean⁴. Nesse ínterim, relativiza a ideia de atraso e estagnação da capitania, opondo-se à historiografia tradicional, e problematiza as imagens de indígenas como obstáculos e empecilhos que, através de sua resistência, não permitiram o “progresso” da capitania. Tal representação era amplamente difundida não só em relação a Porto

³ RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. In: **Textos de História**, v. 4, n. 1, 1996, p. 75-102.

⁴ DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.



Seguro, mas no tocante a outros territórios da América portuguesa e uma imagem que não ficou congelada no passado e ainda subvenciona ideias na contemporaneidade, tais como aquelas que buscam legitimar a inconstitucional tese do marco temporal.

Uma história que caminha para o progresso é herdeira de uma perspectiva teleológica da historiografia tradicional, elaborada sobretudo a partir do século XIX. A ideia de avanço e progresso contaminou não só rios e matas, mas também se estendeu na narrativa histórica que associou crescimento e desenvolvimento ao aspecto econômico ligado às demandas do sistema colonial, de uma sociedade de mercado capitalista que se forjava nas estruturas da modernidade aos poucos.

O historiador italiano Carlo Ginzburg, na obra *O fio e o rastro*, sistematiza as formas de elaboração historiográfica por meio dos rastros deixados pelos indivíduos, procurando revelar e iluminar o que, por muito tempo, foi obscuro ou “imperceptível” ao olhar do historiador⁵. Na narrativa tecida por Uaiá, o *fio* é a economia extrativista do pau-brasil, e os *rastros* são aqueles deixados nas fontes da administração colonial no XVII e que podem dizer mais, para além dos aspectos ligados à exploração da mão de obra, à burocracia colonial e à atuação de colonos, jesuítas e autoridades régias.

Ademais, o autor, ao privilegiar o século XVII, preenche uma imensa lacuna da historiografia, haja vista que são poucos os trabalhos que se dedicam a essa temporalidade, sobretudo em relação à Capitania de Porto Seguro. Retornar ao século XVII, fazendo ainda uma incursão histórica e historiográfica no primeiro século da colonização, século XVI, é compreender a gênese várias de nossas mazelas, portanto esses dois séculos precisam ser repensados pela historiografia, pois são nesses que encontramos a raiz de muitos dos nossos problemas – a exploração e a escravidão, a concentração de riqueza, o latifúndio e a sucessão hereditária dos territórios, a extração predatória, entre outros. Ao fazer esse retorno epistemológico e

⁵ GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad. de Rosa Freire d’Aguar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.



“deslocamento” historiográfico, Uiá costura, com competência e sensibilidade, os fios da história colonial pelas linhas das fontes empíricas e em um diálogo profícuo com a ampla produção historiográfica sobre o sistema colonial e os conceitos basilares para a compreensão das relações que se forjaram “entre a administração colonial e os principais representantes desta sociedade”, tais como Sérgio Buarque de Holanda⁶, Fernando Novais⁷, Laura de Mello e Souza⁸, Stuart Schwartz⁹, entre outros.

Convido o/a leitor/a a seguir os fios de análise elaborados nesta obra e a conhecer mais um capítulo da História Colonial, nos fazendo entender o quanto passado e presente são permeados por transformações, disputas e horizontes de possibilidades.

*Jamille Macedo Oliveira Santos*¹⁰

⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁷ NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1983.

⁸ SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁹ SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

¹⁰ Doutora em História Social pela Universidade Federal da Bahia, atua como professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO).



Contudo, apesar da herança do nome e de sua relação estar profundamente ligada à Capitania de Porto Seguro, a sua memória ficou, ou ainda está, vinculada à apenas um importante, porém curtíssimo, episódio da história do Brasil: a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral em abril de 1500.

Os poucos dias que representaram a passagem de Cabral pela região ficaram congelados na memória local e ainda ocupam um enorme espaço no imaginário popular, que o cristalizou como a sua principal marca: “aqui nasceu o Brasil”¹².

Ademais, as belezas naturais da sua faixa litorânea entrecortada por rios, manguezais e pela diversidade de sua fauna e flora constituíram-se em elementos impulsionadores de uma grande procura por pessoas das diversas regiões do Brasil e do mundo interessadas em conhecer o suposto “nascidouro” do Brasil e desfrutar as belezas naturais da região.

Todavia, o que se constituiu marco principal para a cidade carrega em si uma série de equívocos a começar pela ideia de “início do Brasil”. Na verdade, o episódio da chegada da esquadra cabralina à região não representou sequer o início de sua ocupação e efetiva colonização pelos portugueses, que tardaria mais de três décadas para acontecer.

Além disso, tal consideração acaba por efetivar a prática perversa, a partir de uma perspectiva eurocêntrica, de tentar apagar da memória a presença de populações que ocupavam e ainda ocupam esse território séculos antes da passagem de Pedro Álvares Cabral e sua esquadra.

Por outro lado, a manutenção do viés eurocêntrico interessa aos segmentos sociais da cidade que se apropriam dessa memória corrompida e a transformam em lucro. Certamente, de todos eles, os negócios que envolvem o turismo na região, além dos grandes proprietários de terras, consciente ou inconscientemente, alimentam essa perspectiva.

¹² Esta frase consistiu no *slogan* que a Prefeitura Municipal de Porto Seguro produziu para valorizar a cidade na época das comemorações oficiais dos 500 anos do Brasil.



Apesar de ser natural de Salvador, Porto Seguro e a região Sul da Bahia, como um todo, sempre ocuparam um lugar importante em minha memória. Minha mãe, nascida em Buerarema, também na Bahia, sempre me contava histórias da região, dos seus veraneios com meus avós e tios em Porto Seguro, das pescarias e aventuras para chegar à cidade quando ainda não existia a BR-101, das comunidades indígenas da região e um tanto mais de suas recordações.

Além das memórias de minha mãe, até onde a minha pode regressar, recordo dos vários períodos de férias que passei na casa de um tio que mora na cidade vizinha de Eunápolis.

Contudo, a minha relação com Porto Seguro se estreitou de forma radical após a aprovação no concurso público para ministrar a disciplina de História no distrito de Arraial d'Ajuda, em 2008, implicando em minha transferência definitiva para aquela cidade. Recém-formado em História, as memórias de infância e o cotidiano em sala de aula me impulsionaram a tentar entender aquele espaço.

No currículo de Ensino Fundamental II da rede municipal de ensino, além da disciplina de História, há, como componente curricular obrigatório, a disciplina de História de Porto Seguro (HPS). Todavia, com o passar do tempo, observando as queixas dos colegas que ministravam a disciplina, percebi uma questão recorrente: não havia material didático nem acadêmico para ser usado como referência.

A questão mais óbvia a surgir após um problema de ordem prática como esse é tentar entender a ausência de textos sobre um território que se vale de um fato histórico como o principal mote de sua valorização. E o fato é que quase não existe produção historiográfica sobre Porto Seguro. Será que o brilho do episódio da chegada de Cabral ofuscou o seu devir histórico?

Nesse sentido, o que mais nos moveu foi entender o significado da ausência. Assim, é preciso entender que o esquecimento não significa oposição à memória e que se lembramos de algo é porque esquecemos, e esquecer pode ser um processo de perdão, sendo que este “é uma espécie de esquecimento feliz, uma figura da memória reconciliada”. Não obstante, há que se considerar, também, “a interferência de ‘potências superiores’ no caráter seletivo



da narrativa que conduz a uma história autorizada e, por vezes, imposta e transformada em história oficial [...] por meio da intimidação ou da sedução, tornando presente [...] uma forma ardilosa de esquecimento” desapropriadora do direito de certos grupos sociais de narrarem a sua versão da história¹³.

O silêncio também pode advir de uma espécie de “luto” por parte dos “vencidos”, que, entretanto, pode aparecer ou reaparecer, ressuscitando “toda vez que um grupo social ou étnico e, até mesmo a instituição que o encarna, sente-se dominado, explorado, privado de história” que os faz transformar a sua história em um projeto político ou, como no dizer de Marc Ferro, em uma “contra-história”¹⁴. Todavia, a batalha em torno da narrativa e contra a “história oficial” pode esconder um grande perigo a partir da possibilidade de se desviar da “verdade” sobre os acontecimentos se guiada exclusivamente pela necessidade de reação.

Mas, o que nos interessa nessa discussão? Ou melhor, o que representa o silêncio em torno da história de Porto Seguro? Certamente, se entendermos que o ponto de partida é também ponto de chegada, entender o silêncio significa perceber o controle da memória como mecanismo de exercício de poder. Assim, o lugar de partida e início do contato entre ameríndios e portugueses reservou, como ápice de importância factual, a chegada dos europeus, ofuscando o antes e o depois, construindo o “mito” do encontro de culturas.

Desse modo, se escondeu da história que “essa terra tinha dono” e, certamente, a partir da exclusão da memória, justificou-se o processo violento de dominação e conquista imposto às populações nativas sob o discurso do heroísmo e da entrada no processo “civilizador” a partir da atuação dos portugueses.

Outro processo intimamente ligado à conquista portuguesa e à colonização de Porto Seguro diz respeito à devastação das matas. A pouquíssima inserção da capitania na indústria do açúcar fez com que a atividade extrativista de madeira fosse supervalorizada enquanto

¹³ BONA, A.N. Um ancoradouro confiável ao saber: memória como fonte. In: BONA, A.N. **História, verdade e ética**: Paul Ricoeur e a epistemologia da história. Paraná: Unicentro, 2012. p. 219 – 222.

¹⁴ FERRO, Marc. **A História Vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 44.



recurso de inserção no circuito mercantil do Atlântico. Sendo assim, a devastação de suas matas é um ponto muito importante, quiçá vergonhoso, tendo em vista, sobretudo, a atual introdução e permanência do assunto na ordem do dia.

Só assim será possível incluir um espaço que, ao longo do tempo, foi classificado pela historiografia, em textos antigos e até mais recentes, como pobre, atrofiado, estagnado e sem importância.

Se, por um lado, a historiografia tradicional, revestida de um ufanismo próprio do período em que se tornou independente, na necessidade de forjar uma identidade nacional, valeu-se da ideia de que “Porto Seguro [...] indica o local, para sempre memorável, onde o Brasil foi descoberto por Cabral, e que esta descoberta marca o ponto de partida da civilização do vasto império brasileiro”¹⁵, por outro lado, essa mesma historiografia desconsiderou a importância histórica da Capitania de Porto Seguro, adjetivando-a negativamente a partir de sentenças como: “Porto Seguro ficou sempre pobre, e nem sequer constitui uma província, apesar de ter para isso território”¹⁶.

Capistrano de Abreu, em seu célebre livro *Capítulos de história colonial (1500-1800)*, publicado em 1907, reproduziu a ideia de Varnhagen. Analisando o estado geral das capitanias do Brasil, ponderou:

Convém também apartar as duzentas e trinta e cinco léguas demarcadas entre o extremo da capitania dos Ilhéus na baía de Todos-os-Santos e o rio Curupacé, e mais quarenta léguas de Cananéia para a terra de Sant’Ana. Aqui houve logo tentativas de povoamento: ainda hoje existem vilas fundadas na quarta década do século XVI; mas os colonos tiveram pela frente a mata virgem, os rios encachoeirados, as serranias

¹⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Les Hollandais au Brésil. Um mot de réponse à M. Nietscher. Vienne: Ed. Auteur, 1874. p. 8. *Apud*: CANCELA, Francisco. **“O coração do Brasil” nos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino**: memória e pesquisa históricas na elaboração de um Catálogo sobre a Capitania de Porto Seguro. Eunápolis, 2014. p. 4 (no prelo).

¹⁶ VARNHAGEN, F. A. **História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. Rio de Janeiro: Em casa de E. H. Laemmert, 1877. p. 183.



ínvias, não souberam vence-los e só impulsionaram a história do Brasil quando os venceram. A primeira vitória decisiva foi ganha no Rio de Janeiro, já no século XVIII, com o auxílio dos paulistas; desde então o Rio figura como fator importante. Outros pontos, como Vitória, Porto Seguro, Ilhéus, esperam ou estão esperando as vias férreas¹⁷.

Avançando um pouco mais no tempo, a clássica obra de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942, ainda não entendia de forma menos pessimista a condição da Capitania de Porto Seguro. Neste grande estudo da historiografia brasileira, Caio Prado afirmou que, em função do perfil geográfico da região entre Ilhéus e Espírito Santo, composto por serras altas próximas ao interior, densas matas e litoral entrecortado por diversos rios, a população se concentrou no litoral e nas barras de rios, isolando o interior e constituindo povoações isoladas entre si. Nesse caso, considerou o autor, “vegetaram assim esses núcleos, formando pequenos compartimentos estanques, com saída unicamente para o mar, e cuja vida precária se sustentava com a produção de alguns gêneros que exportavam para a Bahia e o Rio de Janeiro”¹⁸.

Somam-se às dificuldades impostas pelo meio o papel negativo atribuído às populações indígenas que habitavam a capitania e seu entorno. Considerados “inconstantes” e “indolentes”, muitos autores entenderam que a resistência indígena representou o grande obstáculo para o avanço da colonização em Porto Seguro¹⁹.

No que toca à questão indígena, um novo olhar sobre a atuação das populações que habitavam a Capitania de Porto Seguro foi inaugurado a partir do profundo trabalho de Maria Hilda Baqueiro Paraíso, professora do Programa de Pós-Graduação em História da

¹⁷ ABREU, Capistrano. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: M. Orosco, 1907. p. 23.

¹⁸ PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 47-48.

¹⁹ Cf. FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil: Bahia, Sergipe e Espírito Santo*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998. Ver também: RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial: Brasil, c.1530-c. 1630**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 266-279.



Universidade Federal da Bahia, que analisou densamente o avanço da conquista e do devassamento da chamada “zona tampão”, composta pelos territórios das capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e norte do Espírito Santo. Dando destaque à atuação indígena, analisou as transformações da política indígena e indigenista ao longo do tempo, todavia, não deu prioridade às especificidades da Capitania de Porto Seguro²⁰.

Apesar de não se concentrar nas particularidades da Capitania de Porto Seguro, o trabalho da professora doutora Maria Hilda Paraíso levanta questões importantes no que diz respeito ao processo de colonização, sobretudo, das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, valendo-se de um forte trabalho de contextualização.

Entretanto, mais recentemente, a tese de doutorado de Francisco Cancela rompeu com o silêncio em torno da história de Porto Seguro e analisou com profundidade a ação do Diretório dos Índios na capitania e a tentativa de sua transformação em um centro de produção de víveres para o abastecimento da capital da colônia e demais capitanias²¹.

Um dos mais recentes trabalhos sobre a Capitania de Porto Seguro é a dissertação de mestrado de Tharles Souza Silva, que analisou o caso de contrabando envolvendo o inglês Thomas Lindley. Valendo-se do estudo de caso, o trabalho intitulado *O “escandaloso contrabando praticado em Porto Seguro”: comércio ilegal, denúncia e ação régia no fim do período colonial*, defendido em 2014, evidenciou a dinâmica populacional e econômica das vilas, a continuidade da atividade extrativista de pau-brasil e o crescimento da produção de víveres para o abastecimento interno, sobretudo, a partir das vilas de Caravelas e Porto Alegre, ao sul da capitania²².

²⁰ PARAÍSO, M. H. B. **O tempo da dor e do trabalho**: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste. Salvador: EDUFBA, 2014.

²¹ CANCELA, Francisco. **De projeto a processo colonial**: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808). Tese (Doutorado) Salvador, UFBA, PPGH, 2012.

²² SILVA, Tharles Souza. **O “escandaloso contrabando praticado em Porto Seguro”**: comércio ilegal, denúncia e ação régia no fim do período colonial. Dissertação (Mestrado em História). Santo Antônio de Jesus, UNEB-Campus V, Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, 2014.



Contudo, as análises se concentraram no século XVIII e deixaram uma lacuna referente à grande atividade de fornecimento de pau-brasil na Capitania de Porto Seguro na primeira metade do século XVII. Assim, o período seiscentista ainda não foi explorado de forma profunda e sistemática em nenhum trabalho de pesquisa histórica até o presente momento. Nesse sentido, é importante destacar que estudos sobre a primeira metade dos seiscentos ainda são raros na historiografia baiana. Entretanto, a pouca produção historiográfica sobre o período não significa, de modo algum, importância diminuta em relação às demais fases da experiência colonial de Porto Seguro.

Entendemos a importância do mercado interno e concordamos com a relevância dos estudos concentrados na diversificação produtiva e criação de centros produtores de víveres para o abastecimento interno. Ademais, entendemos que os mercados externo e interno se retroalimentavam. Todavia, discordamos da não inserção da Capitania de Porto Seguro no mercado de exportação, uma vez que só conseguimos perceber, a partir de considerável análise empírica, certo fortalecimento da produção voltada para o abastecimento do mercado interno na capitania a partir do século XVIII.

Nesse sentido, até o final do século XVII, o principal produto de comércio da Capitania de Porto Seguro era o pau-brasil. Não obstante a quase nula participação na produção açucareira na colônia, a capitania se inseriu no mercado internacional a partir do negócio do pau-brasil.

Infelizmente, o negócio do pau-brasil não despertou muita atenção dos historiadores. Apesar de ser ponto recorrente entre as análises, sobretudo na fase inicial da conquista e colonização da América portuguesa, a atividade extrativista parece perder importância à medida que se avança no tempo.

Sem dúvidas, o pouco interesse em analisar mais detidamente o extrativismo e as suas relações com o mercado internacional dificultou o desenvolvimento de estudos que abarcassem a dinâmica da capitania com o sistema mercantil do Atlântico, levando a análises que ora refutam uma significativa participação no mercado colonial, ora buscam entendê-la a partir da sua participação no mercado interno, atuando, dessa forma, como celeiro de víveres para o abastecimento



de outras capitanias²³.

Assim, entender a dinâmica da atividade extrativista e sua relação com o mercado internacional, buscando relacioná-la com a sociedade colonial da Capitania de Porto Seguro, nos pareceu ser o caminho mais viável para tentar compreender alguns aspectos de sua experiência histórica.

Este trabalho tem como objetivo analisar a Capitania de Porto Seguro em uma perspectiva socioeconômica e política. Logo, não privilegiamos muito questões técnicas, como as que dizem respeito ao significado e funcionamento das instituições jurídicas e administrativas do Império português.

Não obstante, buscamos entender a relevância da atividade extrativista de pau-brasil para a capitania e seus desdobramentos no âmbito econômico, social e político. Nesse sentido, a partir do estudo do negócio do pau-brasil e a relação dos atores sociais envolvidos na economia extrativista, procuramos compreender o possível lugar da Capitania de Porto Seguro no sistema colonial.

Como desdobramento à compreensão do lugar da capitania no sistema colonial, é fundamental pensar e delimitar, mesmo que de maneira geral e pouco definitiva, um perfil para a Capitania de Porto Seguro entre a publicação do Regimento do Pau-Brasil em 1605 e o ano de 1650, percebendo a articulação do tipo de colonização possibilitado pela atividade extrativista, levando em consideração a imposição do monopólio da Coroa portuguesa sobre a atividade, a atuação e o perfil social dos contratadores e funcionários da burocracia colonial, o uso da mão de obra indígena, a atuação dos colonos envolvidos na atividade, a participação jesuítica e das autoridades régias.

Nesse caso, ocupou um lugar de destaque a descrição e análise das tensões e negociações entre as autoridades régias, os jesuítas,

²³ Obviamente, não descartamos os problemas que envolviam o negócio do pau-brasil. Como exemplo de tais abordagens, conferir: CANCELA, Francisco. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia – PPGH, Salvador, 2012 e RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial no Brasil.** 1530 – 1630. São Paulo: Alameda, 2009.



colonos e funcionários da burocracia em torno do negócio do pau-brasil, levando em consideração o grande recurso à atividade por parte dos colonos.

Assim, optamos por um caminho um pouco diferente dos estudos que prezam pela análise da integração das capitanias com o mercado colonial a partir da produção de víveres para o abastecimento interno tão em voga nas últimas décadas²⁴.

Infelizmente, não foi possível verificar essa dinâmica a partir de uma base de análise empírica considerável. As fontes compulsadas por nós para a elaboração desta dissertação, após seriação, cruzamento de dados e análise cuidadosa, não nos apontaram caminhos que pudéssemos trilhar no sentido de identificar vilas produtoras, dimensão mínima da produção e seu destino final.

Por outro lado, a profunda relação da Capitania de Porto Seguro com o negócio do pau-brasil legou uma importante documentação. Apesar de dispersos por alguns arquivos e fundos, os documentos dão conta de uma série de aspectos relacionados à regulamentação da atividade, dos preços, indicativos de volume das extrações, conflitos em torno da atividade extrativista, da administração da mão de obra indígena, da participação jesuítica, dos aldeamentos, da atuação do poder local e das descrições importantes da capitania.

Assim, fomos impelidos a optar por uma perspectiva de análise que privilegiasse o estudo da colonização como componente da expansão mercantilista europeia, bem consolidado no Brasil a partir da obra de Fernando Novais.

Dialogamos, então, com o conceito de Antigo Sistema Colonial, que, de acordo com Fernando Novais, é o “componente básico da colonização da época mercantilista”²⁵. Entender a

²⁴Cf. SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **A morfologia da escassez: política econômica e crises de fome no Brasil**. Tese (Doutorado) Universidade Federal Fluminense – PPGH, Niterói, 1991; FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992 e, para o caso de São Paulo, MONTEIRO, John. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 57 – 128.

²⁵NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1983. p. 57.



colonização enquanto um sistema com características gerais de manutenção é o cerne do trabalho de Novais.

Nesse sentido, o conceito de Antigo Sistema Colonial pode ser compreendido a partir de alguns elementos:

1) Que o capital mercantil ascendente, após a desagregação do feudalismo, impulsionou a expansão comercial da Europa orientando-se pela formulação da política econômica do mercantilismo; 2) que a competição internacional e a necessidade de executar a política mercantilista favoreceram o desenvolvimento de Estados Absolutistas na Europa; 3) que a colonização europeia da época moderna, protagonista da expansão comercial ultramarina que, a princípio, limitava-se ao extrativismo de matérias primas e comercialização no ultramar, transitou, no Brasil, para área de produção, pressupondo a montagem de uma nova sociedade: uma sociedade escravista colonial; 4) que a transformação e desenvolvimento das economias periféricas do antigo sistema colonial tiveram, na história do capitalismo, a função de promover a aceleração da acumulação primitiva na Europa; e 5) que “a relação metrópole (Portugal) e a colônia (Brasil), realizava-se sob a égide da noção de exclusivismo comercial, ou seja, o monopólio do fluxo mercantil reservado unicamente para a metrópole, cuja efetividade tornava imprescindível a adoção de uma forte política protecionista que exigia por seu turno, ações de natureza fiscal e militar para sua execução²⁶.

Levando em consideração os elementos básicos do sistema colonial, nos importa perceber a política do exclusivo colonial imposta

²⁶ MENEZES, Mozart Verguetti de. **Colonialismo em ação**: fiscalismo, economia e sociedade na capitania da Paraíba (1647 – 1755). Tese (Doutorado), São Paulo: USP, 2005.



pela metrópole no que toca ao negócio do pau-brasil e seus desdobramentos na relação entre os atores sociais na Capitania de Porto Seguro na primeira metade do século XVII.

Apesar da imposição do poder da Coroa portuguesa, foi necessário o esforço em entender o exercício do mando na colônia, levando em consideração as tensões entre os interesses locais e as imposições régias. Buscando compreender ambiguidades dos papéis desempenhados pelos atores sociais e das práticas políticas e administrativas dirigidas a eles, se fez necessário o esforço de entender, como bem assinalou Laura de Mello e Souza, o mando exercido a partir da necessidade de contemporização, “pois caso vestisse apenas a máscara da dureza, o edifício todo se esboroava”²⁷, forçando-nos a pensar a administração à luz da política, tentando fugir da perda de seu sentido dialético.

Ademais, apesar de considerar importante problematizar os seus limites, dialogamos com o conceito de Estado patrimonial e patrimonialismo já desenvolvido por autores como Sérgio Buarque de Holanda²⁸, Florestan Fernandes²⁹, Raymundo Faoro³⁰ e, mais recentemente, incorporado por Stuart Schwartz³¹, ainda que com perspectivas teóricas e abordagens diferentes entre eles.

Em todos esses autores, uma importante discussão emerge e fundamenta o olhar sobre a relação entre a administração colonial e os principais representantes dessa sociedade.

Para Sérgio Buarque de Holanda, o patrimonialismo, na constituição da sociedade brasileira, serviu para fazer predominar as “vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em circuitos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal”³²,

²⁷ SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra**: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 31.

²⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 141 – 151.

²⁹ FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Globo, 2010.

³⁰ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 8. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

³¹ SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

³² HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1997, Op. Cit. p. 148.



levando-o a considerar a pouca atuação de um regime burocrático e impessoal por parte do Estado e implicando em seu pouco poder de centralização e a permanência do particularismo na vida em sociedade.

Florestan Fernandes, por sua vez, entendeu a apropriação do público pelo privado a partir da sociedade escravista, entendendo haver grande concentração de poder nas mãos dos senhores de engenho.

Utilizando-se do mesmo conceito, Raymundo Faoro entendeu que o Estado português distribuiu, entre os seus principais asseclas, cargos públicos e títulos em função de concretizar os seus interesses. Assim, houve uma grande centralização do poder por parte dos funcionários públicos tidos como “sombras do rei”, exercendo um poder sobre a sociedade colonial a partir do que o autor denominou de “estamento burocrático”.

Houve, então, em todos esses autores, a influência dos estudos “weberianos” sobre o desenvolvimento administrativo e seus estágios. Segundo Weber,

Ao surgir um quadro administrativo (e militar) puramente pessoal do senhor, toda dominação tradicional tende ao patrimonialismo e, com grau extremo de poder senhorial, ao sultanismo: os “companheiros” tornam-se “súditos”; o direito do senhor, interpretado até então como direito preeminente dos associados, converte-se em seu direito próprio, apropriado por ele da mesma forma (em princípio) que um objeto possuído de natureza qualquer, valorizável (por venda, penhora ou partilha entre herdeiros), em princípio, como outra oportunidade econômica qualquer³³.

Entretanto, a preocupação de Weber em traçar estágios do desenvolvimento administrativo – patriarcal, patrimonial e burocrático

³³ WEBER, Max. Os tipos de dominação. In: **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília: Editora da UNB, 1994. p. 151.



– não dá conta de encaixar perfeitamente as especificidades de toda a experiência histórica da colonização portuguesa da América, que, como bem demonstrou Schwartz, “se desenvolveu num período histórico de transição e, portanto, continha elementos de pelo menos dois estágios weberianos, não se encaixando em nenhum deles confortavelmente”³⁴.

Mesmo assim, foi importante mantermos, no escopo do nosso trabalho, a análise da atuação, sobretudo, dos ocupantes dos cargos da administração a nível local sob uma perspectiva patrimonialista, buscando relacionar a atuação em cargos públicos a nível local com os interesses dos que o ocupavam a partir da lógica da apropriação do público pelo privado.

Em função da grande participação indígena na História de Porto Seguro e, por sua vez, na atividade extrativista de madeira no período estudado, foi importante dialogar com a História indígena e do indigenismo, buscando, mesmo que de forma transversal e pontual, evidenciar a importância da atuação das populações indígenas no processo de colonização da Capitania de Porto Seguro.

Para isso, foi importante a leitura de estudos que analisam a trajetória histórica das populações indígenas a partir de uma nova perspectiva, mais inclusiva e sensível à importância de valorizar a presença dos povos originários na História, e dentre todos, destacamos os trabalhos de Maria Hilda Paraíso e de John Manuel Monteiro.

Segundo Monteiro, a dificuldade para a produção de trabalhos em história indígena é produto, sobretudo, da tentativa de silenciar e apagar da História as populações que ocupavam a América antes da chegada dos europeus. Logo, a raridade de escritos e demais fontes produzidas pelos indígenas tornou a escrita da história indígena um desafio. Ademais, as primeiras impressões deixadas por alguns intelectuais e estadistas do início do século XX possuíam um conteúdo pessimista, pautado na ideia de extinção dos indígenas da História a partir do contato.

Tais ideias conformaram, entre os historiadores brasileiros, um desinteresse quase generalizado pela temática indígena, sendo essa

³⁴ SCHWARTZ, Stuart B. Op. Cit. 2011, p. 20.



assumida, em grande medida, pelos antropólogos. Para o pesquisador, ainda sobrevivem duas noções construídas nesse processo entre os historiadores brasileiros:

a primeira diz respeito a exclusão dos índios enquanto legítimos atores históricos: são, antes, do domínio da antropologia, mesmo porque a grande maioria dos historiadores considera que não possui as ferramentas analíticas para se chegar nesses povos ágrafos que, portanto, se mostram pouco visíveis enquanto sujeitos históricos. A segunda noção é mais problemática ainda, por tratar os povos indígenas como populações em vias de desaparecimento³⁵.

Essa situação só mudou a partir do final da década de 1970, implicando em “duas inovações importantes, uma prática e outra, teórica”. Então, “surgiu de fato, uma nova vertente de estudos que buscava unir as preocupações teóricas referentes à relação história/antropologia com as demandas cada vez mais militantes de um emergente movimento indígena”³⁶. Assim, a antropologia, até então muito influenciada por estudos estruturalistas baseados em análises mais cristalizadas, de perfis que se enquadram em grandes estruturas, passa a incorporar influências de trabalhos pós-estruturalistas:

a etnologia brasileira passava a integrar a seus repertórios as discussões pós-estruturalistas de autores como Renato Rosaldo e Marshall Sahlins, entre outros, cujas abordagens davam um papel dinâmico para a história na discussão das culturas, das identidades e das políticas indígenas³⁷.

³⁵ MONTEIRO, John. **Tupi, tapuias e historiadores**: estudos se história indígena e do indigenismo. Tese (Livre Docência em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 2001. p. 4.

³⁶ MONTEIRO, John. Op.Cit. 2001. p.5

³⁷ *Idem*.



O trabalho assentado sob essas bases buscava reverter a ideia de que o contato de índios e europeus representou, necessariamente, o extermínio histórico e cultural indígena.

Apesar de não tratarmos o nosso objeto a partir de uma perspectiva essencialmente culturalista, levamos em consideração, na medida do possível, uma abordagem que tenha como horizonte a valorização do papel indígena na História.

No que diz respeito às fontes, apesar da dificuldade de acesso, coletamos uma série de documentos que tratam da Capitania de Porto Seguro direta ou indiretamente.

Depositados em arquivos diversos e bibliotecas do Brasil e de Portugal, foi necessário um intenso cruzamento de dados com o objetivo obter o maior número possível de informações e da maneira mais completa para preencher lacunas e saltos temporais que transformariam qualquer tentativa de análise do período superficial e até mesmo impossível.

O maior e mais importante corpo documental manuscrito analisado neste trabalho está depositado no Arquivo Histórico Ultramarino, acessado a partir do Projeto Resgate de Documentação Histórica “Barão do Rio Branco”. Criado na década de 1990, o Projeto Resgate foi uma grande iniciativa de preservação e valorização do patrimônio documental do Brasil, sendo responsável pela identificação, catalogação e digitalização de mais de 340 mil documentos em menos de dez anos de trabalho. Toda essa documentação foi microfilmada, gravada em CD-ROMS e, entre os anos de 1993 e 2003, distribuída pelo Ministério da Cultura para os principais arquivos, centros de pesquisas, universidades e bibliotecas do país³⁸.

Há, nesse núcleo documental, uma série de cartas, petições, consultas e minutas do conselho ultramarino, decretos, pedido de ordenado, auto de bando e representações que são bastante reveladoras. Há evidências do papel dos jesuítas no que diz respeito à mão de obra indígena e da sua importância para o desenvolvimento da

³⁸ BERTOLETTI, Maria Esther Caldas. Brasil-Portugal: um mar-oceano de documentos. **Revista Convergência Lusíada**, Rio de Janeiro, v. 17, n. especial, 2000. p. 102-109.



atividade madeireira, conflitos entre colonos, jesuítas, autoridades políticas e o feitor do pau-brasil, acusação de contrabando, articulação da Capitania de Porto Seguro no comércio marítimo colonial e a importância da atividade madeireira para a economia e sociedade local.

Para complementar essa documentação, acessamos uma grande quantidade de documentos a partir da série Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, que felizmente foram digitalizados e compõem o arquivo digital disponível para consulta *on-line*³⁹.

Acessamos também alguns documentos manuscritos depositados na seção colonial e provincial do Arquivo Público do Estado da Bahia e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Portugal.

Ademais, nos valemos de documentos impressos de coleções, como a disponível no site *Ius Lusitaniae – Coleção cronológica da Legislação Portuguesa*⁴⁰, onde há uma pequena série de documentos referentes ao negócio do pau-brasil, como alvarás, decretos e provisões, e documentos citados ou publicados na íntegra que constam na bibliografia consultada ou em obras de referência.

A maior parte dessa documentação compulsada por nós no âmbito da pesquisa é constituída por documentos referentes à administração, sendo essencial a organização, a seriação, o cruzamento de dados, além de muita paciência e insistência para vencer a leitura e análise de fontes com conteúdo maçante. Concordando com Laura de Mello e Souza, “o primeiro obstáculo, portanto, é contornar o tédio que invade a leitura dos documentos e se acostumar a extrair leite de pedra”⁴¹.

Outro caminho utilizado, quando permitido, foi a construção de bancos de dados para uma análise serial⁴² perseguindo, na medida

³⁹ A constituição da coleção em formato digital ajudou muito a acessibilidade a partir de busca simples no seguinte endereço eletrônico: <http://bndigital.bn.br/artigos/documentos-historicos/>.

⁴⁰ Disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.iuslusitaniae.fesh.unl.pt/>

⁴¹ SOUZA, Laura de Mello e. Op. Cit. 2009. p. 17.

⁴² Nesse caso, o modo de tratamento das fontes a partir da serialização se deu a partir do diálogo com a História Serial, que segundo José de Assunção Barros: “se refere a um tipo de fontes e a um ‘modo de tratamento’ das fontes”. Trata-se, nesse caso, de abordar fontes com algum nível de homogeneidade que se abram para a possibilidade de quantificar ou de serializar as



do possível, a evolução de preços do pau-brasil na capitania, contratos, volume de exportação e números de licenças a partir do diálogo com o campo da História Econômica.

A partir da análise dos detalhes, das nuances e das contradições entre o conteúdo das fontes, o perfil de vida de quem as escreveu e o contexto em que estavam inseridas, procuramos identificar os seus possíveis significados, buscando sempre uma leitura “a contrapelo” dos documentos, sobretudo, os que dizem respeito à relação dos indígenas com os outros elementos humanos na sociedade colonial.

Obviamente, os interesses dos colonos, jesuítas e autoridades régias, principalmente, no que dizia respeito ao controle da atividade extrativista e da mão de obra indígena e as estratégias de driblar o monopólio e a política indigenista da Coroa, obrigam o pesquisador a ler o documento nas entrelinhas, desconfiando do sentido aparente do que estava escrito nos documentos.

Dividimos a dissertação em três capítulos articulados a partir de um fio condutor que norteou a nossa pesquisa: a relação entre a economia extrativista do pau-brasil e a Capitania de Porto Seguro, privilegiando as implicações da dinâmica dessa economia na sociedade, buscando entender o lugar da capitania no processo de colonização do Brasil entre a publicação do regimento de 1605 e a criação da Companhia de Comércio em 1649.

O primeiro capítulo tem como objetivo traçar uma apresentação panorâmica do território que integrava a Capitania de Porto Seguro, tratando dos seus aspectos geográficos, da constituição da feitoria e inserção no circuito mercantil atlântico a partir do comércio de pau-brasil desde antes de sua constituição enquanto capitania e do início de sua colonização efetiva. Segue-se a isso um

informações ali perceptíveis no intuito de identificar regularidades. E um outro sentido, a História Serial lida também com a serialização de eventos ou dados (e não apenas com a serialização de fontes), propondo-se a avaliar eventos de certos tipos em séries ou unidades repetitivas por determinados períodos de tempo. Enquadram-se, neste conjunto de possibilidades, os estudos dos ciclos econômicos, a partir, por exemplo, da análise das curvas de preços e também das análises das curvas demográficas. Cf. BARROS, José de Assunção. História Serial, História Quantitativa e História Demográfica: uma breve reflexão crítica. In: **Revista de Ciências Humanas**, Universidade Federal de Viçosa, v. 11, n. 1, p. 164.

Em
outro
sentido



debate historiográfico acerca da administração colonial seguido da análise de sua experiência histórica, enquanto capitania, até o início do século XVII no intuito de traçar um cenário geral e de sua relação às demais.

No segundo capítulo, buscamos entender a estrutura e a dinâmica do negócio do pau-brasil, o perfil dos comerciantes envolvidos na arrematação dos contratos de estanco, sua articulação com a economia colonial e com os agentes ligados ao negócio na colônia. Nesse ínterim, acessamos e analisamos as possibilidades de vantagem no comércio, suas dificuldades, bem como os conflitos que permeavam as transações.

Por outro lado, foi de importância fundamental perfilar os principais moradores da capitania envolvidos na atividade extrativista e sua relação com o poder local a partir do ingresso em cargos públicos, entendendo a concentração da atividade nas mãos de poucos, seja no âmbito externo quanto interno.

Ainda no capítulo segundo, analisamos o regimento do pau-brasil de 1605, as determinações da lei e as suas implicações na configuração econômica e política da Capitania de Porto Seguro. Também foi de grande importância pensar o contexto das guerras holandesas e a recorrência às matas da capitania.

Por fim, no terceiro e último capítulo, analisamos o contexto de Restauração de Portugal em 1640, levando em consideração a intervenção da Coroa na capitania em função do confisco dos bens de D. Afonso de Lencastre, então donatário, após o seu apoio à monarquia castelhana. Nesse caso, a tentativa de imposição das orientações do Estado português, a partir do envio de um capitão-mor do reino, provocou um grande conflito envolvendo colonos, oficiais, jesuítas, índios e autoridades régias na capitania, culminando com um motim no ano de 1645.

Nesse ínterim, a documentação produzida nos possibilitou observar o perfil da Capitania de Porto Seguro e confirmar a sua íntima relação com a atividade extrativista de pau-brasil.

O que propomos com nesta dissertação é tentar estabelecer um novo olhar no tocante à inserção da capitania no sistema colonial a partir da economia de exportação, evidenciando a sua importância



política e comercial, apesar de não negar a sua condição de pobreza e povoamento rarefeito.

Ademais, perseguimos a compreensão dos motivos de sua pobreza e entendemos que não ser rica não implica em não ter história.



CAPÍTULO I

À LUZ DO DESCOBRIMENTO E A SOMBRA DO ESQUECIMENTO: A CAPITANIA DE PORTO SEGURO NO INÍCIO DA COLONIZAÇÃO

A terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados, como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá.

Águas são muitas, infindas. E em tal maneira graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

(Carta a El Rey D. Manuel, escrita por Pero Vaz de Caminha em 1500)

Os armadores desta capitania e moradores della, não têm outro reparo pera pagarem fretes de seus navios, por ainda haver pouco asuquere, se não ho brasill.

(Carta de Duarte de Lemos, escrita em 14 de julho de 1550)

Falta a esta Capitania, para ser boa, ter senhor que se doa dela para a povoar, porque do mais tem muito pau de Brasil e está muito perto das povoações dos Portugueses e, tirando o de Pernambuco, êle é o melhor. Tem muitas águas para engenhos. É verdade que as terras ao longo do mar são fracas, por ser antigamente mui povoada de gentio; mas 3 léguas para o sertão vão muito boas terras.

(Informação da Capitania de Porto Seguro, Anônima. Escrita por um Padre da Companhia, letra do século XVI)



Porto Seguro ficou sempre pobre, e nem sequer constitui uma província, apesar de ter para isso território.

(F. A. Varnhagen, 1857)

1.1 Considerações iniciais

A célebre descrição da expedição capitaneada por Pedro Álvares Cabral dando conta da sua saída de Belém em Portugal até a sua chegada aos 16 graus de latitude sul da costa oeste do oceano Atlântico marcou profundamente a história de Porto Seguro. Sem sombra de dúvidas, o curtíssimo episódio da chegada dos portugueses ao litoral do que seria o território de Porto Seguro ainda ocupa uma grande importância para a memória local.

Assim, visitantes e moradores, até pouco tempo (2012), ao passarem pela via de principal acesso ao centro da cidade, deparavam-se com uma espécie de portal onde constava a seguinte frase: “nasci aqui, meu nome é Brasil”. Um pouco mais à frente, está o “Trevo do Cabral”, entre as suas ruas principais estão a Pero Vaz de Caminha e a recentemente renomeada “Passarela do Descobrimento”. O governo do Estado da Bahia classifica a região como “Costa do Descobrimento”⁴³.

A impressão comum a muitos dos que conhecem a região é que nem antes ou mesmo depois desse curtíssimo episódio, nada de mais relevante pôde ter sido digno de nota. Apesar de tudo, esse fato serve bem para a constituição de um importante peso simbólico ao lugar e, por outro lado, ofusca a experiência histórica que está para além da chegada da esquadra cabralina ao litoral de Porto Seguro. Essa forma de pensar, tributária de uma visão eurocêntrica de que a carta de Pero Vaz de Caminha “é a certidão de nascimento do Brasil”⁴⁴, desconsidera uma parte considerável de sua história, principalmente, no que diz respeito aos habitantes que já ocupavam esse território antes da chegada dos europeus.

⁴³ Cf. Resolução CEDETER número 6, de maio de 2011.

⁴⁴ Cf. ABREU, Capistrano. **O descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.



Por outro lado, mesmo que obrigados a resistir de forma “subterrânea” e por mais que a conquista tentasse efetivar o silêncio, a dinâmica das populações nativas que ocupavam, e ainda ocupam esse território, influenciou e deixou marcas por todas as partes seja no nome de lugares, em hábitos alimentares e até mesmo em uma população que a cada dia se declara e assume a sua identidade indígena⁴⁵.

Outro elemento importante é a visão pessimista que paira sobre a capitania. Nessa perspectiva, os relatos documentais, as crônicas e até mesmos os textos historiográficos clássicos, como a citação do Visconde de Porto Seguro mencionada acima, oscilam entre a abordagem da natureza exuberante e suas potencialidades de desenvolvimento a partir da valorização dos elementos naturais a considerações sentenciosas do tipo: era pobre e estagnada. De maneira geral, a capitania não se enquadrou nos padrões de riqueza e prosperidade em que vigoravam a economia do açúcar, todavia, a sua importância e participação no conjunto do período da história colonial do Brasil não precisa, necessariamente, da constatação da sua prosperidade e riqueza.

Infelizmente, poucos estudos se esforçaram para entender a experiência histórica da Capitania de Porto Seguro. Sendo assim, essa experiência ficou relegada aos porões do esquecimento por parte da historiografia. Portanto, nosso desafio é tentar analisar a experiência histórica da capitania no período de sua formação inicial.

Posto isso, procederemos então com uma tentativa de abordagem que tente dialogar o máximo possível com a história indígena e do indigenismo e buscar, na medida do possível, trazer atores que, por muito tempo, tiveram suas vozes caladas pela trama da dominação de seus territórios à nossa investigação. Desse modo, a compreensão dos mecanismos de acesso ao tesouro florestal, bem como a dinâmica do trabalho empregado na atividade extrativista poderão ser investigados com mais clareza e profundidade.

⁴⁵ Em 2010, o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE revelou dados que apontam um considerável aumento da população indígena.



1.2 Povos indígenas e ocupação territorial

Pero Vaz de Caminha ao chegar, em 1500, ao território que seria parte da Capitania de Porto Seguro a partir de 1533, relatou a presença e ocupação da terra por grupos populosos. Segundo o escrivão, “na terça-feira, depois de comer, fomos em terra buscar lenha e lavar roupa. Estavam na praia, quando chegamos, cerca de sessenta ou setenta [...] depois acudiram muitos, que seriam bem duzentos”⁴⁶.

Diversas teorias tentam explicar a origem dos povos que ocuparam a América, e todas elas levantam suspeitas e controvérsias. O fato é que “sabe-se pouco da História Indígena: nem a origem, nem as cifras de população são seguras, muito menos o que realmente aconteceu”⁴⁷.

Entre uma imensa diversidade de povos, os habitantes do litoral eram os falantes da língua tupi. Resultado de uma migração recente irradiando-se de uma parte mais sul do continente, aproximadamente o Paraguai e o centro-oeste, ocuparam a costa brasileira até a foz do rio Amazonas como, em estudo de linguística comparativa, afirma Greg Urban:

A dispersão final teria ocorrido após o ano 1000, já que há dados indicando que várias línguas seriam, então, uma única língua, reunidas sob o nome ‘Tupi-Guarani’, que não deve ser confundido com a família mais ampla. Essa língua era falada pelos Chiriguano e Guaruyo na Bolívia, pelos Tapieté e Guarani no Paraguai, pelos Kaingwa na região entre o Paraguai, Argentina e o Brasil e por grupos que ocupavam a costa do Brasil até a foz do Amazonas: os Tupinambá, Tupiniquins e Potiguara⁴⁸.

⁴⁶ CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rey D. Manuel**. São Paulo: Ediouro, 2000. p. 27.

⁴⁷ CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 11.

⁴⁸ URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 92.



O litoral da Capitania de Porto Seguro era habitado por tupiniquins e “com este gentio tiveram os primeiros povoadores das capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo”⁴⁹. Desenvolviavam atividades extrativistas, horticultura, pesca, caça, coleta e trocas comerciais para satisfazer necessidades imediatas⁵⁰. Nenhuma dessas atividades levava em consideração a preservação ou o restabelecimento dos recursos naturais, o que exigia o abandono das áreas ocupadas após a sua relativa exaustão. Desse modo, os grupos se deslocavam periodicamente para ocupar outras áreas mais férteis e com mais disponibilidade de recursos. Essas mudanças ocorriam a cada cinco anos em média.

As habitações eram coletivas e compunham-se de, em média, quatro a sete malocas, sendo estas “dispostas no solo de modo a deixar uma área quadrangular livre, *o terreiro*, bastante amplo para a realização de cerimônias como as reuniões do conselho de chefes, o massacre e a ingestão das vítimas, as atividades religiosas lideradas pelos pajés, as festas”⁵¹. Entre eles, era comum um processo constante de cissiparidade e se organizavam em sistemas de alianças matrimoniais e de guerras.

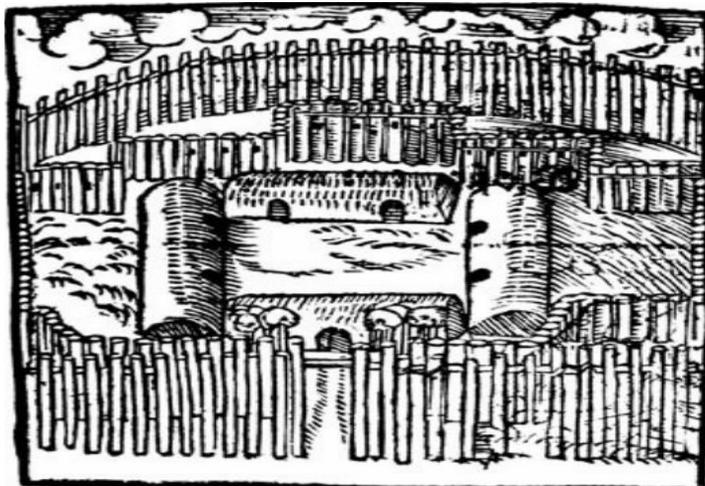
⁴⁹ SOUSA, Gabriel Soares. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typografia de João Inácio da Silva, 1897. p. 58.

⁵⁰ Cronistas como Pero de Magalhães Gândavo, Gabriel Soares de Sousa, Fernão Cardim, Manuel da Nóbrega, Hans Staden, entre outros, relataram as principais características dos povos Tupi. Conferir também: FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Tupinambá**. São Paulo: Uncitec, 1989.

⁵¹ FERNANDES, Florestan. Antecedentes indígenas: A organização social das tribos tupis. In: **História Geral da Civilização Brasileira: A época colonial**. v. 1. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 84-85.



Figura 2 – Aldeia fortificada por estacas



Fonte: STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**. São Paulo: L&PM Pocket, 2008. p. 143.

Por viverem em constante mobilidade, não existia uma lógica de acúmulo material entre os grupos nativos e nem mesmo conseguiram produzir nenhuma construção monumental. Outro elemento importante é a ausência de uma cultura letrada, diminuindo as possibilidades de estudo de fontes escritas nativas até 1500. Assim, o estudioso é forçado a valer-se de escritos produzidos por cronistas europeus, implicando em textos que mesclavam uma descrição muito próxima do fiel e uma imaginação profunda capaz de criar situações e quadros nada verídicos, já que a maioria era composta por missionários que intentavam impor o cristianismo; o resto eram soldados ou aventureiros, sendo que os relatos versavam quase exclusivamente sobre os Tupi⁵².

Outra grande família que habitava a região no entorno do litoral era a família macro-jê, “que tem uma dispersão geográfica

⁵² HEMMING, Jhon. Los índios del Brasil en 1500. In: BETHELL, Leslie (editor). **Historia de America Latina - Vol 1 - América Latina Colonial: La America Precolombina y La conquista**. Barcelona: Editorial Crítica, 1990. p. 102.



quase coincidente com o planalto brasileiro”⁵³, compondo um anel em torno da parte centro-oriental do Brasil. De grande diversidade linguística, destacamos, para enquadrar a região da Capitania de Porto Seguro, os Kamakã, Maxacali, Pataxó e Botocudo⁵⁴. Organizavam-se em pequenos grupos que realizavam deslocamentos sazonais em busca de alimentos e matérias-primas conforme as estações do ano. Viviam da caça, coleta e de uma agricultura incipiente de vegetais de ciclo produtivo de curta duração e eram pouco afeitos a alianças com portugueses.

Gabriel Soares de Sousa atribuiu a eles uma grande destreza no conhecimento das matas e grande habilidade militar. Segundo ele,

Peleja[va]m com arcs e flechas muito grandes, e [eram] tamanhos frecheiros, que não erra[va]m nunca tiro; são mui ligeiros à maravilha e grandes corredores [...] viv[ia]m estes bárbaros de saltar toda a sorte de gentio que encontra[va]m e nunca se viram juntos mais que vinte ate trinta frecheiros; não peleja[va]m com ninguem de rosto a rosto; toda a sua briga [era] atraçoada, [davam] assaltos pelas roças e caminhos por onde anda[va]m, esperando o outro gentio e toda a sorte de creatura em ciladas detrás das árvores cada um per si, d’onde não erra[va]m tiro⁵⁵.

Os grupos macro-jê impuseram uma grande resistência ao longo de todo o período colonial na Capitania de Porto Seguro. Os mesmos mantinham uma rivalidade com os Tupi do litoral, que foi explorado pelos portugueses a partir de alianças militares. Os Tupi denominavam-nos de tapuia⁵⁶, designação que foi apropriada pelos

⁵³ MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 64.

⁵⁴ Cf. CANCELA, Francisco. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia – PPGH, Salvador, 2012, p. 58.

⁵⁵ SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Op. cit. p. 47-48.

⁵⁶ Assim, Tapuia é um termo de conteúdo político, e não étnico, sendo que inexistia a etnia Tapuia.



colonizadores. Tais características fizeram com que as referências a eles fossem eivadas de um significado bastante negativo em cartas e relatos de cronistas. O trecho dessa carta do padre Navarro deixa isso claro:

No outro dia fomos e passamos muitos despovoados, especialmente um de vinte e tres jornadas por entre uns Indios que chamam Tapuzas, que é uma geração de Indios bestial e feroz; porque andam pelos bosques como manadas de veados, nós, com os cabellos compridos como mulheres: a sua falla é mui barbara e elles mui carniceiros e trazem frechas ervadas e dão cabo de um homem n'um momento⁵⁷.

Esse quadro geral composto por populações com uma lógica muito diversa da europeia, entre as quais não vigoravam relações de acúmulo de riquezas, ausência de Estado, propriedade privada da terra, uma grande mobilidade espacial e valores religiosos pouco usuais entre os conquistadores, provocou muitos conflitos a partir do contato e da montagem do projeto colonial imposto pela Coroa portuguesa. Essa incompatibilidade provocou, sob o jugo da dominação, classificações pesadas e negativas sobre as populações nativas da América, que, com o passar do tempo, perderam a condição de habitantes de um paraíso terreal, puros e inocentes, passando então à condição de bárbaros e selvagens.

Por outro lado, viabilizar a conquista forçou a necessidade de negociação com as populações indígenas através da conformação de alianças diversas que atendiam interesses não só dos colonizadores e da Coroa portuguesa, mas dos próprios índios. Senhores do território, as chaves para o seu acesso estavam sob o seu poder, de modo que demandou tempo para se expandir a empresa colonizadora e houve, quase em todos os seus avanços, a participação indígena. Desse modo,

⁵⁷ NAVARRO, Op. cit. p. 146.



a dinâmica das populações indígenas influenciou sobremaneira o ritmo da colonização em suas várias fases, como veremos a seguir.

1.3 “Nem ouro, nem prata, nem nenhuma coisa de metal nem de ferro lho vimos”: comércio marítimo, Pau-Brasil e a feitoria de Santa Cruz

Concordando com Boxer⁵⁸, entender se a chegada dos portugueses à América foi intencional ou fruto do acaso está longe de ser nossa principal preocupação. Certamente, motivações várias podem ter levado pessoas a singrarem os mares, todavia, a busca de micro-objetivos escapará à necessidade de entender um movimento maior de conquista e colonização que, sem sombra de dúvidas, precisou de um investimento coletivo, de um projeto a longo prazo e de fôlego, incapaz de ser mantido pela iniciativa individual.

Contudo, estudos recentes propõem-se a desenvolver análises que buscam uma perspectiva que tem como fundamento valorizar um caráter “menos regulado, menos previsto e eminentemente casuístico e plural dos processos de decisão que condicionaram o devir histórico”⁵⁹. Valendo-se da consideração de que havia uma circulação geral de pessoas no Atlântico que não tinham como ponto de partida apenas a Europa e de chegada somente à América ou às Ilhas Atlânticas, chega-se a afirmar que as viagens eram voluntárias, “mas muitas delas frutos de acasos, de contingências e da pulverização de micro estratégias particulares”⁶⁰.

A circulação de pessoas de diferentes lugares com destino a vários pontos do Atlântico é bastante evidente. No caso do Brasil, trabalhos clássicos discorrem sobre a presença, principalmente, de espanhóis, franceses, ingleses e holandeses em expedições pela costa do que seria a América portuguesa. Robert Southey (1810), Varnhagen (1857), Capistrano de Abreu (1907) e Accioli e Braz do

⁵⁸ BOXER, Charles R. **O império colonial português**. Lisboa: Edições 70, 1977. p. 107.

⁵⁹ CUNHA, Mafalda Soares da. A Europa que atravessa o Atlântico (1500-1625). In: **O Brasil Colonial**: volume 1 (Ca. 1443 – 1580). FRAGOSO, João e GOUVÊA, M. F. (Orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 273.

⁶⁰ CUNHA, Mafalda Soares da. **A Europa que atravessa o Atlântico (1500 – 1625)**. Op. Cit. p. 273



Amaral (1919) relatam a chegada do espanhol Vicente Yanez Pinzon na região do Amazonas antes da chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, tratando também das disputas em torno do comércio atlântico em que se destacaram a atuação de Portugal, Espanha e França.

Contudo, Caio Prado Júnior, apesar de ainda guardar uma série de considerações muito criticáveis, sobretudo, no que diz respeito a um sentido evolutivo na formação do Brasil, é quem lança as bases de uma perspectiva analítica que se consolidará por muito tempo na historiografia brasileira dedicada ao período colonial.

Para ele, a colonização do Brasil está inserida na dinâmica de expansão de mercados europeus no final da Idade Média⁶¹. Assim, concordando com Prado Júnior, a conquista e colonização da América é uma janela do deslocamento do eixo comercial que ligava o mediterrâneo ao Mar do Norte e, ao final do século XV, a partir do desenvolvimento da navegação, se amplia para o Atlântico, circumnavegando o Estreito de Gibraltar, a Península Ibérica e constituindo um novo equilíbrio comercial na Europa.

Em princípio, a ausência de contato imediato com metais ou pedras preciosas não estimulou muito a permanência portuguesa e conquista do território. A esquadra de Cabral, após poucos dias de estada, içou vela e retomou sua viagem à Índia. Nesse momento, “o empenhamento no comércio da Índia, no ouro de Guiné (Mina) e nas guerras com Marrocos, impediram por muitos anos a Coroa portuguesa de dedicar atenção séria a região recentemente descoberta”⁶². Além da valorização do comércio com o Oriente, a manutenção do império drenava muito o Estado, sendo muitos os esforços “para sustentar o equilíbrio instável do edifício gigantesco, de peso desproporcionado aos alicerces”⁶³.

É muito comum afirmar que as primeiras décadas do século XVI foram marcadas pelo abandono das partes do Brasil pela Coroa a

⁶¹ Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. Sentido da colonização. In: **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 15 – 29.

⁶² BOXER, Charles. R. **O império colonial português**. Lisboa: Edições 70, 1977. p. 107.

⁶³ MALHEIROS DIAS, C. **História da Colonização portuguesa do Brasil**. v. 1. Porto: Litografia Nacional, 1922. p. 6.



partir da constatação de uma presença incipiente de portugueses no território. Entretanto,

Não se confunda presença incipiente com falta de actuação: com efeito, muito embora os portugueses estantes no território fossem em número insignificante e não obstante muitos deles serem elementos desgarrados, fugitivos da justiça e sem laços vinculativos a qualquer instituição reinol, nos vinte anos subsequentes ao descobrimento os navios e armadas portuguesas reconheceram geograficamente o litoral brasileiro, realizando um impressionante feito náutico registado na cartografia da época⁶⁴.

Sem dúvidas, essa atuação, por mais que fosse lenta e em proporções diminutas, foi essencial na conformação de estratégias para a efetivação da conquista. Outro ponto importante foi o cuidado de se deixar pessoas para manter contato com os nativos, aprenderem sobre as coisas da terra, transformarem-se em intérpretes e prepararem índios para essa função. Conhecidos como “línguas”, foram fundamentais no processo de mediação e auxílio para a progressão dos colonizadores no território, auxiliar missionários no processo de evangelização e “sabiam melhor do que ninguém como iniciar um processo de negociação e captar a boa vontade dos índios”⁶⁵.

De origem social, faixa etária e funções diversas, como degradados abandonados, marinheiros e aventureiros, esses indivíduos não só aprendiam a língua dos nativos, mas “situavam-se entre duas ordens sociais e morais, em estreita ligação com os processos de mestiçagem e transculturação”⁶⁶. Assumiram papel de protagonistas,

⁶⁴ DOMINGUES, Ângela. D. João III e o Brasil. In: **Monarcas, ministros e cientistas. Mecanismos de poder, governação e informação no Brasil colonial**. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2012. p. 17.

⁶⁵ DOMINGUES, Ângela. Em nome de reis, colonos e piratas: o papel dos intérpretes no Brasil em inícios do século XVI. In: **Monarcas, ministros e cientistas. Mecanismos de poder, governação e informação no Brasil colonial**. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2012. p. 35.

⁶⁶ DOMINGUES, Ângela. **Em nome de reis, colonos e piratas**. Op. Cit. p. 36.



informando sobre a terra, seus recursos naturais e humanos e se integrando nas sociedades indígenas. Atuaram não somente nessa fase de contato inicial, mas foram fundamentais por um longo período da colonização do Brasil e, às vezes, ocupando lugar de destaque. Em muitas ocasiões, essa habilidade foi usada pela Coroa como critério para nomeação em cargos públicos e concessão de títulos.

O primeiro produto com grande valor comercial explorado pelos europeus na costa do Brasil foi o pau-brasil. Roberth Southey, em nota de seu livro *História do Brasil (1810)*, comentou que essa palavra já era conhecida na Europa e citou a sua aparição no ano de 1128 para designar a madeira corante que vinha das Ilhas Malaias já como artigo de comércio no Mar Vermelho⁶⁷.

Em 1501, a expedição comandada por Duarte Coelho reconheceu a madeira preciosa e, em função da grande procura por corantes naturais na Europa, enviou uma carga com amostras a Portugal. O nome pau-brasil deriva-se, provavelmente, pela “cor de brazas que produz”⁶⁸. De gênero diferente da importada da Ásia, era uma leguminosa e podia ser encontrada (em grandes quantidades dispersas pela mata e até mesmo no planalto) “ao longo do litoral do Rio de Janeiro, concentrada em Cabo Frio; outra no sul da Bahia e no norte, concentrada no Recife”⁶⁹, havendo também no Rio Grande do Norte, na Baía de Todos os Santos e na região hoje conhecida como litoral norte da Bahia.

O francês André Thevet, religioso franciscano e cosmógrafo, em sua passagem pelo Rio de Janeiro (1555 – 1556), descreveu, de forma sucinta, o pau-brasil e sua importância comercial na época. Segundo Thevet,

⁶⁷ Cf. SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862. p. 44. Segundo o autor, “a primeira vez que esta palavra se acha empregada, segundo Muratori, é no ano de 1128 n’um tratado entre os povos de Bolonha e Ferrara, no qual figura n’uma resenha de mercadorias a *grana de Brazile*. Parece que esta madeira vinha então das ilhas Malaias, e era um dos artigos do commercio do Mar Vermelho. Os Tupis chamão a arvore *Araboutan* e com lavadura da sua cinza sabem dar uma cor vermelha mui durável”.

⁶⁸ ROCHA PITA, Sebastião. **História da América portuguesa, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil setecentos e vinte e quatro**. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1730. p. 7.

⁶⁹ DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 63.



tal árvore, tendo sido descoberta em nosso tempo, serviu de grande alívio aos mercadores, e meio de novas buscas para os que tinham o costume de navegar, os quais, chegando a este país, e vendo os selvagens adornados com tão belas plumagens de cores diversas, e também que esse povo tinha o corpo pintado diversificadamente, indagaram qual o meio dessa tintura, e alguns lhe mostraram a árvore que chamamos brasil, e os selvagens, *Orabutan/Araboutã*. Essa árvore é muito bela de se olhar e grande, com uma casca superficialmente de cor acinzentada, e a madeira vermelha por dentro, principalmente o cerne, que é a parte mais importante, e que é a carga maior dos mercadores. E direi de passagem que, de uma árvore tão grossa que só pode ser abraçada por três homens, tira-se somente do cerne e da medula vermelha uma porção que corresponde à largura da coxa de um homem⁷⁰.

A Coroa portuguesa instituiu monopólio sobre a exploração da madeira tintorial e arrendou os direitos de exploração a um consórcio de comerciantes liderados por Fernão de Loronha ou Noronha. Esse consórcio ficaria também responsável pelo despacho de seis navios por ano para explorar pau-brasil e outros produtos comercializáveis. Sobre a estimativa de lucro, ponderou Simonsen:

O agente veneziano, Leonardo de Cá Messer, em correspondência a Lisboa, avaliou em cerca de 20 mil quintais anuais a exportação do pau-brasil para a Europa; em dois e meio ducados o valor do quintal e em quatro mil ducados a contribuição anual de Fernão de Loronha ao soberano português. A prevalecer tal informação,

⁷⁰ THEVET, André. *A cosmografia universal de André Thevet, cosmógrafo do rei*. Rio de Janeiro: Batel: Fundação Darcy Ribeiro, 2009. p. 173.



que nos parece exagerada quanto à quantidade, o valor da exportação nos primeiros anos seria de 13.500 contos de réis, tomando-se por base o ducado ouro de 1503 como equivalendo, aproximadamente, o cruzado e o quintal na base de 60 quilos. A contribuição à coroa teria sido de 1.100 contos de réis, valor atual⁷¹.

Dean (1999) estimou que, nos primeiros anos, foram coletadas cerca de 1200 toneladas por ano, podendo chegar a 8 mil, considerando-se o que era contrabandeado⁷².

Os portugueses, certamente, faziam pouca ideia de onde encontrar a madeira nas matas e valiam-se dos conhecimentos dos índios. Além disso, toda a mão de obra que envolvia o trabalho desde o corte, a preparação e o carregamento eram realizados pelos nativos. Nesse caso, os “línguas” eram de importância essencial para as negociações com os habitantes locais. Procedia-se à constituição de feitorias em pontos estratégicos do litoral, e a madeira era trocada (escambo) por mercadorias trazidas pelos europeus. Os materiais de metal, como o machado, eram de grande valor, pois não era comum o uso entre esses grupos.

Na imagem abaixo, do veneziano Giacomo Gastaldi, datada de 1565, vemos índios utilizando machados para o corte do pau-brasil, atividade que ficou conhecida pela expressão “fazer brasil”. Outro elemento importante é o desconhecimento do interior e mesmo de algumas partes do litoral. É importante notar também, provavelmente, a figura de um traficante (portando espada e com um objeto que possivelmente pode ser uma taça de metal) negociando com um líder indígena e acompanhado, certamente, de um intérprete (portando arco, chapéu e vestido com roupas europeias à diferença dos demais,

⁷¹ SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil (1500-1820)**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1937. p. 88 – 89.

⁷² DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. Op. Cit. p. 64. O autor ainda considera que se acrescentarmos 20% de desperdício e levarmos em conta a relação de quatro exemplares por hectare com um diâmetro de 50 centímetros, em ponto de cortar, o comércio de pau-brasil, somente no primeiro século, pode ter afetado 6 mil quilômetros quadrados de mata.



representando assim a figura do mediador cultural que se apropria de elementos das culturas em contato).

Figura 3 – O negócio do pau-brasil em um mapa do Brasil de 1565



Fonte: GASTALDI, Giacomo. **Brasil**. Veneza: Nella Stamperia de Giunti, 1565. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart395872.jpg. Data do acesso: 22/10/2013.

Fora da massa continental representada na imagem, é possível identificar uma alusão clara à presença francesa representada pelas naus com flores-de-lis na costa do Brasil, furando as intenções de monopólio português e constituindo uma situação de conflito em torno da atividade comercial.

Na verdade, essa fase da expansão portuguesa é marcada pela disputa do controle do comércio marítimo. Mesmo após o Tratado de Tordesilhas (1494), que estabelecia direitos a Portugal e Espanha sobre as “descobertas”, os questionamentos sobre os mesmos, tendo a França como principal oponente, lançou as bases de uma “polêmica



que viria a ser conhecida como ‘Mare Clausum’ versus ‘Mare Liberum’, ou seja, os discutíveis direitos de monopólio sobre o mar⁷³ e, portanto, sobre a navegação”⁷⁴.

Provavelmente, com a expedição de Gonçalo Coelho em 1503, foi fundada a feitoria de Santa Cruz na porção do litoral que correspondia a Porto Seguro. Francisco Borges de Barros (1918) escreveu que o navegante

costeou [...] a terra até 18 grãos no actual Porto Seguro, como dizem uns, ou na hodierna cidade de Caravellas como querem outros, por ser o ponto que se acha na sobredita latitude e alli construiu uma feitoria, fortificada com doze peças de artilharia, que assim foi o primeiro ponto de estabelecimento portuguez no Brazil, deixando 24 pessoas de tripulação providas suficientemente de viveres e armas para seis mezes, as quaes, pela bondade dos Indios, chegaram a penetrar quarenta legoas no interior, e, depois de carregar seus navios de “páo-brazil”, partiu para o Tejo⁷⁵.

⁷³ Vale citar uma das respostas de Francisco I, rei da França, ao afirmar que gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que o excluía da partilha do mundo: “Est-ce déclarer La guerre et contrevénir a mon amitié avec Sa Magesté que d envoyer La-bás mês navires? Le soleil luit pour moi comme pour les autres: je voudrais bien voir La clause Du testament d Adam qui m exclut Du partage Du monde”! Cf. MALHEIROS DIAS, C. **História da colonização portuguesa do Brasil**. Op. cit. p. 63.

⁷⁴ CUNHA, Mafalda Soares da. **A Europa que atravessa o Atlântico (1500 – 1625)**. Op. Cit. p. 279.

⁷⁵ BORGES DE BARROS, F. **Penetração das terras baianas**. Anais do Arquivo Público e do Museu do Estado da Bahia. v. 6. Salvador, 1918. p. 6. Conferir também. MALHEIROS DIAS, C. **História da colonização portuguesa do Brasil**. Op. Cit. p. 17. e ACCIOLI, I. AMARAL. B. **Memórias históricas e políticas da Bahia**. v. 1. Salvador: Imprensa Oficial, 1919. p. 122. Onde se lê: “Há até a menção vaga de ter sido por esta primeira expedição exploradora, ou, como é mais provável pela segunda, a de Gonçalo Coelho, fundado um posto ou pequeno estabelecimento no Porto Seguro de Cabral, o que, a ser exacto, viria a constituir o primeiro núcleo de colonização no território do que é hoje o Estado da Bahia. Esta suposição é confirmada pela notícia de que um dos grumetes fugidos da armada viveu entre os selvagens e voltou depois a Portugal, quando alli foram ter compatriotas e servio-lhes de interprete”.



Contudo, o mais provável é que a feitoria se localizasse no porto próximo à povoação velha de Santa Cruz, depois conhecida como porto de Coroa Vermelha por sua melhor condição de profundidade e ancoragem mais segura do que em Caravelas devido à sua proximidade com os Abrolhos⁷⁶. A partir da feitoria, há uma inserção da região no comércio marítimo de exportação, cujo principal produto era o pau-brasil. Não só navios portugueses vinham em busca da madeira preciosa. Segundo Varnhagen (1857), “pela tradição sabemos que o porto geralmente frequentado pelos náos da Índia era o de Santa Cruz, ao norte de Porto Seguro”⁷⁷.

Além de pau-brasil, traficavam-se peles, papagaios, macacos, algodão, entre outros. Vale lembrar que índios eram levados como cativos nas embarcações. O caso da nau Bretoa, que saiu de Cabo Frio com carregamento de madeira e outras mercadorias em 1511, contava com 36 escravos nativos da América. Nesse contexto, as relações com os nativos “compunha[m]-se de relações simultâneas de comércio, aliança, guerras e escravidão, numa alternância e conversão de acordo com os diferentes momentos e formas de contrato”⁷⁸.

Apesar de já interferirem na organização tradicional das populações indígenas, esses contatos iniciais formaram relações que foram, dentro dos limites, bem aceitas devido ao interesse nos objetos de troca – apesar de criarem certa dependência com relação aos fornecedores e hierarquia internas. Por ser a atividade de corte de madeira vinculada aos homens, favoreceu o escambo, pois não alterava a organização sexual do trabalho e, também, o fato de não os colocarem de forma intensa e perene com as relações de mercado. Ademais, a pequena quantidade enviada, inclusive de escravos, graças à

⁷⁶ Trataremos dessa questão mais adiante ao abordarmos a fisiografia da capitania.

⁷⁷ VARNHAGEN, F. A. **História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. Rio de Janeiro: Em casa de E. H. Laemmert, 1877. p. 89.

⁷⁸ PARAISO, M. H. B. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. In: **Revista de História**, São Paulo: Edusp, 1993/1994, p. 183.



crença de que estariam sendo transportados para a casa de Maíra – a Terra sem Males, que se localizava miticamente onde o sol nasce, após o grande rio, e que todos os Tupi-Guarani desejam alcançar em vida – indicaram que tais práticas não chegaram a abalar as relações estabelecidas⁷⁹.

O processo de disputa por esse vantajoso comércio e pela exploração e conquista de um território, que poderia reservar um aproveitamento maior no futuro, continuará por anos, valendo-se sempre das alianças com os nativos, portugueses e, principalmente, franceses que atuaram no litoral. A política adotada por D. João III tentou mediações diplomáticas e valeu-se também da força. A expedição capitaneada por Christovão Jacques foi enviada em 1526 com a missão de expulsar os corsários franceses e garantir o controle do litoral.

Contudo, devido à continuidade de investidas francesas, Martim Afonso de Sousa foi enviado em 1530 com a missão de combater corsários estrangeiros, descobrir terras e, talvez a mais importante delas, fundar um núcleo de povoação portuguesa. Para tanto, foram conferidos plenos poderes ao capitão para criar tabeliães e demais oficiais de justiça, exercer a justiça no crime e no cível e doar terras em sesmaria. Todos esses poderes ficariam de posse de quem ficasse em seu lugar. Martim Afonso fundou São Vicente em 1532 e, pouco tempo depois, D. João VI decidiu dividir o território em capitanias e doá-las para que o território fosse permanentemente ocupado. Grassa aí a precaução em não perder o domínio territorial, como pode ser percebido em carta enviada a Martim Afonso:

⁷⁹ PARAISO, M. H. B. **De como obter mão de obra escrava na Bahia entre os séculos XVI e XVIII**. Op. Cit.



Depois de vossa partida se praticou, se seria meu servisso *povoarse toda essa costa do Brazil*, e algumas pessoas me requerião capitánias em terra della. Eu quizera antes disso fazer couza alguma, esperar por vossa vinda para com vossa enformação fazer, o que bem me parecer, e que na repartição, que disso se ouverde fazer escolhaes a melhor parte, e porem, porque despoes fui emformado, que *dalgumas* partes fazião fundamento de povoar a terra do dito Brazil, considerando Eu com quanto trabalho se lançaria fora a gente, que a povoasse depois de estar assentada na terra, e ter nella feitas algumas forças, como já em Pernambuco comessavão a fazer, segundo o Conde da Castanheira vos escrevera, determinei de mandar demarcar de Pernambuco até o Rio da Prata sincoenta léguas de Costa a cada Capitania⁸⁰.

A ideia de que as pressões de outras nações forçaram o povoamento do Brasil já é discutida há muito nos estudos dedicados ao tema no Brasil colonial. Segue-se a isso a constatação da superior importância na manutenção dos negócios no Oriente e a limitação de grossos investimentos por parte do Estado no desenvolvimento da conquista. Assim, institui-se o uso da iniciativa particular como mecanismo viabilizador da empresa em uma política de concessão de direitos, reservando-se ao Estado o poder de suprimi-los ou adaptá-los conforme o contexto. De maneira geral, essa perspectiva parece-nos clara e, ultimamente, bem debatida pela historiografia.

Outrossim, é importante reconhecer reiteradamente que a expansão marítima europeia reconfigurou o comércio mundial entre o final do século XV e início do XVI, formando uma economia-mundo

⁸⁰ CARTA del Rey D. João III para Martim Afonso de Sousa quando passou ao Brasil, para povoar aquella Costa, e tomou uns Cossarios Francezes, que andavão naquella Costa. Trala D. Luiz Lobo, no tom. I. do seu Nobiliario. Publicada em MALHEIROS DIAS, C. **História da colonização portuguesa do Brasil**. Porto: Litografia Nacional, 1922. p. 160.



européia, incluindo a totalidade do mundo e estabelecendo um vínculo entre as partes do sistema a partir da economia⁸¹.

Assim, houve uma centralização do comércio de várias partes do globo por parte da Europa a partir da dominação dos transportes, do comércio e do tráfico. Esse processo colocou a Europa em condições vantajosas para a possibilidade de obtenção de lucros elevados na medida em que “envolvia a confrontação de sociedades que visavam a troca (Europa) com sociedades de economia natural ou comunitária”⁸².

Fernando Novais destacou três elementos da exploração do ultramar nos quadros do Antigo Sistema Colonial, que seriam formados por:

Áreas já densamente povoadas quando do início da expansão marítima europeia, portadoras de civilizações tradicionais, onde a dominação política permitia o comércio vantajoso de alguns produtos de alto valor unitário no mercado europeu como as famosas especiarias do mundo indiano; zonas de povoamento e colonização europeia, onde se estruturam economias complementares ao capitalismo mercantil europeu, fornecedoras sobretudo de produtos tropicais e metal nobre (a América é por excelência o teatro da ação europeia durante o primeiro sistema colonial); e finalmente, a África fornecedora de força de trabalho escravizada que permite pôr em funcionamento a produção comercial do segundo setor⁸³.

⁸¹ WALLERSTEIN, Immanuel. El moderno sistema mundial. La agricultura capitalista y los orígenes de La economía-mundo europea em el siglo XVI. *Apud*: PINHEIRO, Joely Aparecida Ungaretti. **Conflitos entre jesuítas e colonos na América portuguesa: 1640 – 1700**. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas – SP, 2007. p. 26.

⁸² PINHEIRO, Joely Aparecida Ungaretti. **Conflitos entre jesuítas e colonos na América portuguesa: 1640 – 1700**. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas – SP, 2007. p. 26.

⁸³ NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1989. p. 33.



No caso do Brasil, a ausência de um Estado constituído com autoridades investidas de poder amplo para negociar associada à falta de um sistema produtivo organizado para ser dominado ou negociado, facultando uma rápida e segura inserção a um sistema de comércio na Europa, foi mais uma barreira à consolidação da conquista. Segundo Celso Furtado, “a exploração das terras americanas deveria parecer, no século XVI, uma empresa completamente inviável. Por essa época nenhum produto agrícola era objeto de comércio em grande escala com a Europa”⁸⁴.

A decisão de ocupar representou a necessidade de buscar uma utilização econômica para a América portuguesa. Passou-se, então, da feitoria para a ocupação territorial.

Assim, esse processo inicial de conhecimento, ainda que superficial, foi fundamental com a atuação de personagens que se envolveram diretamente no processo de interação, vivendo com os nativos, percebendo e praticando os seus costumes, constituindo famílias, avaliando quais as riquezas possíveis de serem inseridas rapidamente no circuito comercial atlântico e estruturando esse “Brasil profundo, onde, quotidianamente, os portugueses se tentaram implantar de forma vacilante, condicionados, entre outros fatores exógenos, pela prestação de intermediários e intérpretes”⁸⁵.

Desde esse processo lento e inicial, a feitoria de Santa Cruz foi um dos pontos de contato e de inserção no comércio atlântico. O principal artigo de valor comercial era o pau-brasil, cuja exploração era feita sob monopólio da Coroa, mas, todavia, arrendada a comerciantes particulares. Entretanto, sua forma de exploração variava de acordo com os contextos. No início do século XVI, o quintal de pau-brasil, correspondente a mais ou menos 55,8 quilos, chegava a ser vendido na praça de Lisboa a um preço que variava entre 700 a 1.000 réis⁸⁶.

⁸⁴ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. p. 16.

⁸⁵ DOMINGUES, Ângela. **Em nome de reis, colonos e piratas**. Op. Cit. p. 42.

⁸⁶ Segundo Stuart Schwartz, um escravo do campo, até o início do século XVII, custava entre 40 e 60 mil réis. Cf. SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.167.



1.4 Da administração colonial: curtas notas sobre um longo debate

A manutenção de um império que se alargava por uma vasta extensão territorial levou a Coroa portuguesa, habilmente, a adotar políticas fluidas e soluções heterogêneas para a resolução de problemas, amoldando-se às múltiplas realidades encontradas nos diversos territórios e contextos.

Recentemente, tem ganhado força, na historiografia brasileira, a partir de um diálogo com a historiografia portuguesa, o debate acerca do Estado Moderno. A ideia de um Estado absoluto e centralizado tem sido questionada em função da concepção de uma administração em que o grau de autonomia dos conselhos e poderes a nível local tinham um peso decisivo sobre o poder que emanava do centro⁸⁷. De acordo com essa perspectiva, nas colônias, “a heterogeneidade de laços políticos impedia o estabelecimento de uma regra uniforme de governo, ao mesmo tempo [em] que criava limites ao poder da Coroa e seus delegados”⁸⁸.

O extenso debate na historiografia brasileira, geralmente tem, como ponto de partida, o estudo de dois clássicos da história do Brasil colonial; trabalhos cujos autores se contrapõem justamente em relação a questões referentes à centralização do poder da monarquia portuguesa e o grau de autonomia dos núcleos de poder local⁸⁹.

⁸⁷ Cf. HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**: instituições e poder político – Portugal – Séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

⁸⁸ HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: **O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa** (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 172.

⁸⁹ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 8. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989. e PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942. Cf. Cf. SOUZA, Laura de Melo e. **O sol e a sombra**: Política e administração colonial na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Destaque ao capítulo 1, intitulado “Política e administração colonial: problemas e perspectivas”, entre as páginas 27 – 77. A autora faz uma análise da historiografia política e administrativa do período colonial e aprofunda o debate entre a tradição analítica, as novas perspectivas de análise apresentadas a partir do livro *O Antigo Regime nos Trópicos* e as análises de António Manuel Hespanha no tocante à centralidade e autonomia. Considera que há um excesso de minimização do alcance do Estado e um abandono da questão da escravidão nos estudos de Hespanha, conclui que as interpretações mudam com o tempo e que todas trouxeram importantes contribuições.



Recentemente, tem sido muito comum entender o império português como uma estrutura política complexa e fragmentada, consubstanciado por uma pluralidade do Direito, ligada à administração do reino⁹⁰.

De acordo com Maria Fernanda Bicalho (2010), “em Portugal, nos séculos XVI e XVII e, em menor escala, no XVIII, a coroa partilhava o governo com outros corpos sociais, entre eles conselhos e tribunais, órgãos, em sua maioria, autorregulados e que gozavam de certa autonomia”⁹¹. Nesse sentido, a coroa portuguesa não representava uma força homogênea de intervenção na sociedade, e sim um conjunto de órgãos com múltiplos interesses que funcionavam a partir de uma razoável autonomia, ainda que houvesse uma derivação de poder a partir da autoridade real.

Todo esse emaranhado de órgãos, poderes e competências provocava, muitas vezes, uma relação conflituosa de interesses e jurisdições. Não obstante, esse sistema de órgãos e conselhos, enquanto agentes do aparelho administrativo, tinha missões a desempenhar e estava intrinsecamente ligado ao poder real, que era a cabeça do sistema político e administrativo português. Segundo argumentação de José Subtil,

Esta garantia requeria um centro coordenador, papel desempenhado pelo príncipe, que, por esta constitucionalidade, via desenhado o ofício nobre de fazer justiça, isto é, de avocar-se como estímulo e aval da manutenção da harmonia, paz e segurança, o que significa evitar a intromissão

⁹⁰ HESPANHA, Antonio Manuel. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: **Na Trama das Redes – Política e negócios no Império Português, séculos XVI – XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 45 – 75. A partir da abordagem jurisdicionalista e a ideia dos “sistemas polissinodais”, conselhos com relativa autonomia.

⁹¹ BICALHO, Maria Fernanda B. As tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos. In: **Na Trama das Redes – Política e negócios no Império Português, séculos XVI – XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 345 – 365.



de funções e competências entre os diversos órgãos político-administrativos⁹².

Esse formato de organização do poder não nega totalmente a centralidade do rei, uma vez que o príncipe exercia papel de árbitro final nas relações de conflitos entre os diversos corpos sociais envolvidos no processo. Dessa forma, torna-se importante considerar os dois processos: certa autonomia na esfera das instituições de governo na colônia e concomitante intervenção do poder régio em casos e instâncias específicas.

Contudo, é importante ratificar que o período da expansão ultramarina e colonização da América foi marcado pelo “predomínio das forças políticas do absolutismo, no plano político”⁹³. Sendo assim, as normas gerais – inclusive as que concediam essa relativa autonomia – emanavam do príncipe.

No tocante às leis no período colonial, elas serviam para controlar e disciplinar as relações concretas, política e economicamente. A relação entre os objetivos da empresa colonizadora e a interação dos personagens reais da história foi tecida a partir da pressão do Estado em função da tentativa de diminuir a sobreposição dos interesses individuais sobre os principais objetivos da exploração colonial⁹⁴.

Retomando o debate, Rodrigo Ricupero recobrou o conceito de “Estado Patrimonial” em Max Weber para quem existiam Estados em que a forma de exercício de poder não se dava através da coerção física. Nesse caso, os governantes administravam a partir da corte, distribuindo honras e mercês, títulos e cargos em troca de fidelidade e empenho nas demandas da monarquia. Nesse caso, a coroa portuguesa se constituiria em uma monarquia patrimonialista. Tal conceito já tinha sido explorado por outros autores como Raymundo Faoro em

⁹²Subtil, José Manuel. A administração central da coroa. In: MATOSO, José. **História de Portugal**. v. 3. Lisboa: Ed. Estampa; 1998. p. 75 – 76.

⁹³NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**. Op. Cit. p. 62.

⁹⁴NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial – século XVIII –XIX**. Op. Cit.



relevante trabalho intitulado *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*⁹⁵. Assim sendo, ponderou Ricupero:

No processo de colonização do Brasil, a Coroa utilizou-se da iniciativa particular e nela se apoiou, buscando, porém, sempre seu controle. Se, na perspectiva do Estado contemporâneo, essa situação pode ser vista como fragilidade, à época, no processo de formação do Estado, tal política constituiu hábil recurso: a Coroa utilizava recursos humanos e financeiros particulares para viabilizar seus projetos, sem que lhe coubesse nenhum ônus, cedendo, em troca desse apoio, terras, cargos, rendas e títulos nobiliárquicos⁹⁶.

Essa característica geral fundamentaria uma prática jurídica, segundo o autor, denominada de justiça distributiva, que consistia em, basicamente, premiar os bons, ou seja, os colaboradores e vassalos fiéis, e punir os maus. Dentro desse contexto, atribuía-se ao rei a função primordial de premiar e castigar, e as relações dos indivíduos imersos nessa mentalidade geral irão se pautar na relação sincrônica entre serviços e recompensas. Esse era o caminho de ascensão social e conquista de prestígio na sociedade de corte. Longe de representar um caminho infalível – conceder um privilégio dependia do rei e das pressões e dos interesses da sociedade – era o caminho normalmente utilizado.

Tal relação constituía uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo em que poderia proporcionar ao súdito uma possível ascensão social, criava nele uma obrigação de fidelidade ao rei e muitos foram os que arriscaram suas vidas e seus bens para receber algum tipo de reconhecimento e conseguir aumentar a sua riqueza.

Observando-se esses critérios, D. João III dividiu as terras da América em 15 porções de, em média, 50 léguas da costa, com extensão

⁹⁵ Cf. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

⁹⁶ RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial no Brasil. 1530 – 1630**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 13.



indefinida para o interior⁹⁷, e as doou a 13 donatários, sendo reservadas 150 léguas para Martim Afonso de Sousa e seu irmão Pero Lopes de Sousa em porções separadas umas das outras. Três finalidades, de maneira geral, podem integrar a política das capitanias: obedecer à lógica das mercês, do povoamento e da defesa e, finalmente, expandir a fé cristã⁹⁸.

Entre os primeiros donatários, não havia nenhum pertencente à alta nobreza. Foram escolhidos funcionários da Coroa que já tinham ligação com a empresa ultramarina. Eram importantes funcionários, como João de Barros, feitor da Casa da Índia, Fernão Álvares de Andrade, tesoureiro-mor do Reino; “ou gente que já tinha experiência concreta no Império, como Vasco Fernandes Coutinho, Duarte Coelho e Francisco Pereira Coutinho, todos com larga folha de serviços prestados no Império”⁹⁹.

Não obstante, Francisco Carlos Cosentino afirmou que, dos 13 donatários, 12 eram reconhecidamente cavaleiros fidalgos, sendo que Pero de Campo Tourinho era “o único não identificado nesses documentos [cartas de doação] como tal”¹⁰⁰. Segundo o autor, Pero do Campo Tourinho era navegador e comerciante.

Alguns estudos caracterizaram o sistema de donatarias como um regime feudal¹⁰¹. Entretanto, o estudo mais recente dedicado ao assunto, de Antonio Vasconcelos de Saldanha, colocou que as capitanias hereditárias constituíram regimes de “senhorios eminentemente jurisdicionais”¹⁰². Esse regime concedia autoridade ao donatário que ia

⁹⁷ A princípio, o limite considerado em direção ao interior levava em consideração o Tratado de Tordesilhas (1494).

⁹⁸ Cf. SALDANHA, Antonio Vasconcelos de. **As capitanias do Brasil**. Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno Atlântico. Lisboa: CNCDP, 2001.

⁹⁹ RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial no Brasil**. Op. Cit. p. 99.

¹⁰⁰ COSENTINO, Francisco Carlos. Construindo o Estado do Brasil: Instituições, poderes locais e poderes centrais. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, M. F. (orgs.). **O Brasil Colonial, v. 1 (Ca. 1443 – 1580)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 537.

¹⁰¹ Cf. VARNHAGEN, F. A. **História geral do Brasil**. Op. Cit. e MEREIA, Paulo. A solução tradicional da colonização do Brasil. In: MALHEIROS DIAS, C. **História da colonização portuguesa do Brasil**. Op. Cit. p. 167 – 188.

¹⁰² SALDANHA, Antonio Vasconcelos de. As capitanias do Brasil. Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno Atlântico. Lisboa: CNCDP, 2001. p. 49. *apud* COSENTINO, Francisco Carlos. **Construindo o Estado do Brasil**. Op. Cit. p. 531.



para além da mera administração da propriedade particular, a arrecadação das rendas, a nomeação ou confirmação – quando concedida – de funcionários concelhios, o servir de elo máximo de contacto com o monarca, e, num período primário, específicas funções de comando militar. No somatório destas atribuições tem também um inegável peso a faculdade de distribuir terras em “sesmarias”¹⁰³.

Nesse caso, os capitães donatários estabeleceram uma relação com o monarca “baseada no relacionamento entre um senhor e um vassalo [...] impondo-se ao donatário laços de obediência, além de determinados serviços e determinadas obrigações”.¹⁰⁴ Inicialmente, todo o poder e a jurisdição das capitánias eram transferidos ao donatário, sendo proibida a entrada de corregedor, juiz ou intervenção de qualquer outra justiça que não fosse determinada pelo rei. Além disso, o donatário era proibido de trocar ou dividir a sua governança, sendo resguardados os direitos ao herdeiro, salvo na condição de os mesmos traírem a Coroa.

A carta de doação e o foral eram os documentos que regulamentavam o funcionamento das capitánias e estabeleciam os direitos e deveres do donatário. Estavam reservados ao donatário o direito sobre a jurisdição civil e criminal da capitania, a criação e o provimento de ofícios de tabelião nas povoações, a administração das alcaidarias-mores das vilas, a repartição de sesmarias entre os colonos e ainda a venda de um certo número de índios escravizados. Ademais, o donatário podia valer-se das retiradas de 1/20 do pau-brasil extraído, 1/10 da dízima paga pelos colonos, 1/2 sobre do imposto sobre atividade pesqueira, 1/10 dos direitos pagos à Ordem de Cristo sobre a barcaçagem e a passagem nos rios, moinhos de sal e no engenho.

Como deveres, o donatário tinha que criar vilas e povoações portuguesas, repartir terras em forma de sesmarias, guardar e conservar o monopólio régio sobre o pau-brasil, o sal e demais especiarias e de zelar e fazer cumprir a soberania portuguesa.

¹⁰³ COSENTINO, Francisco Carlos. **Construindo o Estado do Brasil**. Op. Cit. p. 531.

¹⁰⁴ COSENTINO, Francisco Carlos. Op. Cit. 2014. p. 532.



1.5 Aspectos geográficos da capitania de Porto Seguro

Criada por D. João III e doada a Pero do Campo Tourinho em 1533, a Capitania de Porto Seguro contava com 50 léguas de costa marítima, e sua delimitação territorial, como de costume, obedecia a critérios vagos de limites geográficos, estabelecendo que “começa na parte onde se acaba as cinquenta léguas de [...] Jorge Figueiredo Correa na dita costa do Brasil [...] e daí correndo para o sul quanto couber as ditas cinquenta léguas”¹⁰⁵. Apesar da imprecisão, convencionou-se que os limites seriam o Rio Doce¹⁰⁶ (limite sul na fronteira com a Capitania do Espírito Santo) e o Rio Grande (atual Jequitinhonha, limite norte e fronteira com a dos Ilhéus). O limite a oeste, até a criação da Capitania de Minas Gerais no início do século XVIII, permaneceu móvel, obedecendo, em primeira instância, à delimitação estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas¹⁰⁷.

A capitania estava inserida no macrodomínio que pode ser denominado de Tropical Atlântico, no qual se destaca uma grande e complexa floresta tropical atualmente denominada de Mata Atlântica. Essa rica floresta atlântica possui “subáreas topográficas muito diferenciadas entre si, desde os tabuleiros da Zona da Mata Nordestina – Costa do Descobrimento – até as escarpas tropicais das Serras do Mar e da Mantiqueira, e ‘mares de morros’”¹⁰⁸. Estendendo-se até o litoral, os tabuleiros costeiros, planos e acima do nível do mar, ao encontrar-se com o mar, transformam-se em belíssimas falésias. Além da rica biodiversidade da floresta, composta por uma enorme diversidade mineral, de fauna e flora, próximo à entrada dos rios, a costa da capitania era entrecortada por áreas de manguezais.

¹⁰⁵ CARTA de doação da Capitania de Porto Seguro. Évora, 27 de Maio de 1534. ANTT, Chancelaria de d. João III, Livro 7, f. 103. Citado de: CANCELA, Francisco. **De projeto a processo colonial**: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia – PPGH, Salvador, 2012. p.36.

¹⁰⁶ Atualmente, a área entre o Rio Mucuri e o Rio Doce pertence ao Estado do Espírito Santo.

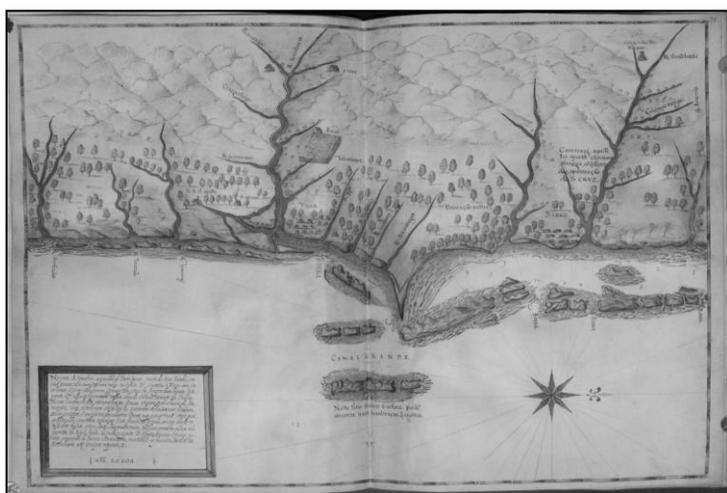
¹⁰⁷ CANCELA, Francisco. **De Projeto a processo colonial**. Op. Cit. p. 36.

¹⁰⁸ AB’SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 45.



Complementando a floresta, uma diversidade de rios de grande, médio e pequeno porte dava um aspecto luxuriante à fisiografia da capitania. Entre os principais rios, podemos destacar (em sentido norte-sul): o Grande; Bouquisape; Santo Antonio; Serambitiba; Dos Mangues; Humiuna; Itacimirim; São Francisco; Serinhaém; Sermambitiba; Timocugi; Tororão; Dos Frades; Juacema; Caramuame; Corumbabo; Cobexatibi; Jucuruçu; Itanhém; Caravelas; Peruípe; Mocuripe; Guaxinduba; Cricaré e Doce¹⁰⁹. Todo o território era permeado por essa importante rede hidrográfica, sendo os rios Grande, Caravelas, Cricaré e Doce considerados de grande porte.

Figura 4 – Mapa da Capitania de Porto Seguro desde o rio dos Frades até o rio de Santo Antônio



Fonte: MORENO, Diogo de Campos. **Rezão do Estado do Brasil no Governo do Norte somete asi como o teve dõ Diogo de Meneses até o anno de 1612 [c. 1616]**. Biblioteca Pública Municipal do Porto, Manuscrito, Códice 126, f. 31.

¹⁰⁹ Os nomes dos rios e a grafia utilizada estão de acordo com os registros da figura 4 e da figura 5.



De grande importância para o estabelecimento de empreendimentos agrícolas e como meio de trânsito ao interior, o domínio e conhecimento dos rios eram de fundamental importância para o sucesso da implantação da colonização. Entretanto, o que poderia ser um elemento favorável também escondia potencialidades negativas, podendo servir de esconderijos para contrabandistas e índios inimigos, presença de cachoeiras e corredeiras, dificultando a constituição de grandes portos e mesmo a comunicação por terra. Um outro elemento que aparece destacado no mapa acima é a quantidade de arrecifes, proporcionando uma grande quantidade de baixios, transformando a navegação de grandes embarcações em motivo de cuidado e preocupação. Albernaz sinalizou o principal local de entrada de grandes embarcações em frente à povoação de Santa Cruz¹¹⁰, local que coincide com a feitoria construída no século XVI, deixando clara a localização precisa do porto. Contudo, apesar de frequentado e conhecido desde a primeira metade do século XVI, há de se convir que não aparenta ser um dos portos mais confortáveis da costa do Brasil.

O mapa retratou também, mesmo de forma tímida, o conjunto de serras que cercam a capitania. As serras “começam a surgir a aproximadamente 5 léguas do litoral, o que as transformaram em obstáculos para a expansão da ocupação colonial por causa das suas condições físicas e por servirem de abrigo a grupos indígenas não aliados”¹¹¹.

A prancha abaixo pôs em destaque a Serra das Esmeraldas, que, segundo Pero de Magalhães Gândavo, um dia “chegaram certos índios do sertão a dar novas de umas pedras verdes que havia numa serra muitas léguas pela terra dentro, e traziam algumas delas por amostra, as quais eram esmeraldas mas não de muito preço [...] e que esta serra era muito fermosa e resplandecente”¹¹².

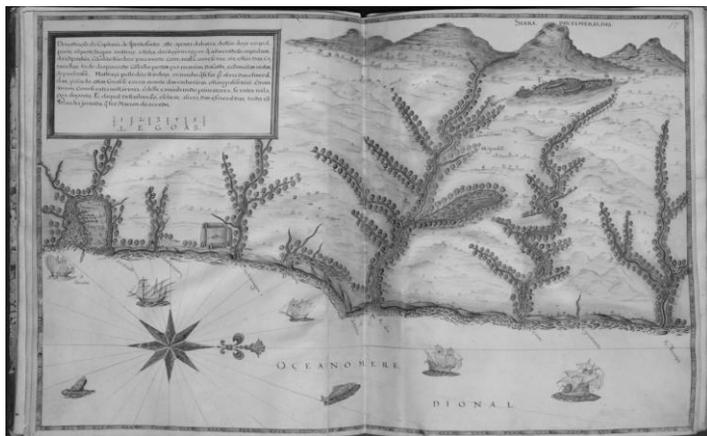
¹¹⁰ Esta povoação ainda não corresponde à atual cidade de Santa Cruz de Cabralia, mas sim à atual Coroa Vermelha.

¹¹¹ CANCELA, Francisco. **De projeto a processo** colonial. Op. Cit. p. 38.

¹¹² GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da terra do Brasil**. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 100. p. 75.



Figura 5 – Mapa do limite Sul da Capitania de Porto Seguro



Fonte: MORENO, Diogo do Campo. **Rezão do Estado do Brasil no Governo do Norte somete asi como o teve dõ Diogo de Meneses até o anno de 1612 [c. 1616]**. Biblioteca Pública do Porto, Manuscrito, Códice 126, f. 17.

As densas e dilatadas matas da capitania ofereceram uma riqueza muito grande de madeiras nobres e o seu principal tesouro: o pau-brasil. Ademais, a fertilidade de seus solos sempre chamou a atenção dos colonizadores como, estando por Porto Seguro em 1550, escreveu o padre Nóbrega, “esta terra, como já escrevi a Vossa Reverendissima, é muito sã para habitar-se e assim averiguamos, que me parece a melhor que se possa achar [...] a água é muito boa, a terra é naturalmente quente e úmida”.¹¹³

Por outro lado, esse discurso esconde a grande dificuldade de adaptação e penetração imposta pela densidade da floresta tropical. Nesse caso, pondera Dean,

¹¹³ CARTA que o Padre Manoel da Nóbrega, da Companhia de Jesus em as terras do Brasil, escreveu ao Padre Mestre Simão, preposito da dita Companhia em Portugal. De Porto Seguro, em 6 de Janeiro de 1550. In: ACCIOLI, I. e AMARAL, B. **Memórias históricas e políticas da Bahia**. Op. Cit. p. 365.



a floresta tropical é um lugar inóspito para o homem. Embora nicho de nossos ancestrais simiescos no passado, há muito fomos expulsos desse paraíso. Abrimos nosso caminho no seu chão tropeçando entre as pernas de gigantes, com muito menos destreza que nos campos abertos. Mesmo na estação da seca, o orvalho matinal cai em chuvisco constante, encharcando as folhas caídas e escorregadias e transformando a terra em lama. Emaranhados de raízes e trepadeiras restringem nossos passos. Cipós, eriçados de espinhos, arranham nossos braços. Avançar um quilômetro é galgar troncos caídos por vinte vezes ou mais. Ao longo dos riachos, é constante o assédio de legiões de carrapatos, pernilongos, mosquitos-pólvora, alguns deles parasitados por micróbios letais a nós, mamíferos pelados. Centopéias, escorpiões e lagartas urticantes desafiam-nos a tocá-los¹¹⁴.

Em 1555, o jesuíta João Azpilcueta Navarro, ao sair de Porto Seguro, escreveu uma carta em que relata sua jornada pelo interior da mata. No texto, o padre Navarro explicita as dificuldades de transpor obstáculos naturais e os apuros que passou a partir das características da terra:

entrámos pola terra dentro 350 léguas, sempre por caminhos pouco descobertos, por serras mui fragosas que não têm conto, e tantos rios que em partes, no espaço de quatro ou cinco leguas, passamos cincoenta vezes contadas por agua, e muitas vezes, si me não socorreram, me houvera afogado. Mais de tres mezes fomos por terras mui humidas e frias por causa dos muitos arvoredos e das arvores, mui grossas e altas, de folha que sempre está verde. Chovia muitas

¹¹⁴ DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. Op. Cit. p. 28-29.



vezes; e muitas noites dormimos molhados, especialmente em logares despovoados e assim todos, em cuja companhia eu ia, estiveram quase a morte de enfermidades, uns nas aldêas, outros em despovoados, e sem ter outra medicina que sangrar-se de pé¹¹⁵.

No mesmo ano, Ambrósio Pires escreveu, relatando que em Porto Seguro “há [...] infinito numero de formigas, que tem na boca umas como tenazes, com as quaes talam todo o plantio e, o que é peor, fa-lo murchar”¹¹⁶.

1.6 A Capitania de Porto Seguro entre a sua criação e a instalação do governo-geral

Pero do Campo Tourinho foi o primeiro donatário da Capitania de Porto Seguro. Recebeu a carta de doação em maio de 1534, cabendo-lhe o grande desafio de estabelecer o povoamento e a conquista territorial dessa porção de 50 léguas da costa da América portuguesa. Sobre as suas origens sociais, temos duas possibilidades aventadas. Como já exposto anteriormente, Francisco Carlos Cosentino não considera que o capitão-donatário era oriundo da fidalguia portuguesa e o enquadra na condição de comerciante. Diferentemente, Francisco Cancela apresenta Pero do Campo como de uma família aristocrática importante, proprietário de terras (campos de trigo), que ocupara o cargo de oficial da Misericórdia, era isento de impostos, envolvido no comércio de tecidos do norte da Europa e, por fim, possuía títulos que o aproximavam da nobreza¹¹⁷. Faz-se necessário lembrar que não são opções excludentes, sendo possível que Tourinho não fosse o filho mais velho, o que o excluiria da herança dos bens e dos títulos.

Contudo, não ficou claro quais seriam esses títulos ou se era de fato um fidalgo pertencente à média ou baixa nobreza do reino.

¹¹⁵ NAVARRO, João Azpilcueta. **Cartas Avulsas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. p. 146.

¹¹⁶ PIRES, Ambrosio. **Cartas Avulsas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. p. 142.

¹¹⁷ CANCELA, Francisco. **De projeto a processo colonial**. Op. Cit. p. 43 – 44.



Nesse caso, fica a dúvida que possivelmente pode ser discutida e clarificada a partir de estudos vindouros. Valeremos-nos dela posteriormente ao pontuarmos, de forma rápida, o caso de sua prisão pelo Tribunal do Santo Ofício.

Antes de partir para a sua empreitada, Pero do Campo vendeu propriedades para viabilizar investimentos e, ao que parece, conseguiu mobilizar pessoas para ingressar na aventura colonizadora. Essa capacidade de mobilização era muito importante devido aos riscos de um objetivo cheio de imprevisibilidades. Conta-se que a expedição montada por Tourinho contava com duas naus e duas caravelas e grande número de pessoas e material para construção de vilas e povoamento. Veio acompanhado da família, sua esposa, Ignês, e os filhos André e Fernando, trazendo também um corpo de funcionários administrativos.

Segundo Cancela (2012), chegando à Capitania de Porto Seguro, o capitão-donatário encontrou condições muito favoráveis. A feitoria construída no início do século XVI ainda funcionava bem. Baseado em relatos do cronista oitocentista Ayres do Casal, conclui-se que as condições políticas eram “favoráveis à empresa do donatário, pois a existência de vários ‘mamelucos’ evidenciava a realização de alianças decorrentes de uniões matrimoniais entre os lusitanos e os nativos”¹¹⁸. Esse clima positivo possibilitou a construção de engenhos, vilas (além da de Porto Seguro, fundaram-se as vilas de Santa Cruz e Santo Amaro) e a expansão da conquista do território. Esse quadro de “florescimento” da capitania teria durado até o início da década de 1540¹¹⁹.

Porém, esse não era o contexto geral para a implementação das capitanias. Vários fatores contribuíram para o fracasso inicial de grande parte delas. Em um quadro geral, tradicionalmente apontado pela historiografia, o período entre a criação das capitanias e a instalação do governo-geral é desapontador, visto que “algumas capitanias não chegaram a ser colonizadas, e outras sofreram com a

¹¹⁸ CANCELA, Francisco. **De projeto a processo colonial**. Op. Cit. P. 48.

¹¹⁹ *Ibidem*.



negligência dos donatários, as desavenças internas e a guerra dos índios” [que] podem ser elementos definidores dessa situação¹²⁰.

Observando esse quadro geral de início de instalação das capitanias hereditárias no Brasil por uma perspectiva econômica, Rodrigo Ricupero propõe um contraponto interessante. Para ele,

o extrativismo do pau-brasil não contribuía para a fixação de núcleos populacionais, levando a um certo nomadismo, sempre à procura de áreas ainda não exploradas. Além disso, por constituir-se num estanco régio, sua exploração era arrendada a comerciantes, cujos feitores sem maiores preocupações ou vínculos com a ocupação das terras próximas às áreas de corte da madeira¹²¹.

Em contraposição, “o açúcar, sedentário, exigia não só o plantio da cana de açúcar, como também o seu beneficiamento, gerando a construção de engenhos [...] transformaram-se em importantes focos de ocupação e defesa do território”¹²². Dessa forma, o deslocamento de prioridade nas atividades econômicas relegou a atividade extrativista para um segundo plano em função de sua natureza estar mais de acordo com a necessidade de ocupação e povoamento. Daí vem a importância e a preocupação dos capitães donatários em construir engenhos.

Associado a esse processo, devemos levar em consideração o surgimento de novas técnicas de tingimento de tecidos em vermelho, fazendo com que a tinta do pau-brasil perdesse mercado na Europa.

No processo inicial de instalação da empresa açucareira no Brasil, a principal força de trabalho utilizada foi a mão de obra indígena devido a sua relativa abundância e seu baixo investimento. Como observa Maestri, as cartas forais já continham uma relativa regulamentação do trabalho indígena quando o rei permitiu “que os

¹²⁰ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 - 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.31.

¹²¹ RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial no Brasil**. Op. Cit. p. 116.

¹²² RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial no Brasil**. Op. Cit. p. 117.



donatários capturassem, anual e gratuitamente, algumas dezenas de cativos, para o uso pessoal e para a exportação”¹²³. Logo, a caçada por mão de obra escrava elevou-se e “a primeira coisa que [os colonos] pretendem adquirir, são escravos para nellas lhes fazerem suas fazendas”¹²⁴. Assim, apesar da continuidade das relações de escambo e do contato estar prioritariamente ligado aos grupos Tupi do litoral,

a grande inovação é a de que a escravidão passa a ser massiva e os aprisionados começam a ser destinados, na sua quase totalidade, à implantação da efetiva ocupação e colonização do Brasil, baseadas, preferencialmente, na produção agrário-exportadora açucareira. E para que tal ocorresse, havia a necessidade de ajustar a mão de obra a um novo ritmo produtivo de trabalho e sua inserção compulsória no novo sistema produtivo, gerando os primeiros grandes conflitos¹²⁵.

Essa caçada por mão de obra e a conseqüente ampliação da escravização de índios tem como principal conseqüência a implosão das relações organizacionais dos grupos Tupi no contexto do contato e o aumento de conflitos e resistência a essa nova realidade.

Esse processo impôs uma mudança radical nas concepções econômicas indígenas baseadas na troca, e pouco ou quase nenhum acúmulo de excedente para a venda comercial, a partir da inserção em uma lógica de mercado, implicando também na necessidade de sedentarização e mudança na divisão do trabalho, obrigando os homens a se ocuparem de tarefas tradicionalmente ligadas às mulheres, como o trabalho de plantio.

É importante destacar a importância da liderança política e espiritual entre os chefes tupiniquim e sua relação com a guerra.

¹²³ MAESTRI, Mario. **Os senhores do litoral**: Conquista portuguesa e agonia tupinambá no litoral brasileiro (Século XVI). Porto Alegre: EDUFRS, 1994. p. 98.

¹²⁴ GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da terra do Brasil**. Op. Cit, p. 13.

¹²⁵ PARAÍSO, M. H. B. **De como se obter mão de obra escrava indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII**. Op. Cit. p. 179-208.



Assim, “a trama da vingança, as práticas de sacrifício e antropofagia, e a complexa configuração de alianças e animosidades entre aldeias”¹²⁶ assumiram importância central nas relações intertribais e a partir do contato entre índios e europeus. Logo, o desvio dos prisioneiros dos rituais antropofágicos a partir da prática de resgates¹²⁷ representou uma ruptura no processo de definição de hierarquias sociais entre os indígenas.

Complementando esse processo, a autoridade de que gozavam os donatários desestabilizou as alianças construídas antes da implantação do regime de capitanias e da vinda dos administradores de seus empreendimentos coloniais.

Esses elementos provocaram conflitos entre os colonos portugueses e desses com os índios. A prática de saltos¹²⁸ em outras capitanias era constante, colocando a colônia em constante estado de guerra. O resultado disso foi um grande revés na empresa açucareira com ataques, queima de engenhos e a eclosão de inúmeras revoltas em meados dos anos 1540 (Bahia, 1545; São Tomé, 1546; Espírito Santo, 1546; Porto Seguro, 1546)¹²⁹.

Nesse ínterim, o contexto conflituoso interno – entre colonos e donatários – e externo – de ataques de outras nações europeias e índios pouco afeitos à aliança com os portugueses, acabou por levar à denúncia e prisão de Pero do Campo Tourinho pela Santa Inquisição em 1546. A prisão foi fruto de uma conspiração que envolveu os

¹²⁶ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 26.

¹²⁷ Segundo Beatriz Perrone-Moisés (1992), “o ‘resgate’ é, como a guerra justa, um caso de escravização fundamentado por regras de direito correntes [...] Esses indivíduos ‘presos à corda’, como dizem os documentos, são cativos legítimos expressamente desde a Lei de 1587, e o princípio do resgate como justificativa de escravização retomado em Regimento de 21/2/1603, na Lei de 1611, na Provisão Régia de 17/10/1653, no Alvará de 28/4/1688 e em muitos outros momentos. O Regimento de 25/5/1624 declara que só poderão ser escravizados ‘os que estiverem em cordas’. São assim resgatados indivíduos que seriam comidos, para que se lhe salve a vida e a alma.” Cf. PERRONE-MOISÉS. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial. In: CUNHA, M^a Manuela C. da. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Fapesp/SMC, 1992. p. 127 – 128.

¹²⁸ Saltos: ataques realizados pelos colonos às aldeias indígenas em busca de escravos.

¹²⁹ Cf. JOHNSON, H. B. La colonización portuguesa del Brasil, 1500 – 1580. In: BETHELL, Leslie (editor). **Historia de América Latina - Vol 1 - América Latina Colonial: La America Precolombina y La conquista**. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 217.



juízes ordinários Pero Escórnio Drumondo e Pero Ames Vicente, o capelão do duque de Aveiro, Manuel Colaço (principal denunciante), os padres João Bezerra, Frei Jorge e o reverendo Bernardo de Aurejac. Acusado de blasfêmia e heresia, o capitão é enviado preso a Portugal em 1547. Tudo indica que tenha sido absolvido, entretanto, ficou proibido de voltar à colônia.

O caso Tourinho, mesmo que ainda de forma muito mais sugestiva e imaginativa que cabal, pode nos remeter à tentação de pensar a sua provável condição de comerciante, e não de um pertencente à fidalguia reinol. Certamente, o capitão não contou com um apoio real significativo que lhe permitisse se livrar dos seus algozes, e os setores da nobreza que o apoiavam tiveram um poder muito mais tímido do que o do duque de Aveiro e seus acólitos, de modo que foi preso, expulso da colônia e impedido de voltar ao seu senhorio por uma denúncia de blasfêmia e heresia, compondo um caso interessante e ainda com muitas lacunas a serem preenchidas, quem sabe, em futuras pesquisas.

Fernão Tourinho conseguiu reverter a capitania para a posse da família Tourinho, tornando-se o seu segundo donatário em 1554. Fernão Tourinho morreu em 1555 e, provavelmente, sem opções, já que seu irmão André tinha sido preso por crime contra a fazenda real, portanto deixou como herdeira a irmã, Leonor do Campo, que vivia em Viana do Castelo. Segundo Accioli,

enviando esta, foi-lhe concedida, por alvará de 16 de julho de 1559, licença para vende-la ao Duque de Aveiro, que a poderia deixar por testamento a D. Pedro Diniz. A escritura passada a 9 de agosto do mesmo ano, por 100\$000 de juro, a razão de 12\$500 o milheiro, seiscentos mil réis em dinheiro de contado, e dois moios de trigo em cada um ano, enquanto vivesse a dita D. Leonor; a venda foi confirmada a 6 de fevereiro de 1560¹³⁰.

¹³⁰ ACCIOLI, I. e AMARAL, B. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Op. Cit. p. 445.



A partir desse momento, a capitania ficou sob o domínio da casa ducal de Aveiro até 1758, data da sua anexação à Capitania da Bahia.

Cancela entendeu, como ponto central para o desencadeamento da conspiração e denúncia, a questão da disputa pela mão de obra indígena¹³¹. Poderíamos sugerir também a associação do evento a um possível e relativo controle sobre a atividade extrativista de pau-brasil como contribuição. Pode se pensar qual a relação entre a deposição do capitão e a posterior compra da capitania pela casa ducal de Aveiro. Ainda que de forma muito nebulosa, a impressão que nos transparece é que a casa de Aveiro tinha um grande interesse na capitania em função da possibilidade de expandir os seus negócios a partir do controle, mesmo que indireto – uma vez que o monopólio de extração de pau-brasil era da Coroa –, da atividade extrativista da madeira tintorial e pode ter utilizado a sua influência política junto à corte e às instâncias administrativas da Coroa portuguesa para tentar conseguir o domínio da Capitania de Porto Seguro.

Manuel Colaço, capelão do duque de Aveiro, era um dos denunciantes. A casa ducal, na época, já detinha terras e engenho na capitania. Além da propriedade de terras, o duque mantinha relações comerciais com a Coroa relacionadas à capitania não só como proprietário de sesmaria e produtor de açúcar, mas, também, como armador de embarcação, como atesta um mandado a Pedro Fernandes para o pagamento de 7 mil e quinhentos réis a Diogo Preto, feitor do Duque de Aveiro pela “compra de uma fateixa e mil e quinhentos réis para a compra de dezassete varas de panno de treu para reparos em velas a razão de trinta réis a vara”¹³². Dispondo de toda a infraestrutura necessária, terras e engenho próximos ao rio e relativamente próximo à entrada da mata, além de embarcação própria para o transporte da madeira, poderia usufruir de um comércio lucrativo a partir de contrato ou até mesmo contrabandeando o tesouro florestal.

¹³¹ CANCELA, Francisco. **De volta ao tema da primeira prisão da Inquisição no Brasil: balanço historiográfico e novos olhares sobre a experiência de Pero do Campo Tourinho**. Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama, IFBA/EUNÁPOLIS, n. 01, ano 1, 2010.

¹³² Salvador, 3 de Fevereiro de 1550 – DHBN – v. 37, p. 306.



1.7 A instalação do governo-geral, intervenção e o governo de Duarte de Lemos (1550 – 1554)

Esse contexto geral de desagregação interna e de revoltas se ampliou e, em 1548, as capitanias de Ilhéus, Pernambuco e Espírito Santo sofreram ataques indígenas. Contudo, o caso mais trágico é o da Bahia, onde Francisco Pereira Coutinho, acossado pelos tupinambás, é obrigado a refugiar-se em Porto Seguro. Para o caso da Bahia, muitos motivos foram apontados como estopim da revolta, inclusive, as medidas restritivas impostas pelo donatário ao comércio de pau-brasil, o que acabou desagradando Diogo Álvares Correia, um português que vivia na Bahia, provavelmente desde a década de 1520 e que tinha fundado uma povoação de portugueses e índios e estabelecido fortes alianças, beneficiando-se, dentre outras coisas, do tráfico de pau-brasil com os franceses¹³³.

Coutinho, na tentativa de retorno à Bahia, após uma suposta intervenção de Diogo Álvares junto aos tupinambás e a promessa de paz, morre nas imediações da Ilha de Itaparica devido ao naufrágio de sua embarcação.

Contudo, agregado a esses episódios, deve-se sempre lembrar os múltiplos motivos de ordem estrutural impostos às populações indígenas com a constituição das capitanias hereditárias e que implicaram mudanças na relação com os colonos. Destacamos a apropriação de terras, imposição de novos padrões sociais baseados na hierarquização das relações, intervenção na organização do trabalho, introdução de doenças infectocontagiosas e tantos outros elementos que eram incompatíveis com a organização social das populações indígenas e, portanto, violavam a forma de viver dos índios, sendo decisivos na instalação desse quadro de sua organização social. Toda

¹³³ Uma bela análise desse caso pode ser conferida em: PARAÍSO, M. H. B. Revoltas indígenas, a criação do Governo-geral e o regimento de 1548. In: **Clio – Revista de pesquisa histórica**. Recife: UFPE. n. 29.1, 2011. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/165>. Acesso em: 30 jun. 2012.



essa pressão acaba forçando-os à adoção da rebelião e da fuga com o objetivo de voltar a um estado de autonomia¹³⁴.

O projeto colonial das capitanias hereditárias, que envolvia um misto de interesses privados e do Estado, apesar da sua importância para o início da ocupação efetiva do território, apresentou falhas. Juntamente com esse quadro exposto anteriormente, contribuições de ordens diversas também foram definitivas para essa situação, como a dura tarefa dos donatários de povoar e colonizar uma grande dimensão territorial, fazê-la produzir para o mercado colonial, vencer o desconhecimento de um meio ambiente diferente, adverso e complexo, habilidade política para mediar conflito, entre tantas outras dificuldades inerentes a um projeto tão ambicioso para a iniciativa particular.

As dificuldades enfrentadas pelo sistema de capitanias e as preocupações advindas dos problemas da experiência inicial desastrosa forçaram a Coroa portuguesa a adotar medidas no sentido de responder a essa realidade. Cria-se, então, um Governo-geral, que passa a ser um mecanismo de maior participação e intervenção da Coroa nos assuntos da colônia. Tomé de Sousa, ao ser nomeado primeiro governador, recebe um regimento em 1548. As grandes questões do regimento estavam relacionadas à defesa, ao desenvolvimento das capitanias e às questões de ordem fiscal e fazendária. Logo, medidas são tomadas em função da preservação do território de ataques indígenas, franceses e de europeus de outras nações europeias, um maior controle fiscal com a nomeação de provedor-mor, da alçada da justiça com a criação da ouvidoria-mor e defesa com a nomeação de um capitão-mor da costa.

As povoações portuguesas são obrigadas a manter uma estrutura de defesa com armamentos, munição e pólvora, sendo vetada aos moradores qualquer transação envolvendo material bélico com índios, com incentivo à construção de embarcações com artilharia para combater corsários e construção de torres ou casas fortes com armamento nos engenhos.

¹³⁴ PARAÍSO, M.H. *Revoltas indígenas, a criação do Governo-geral e o regimento de 1548*. Op. Cit.



Talvez a questão mais complicada e de maior importância dizia respeito às políticas relacionadas aos índios. O estabelecimento da paz e conquista deveria vir associado à garantia de mão de obra. Assim, o regimento de 1548 lançou as bases da política indigenista da Coroa portuguesa que iriam ser postas em prática por todo o período colonial. Nesse caso, a preocupação era de conciliar os interesses de colonos, índios, jesuítas e da Coroa portuguesa, que eram distintos e contraditórios. Era necessário preservar os povos indígenas e transformá-los em aliados como forma de garantir transmissão de conhecimentos geográficos, alimentares e de usos de plantas e defesa, fosse de índios hostis à colonização, fosse de ameaças estrangeiras¹³⁵.

Ademais, era necessário garantir o suprimento de mão de obra para a continuidade e expansão da conquista, colonização e produção de riquezas. Criam-se, então, duas categorias de índios: 1) índios colaboradores ou amigos – aqueles que aceitavam o projeto colonial e 2) os índios inimigos – considerados bárbaros e selvagens que não aceitavam o projeto colonial, rebelando-se, sendo passíveis de escravização por guerra justa. As “causas de guerra justa seriam a recusa a conversão ou o impedimento da propagação da fé, a prática de hostilidades contra vassallos e aliados portugueses e a quebra de pactos celebrados”¹³⁶.

Sobrepondo-se ao regime das capitanias, as relações, até então existentes, foram adaptadas, havendo, sobretudo, uma limitação da alçada da justiça, com a atuação de corregedores, e a relação entre os donatários e colonos com a Coroa passou a ser mediada pelo governador, representando uma maior intervenção real na colônia. O Governo-geral passava a tentar articular as ações das diversas capitanias e oferecer um maior aparato, inclusive de defesa e apoio administrativo. Assumindo a função de representante do rei na colônia, o governador-geral “passou a exercer um controle real sobre as ações dos diversos agentes coloniais: donatários, funcionários e moradores em geral”¹³⁷.

¹³⁵ *Ibidem*.

¹³⁶ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Índios livres e índios escravos**. Op. Cit. p. 115 – 132.

¹³⁷ RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial no Brasil**. Op. Cit. p. 109.



A montagem da máquina administrativa tinha três setores como peças-chave: a burocracia e fiscalidade; a justiça e a guerra. Diogo Moniz Barreto foi nomeado alcaide-mor para gerenciar os assuntos de guerra. A gestão das receitas e despesas, assim como a fiscalização, taxação e administração de recursos tributáveis e não tributáveis era de competência da provedoria-mor. Por fim, a ouvidoria cuidava dos assuntos relacionados à justiça.

A provedoria-mor, alcaidaria-mor e ouvidoria-mor ficavam na Bahia e eram responsáveis por articular e gerenciar as provedorias e ouvidorias das demais capitanias.

Além do regimento de Tomé de Sousa, foram criados dois outros regimentos. Um para o provedor-mor Antonio Cardoso de Barros e outro regimento para os provedores da fazenda (ambos de 17/12/1548). Segundo Pedro Puntoni, os regimentos “articula[ra]m-se com as normas existentes nos quadros das capitanias e propu[se]ram mecanismos muito precisos de arrecadação e controle dos direitos da fazenda real”¹³⁸.

Antonio Cardoso de Barros, ao chegar à Bahia, procurou se informar dos oficiais da fazenda de outras capitanias para conhecer e analisar o estado das rendas e dos direitos existentes, o que era cobrado e como era cobrado. Criou-se uma alfândega, que deveria ser perto do mar e em uma casa para a administração do negócio da fazenda e contos, com livros para se fazer a contabilidade. Da mesma forma, foram criadas alfândegas e casas dos contos nas demais capitanias, “para que o provedor-mor pudesse ordenar todos os direitos régios em ‘ramos apartados’ e, então, os arrendando, conseguir melhores resultados”¹³⁹.

Dessa forma, a administração da fazenda e a imposição do fisco nas capitanias eram feitas nas provedorias locais e subordinadas à provedoria da Bahia a partir da atuação do provedor-mor.

A Bahia, após a morte de Francisco Pereira Coutinho, foi comprada pela Coroa portuguesa. Ordenou-se a construção de Salvador, uma cidade fortificada, que passou a ser a sede

¹³⁸ PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial 1548 – 1700**. São Paulo: Alameda, 2014. p. 115.

¹³⁹ PUNTONI, Pedro. Op. Cit. p. 118 – 119.



administrativa. Vários fatores contribuíram para a escolha do local. A sua localização, os bons portos, a qualidade das águas e terras¹⁴⁰ e, também, pelo peso simbólico que representaria a retomada de controle português na região em que um capitão-donatário foi morto pelos índios significava se impor sobre estes¹⁴¹. Após a constituição do Governo-geral, surgem também as capitanias reais administradas pelo Estado.

Em Porto Seguro, a ausência do donatário fez com que houvesse a primeira intervenção do Governo-geral na capitania. Tomé de Sousa nomeou Duarte de Lemos como capitão-mor, que passou a administrar a capitania entre os anos 1550 e 1554. Segundo Cancela, em carta, Duarte de Lemos informa ao rei a sua posse e “informou também que os moradores locais muito se queixavam do monopólio régio sobre a atividade extrativista [de pau-brasil]¹⁴² e que alguns engenhos estavam em funcionamento na região”¹⁴³. Vale lembrar que, ao menos até o final do século XVII, reiteradas vezes essas queixas aparecem na documentação.

Sobre esse período de intervenção, consta uma série de 40 documentos, curtos, de caráter administrativo, sobre a Capitania de Porto Seguro, publicados na série Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro¹⁴⁴. De maneira geral, os documentos evidenciam a implantação das diretrizes do regimento de 1548. Dos 40 documentos da série, 25 dizem respeito ao ano de 1550, demonstrando um grande direcionamento de medidas administrativas para a capitania logo no primeiro ano, ou seja, a ausência de governo na capitania requeria medidas imediatas para recuperar o seu controle.

¹⁴⁰ Como escrito por Jaboatão: “que ficando situada no meyo das costas do Brasil, podia ser hum como coração de toda esta Província, e donde pudesse acudir a todas as mais Capitánias, como a membros seus e assim edificar huma cidade que fosse cabeça de todo o Estado”. In: ACCIOLI, I. AMARAL. B. **Memórias históricas e políticas da Bahia**. v. 1. Salvador: Imprensa Oficial, 1919. p. 293 – 294.

¹⁴¹ Cf. PARAÍSO, M. H. B. **Revoltas indígenas, a criação do Governo-geral e o regimento de 1548**. Op. Cit.

¹⁴² Destaque meu.

¹⁴³ CANCELA, Francisco. **De projeto a processo colonial**. Op. Cit. p. 50.

¹⁴⁴ A digitalização e disponibilização desse acervo na internet foi fundamental para a nossa pesquisa. Os documentos podem ser consultados nesse sítio: <http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/documentos-hist%C3%B3ricos>.



Desses 25 documentos referentes ao ano de 1550, 4 dizem respeito a medidas de segurança. Assim, constam o “mandado para Pedro Fernandes Feitor e Almojarife de Porto Seguro que entregasse a Vasco Fernandes de Andrade feitor de armas da costa dois mil e duzentos reis de ordenado”¹⁴⁵, o envio do provedor-mor de “quatro meios berços de metal com três chaves, doze camaras, oitenta pelouros e uma arroba de pólvora”¹⁴⁶ para serem entregues ao armador João Barbosa Paes para defesa da Vila do Porto Novo de Santo Amaro, terra de Christovão Paes, pagamento de 1.000 réis a Gonçalo Fernandes, condestável da caravela Leôa¹⁴⁷ e um “mandado para para o tesoureiro das partes do Brasil pagar a André Corrêa marinheiro, que o tomou em Porto Seguro para a armada da costa três mil cento e cinquenta réis, que se lhe montavam haver de seu soldo”¹⁴⁸.

Constam também registros de despesas relacionadas à Igreja. Pagaram-se 400 réis a Diogo de Oliveira, vigário da Vila de Porto Seguro, para a compra de “farinha para hóstias, vinho para a missa e azeite para as lâmpadas”¹⁴⁹, 8.000 réis de solda para o capelão que serviu a igreja da Vila do Porto de Santo Amaro¹⁵⁰, entrega de “uma casula, uma alva e manipulo, estola, ameto, cordão que era necessário para dizer missa”¹⁵¹ e 900 réis para a “compra de nove varas de pano da Índia para a compra de toalhas para o altar da igreja e para dar o Santo Sacramento”¹⁵².

Contudo, a maioria dos documentos – os demais da referida série – tratam de questões fiscais e fazendárias. Acessamos pequenas somas gastas na manutenção de embarcações, a exemplo do mandado de “compra de uma fateixa”¹⁵³ para o “bergantim”¹⁵⁴ e “compra de

¹⁴⁵ Salvador, 11 de Janeiro de 1550 – DHBN - v. 37, p. 304.

¹⁴⁶ Salvador, 11 de Janeiro de 1550 – DHBN - v. 37, p. 304.

¹⁴⁷ Salvador, 5 de Fevereiro de 1550 – DHBN - v. 37, p. 308.

¹⁴⁸ Salvador, 30 de Maio de 1550 – DHBN - v. 37, p. 313.

¹⁴⁹ Salvador, 3 de Fevereiro de 1550 – DHBN – v. 37, p. 307.

¹⁵⁰ Salvador, 20 de Janeiro de 1550 – DHBN – v. 37, p. 380.

¹⁵¹ Salvador, 14 de Agosto de 1550 – DHBN – v. 37, p. 329.

¹⁵² Salvador, 4 de Fevereiro de 1550 – DHBN – v. 37, p. 307.

¹⁵³ Espécie de âncora artesanal.

¹⁵⁴ Embarcação rápida e facilmente manobrável, armada com um ou dois mastros, era rápida e utilizada no reconhecimento, fiscalização e defesa, principalmente, em portos de pouco movimento e permanência de armadas maiores.



dezassete varas de panno de treu, para reparos em velas”¹⁵⁵ em uma embarcação maior gerenciada pelo feitor do duque de Aveiro, Diogo Preto.

Manter embarcações de médio e pequeno porte era essencial para fiscalizar os portos, rios de barras maiores que possibilitavam a entrada e, portanto, a navegação, sobretudo, para escoar a produção. A intensa atividade extrativista de pau-brasil na capitania, feita no interior, ao longo dos rios, transformavam-na em um grande polo de contrabando. A grande e complexa rede hidrográfica dificultava as ações relacionadas ao fisco, demandando grande atenção e investimento.

As evidências documentais demonstram um arrocho fiscal nesse período e casos de punição por descaminhos, provavelmente, facilitados pelo período anterior de desgoverno. O primeiro caso envolve o filho do primeiro capitão donatário por dívidas no encerramento de suas contas do período em que foi feitor. É possível perceber também a articulação de André do Campo com mercadores de Portugal. Trata-se de um mandado

para Pedro Fernandes feitor e almoxarife da Capitania de Porto Seguro nas costas de uma escritura de obrigação por onde Gregório Pita mercador em Viana de Caminha deve a André do Campo feitor que foi nesta capitania quarenta mil réis e por o dito André do Campo dever muito açúcar e dinheiro no encerramento de suas contas mandou o dito Provedor-mor ao dito Pedro Fernandes que arrecadasse os ditos 40 mil réis de Francisco Casado estante na Vila de Porto Seguro e Procurador que é de Gregório Pita que declarou por juramento ter 180 cruzados do dito mercador e que por pertencerem os ditos 40 mil réis a Sua Alteza por dever o dito André do Campo o dito dinheiro e açúcar fosse penhorado o dito Francisco Casado¹⁵⁶.

¹⁵⁵ Salvador, 3 de Fevereiro de 1550 – DHBN – v. 37, p. 306.

¹⁵⁶ Salvador, 26 de Janeiro de 1550 – DHBN – v. 37, p. 381. Em outro documento o provedor-mor ordena que se “Pedro do Campo, capitão da dita capitania gastara na povoação dela alguma



Esse processo resultou na prisão de André do Campo, que, até o ano de 1552, continuava encarcerado e sem perspectivas de soltura. Nesse ano, o provedor-mor passou

uma sua Requisitoria por que fazia a saber ao Ouvidor Geral Pero Borges que no ano de mil quinhentos e cincoenta em Porto Seguro, tendo ele Ouvidor na dita Capitania preso a André do Campo, Capitão e Feitor que fora da dita Capitania passara ele Provedor-mor uma Requisitoria por que lhe Requeria que o dito André do Campo não fosse solto da prisão em que estava por mandado dele Ouvidor por dever a Sua Alteza do tempo que serviu de Feitor e Almojarife cento e tantos mil réis¹⁵⁷.

Filipe Guilherme, então provedor da capitania, também experimentou a prisão, sendo recomendado a Pero de Pinna, “feitor e almojarife de sua alteza da capitania de Porto Seguro que sendo o caso que [Filipe] fosse livrar a Baía dos casos por que estava preso ou por outros”¹⁵⁸. No período de ausência de Filipe Guilherme, o cargo de provedor da capitania foi ocupado, sem direito a ordenado, por João Barbosa Paes¹⁵⁹.

O projeto de colonização, como visto anteriormente, pautava-se em uma parceria com a iniciativa particular. Sendo assim, servir, às vezes, implicava prejuízos aos que ingressavam no serviço real. Muitas vezes, os investimentos do Estado eram insuficientes e muitos cargos eram exercidos em troca de títulos honoríficos, sem nenhum ordenado, contando com investimento dos súditos. Isso não quer dizer que não existiam cargos bem remunerados e que a escassez de investimentos da Coroa era total. Na verdade, “estabelecia-se uma

fazenda da legítima de André do Campo seu filho que lhe ficou de sua mãe ou outra qualquer que o dito Andre do Campo pelo encerramento da conta que dera do tempo que serviu de feitor ficar devendo a Sua Alteza fizesse carregar a dita soma sobre o dito feitor”. Salvador, 21 de Junho de 1550 – DHBN – v. 37, p. 426.

¹⁵⁷ Salvador, 25 de Maio de 1552 – DHBN – v. 37, p. 381.

¹⁵⁸ Salvador, 14 de Março – DHBN – v. 37, p. 424.

¹⁵⁹ Salvador, 9 de Fevereiro de 1550 – DHBN – v. 37, p. 382.



parceria, servir ao rei implicava gastos, mas também possibilidade de ganhos, tanto econômicos como sociais¹⁶⁰. O ideal era o aproveitamento das oportunidades legais de enriquecimento, “não abusar das ilegais, garantir o cumprimento das tarefas exigidas e manter boas relações com os superiores”¹⁶¹. Todavia, algumas vezes, esse limite era ultrapassado, provocando devassas, prisões e deposições. Não obstante, os casos pontuados sugerirem uma maior análise acerca dos descaminhos e sua lógica, o nosso objetivo, por enquanto, é perceber a atuação do Governo-geral em sua fase inicial na Capitania de Porto Seguro.

Em dezembro de 1550, Christovão de Aguiar, o almoxarife dos armazéns e mantimentos da cidade do Salvador, manda entregar a Pedro Fernandes, feitor e almoxarife de Porto Seguro, “um braço de ferros de balanças grande com oito argolas de ferro, para as conchas dela e três quintais¹⁶² de peso de metal, cinco meios quintais, e uma arroba¹⁶³, e meia arroba, oito arrateis, quatro arrateis, dois arráteis, um arratel¹⁶⁴, duas quartas para a alfândega”¹⁶⁵.

Um dia antes de chegar o material para pesagem na alfândega, o Governo-geral ordena o confisco de todo o pau-brasil feito pelos moradores sem licença e pede que o mande “cerrado e assellado [...] pelo primeiro navio que para esta cidade [Salvador] viesse”¹⁶⁶.

¹⁶⁰ RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial no Brasil**. Op. Cit. p. 176.

¹⁶¹ *Ibidem*.

¹⁶² Um quintal equivalia a 50, 08 Kg.

¹⁶³ Equivalia a 14,5 Kg.

¹⁶⁴ Equivalia a 459 g.

¹⁶⁵ Salvador, 4 de Dezembro de 1550 – DHBN – v. 37, p. 384.

¹⁶⁶ Salvador, 3 de Dezembro de 1550 – DHBN – v. 37, p. 389.



Tabela 1 – Quadro dos ofícios e oficiais da Capitania de Porto Seguro (1549 – 1550)

Ofícios	Nomes
Provedor, feitor e almoxarife da alfândega e defuntos	Manuel Corrêa Pero Fernandes Afonso de Barros
Guarda do mar, navios, porteiro dos contos e da alfândega	Francisco Fernandes
Tesoureiro dos defuntos	João Barbosa Paes
Alcaide-mor	Domingos Martins
Mestre de açúcar	Antonio Fernandes

Fonte: TRASLADO da Provisão do Provedor e Feitoria, e Almoxarifado, e Alfandega, e Defuntos da Capitania de Porto Seguro. Vila de Porto Seguro, 13 de janeiro de 1550 – DHBN – Vol. X, p. 50, TRASLADO da Provisão dos ofícios de Guarda do Mar, Porteiro dos Contos, e da Alfandega, assellador dos pannos da Capitania de Porto Seguro. Vila de Porto Seguro, 13 de janeiro de 1550 – DHBN – Vol. X, p. 51, TRASLADO da Provisão do Offício de Thesoureiro dos defuntos da Capitania de Porto Seguro. Bahia, 11 de janeiro de 1550 – DHBN – Vol. X, p. 53, TRASLADO da Provisão de Alcaide-mor da Capitania de Porto Seguro. Vila de Porto Seguro, 14 de janeiro de 1550 – DHBN – Vol. X, p. 56, TRASLADO da Carta de escaldador, e examinador dos assucares, e Mestre d'elles da Capitania de Porto Seguro. Bahia, 21 de janeiro de 1550 – DHBN – Vol. X, p. 57 e 58, TRASLADO da Provisão do Escrivão d'ante o Provedor, Feitor e Almoxarife, e Alfandegada Capitania de Porto Seguro. Vila de Porto Seguro, 5 de fevereiro de 1550 – DHBN – Vol. X, p. 59.

Não seria em fonte 10?

Temos, pois, duas das três grandes preocupações do regimento de 1548 efetivamente contempladas com essas medidas implantadas na Capitania de Porto Seguro a partir do governo interino de Duarte de Lemos. Infelizmente, a série não oferece dados significativos no que toca à mão de obra. No tocante ao volume de pau-brasil transacionado, obtivemos a quantidade de 5.517 quintais da madeira



tintorial vendidos à razão de 80 réis o quintal¹⁶⁷. Esse volume corresponderia a um pouco mais de 275 toneladas e representaria uma soma em torno de 441\$000 réis na fonte. Considerando o valor máximo de 1\$000 réis na praça de Lisboa, teríamos um rendimento bruto de mais de 5 contos de réis.

Esses valores podem revelar, primeiramente, o uso considerável de mão de obra capaz de adentrar a mata, derrubar, beneficiar e embarcar uma grande quantidade de madeira. Para esse trabalho, contava-se com a mão de obra indígena livre de aldeamentos jesuíticos e de escravizados índios de particulares, como no caso de Diogo Alves, que teve “o serviço de onze peças de escravos”¹⁶⁸ arrecadado pelo provedor da Capitania de Porto Seguro.

Figura 3 -- Corte e carregamento de pau-brasil para os navios (1575)



Fonte: THEVET, André. Como esse povo carrega e corta o Brasil para os navios (1575). In: **A cosmografia universal de André Thevet, cosmógrafo do rei**. Rio de Janeiro: Batel: Fundação Darcy Ribeiro, 2009. p. 176.

¹⁶⁷ Acessamos essas informações a partir dos seguintes documentos: Salvador, 8 de Fevereiro de 1550 – DHBN – v. 37, p. 308; Salvador, 18 de Janeiro de 1551 – DHBN – v. 37, p. 384 e Salvador, 17 de Janeiro de 1551 – DHBN – v. 37, p. 155.

¹⁶⁸ Salvador, 7 de Março de 1550 – DHBN – v. 37, p. 384.



Por fim, justificam-se as medidas para o arrocho fiscal, a melhoria da logística de transporte, o aparato de pesagem e a melhora na alfândega com o claro objetivo de drenar recursos e produtos com mais eficácia e aumentar os rendimentos da Coroa. Constatamos a permanência do funcionamento da antiga feitoria, onde, certamente, eram realizadas as transações comerciais.

1.8 Entre aldeamentos e sertanismo

Complementando as ações da Coroa portuguesa e integrando uma outra frente da colonização, deu-se a instalação de missionários jesuítas na colônia. Concordando com Charlotte de Castelnou-L'Estoile:

Os jesuítas foram escolhidos pelo rei para proceder à conversão dos índios, que é ao mesmo tempo a justificação original, teológico-política, da dominação portuguesa sobre essas terras, e o principal objetivo, constantemente reafirmado, das políticas reais¹⁶⁹.

Entretanto, o projeto missionário no Brasil, posto em prática e “inscrito desde a origem no cerne da política do padroado, controle da monarquia portuguesa sobre a igreja no âmbito da expansão marítima”¹⁷⁰, gerou uma série de conflitos e ficou sempre entre a aceitação e a hostilidade.

O início da atuação de padres da Companhia de Jesus na Capitania de Porto Seguro, provavelmente, data do ano de 1550, sobretudo, a partir da atuação dos padres João Aspilcueta Navarro, Leonardo Nunes, Antonio Pires, Afonso Braz e Ambrósio Rodrigues. A estratégia inicial baseava-se em missões itinerantes para pregar e realizar a conversão dos índios em suas aldeias. Em Porto Seguro, os jesuítas fundaram uma ermida localizada a pouco mais de uma légua

¹⁶⁹ CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. **Operários de uma vinha estéril. Os Jesuítas e a conversão dos índios no Brasil - 1580 – 1620**. Bauru, SP: Edusc, 2006. p. 18.

¹⁷⁰ *Ibidem*.



ao sul da Vila de Porto Seguro. Conta o padre Vicente Rodrigues, em carta datada de 1552, que

estando dois Padres em Porto Seguro fundando uma casa, e não tendo água que fosse boa para beber, desejavam ali perto uma fonte. Quis Deus que neste comenos cahiu um monte e com o abrir da terra se abriu a mais fermosa fonte que agora há naquela terra. E porque a casa que fundavam é da invocação de Nossa Senhora, se chama a mesma fonte entre os christãos e gentios da mesma Senhora¹⁷¹.

A ermida era o principal ponto de referência e apoio dos inacianos nos primórdios da atuação dos jesuítas na Capitania de Porto Seguro. Normalmente, os missionários se alojavam na ermida e de lá partiam para visitar aldeias que ficavam ao sul, norte e oeste. João Aspilcueta Navarro relatou que “dali [...] ia visitar algumas aldeias ao derredor. Indo uma vez me houvera de afogar em um rio (atual Rio do Frade) em o qual a pouco tempo que se afogou um Frade de Santo Antonio que ia desta mesma capitania prégar no cértão”¹⁷². Da casa, partia-se também para “dizer missas e pregar as festas nos domingos em as villas, estando cada uma dellas a cerca de duas milhas da casa”¹⁷³. E ainda, “se reúnem aos sabbados os habitantes de duas ou tres villas, entre os quaes demora a dita egreja, pelo que está o seu tanto exposta aos perigos da guerra que repetidas vezes movem os Indios que são innumeraveis contra os Christãos”¹⁷⁴.

Contudo, as dificuldades da catequese em função da reincidência indígena em seus costumes será motivo de preocupação no que diz respeito à eficácia da política das missões itinerantes. Ao

¹⁷¹ RODRIGUES, Vicente. Carta de 1552. In: **Cartas avulsas 1550 – 1568**. Rio de Janeiro: Oficina industrial, 1931. p. 119.

¹⁷² NAVARRO, João de Aspilcueta. Carta do Padre João de Aspilcueta Navarro da cidade do Salvador do anno de 1551. In: **Cartas Avulsas – 1550 – 1568**. Rio de Janeiro: Oficina industrial gráfica, 1931. p. 69.

¹⁷³ EXTRATO de uma carta do padre Ambrosio Pires da Bahia do Salvador de 15 de Junho de 1555. In: **Cartas Avulsas – 1550 – 1558**. Rio de Janeiro: Oficina industrial, p. 141.

¹⁷⁴ *Ibidem*.



comentar o assunto em carta já citada acima, Ambrósio Pires escreve sobre Porto Seguro: “fazemos mais minguido fructo do que desejáramos, por ser em extremo difficil tira-los das guerras e do costume”¹⁷⁵.

A situação de conflito, todavia, perdurou por todo o processo de colonização nos âmbitos materiais e espirituais. No que toca à questão da mão de obra, a continuidade dos saltos em busca da formação da aquisição de escravos para realizar as atividades para os colonos continuou, e o revide indígena não cessou. Os jesuítas denunciavam constantemente a prática de captura. Nóbrega, em carta de 1559 ao governador-geral, relatou:

Os [índios] de Porto Seguro e Ilhéus nunca se venderam, mas os cristãos lhes ensinaram que aos do sertão, que vinham a fazer sal ao mar, os salteassem e vendessem e assim se pratica lá os do mar venderem aos do sertão quanto podem porque lhes parece bem a rapina que os cristãos lhes ensinaram e porque isto é geral trato de todos¹⁷⁶.

Durante o governo de Mem de Sá (1557 – 1572), destacou-se a atuação violenta do governador e a repressão, queima de aldeias e grande mortandade de índios, vale ressaltar os casos da Bahia, Ilhéus e Porto Seguro. Essas ações forçaram os índios a aceitarem o aldeamento como saída para sua sobrevivência. Além disso, “a partir de então, os inacianos aceitaram a teoria sobre a necessidade do uso da força para promover o aldeamento compulsório e a conversão dos índios”¹⁷⁷.

Esses processos forçaram a Companhia de Jesus a adaptar a sua forma de atuação no Brasil. Assim, “os jesuítas do Brasil

¹⁷⁵ EXTRATO de uma carta do padre Ambrosio Pires da Bahia do Salvador de 15 de Junho de 1555. Op. Cit.

¹⁷⁶ NOBREGA, P. Manoel da. Carta a Tomé de Souza, Bahia 05/07/1559. In: FREITAS, Antonio F. G. de e PARAÍSO, M. H. B. **Caminhos ao encontro do mundo. A capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul**. Ilhéus: Editus, 2001. p. 16.

¹⁷⁷ FREITAS, Antonio F. G. de e PARAÍSO, M. H. B. **Caminhos ao encontro do mundo**. Op. Cit. p. 19



inventaram então o aldeamento, isto é, uma aldeia de evangelização onde eram reunidos índios de origens diversas com os quais residiam os missionários”¹⁷⁸. Com essa mudança, a missão deixa de ser itinerante a passa a ser fixa. Segundo José de Anchieta, Porto Seguro contava com “2 aldeias de índios da doutrina a 5 leguas, de que os nossos tem particular cuidado, e outras 7 ou 8 aldeiasinhas a 4, 5 e 6 leguas por terra e 2 ou 3 engenhos de açúcar junto delas, as quais acodem de quando em quando”¹⁷⁹. Além das aldeias, a Companhia de Jesus mantinha uma casa¹⁸⁰, vinculada ao colégio da Bahia¹⁸¹.

Além dos aldeamentos administrados pela Companhia de Jesus, havia aldeamentos particulares e os administrados por agentes da Coroa portuguesa.

A política de aldeamentos¹⁸² implicou em um maior convívio com os europeus, a imposição do sedentarismo e de um estilo de vida baseado em uma organização social completamente diferente com o objetivo de desarticular os padrões organizacionais indígenas. Ademais, em decorrência disso, epidemias de doenças infectocontagiosas provocaram destruições em massa, assolando aldeamentos e provocando um cenário de terror e destruição.

Um verdadeiro desastre. Esse é o quadro inicial do regime de aldeamentos. A ideia de prover mão de obra, criar núcleos estáveis de povoamento e de defesa e expandir a fé cristã não conseguiu dar conta

¹⁷⁸ CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte. **Operários de uma vinha estéril**. Op. Cit. p. 19.

¹⁷⁹ ANCHIETA, José. In: ACCIOLI e AMARAL, B. **Memórias históricas e políticas da Bahia**. Op. Cit. p. 407.

¹⁸⁰ Segundo Charlotte de Castelnuou-L’Estoile, as casas professoras eram satélites dos colégios e dependiam destes. Assim, “as residências de Ilhéus e Porto Seguro eram tributárias do colégio da Bahia [...] contrariamente aos colégios, as residências [não] possuíam bens próprios: seus jesuítas viviam de doações, e os colégios lhes forneciam os bens que as doações locais não podiam oferecer [...] o reitor do colégio nomeava o superior da casa, e o provincial devia visitá-la regularmente. Cada uma das residências tinha no máximo uma dezena de jesuítas, em geral até menos, especialmente por razões econômicas. Estavam situadas em centros secundários – que contavam com uma centena de portugueses – ou geograficamente recuados. Possuíam uma escola elementar para ensinar aos filhos dos portugueses a leitura e a escrita”. Cf. CASTELNOU L’ESTOILE, Charlotte. **Operários de uma vinha estéril**. Op. Cit. p. 54.

¹⁸¹ Existiam três tipos de estabelecimento: Colégios (Olinda, Salvador da Bahia e Rio de Janeiro), residências ou casas professoras e aldeias de evangelização.

¹⁸² O uso do termo aldeamento tem como objetivo a diferenciação entre as aldeias criadas pelos jesuítas e as aldeias de origem.



dos seus objetivos. Para os colonos, a limitação da mão de obra, passando a ser intermediada pelos padres da Companhia de Jesus, era, na grande maioria dos casos, uma solução insatisfatória e indesejada, pois, para os mesmos, era mais interessante dispor de braços controlados por eles de forma integral e direta. Para os índios, a incompatibilidade cultural vivida em espaços diferentes, com organização do tempo, imposição de trabalho administrado, convivência forçada com outras etnias e uma religião muito diferentes das de suas origens eram motivos de fugas. A pressão dos colonos e os ataques aos aldeamentos para a captura de mão de obra tornavam esses lugares não muito seguros.

Em consequência do pouco resultado da política de aldeamentos, os colonos, por sua vez, direcionam suas investidas para os sertões em busca de cativos, apesar de a lei de 1570 permitir a escravização somente a partir da autorização da guerra justa, pelo rei ou pelo governador-geral e do resgate dos “índios de corda” – como visto anteriormente. Coincidências à parte, “com frequência os inimigos mais indicados para uma guerra justa foram os chamados Tapuia, e mesmo a lei de 1570 cita nominalmente os aimoré – denominação que incluía diversos povos jê que resistiam aos portugueses [...] na Bahia”¹⁸³.

Sérgio Buarque de Holanda analisou as entradas ao interior que ocorreram a partir da Capitania de Porto Seguro sob uma ideia inicial de que, partindo de Porto Seguro em direção ao sertão, existiria uma serra dourada e pedras preciosas. O pouco sucesso advindo de tais expedições, de acordo com o referido autor, pontua o fato de os portugueses terem voltado sem ouro, porém, ao referir-se à entrada de Antonio Dias, Adorno comenta que “a sua principal colheita, ao que parece, foi de índios apresados”¹⁸⁴.

Anteriormente a Holanda, Francisco Borges de Barros (1918), no seu trabalho *Penetração em terras Baianas*, relata uma série de entradas a partir da capitania como a de Francisco Bruzza de

¹⁸³ MONTEIRO, John. **Negros da terra:** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 52.

¹⁸⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso:** os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 95.



Espinosa subindo o rio Buranhém (1553), Sebastião Fernandes Tourinho (1572 – 1573), Antônio Dias Adorno (1574) e Diogo Martins Cão, que tinha por alcunha “o matante negro” (1576)¹⁸⁵. Diferentemente de Holanda, Borges de Barros não considera a questão dos apresamentos e ainda atribui heroísmo aos feitos dos bandeirantes. Concordando com Holanda, certamente, os dois motivos moveram as entradas, como bem intitulou o capítulo da sua obra que trata do assunto: “Peças e pedras”.

Não obstante, é importante lembrar que as entradas eram empreendimentos caros e financiados por vários particulares, o que levava ao uso do apresamento de índios como recurso para aliviar as despesas e pagar os investidores.

O interessante é que a maioria dessas entradas ocorreu em um momento de grave revés para as populações do litoral e a consequente escassez de mão de obra e gente para a defesa das povoações. Esse motivo, segundo Holanda, justificará o fim das entradas a partir de Porto Seguro. Assim, para ele, a destruição dos tupiniquins e alteração do estado de paz fez com que os “aimorés”, “já não podendo ser contido[s] em seus matos, infesta[m] cada vez mais as povoações da capitania, até que, achando quase desimpedido o caminho, se assenhoreia[m] das bocas dos rios”¹⁸⁶.

Essa conclusão pode ser um pouco exagerada. Se levarmos em consideração que cada grupo “aimoré” era composto por mais ou menos trinta indivíduos, o poder de destruição atribuído a eles é muito grande. Por outro lado, a grande quantidade de ataques atribuídos a “aimorés” que aparecem nos documentos leva-nos a considerar que os mesmos formavam uma grande resistência ao avanço português, mesmo que a partir de pequenos ataques. Nesse caso, a diminuição das populações do litoral, a partir das guerras, escravidão, epidemias de doenças infectocontagiosas, grande quantidade de grupos indígenas vivendo nos sertões e as expedições de apresamento nessa direção, contribuíram para esse quadro de dificuldades na capitania, talvez, o

¹⁸⁵ BORGES DE BARROS, F. **Penetração em terras baianas**. Op. Cit. p. 20 – 49.

¹⁸⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**. Op. Cit. p. 97.



primeiro fator exercendo mais influência do que o grande poder de destruição atribuído aos “aimorés”.

Fernão Cardim, em visita a Porto Seguro, relata que havia duas aldeias na capitania: uma por nome São Mateus¹⁸⁷, não apontando a sua localização, e outra junto de um rio caudal próximo à Vila de Santa Cruz. Segundo o padre, a vila tinha 40 vizinhos com seu vigário, e o povo era

pobre por estar a terra já gastada e estão apertados dos Gauymorés; as vacas lhe morrem por causa de certa erva de que há cópia e comendo-a, logo arrebtam; tem engenho de açúcar, foi fértil de algodão e farinhas, mas também estas duas coisas lhe vão já faltando, pelo que se despovoa a terra¹⁸⁸.

Continuando, relata que as aldeias contavam com mais de 200 almas e que os padres visitavam mais 5 ou 6 aldeias e que “junto a Porto Seguro, quatro léguas, está a vila chamada Santa Cruz, situada sobre um formoso rio, terá quarenta vizinhos com seu vigário: é algum tanto mais abastada que Porto Seguro”¹⁸⁹.

Trabalhar com dados demográficos baseados em relatos é muito complicado em função dos interesses de quem os escreveu e da incerteza de que o que se escreveu baseou-se em uma relação minuciosa. A começar, por considerar como critério de povoar ou despovoar o número de portugueses nas capitanias, os números, de certa forma, camuflam a realidade. Contudo, a falta de fontes forçamos a arriscar, guardando todas as limitações, ao menos tentar perceber o aumento ou a diminuição de povoados portugueses e relacioná-los com o crescimento ou decréscimo das capitanias em um quadro geral.

¹⁸⁷ Provavelmente localizada ao sul da capitania e próxima ao rio de mesmo nome.

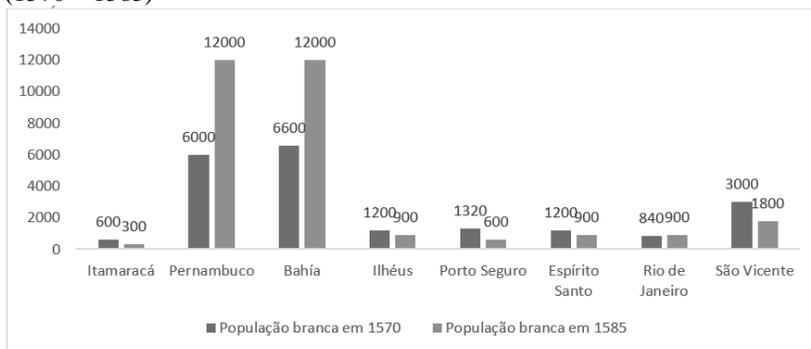
¹⁸⁸ CARDIM, Fernão. Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo e São Vicente. In: ACCIOLI, I. e AMARAL, B. **Memórias políticas e históricas da Bahia**. v. 1. Salvador: Imprensa oficial, 1919.

¹⁸⁹ *Ibidem*.



Johnson (1990), baseado em relatos de Gandavo (c. 1570), Cardim (c. 1583) e Anchieta (c. 1584), produziu uma tabela com dados referentes à população branca de 8 capitâneas, entre elas, a de Porto Seguro. A partir dos dados dessa tabela, elaboramos o gráfico abaixo:

Gráfico 1 -- População branca nas principais capitâneas do Brasil colonial (1570 – 1585)



Fonte: Adaptação de: Cuadro 1. Brasil colonial: Población blanca e Ingenios, 1570 y c.1585. In: JOHNSON, H. B. **La colonización portuguesa del Brasil, 1500 – 1580**. In: BETHELL, Leslie (editor). **Historia de América Latina - Vol 1 - América Latina Colonial: La America Precolombina y La conquista**. Barcelona: Editorial Crítica, 1990. p. 227.

Nesse quadro geral, nota-se a redução de mais da metade da população portuguesa da capitania no período de 15 anos, perdendo apenas para a Capitania de Itamaracá. Todavia, esse declínio ocorre na grande maioria das capitâneas e, em contraposição, um vertiginoso crescimento nas capitâneas de Pernambuco e da Bahia, que praticamente dobram o número de sua população portuguesa. Entre as capitâneas de números populacionais mais modestos, a única que cresce, mesmo que discretamente, é a do Rio de Janeiro. Schwartz (1988) credita esse aumento da população na Bahia à combinação do sucesso da expansão política e militar portuguesa sobre os índios na região, principalmente, após a atuação do governador-geral Mem de Sá



(1558 – 1572) e a conseqüente liberação de terras e mão de obra para a expansão da indústria açucareira.

Segundo o referido historiador, em 1570, havia 18 engenhos na Bahia, passando a contar com 40 a 50 engenhos em meados de 1590¹⁹⁰. No tocante ao número de habitantes, Schwartz coloca que, em 1587, só a cidade de Salvador contava com uma população de, aproximadamente, 4 mil habitantes¹⁹¹.

Para o caso da Bahia, consideramos que outros fatores colaboraram para o seu sucesso. A começar pelo porto amplo e de bom atracadouro e as boas terras do recôncavo com rios tributários à Baía de Todos os Santos. Outra questão que, para nós é relevante, é a sua condição de “cabeça do Estado do Brasil”, constituindo-se em sede administrativa e capitania da Coroa, facultando, assim, maiores investimentos em setores diversos, desde a segurança até uma melhor política de distribuição de terras, atrativo para pessoas no que diz respeito à investidura em cargos públicos, dentre outros.

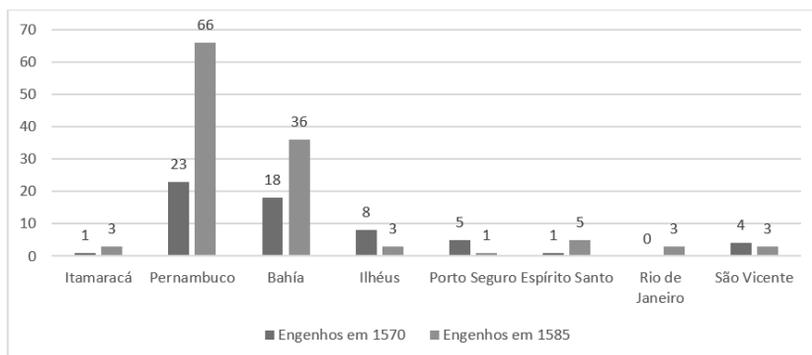
Ao contrário da Bahia, ocorreu uma diminuição no número de engenhos na Capitania de Porto Seguro acompanhando o decréscimo populacional.

¹⁹⁰ SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. Op. Cit. p. 35.

¹⁹¹ Op. Cit. p. 80.



Gráfico 2 – Número de engenhos nas principais capitanias do Brasil colonial (1570 – 1585)



Fonte: Adaptação de: Cuadro 1. Brasil colonial: Población blanca e Ingenios, 1570 y c.1585. In: JOHNSON, H. B. La colonización portuguesa del Brasil, 1500 – 1580. In: BETHELL, Leslie (editor). **Historia de América Latina - Vol 1 - América Latina Colonial: La America Precolombina y La conquista**. Barcelona: Editorial Crítica, 1990. p. 227.

O final do século XVI reservaria ainda mais um revés. Após sérios conflitos com os colonos, os inicianos são expulsos da Capitania de Porto Seguro. Entre denúncias do governador da capitania Gaspar Curado, que restringiu o acesso dos padres às aldeias atendendo à pressão dos colonos, Marçal Beliarte, o provincial da Companhia, denunciou o governador ao Santo Ofício por impedir a expansão da fé, fazendo com que o conflito atingisse o auge em 1590. Gaspar Curado, denunciado ao Santo Ofício, é preso. Retomando o seu posto, “intensificou as medidas que limitavam o acesso dos padres às aldeias indígenas, tornando a presença da Companhia de Jesus insustentável em Porto Seguro, cuja retirada foi oficializada em 1602”¹⁹².

Nesse ínterim, a exploração intensiva da pouca mão de obra e o seu consequente desgaste ocasionou mais expedições de

¹⁹² CANCELA, Francisco. **De projeto a processo colonial**. Op. Cit. p. 70.



apresamento, agravando os conflitos e piorando o estado geral da capitania. Segundo Ricupero,

Filipe II [...] atendeu, em 1603, a uma petição do Duque de Aveiro, na qual este alegando os prejuízos que tinha na sua capitania de Porto Seguro, “por não haver nela gentio que a povoe e a defenda”, pedia que, sem embargo da provisão dos padres da Companhia para somente eles poderem descer os índios, “possa ele também mandar pelo seu capitão e moradores das suas povoações descer o que for para defesa daquela capitania, obtendo assim a mercê do rei [...] para duas expedições”¹⁹³

No início do século XVII, o revide dos “aimorés” provocou um grande estrago na capitania e muitos colonos mudaram-se para outras capitanias em busca de melhores oportunidades. Como consequência, ocorreu a falência da produção açucareira e a concentração da população na Vila de Porto Seguro.

Em 1612, o sargento-mor Diogo de Campo Moreno fez a seguinte descrição do estado da Capitania de Porto Seguro:

Esta capitania foi a primeira que se povoou e que mais gente e povoações teve, mas a insuficiência de mandadores, e o pouco socorro, e ajudas do donatário, fazendo a guerra dos Aimorés, mais espantosa do que em efeito era, vieram a perder tudo, pelo que apenas na vila de Porto Seguro há cem moradores brancos, e as mais das casas estão postas em terra; tem um engenho de açúcar em Tobatinga, e lugares para outros que já, como digo houve; tem muitas roças de mantimentos; tem madeiras em quantidade de que se valem e fazem embarcações não tantas como em outro tempo em que carregadas de suas coisas da terra e ali feitas, tratavam em Angola e

¹⁹³ RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial no Brasil**. Op. Cit. p. 273.



no Reino, podem hoje com muita mais vantagem fabricar-se a respeito das pazes com os índios que impediam os matos: também por esta razão Sua Magestade tem mais notícia neste tempo do pau-brasil desta capitania, e pode melhor valer-se dele. De Porto Seguro para o norte está o famoso velho de Santa Cruz, donde toda a província tomou o nome, e donde ancoraram as primeiras naus que ali chegaram, indo para a Índia; mostram-se assoladas estas duas povoações e o engenho do Duque despovoado, e mais avante se vê a barra de Santo Antonio, todos os quais sítios são dos bons daquela costa: estão a dezesseis até dezessete graus tudo despovoado até o Rio Grande em quinze graus e dois terços donde parte com os Ilhéus esta capitania. [...] toda a gente está armada de mosquetes e arcabuzes que se lhe deram no ano de 1610, no qual tempo mandou o dito governador que houvesse naquela povoação uma esquadra de dez soldados de presidio e um cabo, pagos da fazenda de sua magestade, para que como gente obrigada acompanhassem o capitão da capitania, assim na guarda costa como na vigia do pau-brasil daqueles rios, também porque não acabassem de despovoar os moradores que cada dia fugiam [...] tem um engenho que faz muito açúcar como todo o outro. [...] Todo o gentio desta capitania está de paz, ainda que como sentem na gente branca poucas forças e muita pobreza, fazem algum dano nos mantimentos quando lhes parece, porque como a capitania carece de capitão por Sua Magestade com alguma posse ou ordenado com que se sustente, também as aldeias carecem de governo e de doutrina os padres da companhia tiveram isto por residencia enquanto houve mais substancia; depois tornaram a por missão, na qual tão pouco duraram por se não levarem bem com a gente do povo assim enquanto ali que estiveram da fazenda de Sua Magestade foram



providos. As igrejas desta capitania estão mui danificadas e tão pobres de ornamentos retabulos, que os chegam a fazer de papel pela falta da fábrica, e pelas poucas esmolas da terra, em que todos parece que pedem esmola; será remédio de tudo fazer-se aqui o corte e carga do pau-brasil¹⁹⁴

O quadro de extrema decadência descrito por Campo Moreno pode estar carregado de intenções de sensibilizar o rei com o objetivo de mobilizar recursos e investimentos. Todavia, apesar de não ser uma descrição precisa, pelo que já foi exposto anteriormente, a capitania não apresentava quadros de desenvolvimento significativos, aproximando-se mais do revés que do sucesso.

Dois elementos aparecem reiteradas vezes como causa da sua dificuldade de progresso: ataques indígenas e desgoverno. Certamente, os dois tiveram peso, mas não somente eles configuraram esse quadro. Múltiplos fatores foram favoráveis ao pouco desenvolvimento da capitania. A grande dimensão e densidade de suas matas, a dificuldade de constituir grandes e confortáveis portos, o uso constante e predatório da mão de obra indígena, o fracasso da implantação da produção de açúcar e uma grande concentração na atividade extrativista de pau-brasil complementam esses dois primeiros elementos que aparecem reiteradamente.

Não obstante, uma consideração faz-se necessária. A dificuldade de desenvolvimento da capitania não implica a sua falta de importância e alijamento do comércio nem do sistema colonial. Na América portuguesa, a atividade extrativista de pau-brasil na Capitania de Porto Seguro sempre foi constante e contribuiu ora mais, ora menos, a depender do contexto, com a consecução do projeto colonial português e integrou a capitania no circuito comercial.

Entretanto, a natureza dessa atividade e o modelo utilizado na sua exploração não colaboravam na mesma medida em que a atividade

¹⁹⁴ MORENO, Diogo do Campo. Livro que dá Razão do Estado do Brasil (1612). In: ACCIOLI, I. e AMARAL, B. **Memórias históricas e políticas da Bahia**. Op. Cit. p. 477.



açucareira para a fixação da população. O monopólio do extrativismo de pau-brasil por parte do Estado português provocava uma concentração dos lucros nas mãos da coroa dos contratadores, que eram, em sua maioria, negociantes europeus, e de seus acólitos na colônia.



CAPÍTULO II

O NEGÓCIO DO PAU-BRASIL: ENTRE O REGIMENTO DE 1605, CONTRATOS, CONTRATADORES E “LAVRADORES” DA CAPITANIA DE PORTO SEGURO (1605 – 1640)

De suas matas se colhe a maior quantidade de pau-brasil, e do mais fino de toda esta costa.

Simão de Vasconcelos

(Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil, 1663)

2.1 Considerações iniciais

Nosso esforço de pesquisa tem sido em função de entender qual foi o lugar da Capitania de Porto Seguro nos quadros do Antigo Sistema Colonial e do Império português. Analisamos precedentemente alguns elementos, ainda que de forma panorâmica, que influenciaram e formataram a experiência histórica da capitania ao longo das primeiras décadas de sua colonização no intuito de compreender como foi possível a sua inserção no movimento de conquista e colonização da América portuguesa.

Nesse sentido, apresentamos e destacamos os pontos que, geralmente, são apontados pelos documentos e pela produção de cronistas e trabalhos historiográficos como elementos cruciais para o enquadramento da capitania em um processo em que se destacou a sua dificuldade de desenvolvimento nos quadros da colonização portuguesa. Assim, levando em consideração a incipiente participação na indústria do açúcar, evidenciamos a sua principal atividade no âmbito do circuito comercial de exportação e os seus desdobramentos na história da Capitania de Porto Seguro.

Densas e dilatadas matas, portos pequenos e pouco



confortáveis, sérios problemas no que diz respeito à mão de obra em função da exploração predatória do trabalho indígena, tendo como consequência a deterioração do contingente tupiniquim, pouquíssima inserção na economia do açúcar e desgoverno, são pontos comumente discutidos por textos e fontes diversas.

Todavia, ao longo do século XVII, o problema mais recorrente, segundo as queixas por parte da população, eram os ataques dos “aimorés” à capitania, ocasionando um estado geral de destruição, medo e pobreza.

Associado a esse processo, a sugestão para a salvação dos colonos e do empreendimento colonial na Capitania de Porto Seguro, dada não só por autoridades régias, mas, também, pelos seus habitantes, dependeria sempre da atividade extrativista de pau-brasil. Portanto, é inegável a importância de tal atividade para a capitania. Ao longo de todo o século XVII e, principalmente, na primeira metade daquele século, o negócio do pau-brasil legou uma importante documentação em que é possível perceber a grande vinculação da Capitania de Porto Seguro com o extrativismo de pau-brasil.

Implica-nos, pois, considerar – de forma mais instrumental que axiomática – a demarcação de um possível perfil que possa nos orientar no sentido de compreender a conformação social, econômica e política da capitania na virada do século XVI para o século XVII.

Reiteramos que tal imagem está ainda por se definir e nos aparece mais como um borrão do que com uma imagem de profunda definição e clareza. No início do século XVII, a Capitania de Porto Seguro não fazia parte do centro nefrágico de circulação comercial e de produção de açúcar. Sendo assim, a documentação analisada não revela nenhuma informação que nos permita enquadrá-la ao mesmo perfil da Bahia e do Recôncavo, onde sua economia estava voltada para a grande propriedade rural, produção açucareira alimentada pelo tráfico de escravos africanos e com a formação de uma elite centrada nos senhores de engenho e comerciantes de grosso trato.

Por não estar inserida nesse padrão hegemônico dos dois grandes centros de desenvolvimento da colônia (Bahia e Pernambuco), nas mais variadas vezes, as fontes imprimem uma imagem de pobreza e pouco desenvolvimento pela simplicidade das



povoações e vilas, pelo número de habitantes e, como observou o sargento-mor Diogo do Campo Moreno, nas “igrejas [...] mui danificadas e tão pobres de ornamentos retabulos, que os chegam a fazer de papel pela falta de fabrica, pelas poucas esmolas da terra, em que todos parece que pedem esmola”¹⁹⁵.

Interesses à parte, é importante observar a reiteração desse perfil em fontes variadas, marcadas imensamente pelo discurso da pobreza. Não obstante, o processo geral de ocupação territorial e consolidação da empresa colonizadora não é, nem de longe, caracterizado pela ampla ocupação e povoamento, nem pelo desenvolvimento geral em todas as capitânicas. Todavia, como bem lembrou Sergio Buarque de Holanda, “em toda parte é idêntico o objetivo dos colonos portugueses. Diverge unicamente, ditado por circunstâncias locais, o compasso que num e noutro caso, dirige a marcha para esse objetivo”¹⁹⁶. Nessa perspectiva, fica claro o parâmetro que era usado para distinguir a riqueza da pobreza: a reprodução e o “entranhamento” dos hábitos da metrópole e a sua integração no circuito comercial atlântico, principalmente a partir da produção do açúcar.

Como implicação básica dessa leitura inicial, estaríamos, com todo o cuidado possível no sentido de evitar generalizações, diante de uma realidade marcada pela intensa colaboração e/ou resistência indígena, baixas taxas demográficas, pouca riqueza aparente e, em decorrência do grande recurso – a atividade extrativista –, de entrada aos sertões próximos e descimentos.

Se levarmos em consideração apenas os relatos eivados de uma visão inserida na lógica da sociedade do Antigo Regime e que marcam as impressões dos capitães-mores, visitantes e até mesmo dos colonos da capitania, seríamos levados a pensar em uma região de importância quase nula e muito à parte do todo.

Por outro lado, muito do discurso da pobreza e miséria utilizado pelos colonos moradores da capitania pode ter como objetivo

¹⁹⁵ MORENO, Diogo do Campo. Livro que dá razão do Estado do Brasil (1612). In: ACCIOLI, I. e AMARAL, B. **Memórias históricas e políticas da Bahia**. v. 1. Salvador: Imprensa oficial, 1919. p. 477.

¹⁹⁶ HOLANDA, Sergio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 42.



principal seu uso político para sensibilizar o monarca e a administração colonial, obtendo, assim, uma maior flexibilidade no que diz respeito ao recolhimento de impostos na capitania e à possibilidade de envio de socorros e benefícios financiados pela Coroa.

Ainda assim, adotar uma perspectiva que busque analisar um movimento mais lato de colonização impulsionado pela atuação de um governo-geral pode contribuir para esclarecer mais ricamente o lugar da Capitania de Porto Seguro no Antigo Sistema Colonial.

Logo, a ideia defendida por Pedro Puntoni da constituição do Estado do Brasil, a partir da implantação de um eixo articulador constituído na cidade de Salvador, redireciona a análise individual da condição das capitanias, inserindo-as, então, em uma existência colaborativa e tributária do centro da colônia que, por sua vez, articulava-se com a metrópole. A partir dessa lógica, as capitanias “periféricas” integravam um corpo maior de forma articulada e colaboracionista no que diz respeito à burocracia e à lógica do Estado. Assim, diferentemente do Oriente, onde “buscou-se definir o modelo da conquista na ocupação descontínua, dispersa e quase sem território da costa Africana” e da Índia, marcada pela falta de continuidade geográfica, “na América [...] procurou-se antes a constituição de um sistema político centralizado (o governo geral), definindo *a priori* uma jurisdição territorial (o Estado do Brasil) e [...] um projeto de colonização particular (demarcado pelo regimento do governador)”¹⁹⁷.

Seguindo esse raciocínio, a manutenção de um vasto domínio territorial geograficamente contínuo só seria possível a partir da existência de um centro articulador no sentido de garantir um aparato militar, jurídico, fiscal e burocrático, em um espaço em que a experiência histórica das populações que o habitavam antes da conquista portuguesa não havia.

A partir da análise do *Livro que dá razão do Estado do Brasil*, Puntoni indica a existência de uma “política financeira solidária, que permitia a sustentação de um aparato militar e burocrático em todo o

¹⁹⁷ PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil**: poder e política na Bahia colonial 1548 – 1700. São Paulo: Alameda, 2014. p. 49-50.



Brasil”¹⁹⁸. Nesse trabalho, Diogo do Campo Moreno, sargento-mor no início do governo de Gaspar de Sousa (1612), descreve tudo o que foi arrecadado e gasto, revelando a situação de sete capitânicas de importância e, entre elas, estava a Capitania de Porto Seguro. A partir da relação dos gastos com pagamentos de ofícios remunerados, o historiador elaborou uma tabela, reproduzida a seguir.

Quadro 1 – A burocracia do Estado do Brasil em 1612: ofícios remunerados (em réis)

Capitania	Total	Governo	Justiça	Fazenda	Guerra	Igreja
Porto Seguro	16			3	10	3
Ilhéus	8			5		3
Bahia	305	16	14	14	202	59
Sergipe d’El Rei	5	1		2		3
Pernambuco	137			6	101	28
Itamaracá	9	1		3	1	5
Paraíba	39			5	30	4
Rio Grande	98			3	92	3
Total	617	18		41	436	108
GASTO TOTAL		1:820\$000	3:454\$000	2:569\$430	15:734\$000	8:955\$960

FONTE: Diogo de Campos Moreno, *Livro que dá razão do Estado do Brasil* [1612]. Edição crítica e notas de Hélio Vianna. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955. *Apud*: PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil**: poder e política na Bahia colonial 1548 – 1700. São Paulo: Alameda, 2014.

Apesar de a tabela revelar a grande importância das capitânicas da Bahia e de Pernambuco, comparando-as às demais a partir da quantidade de ofícios exercidos nas mesmas, indicando um volume maior de receita e despesa, é possível notar a perspectiva de um

¹⁹⁸ PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil**. Op. Cit. p. 56.



sistema articulado em que havia um deslocamento de receita para suprir algumas necessidades e certos interesses.

No contexto da expansão colonial, em capitânicas deficitárias, a exemplo da citada Capitania do Rio Grande com um forte e caro aparato militar muito aquém das possibilidades de arrecadação da capitania até então com um único engenho, o deslocamento de receitas foi utilizado para sanar problemas e garantir a manutenção do território.

Ademais, é importante registrar a participação das demais “partes desse corpo” no provimento de receitas. A manutenção da estrutura administrativa e militar do Estado do Brasil também contou com o apoio das capitânicas ditas “periféricas”, atendendo ao horizonte geral da colonização, que era o de utilizar a exploração de recursos das colônias a fim de dinamizar a economia europeia a partir da transferência de produtos de alto valor no circuito comercial¹⁹⁹. Nesse sentido, por exemplo, o pau-brasil foi a porta para o início da viabilização do intento comercial na costa do Brasil e continuará, ao longo do tempo, sendo importante para a economia colonial.

Logo, cada realidade particular se insere na dinâmica mercantil e política a partir de suas especificidades, oferecendo produtos necessários à manutenção dessa dinâmica. Assim, considerar o alijamento total de determinada capitania do Antigo Sistema Colonial não faz sentido algum, seja pela necessidade de ocupação e defesa, seja pela importância comercial para o mercado de exportação ou para a produção voltada para o abastecimento da colônia. Logo, deu-se, a seu modo e contexto, a inserção das capitânicas nesse grande movimento expansionista ibérico.

Sem sombra de dúvidas, na Capitania de Porto Seguro, o pau-brasil figurou como o principal objeto de interesse para o mercado de exportação. Logo, entender o funcionamento da atividade extrativista é uma importante ferramenta para compreender a experiência histórica da Capitania de Porto Seguro.

¹⁹⁹ NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1983. p. 57 - 59



É necessário ressaltar que, de maneira alguma, queremos, simplesmente, reproduzir esse raciocínio e entendemos que não há um funcionamento perfeito entre os mecanismos institucionais e as dinâmicas políticas, havendo, quase sempre, muitas rupturas e descontinuidades entre o prescrito e o vivido.

Dessa forma, no capítulo que ora iniciamos, pretendemos analisar a estrutura, dinâmica e integração dessa atividade no mercado de exportação e sua influência na configuração social da Capitania de Porto Seguro entre a criação do Regimento do Pau-Brasil de 1605 e a Restauração de Portugal em 1640²⁰⁰.

2.2 O negócio do Pau-Brasil

Como visto anteriormente, o açúcar impulsionou a ocupação do território, ofereceu a saída para a necessidade de inserção no mercado europeu e a viabilidade econômica das partes do Brasil. Produto com grande valor na Europa, o açúcar foi difundido a partir da atuação dos árabes no mercado mediterrâneo e, a partir da expansão marítima portuguesa, foi introduzido nas ilhas do Atlântico. Ainda no século XV, Açores, Canárias, Madeira, Cabo Verde e São Tomé produziam e exportavam açúcar.

A partir dessa experiência inicial nas Ilhas Atlânticas, a Coroa portuguesa decidiu implantar a indústria do açúcar como mote principal da colonização do Brasil. As condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento da cultura da cana de açúcar, o conhecimento do processo produtivo e o acesso ao mercado favoreceram essa escolha. Nas cartas forais e nos regimentos dos primeiros governadores-gerais, é possível perceber as medidas de incentivo (doação de terras, isenções fiscais e tributárias) no intuito de mobilizar pessoas interessadas em investir na atividade.

O empresário do açúcar, no processo de formação de capital, trabalhou em grande escala. Foram importados capital, equipamentos e mão de obra especializada, sendo que, na fase inicial de instalação,

²⁰⁰ Conhecida também como Restauração Bragantina, esse episódio marcou o fim da União Ibérica e a retomada da autonomia portuguesa com a aclamação de D. João IV em dezembro de 1640.



utilizou-se a mão de obra indígena para o trabalho não especializado. A meta inicial era a de dobrar o capital importado em equipamentos, canalizando-o para transplantar a mão de obra especializada²⁰¹.

Após a instalação, os gastos com a importação de mão de obra especializada diminuíram em função do treinamento de escravos que demonstravam aptidão, sendo que alguns gastos com importação de equipamentos continuaram. Permaneceram também os gastos com a importação de mão de obra não especializada. A etapa de instalação e construção do engenho praticamente não deixava lugar para a formação de um fluxo de renda monetária²⁰².

Para a formação de um fluxo de renda monetária, seria necessário transformar a inversão de capital em pagamentos de fatores de produção, como ocorre em uma economia industrial não escravista. Nesse caso, o pagamento a fatores de produção criou uma renda monetária, gerando poder de compra e reconstituindo o valor da inversão²⁰³.

Na economia exportadora e escravista, como no caso da indústria açucareira do Brasil colonial, a inversão transformou-se em pagamentos feitos no exterior – importação de mão de obra e compra de equipamentos e materiais de construção. Assim, tendo como origem de sua expressão maior a utilização da força de trabalho escravo, “a diferença entre o custo de reposição e de manutenção dessa mão de obra, e o valor do produto do trabalho da mesma era lucro para o empresário [fazendo] crescer a renda real apenas no montante correspondente à criação de lucro para o empresário”²⁰⁴. Apesar de haver o incremento de renda, ele não era objeto de nenhum pagamento, não representando uma expressão monetária.

O argumento elaborado por Celso Furtado concluiu que o fluxo de renda era extremamente limitado na colônia e o lucro era concentrado nas mãos do empresário. Sendo assim, o capital comercial, representado não só pelo senhor de engenho, mas por

²⁰¹ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1959. p. 62.

²⁰² *Ibidem*.

²⁰³ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Op. Cit. p. 63 - 64.

²⁰⁴ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Op. Cit. 64.



investidores e distribuidores, definiu o processo de colonização do Brasil e, juntamente com a fiscalidade e a guerra, compuseram a grande articulação do Antigo Sistema Colonial.

Não obstante, Stuart Schwartz ponderou que os senhores de engenho dependeram do crédito e do capital de investidores estrangeiros para iniciar as operações e pagar despesas e custos de suas atividades. Normalmente, a garantia dos empréstimos dava-se por meio de bens imóveis como engenhos, canaviais ou casas.

Na Bahia, as principais fontes de crédito eram as instituições religiosas e os comerciantes, sendo que somente os senhores de engenho mais afortunados e estabelecidos recorriam a outras alternativas de crédito, buscando o comércio direto com Portugal. Assim, normalmente, “os comerciantes auferiam uma remuneração pelo serviço prestado, negociando receber o pagamento da dívida em açúcar a um preço abaixo do mercado”²⁰⁵. Dessa forma, a margem de lucro sobre as importações e a aquisição do açúcar a preços abaixo do mercado possibilitaram o alargamento da margem do lucro dos comerciantes de forma que “a capitalização da indústria açucareira foi em grande parte proporcionada por crédito mercantil”²⁰⁶.

Ademais, é importante lembrar que não havia refinarias de açúcar no Brasil nem na metrópole. Segundo Schwartz, “o Brasil tornou-se famoso por seu açúcar ‘barreado’, que resultava em açucars brancos de qualidade superior, e no pardacento e inferior mascavado [...] apropriados para consumo imediato”²⁰⁷.

Os grandes centros de refinação estavam concentrados na Europa setentrional, tendo as cidades de Amsterdam e Londres como grandes expoentes. Nesse sentido, o mercado de açúcar em Lisboa era menos complexo “devido à falta de concorrência entre merceeiros, que demandavam açúcares de qualidade superior para comercialização, e donos de refinarias, que precisavam do produto em

²⁰⁵ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 182.

²⁰⁶ *Idem*

²⁰⁷ SCHWARTZ, Stuart B. Op. Cit. 1988, p. 145.



bruto”²⁰⁸. Nesse sentido, boa parte dos lucros auferidos ficava no exterior.

Complementando esse quadro, é necessário lembrar que essas relações marcadas pela influência do capital mercantil estavam associadas à ordem estamental, expressa na política de doação de terras e que, por sua vez, concentrava a posse desse fator de produção nas mãos de poucos beneficiados. Por outro lado, apropriava-se do resultado do trabalho escravo, inseria-se em um “circuito de apropriação, em parte legal, político e fiscal e em parte econômico que constituía a essência da apropriação colonial”. Então, “o senhor não passava de um duplo agente, em condição mistificada e ambígua, da Coroa e do capital comercial”²⁰⁹.

Esse era o modelo hegemônico da sociedade colonial derivado dos mecanismos de exploração coloniais a partir da produção de açúcar, que foi o grande impulsionador da colonização em seu primeiro século.

No processo de exploração colonial, cabia à Coroa portuguesa a arrecadação de direitos que poderiam ser de caráter senhorial (extração de pau-brasil, por exemplo), direitos de passagem, pesca de baleia, tributos sobre bens do erário e de circulação comercial. Também cabia à Coroa a arrecadação dos dízimos, imposto de natureza eclesiástica que, a partir de 1417, a nomeação do monarca como grão mestre da Ordem de Cristo concedeu o direito à Coroa arrecadar e administrar esse rendimento a partir da fazenda real. Vale lembrar que o dízimo era cobrado a partir da produção de açúcar.

Diferentemente do açúcar, a atividade extrativista de pau-brasil não demandou uma grande operação de capital e inversão para a aquisição de mão de obra especializada e compra de instrumentos e material para construção.

Da mesma forma, a extração não dependia da doação de sesmarias e da posse da terra enquanto fator de produção.

A mão de obra, por sua vez, não demandava importação e grandes investimentos, por ser mais barata, apesar de aquisição mais

²⁰⁸ SCHWARTZ, Stuart B. Op. Cit. 1988. p. 146.

²⁰⁹ FERNANDES, Florestan. Circuito Fechado. *Apud*. LENK, Wolfgang. **Guerra e pacto colonial**. Op. Cit. p. 18.



incerta. Desse modo, os envolvidos na atividade valiam-se do trabalho a jornal de índios administrados pelos padres da Companhia de Jesus e índios escravos de particulares. Apesar de haverem custos destinados ao pagamento pelo trabalho indígena – realizado a partir de escambo – , eram bem menores do que os custos de aquisição de um escravo africano.

Como o objeto de exploração encontrava-se disperso pela natureza, no interior das matas, a contribuição para a fixação do povoamento e a consolidação de uma atividade produtiva estável foi pouca. Como bem lembrado por Caio Prado Junior, “a indústria extrativa do pau-brasil tinha necessariamente de ser nômade; não era capaz, por isso, de dar origem a um movimento regular e estável”²¹⁰.

Essa última consideração ajuda muito a entender o perfil da Capitania de Porto Seguro entre a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XVII. Assim, o distanciamento do mercado de produção de açúcar e a grande vinculação com o negócio do pau-brasil constituiu uma configuração social diferente daquelas capitanias onde foi possível consolidar a produção de açúcar.

Logo, por mais profundo que tenham sido os nossos esforços em encontrar fontes que comprovassem essa realidade, não foi possível compulsar dados referentes à grande propriedade de terras, escravos africanos e produção de açúcar. Foi inviável verificar, dentro desse recorte temporal, a possibilidade de revelar uma grande atividade de produção de gêneros diversos para o abastecimento do mercado interno de forma perene e significativa. Esperamos que esse silêncio na documentação possa, algum dia, ser quebrado a partir de novas pesquisas.

Seguindo as sugestões documentais, temos, pois, que a Capitania de Porto Seguro constituía um núcleo de povoação portuguesa limitado, dependente da mão de obra indígena e de relativa movimentação derivada da associação de duas atividades complementares: a busca por pau-brasil no interior da mata e a captura de índios.

²¹⁰ PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 17.



Para nós, ficou muito evidente a associação entre entradas e expedições à mata para encontrar e extrair pau-brasil e a preação de índios que se refugiavam nela. Nesse caso, as expedições eram formadas por grupos armados e prontos para o combate que poderia não ser proposital ou ser a finalidade última da entrada, mas complementar e associada a elas na medida em que ocorria o devassamento e a invasão dos territórios ocupados por índios. Como vimos anteriormente, qualquer tipo de resistência oferecida pelos índios era usada para justificar a captura e escravização dos mesmos e, em uma capitania onde a carência de mão de obra era grande, a prática foi demasiadamente utilizada, apesar de não aparecer de forma explícita na documentação.

Em contrapartida, a participação de índios aldeados inseridos no processo de colonização e falantes da “língua geral” foi indispensável em função da necessidade de conhecimento do território, sua fauna, flora, seus caminhos, as técnicas de devassamento da mata e da navegação fluvial²¹¹.

Feito ao longo dos rios, no sertão, às vezes a uma distância de 10, 15 a 20 léguas em direção ao interior do continente, o conhecimento da rede hidrográfica da capitania foi fundamental. Nesse caso, ao contrário do que pode parecer, os obstáculos naturais dificultaram muito a utilização dos rios como meio de comunicação, sendo indispensável a utilização de artifícios dos nativos. Um bom exemplo é o uso da canoa de casca utilizada pelos sertanistas “especialmente indicada para os rios encachoeirados. Podendo ir à

²¹¹ Segundo Sergio Buarque de Holanda, “em quase tudo os adventícios deveram habituar-se às soluções e muitas vezes aos recursos materiais dos primitivos moradores da terra [...] para o sertanista branco ou mameluco, o incipiente sistema de viação que aqui encontrou foi um auxiliar tão prestimoso e necessário quanto o fora para o indígena. Eram de vária espécie esses tênues e rudimentares caminhos de índios. Quando em terreno frágil e bem vestido, distinguíam-se graças aos galhos cortados a mão de espaço a espaço. Uma sequência de tais galhos, em qualquer floresta, podia significar uma pista. Nas expedições breves serviam de balizas ou mostradores para a volta [...] onde houvesse arvoredo grosso, os caminhos eram comumente assinalados a golpes de machado nos troncos mais robustos. Em campos extremos, chegavam em alguns casos de extrema sutileza. Quando não fossem praticáveis tais sistemas o índio encontrava meios de guiar-se pelo sol [...] durante a noite marcavam as horas, em alguns lugares, pela observação das estrelas e constelações. Durante o dia, pela sombra que o polegar deixa na mão”. Cf. HOLANDA, Sergio Buarque. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 19-20.



sirga ou ‘varar’ com facilidade, ela chegou a prestar serviços valiosos na exploração de nosso território”²¹².

Era desse expediente que se valia a atividade extrativista de pau-brasil. Operava-se em escala baixa e com pouca inversão de capital. Feitorias, pequenas embarcações, mão de obra indígena, machado e tição eram os fatores de produção. Aliava-se a isso uma política de manutenção de guardas para a segurança e fiscalização dos locais de extração e depósito até ocorrer o embarque.

Não obstante, o mecanismo de funcionamento e regulação da extração do lenho tintorial imposto pela Coroa portuguesa obrigava a movimentação de valores consideráveis. O extrativismo era um direito régio, e ao monarca era reclamado o privilégio da exclusividade do comércio. A forma como se operava o negócio do pau-brasil era a partir dos contratos de arrendamento.

O contrato de arrendamento consistia na negociação e concessão do direito de exploração do recurso natural mediante pagamento do valor dos lances colocados em hasta pública no reino. Individualmente ou em sociedade, quem pagava o valor mais alto obtinha o direito. Os valores eram consideráveis, custando entre 40.000 cruzados no final do século XVI e 24 contos de réis até o final da União Ibérica²¹³ sendo convertidos em lucro para a Coroa.

Uma vez arrematado o contrato de estanco, os contratadores recebiam a licença para cortar uma determinada quantidade da madeira e comercializá-la, arcando com os custos para a viabilização do negócio – pagamentos pela aquisição no local de extração, transporte e demais taxas para a pesagem e embarque.

Roberto Simonsen sugere um lucro bruto de 3\$000 réis, levando-se em consideração o preço de aquisição no local de extração

²¹² HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 47 - 48. Utilizando-se da vegetação local, a técnica de construção das canoas se apresentava como um recurso prático e eficaz. Segundo Holanda, “seu fabrico não oferece dificuldades extremas e nem consome tempo excessivo, pois onde há rio, nunca escasseiam matos e, onde há mato, raramente faltará arvoredado adequado. Escolhido um tronco linheiro e com seiva abundante, é bastante despir-lhe a casca do topo à raiz, unindo depois as pontas com auxílio de cipós e mantendo aberto o bojo, por meio de travessões de pau; ou então aquecendo-a em fogo brando, de maneira a fazê-la bem flexível e dar-lhe, assim, a conformação desejada”.

²¹³ SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil**: 1500 - 1820. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. p. 83.



a 1\$000 réis e o valor de venda em Lisboa de 4\$000 réis por quintal no ano de 1602. De acordo com esses números, Simonsen calcula que, para uma remessa de 10.000 quintais, que era a quantidade anual de extração, limite determinado pelo contrato, pagava-se 10:000\$000 réis pela aquisição no Brasil, 3:000\$000 de despesas com transporte para Portugal mais 21:000\$000 pagos à fazenda real e obtinha-se um saldo de 6:000\$000 réis a partir de uma renda bruta de 40:000\$000 réis, ou seja, 15% sobre o valor total da venda²¹⁴.

Qualquer cálculo dessa natureza não corresponde à totalidade do volume de madeira extraída. Os números movimentados a partir da prática do contrabando muito raramente aparecem na documentação, sendo muito difícil incluí-los na conta total de despesas e estimativas de lucro. Ademais, não é certo que os contratadores conseguiram operar sempre com o limite de 10.000 quintais, considerando-se uma série de dificuldades para o transporte, disponibilidade de mão de obra e até mesmo a ocorrência de guerra entre índios e portugueses e de portugueses e outras nações europeias.

Importa-nos lembrar de que o regime de monopólio fazia com que os rendimentos da atividade, em sua parte mais significativa, se concentrassem nas mãos da Coroa e dos contratadores. Ainda assim, a condição mais confortável no negócio cabia ao monarca, pois, uma vez pago o valor do arrendamento, cabia ao contratador assumir custos e riscos a fim de cobrir o investimento inicial e auferir a sua possibilidade de lucro – o que significava vencer uma série de contratemplos, como o risco de ataque de corsários, naufrágios, baixa de preços e guerras.

No âmbito dos negócios, os contratadores atuavam na arrematação de contratos por toda a América portuguesa, articulando-se na África e em Portugal também. Nesse sentido, estavam inseridos em uma dimensão atlântica e imperial. Essa articulação estava profundamente ligada às atividades comerciais, de forma sistêmica,

²¹⁴ *Ibidem*



em que houve a predominância da atuação de negociantes portugueses²¹⁵.

Esse mecanismo de exploração tinha como consequência uma grande concentração do excedente, sobretudo o maior volume possível do lucro gerado nas mãos da Coroa e dos contratadores, transferindo os lucros para o exterior. Cumpria-se, assim, a função da colônia: alimentar o comércio europeu com produtos tropicais.

Na colônia, esse mecanismo, baseado na concentração de lucros pela Coroa e pelos comerciantes europeus, constituía uma relação que, apesar de não significar uma ruptura total com o sistema político e social instituído, tendia a uma tensão entre os interesses locais, os intermédios e os do reino.

Na base da economia extrativista, estavam os colonos, que, por sua vez, integravam o poder local. Dependia deles o processo de extração direta da madeira. Na verdade, o pau-brasil era comprado nas vilas e povoações das capitanias em que havia a madeira e uma atividade extrativista constituída. A tensão se estabelecia em função da regulamentação dos preços pagos por quintal no porto para embarque. Outro fator de tensão era a obrigação de comercializar exclusivamente com os contratadores ou com a Coroa no caso de o negócio correr por conta da fazenda real.

2.3 O Pau-Brasil no contexto da União Ibérica

Após a consolidação da atividade açucareira e as conquistas territoriais sobre os indígenas do final do século XVI, houve um incremento no desenvolvimento da América portuguesa. Segundo Schwartz, “a produção do açúcar estimulou uma ampla variedade de atividades e serviços”²¹⁶. Assim, ao movimento de embarcações na costa, seguiu-se um aumento considerável de população nas regiões de produção açucareira, crescimento e diversidade no comércio com a

²¹⁵ Cf. ARAÚJO, Luis Antonio S. Contratos, comércio e fiscalidade na América portuguesa. In: ARAÚJO, Dilton Oliveira de; RAPASSI, Maria José Mascarenhas (orgs.). **Sociedade e relações de poder: séculos XVII – XX**. Salvador: Edufba, 2014. p. 19.

²¹⁶ SCHWARTZ, Stuart. B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609 – 1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 95.



chegada de mercadorias de diversas partes do Império português, crescimento do tráfico de escravos e o fornecimento do serviço de artesãos, médicos, advogados e funcionários do governo.

Em 1580, a aliança entre a nobreza portuguesa e a monarquia castelhana decidiu a unificação das coroas peninsulares sob o reinado de Filipe I de Portugal ou Filipe II de Espanha. A aliança foi recompensada com muito favorecimento à nobreza portuguesa durante o período filipino.

As possibilidades oferecidas pela integração ampliaram a articulação dos impérios no sistema comercial, oferecendo uma maior base de sustentação para os mesmos.

Segundo Wolfgang Lenk, ocorreu a abertura do “acesso [de] mercadores portugueses à prata americana, produto essencial na aquisição das mercadorias do Oriente”²¹⁷. Reconhecida foi, também, a possibilidade de superação da concorrência naval britânica, holandesa e da resistência dos povos asiáticos no Oriente. Por outro lado, a prata americana e o acesso ao mercado de escravos africanos fomentaram uma recuperação da disponibilidade de mão de obra na América espanhola²¹⁸.

Uma das consequências maiores da União Ibérica foi a inserção do Império português e, por sua vez, do Brasil nos conflitos entre a Espanha e a Holanda²¹⁹ que se iniciaram a partir da União de Utrecht, que reconheceu a independência das Províncias Unidas. Aliado ao fator político, as guerras tiveram também uma motivação

²¹⁷ LENK, Wolfgang. **Guerra e pacto colonial**: a Bahia contra o Brasil holandês (1624 – 1652). São Paulo: Alameda, 2013. p. 210.

²¹⁸ LENK, Wolfgang. **Guerra e pacto colonial**. Op. Cit. p. 210 – 211.

²¹⁹ Segundo Celso Furtado, “as terras compreendidas atualmente pela Holanda, a Bélgica e parte do norte da França eram conhecidas, no começo dos tempos modernos, pela designação geral de *Nederlanden*, isto é, Países Baixos. Quando as sete províncias setentrionais – entre as quais se destacavam a Holanda e a Zelândia – conquistaram sua independência em fins do século XVI, as demais passaram a chamar-se Países Baixos *espanhóis*. A parte independente chamou-se então Províncias Unidas, prevalecendo subsequentemente o nome de Holanda. A independência das Províncias Unidas data, oficialmente, de 1579 (União de Utrecht), mas a guerra com a Espanha continuou pelos trinta anos seguintes, até a trégua dos doze anos firmada em 1609. Dessa forma, os flamengos das Províncias Unidas, que haviam desenvolvido enormemente o seu comércio com Portugal, quando estavam submetidos à Espanha, foram obrigados a abandoná-lo quando adquiriram a independência, pois no ano seguinte a Espanha ocupava Portugal”. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Op. Cit. p.15.



religiosa²²⁰. Esse período culminou com a invasão da Bahia em 1624 e na ocupação de Pernambuco de 1630 a 1654.

Por todo o período das guerras neerlandesas, e a consequente ocupação da Capitania de Pernambuco e suas anexas, reduziu-se o fluxo de exportação de pau-brasil oriundo da região que compreendia o Rio Grande do Norte até o São Francisco. Segundo Bernardino José de Souza, o comércio do pau-brasil vindo de Pernambuco declinou muito entre os anos de 1630 e 1633, havendo uma sensível melhora entre os anos de 1635 e 1636, sendo que, a partir do governo de Maurício de Nassau, os contratadores reapareceram “com os seus homens nas matas de pau-brasil, e carregamentos vultosos foram destinados à Holanda”²²¹.

Evaldo Cabral de Mello lembrou que a Companhia de Comércio obteve o monopólio do pau-brasil a partir da década de 1640. Segundo Mello, com a queda na produção do açúcar, a madeira adquiriu um peso maior no conjunto das exportações pernambucanas. Nesse mesmo contexto, o autor de *Olinda Restaurada* afirmou que, em função da preservação do monopólio régio da venda em Portugal, o Conselho Ultramarino foi favorável a que o monarca “fizesse vista grossa à exportação de particulares, permitindo aos colonos extrair, transportar e vender o pau-brasil que quisessem, sem incorrer nas penas da legislação”²²². Contudo, é muito provável que os neerlandeses tivessem dificultado muito as exportações para Portugal e se apropriado do negócio da madeira corante como apontado por Bernardino de Souza.

De suma importância para nós é entender que, a partir da ocupação neerlandesa na Capitania de Pernambuco e suas anexas, as capitanias de Porto Seguro e Ilhéus se transformaram nas principais fornecedoras de pau-brasil para o mercado ibérico. Assim, conforme alertou Bernardino José de Souza, “não descurou o Reino de obter em

²²⁰ Cf. MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. **Equus Rusus**: a Igreja Católica e as guerras holandesas na Bahia, 1624 – 1654. Tese de doutorado. Salvador, PPGH-UFBA, 2010.

²²¹ SOUZA, Bernardino José. **O pau-brasil na história nacional**. Rio de Janeiro: Brasiliana Eletrônica, 1939, p. 164. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/o-pau-brasil-na-historia-nacional/pagina/164/texto>. Último acesso: 19 fev. 2015.

²²² Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada**: guerra e açúcar no Nordeste, 1630 – 1654. São Paulo: Ed. 34, 2007. p. 137.



outras capitâneas a ‘rainha das madeiras’; [...] volve[ram]-se as vistas do governo para as matas de Ilhéus, Porto Seguro e Cabo Frio, de onde partiram a esse tempo vários carregamentos”²²³. Nessa conjuntura, a Capitania de Porto Seguro passou a ocupar um lugar de destaque no comércio da madeira, despertando, inclusive, o interesse da Coroa em aumentar a intervenção em sua administração direta.

2.4 Regulamentação e legislação da exploração do Pau-Brasil

Não obstante, “o período filipino também deixou para os portugueses o aprendizado sobre como melhor organizar e sistematizar a sua estrutura governativa, seja no centro da monarquia seja nas partes ultramarinas”²²⁴. Sob a administração castelhana, a América Portuguesa absorveu mudanças e organização da legislação e, com a criação das Ordenações Filipinas, criou-se o Tribunal da Relação da Bahia (1609) e incrementou-se a burocracia. É do período filipino a criação do Regimento do Pau-brasil de 1605, que tinha como principais objetivos diminuir os prejuízos com relação à fazenda e ao uso indevido do solo, o que implicava em prejuízos para a Coroa.

A atividade extrativista de pau-brasil sempre foi regulamentada. Os forais e os regimentos dos governadores-gerais continham as orientações a serem seguidas no trato com a madeira. Todavia, esses instrumentos jurídicos, apesar de fazerem recomendações, não tinham como fundamento uma sistematização efetiva da exploração. Nas cartas de doação e foral (1534), fazia-se menção a se guardar e conservar o pau-brasil²²⁵.

A partir do regimento de Tomé de Sousa (1548), a Coroa reafirma a propriedade e o monopólio sobre o pau-brasil e adota medidas mais centralizadoras e metódicas. No artigo 34, fixou-se, segundo análise de Maria Isabel de Siqueira, “a competência

²²³ SOUZA, Bernardino José. **O pau-brasil na história nacional**. Op. Cit. p. 169.

²²⁴ COSENTINO, Francisco Carlos. Mundo português e mundo ibérico. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, M. F. (orgs.). **O Brasil colonial**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 138.

²²⁵ SIQUEIRA, Maria Isabel de. **As legislações na exploração do pau-brasil**. p. 3.



governamental para providenciar a efetivação das concessões dadas para tal finalidade. Neste sentido, passa o governador, em nome do rei, a subordinar todos os agentes do soberano²²⁶. Assim, buscava-se um maior controle, sobretudo na prestação de contas no processo de extração e comercialização.

Entretanto, um conjunto de ações “normativas e coercitivas” mais sistemáticas só irá aparecer com o regimento de 1605. O regimento trazia uma série de medidas e procedimentos para o uso das matas e a exploração da madeira. Nesse novo documento, a autorização para a exploração não vinha mais diretamente do governador-geral. O poder de conceder licença para explorar a madeira ficou sob a responsabilidade dos provedores das capitanias a partir da autorização do provedor-mor da Bahia, observando-se os seguintes critérios: 1) exploração somente a pessoas “de qualidade”; 2) registro das licenças com declaração da quantidade de árvores a serem cortadas; 3) repartição das licenças de modo que cada um dos moradores da capitania em que se houver de fazer o corte tenha sua parte, segundo a possibilidade de cada um; 4) estabelecimento de quantidade limite por contrato e das licenças por capitania; 5) obrigação dos contratadores carregarem não só as toras, mas os ramos menores e tudo o mais que se possa aproveitar para a tinturaria. Ademais, ficavam estabelecidas as punições aos crimes de extração indevida da madeira a partir da quantidade extraída. As sanções iam da pena pecuniária, açoite, até a pena de morte. Para tanto, o rei instituiu devassa anual, presença de guardas nomeados pelos oficiais da câmara e provedor nos locais de extração²²⁷.

Outro elemento importante presente no Regimento diz respeito ao uso produtivo da terra em matas em que houvesse pau-brasil. Pode parecer uma medida simples e passar despercebida ao olhar menos atento. Contudo, importa-nos registrar que, ao longo dos principais rios da Capitania de Porto Seguro, a atividade extrativista se fazia com certa regularidade e intensidade. Segundo o artigo 8 do regimento sobre o pau-brasil, o rei orientou: “daqui em diante se não

²²⁶ SIQUEIRA, Maria Isabel de. Op. Cit. p. 4.

²²⁷ *Ibidem*.



façam roças em terras de matas de pau-brasil e serão para isso cortadas com todas as penas e defesas que tem essas coutadas reais e que nos ditos cortes se tenham muito tendo a conservação das árvores”²²⁸. Provavelmente, essa medida pode ter colaborado para a pouca expansão de atividades produtivas na capitania em alguma medida.

Ademais, a proibição de atividades produtivas em locais de mata de pau-brasil pode ter implicado no processo de distribuição de sesmarias, impactando no processo de povoamento. Além disso, as reservas de mata proporcionaram condições favoráveis para o refúgio dos macro-jê.

No que diz respeito à aplicação da justiça, as penas estipuladas não fugiam das regras do privilégio estamental. O artigo 4 do regimento não deixava claro como seriam punidos os indivíduos que gozavam de elevado status social como fidalgos, funcionários públicos, autoridades régias e capitães de ordenanças. A impressão é que havia “uma brecha para isentar determinados culpados”²²⁹ por descaminhos. Esse elemento provavelmente pode explicar os silêncios na documentação no que diz respeito aos processos e às punições, uma vez que os maiores detentores de licenças para o corte de madeira tinham esse perfil social²³⁰.

Ultimamente, têm surgido trabalhos na História Colonial acerca do pensamento de preservação ambiental no Brasil. Nesse contexto, considera-se que o Regimento do Pau-brasil tenha sido a primeira lei de preservação das matas no Brasil²³¹. Essa postura também passa a ser atribuída aos jesuítas e setores da Igreja Católica,

²²⁸ REGIMENTO sobre o pau-brasil. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Livro 1 de regimentos 1548 – 1653. Vol. LXXVIII, p. 272.

²²⁹ SIQUEIRA, Maria Isabel de. **As legislações na exploração do pau-brasil**. p. 7

²³⁰ Para a Capitania de Porto Seguro, encontramos apenas uma ordem de devassa e sequestro de bens de Francisco de Amorin. A carta ordena que sequestram os bens de seus herdeiros pelo corte indevido e descaminho de pau-brasil. Cf. REGIMENTO de huma carta e diligencia aos officiaes de Porto Seguro obrigarem aos herdeiros de Francisco de Amorin a vir dar satisfação de um poco de Pao Brasil e também de que a devia dar ele como consta da conta que se tomou ao feitor que foi da administração do Pao Brasil Gaspar de Barros. APEB. Seção colonial e provincial. Maço 257 – Provisões Reais – 1664 – 1671. Doc. 473.

²³¹ Cf. PÁDUA, José Augusto de. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786 – 1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.



os quais, na “vontade de construir sociedades fiéis a el[es] também significava, por definição, uma vontade de construir sociedades estáveis e de exercer uma ação organizadora permanente” e que esse objetivo “muitas vezes se chocava com a ênfase imediatista na exploração econômico-ecológica”, conferindo um ideal de preservação ambiental entre os agentes da Igreja²³².

Entretanto, se havia o discurso, não percebemos essa prática sistemática nos documentos oficiais e nem mesmo na atuação dos agentes da colonização. Segundo El-rei, “o pau Brasil é uma das rendas de mais importância que minha fazenda tem naquele estado e fui informado que das desordens que se cometiam no cortar dele e seguiam muitos inconvenientes e que em breve tempo se extinguiria de todo se não se atalhasse”²³³. Assim, o que transparece nas medidas impostas é uma preocupação com a melhor utilização das matas para o seu uso comercial. Ademais, como veremos a seguir, é estarrecedor o número de licenças concedidas e o volume da madeira cortada, principalmente, na Capitania de Porto Seguro.

No início do século XVII, Ambrósio Fernandes Brandão (1618) argumentou que o Brasil já proporcionava riqueza suficiente para Portugal, sendo até mais importante do que os negócios no Oriente. Para ele, as seis atividades que mais proporcionavam riqueza eram – em ordem de importância – “a lavoura do açúcar, [...] a mercancia, [...] o páu a que chamam do Brasil. [...] os algodões e madeiras, [...] a lavoura de mantimentos [e] a criação de gados”²³⁴. Desse modo, o autor chama atenção à importância comercial da atividade extrativista do pau-brasil, para o comércio e os rendimentos da fazenda real.

Em 1608, o monarca envia carta régia ordenando que se fizesse o estanco do pau-brasil e que o negócio corresse por conta da fazenda real. Segundo a carta, o rei argumentava que

²³² PÁDUA, José Augusto de. **Um sopro de destruição**. Op. Cit. p. 81 – 82.

²³³ TRASLADO do regimento de Diogo de Mendonça Furtado. APEB – Seção Colonial e Provincial – Maço 264 – Fundo: Governo Geral/Capitania – Provisões – (Petições, alvarás, requerimentos, carta-fiança, proposta, cartas de sesmaria, registros, ordens, posses, patentes, numbramentos, portarias, despachos, etc.) – 1 livro de registros – 1625 – 1642 (cópia).

²³⁴ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos da grandeza do Brasil** – 1628.



[tinha] entendido que o pau-brasil é de importância e que se fizesse estanco dele como da pimenta e se administrasse por conta de [sua] fazenda receberia disto grande utilidade considerada a saída que este pau tem e que não há em outra parte nem é necessário trazê-lo de terra estranha como a pimenta e que se pode guardar todo o tempo que se quiser porque não apodrece nem se corrompe, e que além disso tem o contrato que está feito do dito pau cláusula que poder[á] mandar destratar quando me carecer²³⁵.

O conteúdo da carta revela com clareza a importância do pau-brasil, considerando a grande apreciação na Europa e chegando a compará-lo com o negócio das especiarias do Oriente. Além disso, explicita as vantagens no que diz respeito à aquisição e ao transporte do produto. Ademais, é importante perceber como a Coroa impunha o controle e monopólio sobre a extração e comercialização da madeira de forma a vender o contrato a particular ou administrá-lo através da fazenda real, concentrando os lucros do negócio do pau-brasil em suas mãos a depender do contexto.

A partir do interesse explícito no capítulo da carta régia de 1608, a Coroa buscou providenciar medidas no sentido de conhecer melhor os locais de ocorrência de pau-brasil que se valiam da atividade extrativista. Em 1610, o sargento-mor Diogo do Campo Moreno, em visita às capitâneas, tomou medidas para garantir uma melhor segurança, armazenamento e distribuição da madeira preciosa. Na Capitania de Ilhéus, no momento de sua visita, há notícias da entrega de “armas, pólvora [e] munições”. O sargento-mor trazia uma provisão do governador em que “o mais necessário dela consistia dar aviso do que se havia de fazer para guarda e arrecadação do pau-brasil”. Após a entrega da provisão aos oficiais da câmara de Ilhéus, Diogo do Campo foi a Porto Seguro, “que estaria com mais

²³⁵ CAPÍTULO de carta régia de 15 de setembro de 1608 sobre fazer o estanco do pau-brasil, como da pimenta e se administrar pela fazenda real. Reino, 15 de setembro de 1608. AHU_ACL_CU 005, Cx. 1, Doc. 8.



necessidades”²³⁶, e entregou “mosquetes, arcabuzes no qual tempo mandou o dito governador que houvesse naquela povoação uma esquadra de dez soldados de presídio e um cabo, pagos da fazenda de sua magestade”²³⁷.

O capitão e sargento-mor retornou de Porto Seguro a 6 de maio de 1610 e continuou a diligência do pau-brasil, localizando os principais rios para onde se trazia a madeira, tomando conhecimento da localização da madeira armazenada, sua quantidade e as pessoas responsáveis pela extração, como podemos verificar no quadro abaixo:

Quadro 2 – Principais locais de ocorrência e quantidade de pau-brasil extraído localizado na diligencia de Diogo do Campo Moreno na capitania de Ilhéus (1610)

Rio	Nome/Quantidade em quintais	Total
Patipe	Bernardo Ribeiro/ 2.000 Bartolomeu Luis/ 150	2.150 quintais
Rio das Contas	Herdeiros de Henrique Luis/ Não especifica (“uma ruma grande”)	XXXX
Rio da Cachoeira	Herdeiros de Balthazar Ferreira Peixoto (“uma grande ruma”)	XXXX

Fonte: AUTO que mandou fazer o capitão e sargento-mor Diogo de Campos Moreno, sobre a visita que fez a capitania dos Ilhéus, e diligências do pau-brasil, por ordem do governador-geral D. Diogo de Menezes. Vila de São Jorge, Rio dos Ilhéus, 5 de Abril de 1610. AHU_ACL_CU 005, Cx. 1, Doc. 10

Além dos rios mencionados na tabela que já continham pau-brasil estocado, os oficiais da câmara informaram que havia grande

²³⁶ AUTO que mandou fazer o capitão e sargento-mor Diogo de Campos Moreno, sobre a visita que fez a capitania dos Ilhéus, e diligências do pau-brasil, por ordem do governador-geral D. Diogo de Menezes. Vila de São Jorge, Rio dos Ilhéus, 5 de Abril de 1610. AHU_ACL_CU 005, Cx. 1, Doc. 10.

²³⁷ MORENO, Diogo do Campo. **Livro que dá razão do estado do Brasil**. Op. Cit.



quantidade de pau-brasil fino nos rios Grande, Una e Ipoxi, afirmando que em todos eles podiam entrar patachos e lanchas.

O documento ainda fez uma larga consideração acerca do estado geral da capitania e da condição precária dos moradores, apresentando elementos semelhantes aos apontados pelos documentos que diziam respeito à Capitania de Porto Seguro. Reiterava-se a pouca preocupação e o escasso investimento do donatário, a carência de mão de obra e os ataques dos aimorés como causas do estado de pobreza da população.

Igualmente, é notável a intenção de sensibilização do monarca para a concessão de isenções, maiores investimentos e o principal: autorização para os colonos cortarem e venderem pau-brasil²³⁸.

No mesmo documento, importante destaque foi dado aos ataques dos aimorés às vilas e povoações da capitania. Segundo o sargento mor, os colonos

declaram que pela guerra continua que fizeram e de que ainda se não faltam alguns desejos se acha muitas despesas de armas como ele dito sargento-mor havia visto no acordo pelo que pedia a sua senhoria lhes fizesse mercê de mais quarenta arcabuzes ou quarenta mosquetes por quanto o gentio o de que mais temia era de ver muitas armas de fogo e soarem pelos outeiros muitos arcabuzes e que por isso pediam mais

²³⁸ Destacamos um trecho do argumento apelativo: “Pela tão danificada que se temiam que brevemente caindo faria mais gasto do que agora de presente se se acudissem com pouca coisa todas as quais manifestam para fazerem notório o quanto importam ser esta capitania de sua majestade por quanto que perde sua fazenda em não acudirem aqui moradores de sustância os quais pela falta de capitães e maus tratamentos e pela própria lembrança que o donatário tem das coisas desta capitania será impossível sustentar-se se sua majestade com o seu braço poderoso não acode pois se tem visto que o sustentar e sem os poucos moradores que nele há e pelas ajudas de sua majestade que até agora tem feito e esperam em sua grandeza fará com mais força pois é este um dos mais importantes posto que sua fertilidade e fortaleza material que há na costa do Brazil pelo que todo este povo torna a pedir a sua senhoria de mercê e lhe requerem da parte de sua majestade como vassallos que são seu mande fazer diligencia para que o dito senhor governador tenha immediata noticia destas coisas e as tome debaixo de sua proteção pois se vê o quanto importa”. AUTO que mandou fazer o capitão e sargento-mor Diogo de Campos Moreno, sobre a visita que fez a capitania dos Ilhéus, e diligências do pau-brasil, por ordem do governador-geral D. Diogo de Menezes. Op. Cit.



pólvora mais pelouros porque sem embargo que com a vinda do socorro que trouxera ele dito sargento-mor desaparecerão os aimorés de todo este distrito mas que com tudo²³⁹.

Associavam-se, dessa forma, as expedições de extração de madeira ao combate aos índios do sertão da capitania. De acordo com o discurso, varrer os “aimorés” da capitania significava um maior conforto e segurança ao adentrar as matas e, por sua vez, uma maior disponibilidade de pau-brasil. Por outro lado, o mesmo argumento servia de justificativa para aquisição de armas e maior poder de fogo contra os índios e, em boa medida, a captura e escravização legitimada pelo estado de guerra.

A demanda por mão de obra é revelada no pedido que se fizesse mercê para os padres da Companhia de Jesus enviarem alguns principais dos índios de aldeias de outras partes, “pois veem a necessidade que aqui há de defesa e de serviço”²⁴⁰.

Um elemento importante e que não aparece de forma explícita no documento é a continuidade das investidas de outras nações europeias aos locais de extração de pau-brasil na América portuguesa. A possibilidade de efetuar transações comerciais com a madeira contava com a participação de funcionários da Coroa. O interessante é que, nesse caso, o assédio foi realizado pelos neerlandeses. Em caso relatado por Maria Isabel de Siqueira, em 1607, o rei comunicou ao governador-geral Diogo Botelho a saída de embarcações da Holanda rumo a Ilhéus para fazer carga de pau-brasil. Segundo o monarca, os neerlandeses contavam com a falta de guarnição nas costas da colônia. Ademais, revelou-se que Bernardo Ribeiro, provedor da fazenda da Bahia, foi à Capitania de Ilhéus fazer pau-brasil e estocou em lugar de fácil acesso aos neerlandeses. Concluiu-se que o provedor incorreu em traição, fazendo com que o monarca solicitasse a sua prisão caso houvesse provas contra ele²⁴¹.

²³⁹ AUTO que mandou fazer o capitão e sargento-mor Diogo de Campos Moreno, sobre a visita que fez a capitania dos Ilhéus, e diligências do pau-brasil, por ordem do governador-geral D. Diogo de Menezes. Op. Cit.

²⁴⁰ *Ibidem*

²⁴¹ SIQUEIRA. Maria Isabel de. **Legislações na exploração do pau-brasil**. Op. Cit. p. 9.



É importante verificar o interesse da Holanda no comércio do pau-brasil. A partir das guerras de independência e apesar da trégua de doze anos firmada com a Espanha em 1609, o assédio neerlandês à costa do Brasil foi um grande problema até a sua expulsão de Pernambuco em 1654.

De acordo com a biografia de Filipe Bandeira de Melo, oficial de carreira militar reconhecida e um dos importantes personagens da restauração de Olinda, em 1636, quando o mesmo era capitão-mor de Porto Seguro, serviu por quase três anos e acudiu “com muito valor a todos os rebates que se ofereceram asy dos holandeses como dos alarbes de guerra que destruirão aquella capitania, sendo sempre dos primeiros que se adiantavão seguindo-os pelo rio acima para o sertão dezesseis leguas para os prender”²⁴².

Da Capitania de Pernambuco à do Espírito Santo, principalmente, no primeiro quartel do século XVII, o assédio neerlandês para contrabando do pau-brasil era uma constante²⁴³.

Assim, as medidas tomadas pela Coroa não só dizem respeito a uma exploração mais ordenada e sistematizada. Somou-se a isso uma tentativa de organização da defesa e manutenção do território não só da Bahia e do Recôncavo, mas também das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro pela importância das mesmas como fornecedoras da valiosa madeira tintorial.

2.5 Pau-Brasil e inserção da Capitania de Porto Seguro no Mercado Colonial

As evidências documentais demonstram que a Capitania de Porto Seguro estava integrada e articulada no circuito comercial e, por sua vez, com a dinâmica da colonização, sendo, portanto, equivocada a opção por considerá-la isolada e estagnada no processo. No âmbito geral da administração, a fiscalidade e a manutenção da ocupação do território juntamente às medidas supracitadas deixam claros os

²⁴² MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Filipe Bandeira de Mello**: tenente de mestre de campo general do estado do Brasil. Universidade do Recife: Recife, 1954. p. 14.

²⁴³ *Ibidem*



esforços da Coroa para a inserção e consecução do projeto colonizador.

A arrecadação do dízimo era o meio mais comum para a fonte de receita e o pagamento de despesas do Estado do Brasil. Normalmente, arrendava-se o direito de arrecadação a um particular a partir de lances, sendo conquistado o direito de arrecadação à pessoa que pagasse o maior valor. Essa transação era feita na Bahia, capital do Estado do Brasil. Em março de 1608, o direito dos dízimos foi arrendado a Francisco Tinoco de Villa Nova pelo valor de quarenta e quatro mil cruzados. O valor do arrendamento foi definido com base no orçamento das capitanias²⁴⁴.

Quadro 3 – Receitas e despesas com ordenados (em réis) – 1608 – 1609

Capitania	Receitas	Despesas
Bahia	14:480\$000	12:907\$362
Rio de Janeiro	1:200\$000	1:040\$000
Espírito Santo	1:000\$000	505\$000
Sergipe d’El Rei	400\$000	200\$000
Ilhéus	250\$000	Não especifica
São Vicente	200\$000	213\$100
Porto Seguro	70\$000	Não especifica
Total	17:600\$000	

Fonte: FOLHA dos ordenados que se hão de pagar na Bahia no ano de 1608 a 1609. Lisboa, 01 de Agosto 1608/31 de Julho de 1609. AHU_ACL_CU 005, Cx. 1, Doc. 09.

No quadro acima, a Capitania de Porto Seguro é a que menos arrecadava com essa atividade com a ínfima contribuição de 70\$000 réis e, apesar de não constar os valores dos pagamentos de ordenados, é possível enquadrá-la como uma capitania extremamente deficitária.

A organização das receitas e despesas feita pelos oficiais da administração colonial no tocante ao fisco se dava a partir de uma política de contingenciamento de recursos. Logo, “as despesas

²⁴⁴ FOLHA dos ordenados que se hão de pagar na Bahia no ano de 1608 a 1609. Lisboa, 01 de Agosto 1608/31 de Julho de 1609. AHU_ACL_CU 005, Cx. 1, Doc. 09.



determinaram as receitas e em larga medida o ofício de provedor da Real Fazenda consistia em contingenciar recursos”²⁴⁵. Essa prática consistia em criar fontes de recursos ou desviar de uma fonte existente de acordo com o surgimento das necessidades, levando-se em conta “as condições políticas e econômicas do momento, de maneira que cada tributo era geralmente consignado a uma linha específica de despesa”²⁴⁶.

O dízimo era a cobrança da décima parte de toda a renda produzida e era o mais importante tributo na colônia e, por isso, torna-se importante para a análise da condição financeira de uma capitania. Após a arrematação, o contratador detinha o direito de recolher o tributo por “sua conta e lucro” por um período de um ano. Os dízimos eram arrecadados quase que exclusivamente em açúcar, e o contrato vigorava de acordo com a sua safra (01 de agosto a 31 de julho no ano subsequente). Normalmente, aplicava-se a receita dos dízimos no pagamento de despesas das capitanias²⁴⁷.

Em 1617, o rendimento dos dízimos do Estado do Brasil foi orçado em 59 contos de réis, as despesas nas “capitanias do sul” (Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente), 300\$220 réis; a da “Bahia com as capitanias a ela anexas” (Porto Seguro, Ilhéus e Sergipe d’El Rei), 25 contos e 300.000 réis e a de “Pernambuco com as do norte 30 contos”, e o total da folha do governo-geral do Brasil fechava em 59:652\$617 réis²⁴⁸. A folha fechava com um déficit de mais de 600 mil réis, levando-se em consideração a despesa de um conto de réis com o pagamento de ordenados dos padres da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro.

Em 1643, os dízimos da Capitania da “Bahia e suas anexas que são Ilheos, Porto Seguro, e Sergipe Del Rey [foram arrendados]

²⁴⁵ CARRARA, Angelo Alves. Receitas e despesas da Real Fazenda do Brasil. *Apud*: LENK, Wolfgang. **Guerra e Pacto Colonial**. Op. Cit. p. 323.

²⁴⁶ LENK, Wolfgang. **Guerra e pacto colonial**. Op. Cit. p. 323.

²⁴⁷ LENK, Wolfgang. **Guerra e pacto colonial**. Op. Cit. p. 325.

²⁴⁸ CAPÍTULOS da carta de D. Luis de Sousa, governador do Brasil, de 24 de Janeiro de 1617, acerca do pau-brasil e do arrendamento dos dízimos. Bahia, 24 de Janeiro de 1617. AHU_ACL_CU 005. Cx. 2, Doc. 147.



ao cappitam João (Paulo Farias) [por] vinte e quatro contos de reis duas partes em dinheiro e hu'a em fazendas”²⁴⁹.

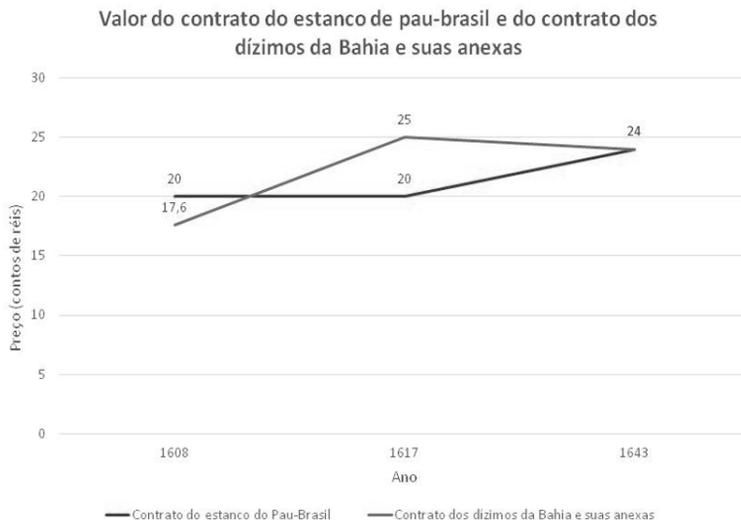
Com relação ao fisco, nota-se uma divisão em regiões fiscais que integravam regiões produtivas. Nesse caso, a Capitania de Porto Seguro integrava-se em uma mesma área fiscal. Além dela, compunham essa área as capitânicas de Ilhéus, Bahia e Sergipe d’El Rei.

Se, por um lado, a centralização permitia um nível de deslocamento de receita para suprir algumas carências emergenciais de acordo com o contexto de cada capitania, por outro, gerava uma dificuldade de autonomia no que toca aos investimentos e ao suprimento de necessidades por parte do Estado, atrelando os socorros à decisão oriunda do centro político e econômico da colônia.

Como bem observou Roberto Simonsen, até o final da década de 1630, o contrato do pau-brasil era arrendado a pouco mais de 24 contos de réis. Esse valor é equivalente ao valor do arrendamento dos dízimos da Bahia e “suas anexas”. O grande problema do mecanismo utilizado pela Coroa para a concessão de exclusividade no comércio da madeira estava no fato de que todo o valor do contrato ficava no reino, não havendo possibilidade de aplicação de receita na colônia, salvo quando corria pela fazenda real com autorização expressa do monarca. No caso de retenção de receita oriunda do negócio do pau-brasil, normalmente, autorizava-se que se utilizasse um terço das rendas.

²⁴⁹RELAÇÃO de todos os efeitos e rendas que a fazenda tem na Bahia, e de todos os gastos, assim ordinários como extraordinários, em que se despênde. Bahia, 30 de Setembro de 1643. AHU_ACL_CU_005, Cx. 9, Doc. 1034.





Fonte: SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil**. Op. Cit., LENK, Wolfgang. **Guerra e pacto colonial**. Op. Cit. p. 327, AHU_ACL_CU 005, Cx. 5, Doc. 641.

O negócio do pau-brasil constituía-se, então, em uma atividade específica de produção de uma renda muito concentrada por parte dos grandes comerciantes do reino e da própria Coroa.

A Capitania de Porto Seguro, significativamente atrelada à atividade extrativista, via as possibilidades de lucro e inversão escoarem para a metrópole. Explica-se o seu pouco rendimento nos números da Fazenda Real do Brasil e, conseqüentemente, a sua situação deficitária.

Ainda temos que ressaltar que, apesar do valor considerável dos contratos e da importância do negócio da madeira de tinturaria, os rendimentos dependiam do bom funcionamento do sistema e, ao que parece, na prática, muitos problemas atalhavam o seu bom funcionamento.

Vimos anteriormente que, em 1608, o monarca ordenou que se fizesse estanco do pau-brasil e se passasse a administrá-lo pela Fazenda Real. Em fevereiro de 1611, o rei ordenou que se resolvesse



com brevidade a demanda do pau-brasil de 1610 em Ilhéus, orientando o Conselho da Fazenda a estudar a melhor forma “em que se poderá administrar por conta de [sua] fazenda esta renda do pau-brasil”²⁵⁰. Meses depois, El-Rei avisou que viu “três consultas da junta em que mand[ou] tratar do remédio que se pode dar resposta do estado em que [sua] frota está; uma sobre administração do pau-brasil encarregou muito que com efeito façam armar resolução no Conselho da Fazenda sobre o que mand[ou]”²⁵¹.

A demora na tramitação, na resolução dos pedidos, os custos com a compra da madeira e do transporte levavam a uma postura de pouca firmeza sobre a viabilidade do lucro sob a sua administração direta devido à limitação do Estado em dispor de investimentos e manutenção dos custos, priorizando atividades com rentabilidade mais certa. Assim, no dia 14 de setembro de 1611, afirmou o rei que não havia “lembrança de que [...] tenha resoluto que a administração do dito pau se faça por conta de [sua] fazenda e por oficiais postos para isso por [ele]” e complementou que

se advertisse que até então não tinha tomado resolução no que tocava a dita administração; encomende vos ordeneis que se torne a ver de novo no Conselho da Fazenda se convirá mais contratar-se o dito pau como até agora se fez se administrasse na forma em que o dito conselho tem apontado considerando-se bem todos os inconvenientes que em uma coisa e outra pode haver e que se saiba se se administrou já em algum tempo o dito pau por conta de [sua] fazenda e o benefício que ela mais recebeu e porque se deixou de continuar e do que parecer ao dito conselho se faça consulta que [lhe] enviareis²⁵².

²⁵⁰ CAPÍTULO de carta régia de 9 de fevereiro de 1611 sobre a devassa, que corre do pau-brasil. S. 1. 9 de Fevereiro de 1611. AHU_ACL_CU 005, Cx. 1, Doc. 18.

²⁵¹ CAPÍTULO de carta régia de 19 de abril de 1611 sobre três consultas relativas à administração do pau-brasil. S. 1., 19 de Abril de 1611. AHU_AL_CU 005, Cx. 1, Doc. 19.

²⁵² CAPÍTULO de carta régia de 14 de setembro de 1611 sobre a administração do pau-brasil correr pela fazenda real e por oficiais postos para isso. S. 1. 14 de Setembro de 1611. AHU_ACL_CU 005, Cx. 1, Doc. 23.



Ao que parece, as dificuldades que perpassavam todo o processo ofereciam poucas garantias de sucesso no negócio. Além dos custos, havia certa limitação da aquisição da madeira no volume necessário para atingir a meta de rendimentos desejados. A impressão nos documentos sobre as relações de quantidade de pau-brasil carregado é de que a quantidade limite de extração estabelecida pelo contrato (dez mil quintais anuais) dificilmente era atingida. O então provedor-mor da fazenda do Brasil, Sebastião Borges, em carta de 5 de fevereiro de 1615, registrou que, no período de governo de Dom Diogo de Menezes (1608 – 1612), foram carregados um total de 5.954 quintais, quatro arrobas e dezesseis arráteis. Afirmou também o provedor-mor da fazenda que, de maio de 1613 até janeiro de 1615, foram carregados 4.415 quintais de pau-brasil, uma soma que fica muito aquém do limite de 10.000 quintais anuais estabelecidos no contrato²⁵³.

Quase sempre o transporte era um problema pela falta de disponibilidade de navios e pelo encarecimento do produto, como relatou o governador Dom Luis de Sousa ao ordenar que se carregasse o máximo possível em uma só frota em carta de 24 de janeiro de 1617²⁵⁴.

Certamente, a relação entre o prescrito na legislação e no contrato e a experiência prática da economia extrativista de pau-brasil não era sincrônica, e sim marcada por disparidades entre os valores dos contratos e as possibilidades de lucro efetivo. Além de conflitos, esse processo pouco encorajava as arrematações, deixando em dúvida até a Fazenda Real no que diz respeito à viabilidade do negócio, optando, muitas vezes, por transferir os riscos – sem perder de vista a possibilidade de bons lucros – a particulares e garantir rendimento com a atividade.

Há, contudo, um grande desnível na leitura administrativa baseada no fisco. Ligado diretamente à produção açucareira, a

²⁵³ SUMÁRIO da carta de Sebastião Borges, provedor-mor da fazenda do Brasil, sobre o comércio do pau-brasil, pescaria das baleias e terras de pastos e currais. Bahia, 5 de Fevereiro de 1615. AHU_ACL_CU 005, Cx. 2, Doc. 103.

²⁵⁴ CAPÍTULOS da carta de D. Luis de Sousa, governador do Brasil, de 24 de janeiro de 1617, acerca do pau-brasil e do arrendamento dos dízimos. Op. Cit.



arrecadação do principal tributo destinado à inversão em pagamentos e despesas sempre colocou em posição de evidência as capitanias que se destacavam no que diz respeito ao negócio do açúcar. Desse modo, as duas regiões de grande valor fiscal do Estado do Brasil eram encabeçadas pela Bahia e por Pernambuco, sendo as demais, excetuando as “da banda do sul”, no que toca ao fisco, subordinadas a elas.

2.6 Contrato e contratadores

Quando corria pela Fazenda Real a figura do contratador, grande comerciante do reino, encerrava-se a sua participação na administração direta do negócio. Nesse caso, os oficiais da Coroa realizavam a compra que era administrada pela Fazenda Real. Após embarcada para o reino, a carga de madeira seguia para a Casa da Mina de onde era distribuída para os mercados consumidores. A Coroa nomeava um feitor do pau-brasil, o qual normalmente era o capitão-mor da capitania de onde se realizava a extração e compra. Todo o pau-brasil da Coroa recebia o selo real para identificá-lo em função das muitas ocorrências de descaminhos. Porém, como vimos anteriormente, se, por um lado, retirava-se o intermediário – o contratador – por outro, a articulação necessária para a efetivação de todas as etapas, desde a extração até o transporte ao reino, era custosa e muitas vezes pouco viável para a Coroa, o que justifica por que optava por associar-se a grandes mercadores.

O que explicaria o interesse em arrendar os contratos do pau-brasil? Segundo Luis Antonio Araújo, “a guerra definia em muito a dinâmica dos contratos, tanto na elaboração das condições neles estabelecidas como no sucesso efetivo de sua elaboração”²⁵⁵. Daí porque muitos comerciantes atuaram no financiamento de conflitos como meio de obter privilégios em contratos.

Além das guerras, a associação entre a influência dos indivíduos que arrematavam o contrato de estanco e o interesse da

²⁵⁵ ARAÚJO, Luis Antonio da Silva. **Contratos, comércio e fiscalidade na América Portuguesa (1641 – 1670)**. Op. Cit. p. 19.



Coroa em viabilizar o negócio e reverter os possíveis rendimentos do contrato ao seu erário influenciava essa dinâmica, promovendo adaptações no sentido de vencer problemas de ordem prática.

André Lopes Pinto, contratador do pau-brasil, em requerimento de 13 de fevereiro de 1617, afirmou que havia arrematado o contrato sem a obrigação de pagar coisa alguma aos escrivães e demais oficiais encarregados de fiscalizar o peso de seus produtos nas alfândegas e fez solicitação para que “V. Magde mand[asse] que os ditos oficiais assistam ao dito peso sem por isso ele superintendente ser obrigado a dar coisa alguma”²⁵⁶.

O contratador fez ainda petição em que lembrava ao Conselho da Fazenda que, pela condição de seu contrato, lhe tinha mandado “V. Magde. [...] lhe [fosse] dado juiz, com os mesmos poderes que tem os contratadores das cartas e [...], pede a V. Magde lhe [fizesse] mercê mandar nomear o dito juiz, e que seja pessoa [de] autoridade, letras e inteireza”²⁵⁷. A presença de um juiz para acompanhar o andamento do contrato representava a concessão de direito ao contratador de um foro privilegiado para resolver possíveis conflitos e demandas que envolvessem todas as partes atuantes no processo.

Certamente, a posição social dos contratadores oferecia condições para que os contratos os beneficiassem de alguma forma. A forma como era elaborado o contrato, a partir das cláusulas que o regiam, sofria forte influência do perfil social e econômico dos contratadores. Dessa forma, é possível perceber a intenção de proteção por parte da Coroa aos que, de certa maneira, trabalhavam em prol de sua fazenda²⁵⁸.

Outro pedido, feito pelo contratador André Lopes Pinto, dizia respeito à segurança no transporte da madeira para o reino. Segundo a petição, o envio do pau-brasil estava sob forte ameaça em função dos constantes ataques de corsários às embarcações, implicando em perda

²⁵⁶ REQUERIMENTO de André Lopes Pinto sobre condições do contrato do pau-brasil que arrematou. S. I. 13 de Fevereiro de 1617. AHU_ACL_CU 005, Cx. 2, Doc. 148.

²⁵⁷ CONSULTA do Conselho da Fazenda sobre o juiz que pede André Lopes Pinto, contratador do pau-brasil, para julgar das condições de seu contrato. Lisboa, 13 de Julho de 1617. AHU_ACL_CU 005, Cx. 2, Doc. 149.

²⁵⁸ SIQUEIRA, Maria Isabel de. **Legislações na exploração do pau-brasil**. Op. Cit. p. 12.



da mercadoria e prejuízos para o contratador. Para evitar prejuízos, o negociante solicitou mercê para que o “pau que se roubar ele superintendente o pode[r] tornar a cortar e embarcar no Brasil até a quantia dos ditos dez mil e tantos quintais” e que possa enviar embarcações não só para Lisboa, mas para a cidade do Porto, Vila de Viana e Foz de Lima. A madeira deveria vir, segundo o pedido, em navios pequenos “porque em outra maneira, vindo em naus grandes fica ele superintendente arriscando muito” e com o uso de embarcações menores e mais velozes as chances de escapar de ataques seriam maiores.

Dessa forma, recomendou que os provedores da fazenda assistissem a carga do pau nas alfândegas e que fizessem “cadernos com muita distinção da quantidade do pau que se embarcar com declaração do nome do mestre e navio e esquadra [...] por duas vias, uma no navio em que se embarcar” e outro para o juiz da alfândega, o qual deveria enviar ao Conselho da Fazenda para que se fizesse a conferência e confirmação do que fora enviado a partir da comparação com os dois cadernos²⁵⁹.

Em 1631, Luiz Vas de Rezende, outro contratador do estanco de pau-brasil, ofereceu “50 mil cruzados em roupas para ficar com o contrato”²⁶⁰. À época, o contrato já tinha sido arrematado por Álvaro de Azevedo e, desse modo, ficou sendo administrado em sociedade, cabendo a metade das receitas e despesas do negócio a cada um dos contratadores. O contrato foi arrematado por 24 contos e 4000 cruzeiros por ano.

Luiz Vas de Rezende era um importante comerciante do reino, envolvido no comércio dos panos e “tinha seus contatos e vantagens no mercado daquele insumo de tinturaria”²⁶¹. Esse elemento demonstra a forte articulação do negócio do pau-brasil com o comércio internacional. O referido capitão ainda gozava do *status* de “fidalgo da casa de Sua Magestade [e] cavaleiro professo no hábito da

²⁵⁹ CONSULTA do Conselho da Fazenda acerca de uma petição de André Lopes Pinto, contratador do estanco do pau-brasil, relativa às dificuldades daquele comercio pelos ataques dos corsários. Lisboa, 5 de Abril de 1618. AHU_AL_CU 005. Cx. 2. Doc. 170.

²⁶⁰ LENK, Wolfgang. **Guerra e pacto colonial**. Op. Cit. p. 255.

²⁶¹ *Ibidem*



Ordem de Avis”²⁶². Por outro lado, em tempos de ocupação neerlandesa, a Coroa aproveitou-se para pagar com vestimentas, açúcar e farinha de mandioca os soldos atrasados das tropas que estavam no Brasil, valendo-se dessa articulação, vantajosa tanto para os comerciantes quanto para a Fazenda Real²⁶³.

Além das vantagens, um elemento importante que envolvia os negócios da madeira de tinturaria eram os conflitos em torno da administração dos contratos. No âmbito dos grandes negociantes, as somas consideráveis que eram investidas provocavam, muitas vezes, reverses no que diz respeito ao pagamento devido por alguma das partes.

No caso da sociedade entre Alvaro de Azevedo e Luis Vas de Rezende, o conflito surge a partir do pagamento de débitos para a quitação do valor anual a ser pago conforme previsto no contrato. Em 14 de agosto de 1635, segundo exame das contas da Fazenda Real, o Conselho da Fazenda notificou o débito de 7:794\$256 réis a serem pagos, dividido em partes iguais de 3:897\$128 réis, pelos dois contratadores. A mesma consulta revela que Alvaro de Azevedo, após notificação do Conselho da Fazenda, afirmou ter dado “um crédito para o Brasil de dez mil cruzados em seis de maio do presente ano a pedido do Conselho da Fazenda [...] para se entregar no Brasil aos provedores da fazenda” e que se levassem “em conta no que o devesse de acerto pela metade que lhe devia no contrato [...] de modo que não dev[ia] coisa alguma a esta parte antes se lhe devi[am] mil cruzados [...] que fora o que era a parte de Luis Vas de Rezende”²⁶⁴.

Em janeiro do ano seguinte, Luis Vas de Rezende entrou com recurso contra a sentença de litígio entre ele e Alvaro de Azevedo, oferecendo fiança de 20 mil cruzados “abonada com bens de raiz”. O contratador pediu “a Vossa Magestade [...] mandar ao dito executor-mor aceit[ar] as fianças pois não são as do contrato em que militam as

²⁶² REGISTO de uma procuração que Luís Vas de Rezende contratador do pau-brasil fez a Belxior Rodrigues Ribeiro feitor do contrato. Lisboa, 18 de Março de 1635. DHBN – Vol. XVII, p. 422.

²⁶³ LENK, Wolfgang. **Guerra e pacto colonial**. Op. Cit. p. 256.

²⁶⁴ MINUTA de consulta do Conselho da Fazenda sobre as contas do contrato do pau-brasil que se arrematou a Luis Vas de Rezende e a Alvaro de Azevedo. Lisboa, 14 de Agosto de 1635. AHU_ACL_CU 005. Cx. 5. Doc. 641.



razões do regimento, antes é uma fiança exabundante que se lhe pôs [na] dita sentença”²⁶⁵. O agravo referia-se à concessão obtida pelo pagamento dos 20 mil cruzados para explorar o pau-brasil expedida em dezembro de 1635²⁶⁶.

Os mesmos contratadores haviam obtido benefício de foro privilegiado a partir da criação da Conservatória do Contrato do Pau-brasil, em 1633, ano em que foi nomeado, como juiz conservador, o desembargador Manoel Coelho de Valadares²⁶⁷ e que concedeu aos negociantes o privilégio de responder às demandas que tocavam a atividade em um juizado especial.

Após as divergências entre os contratadores e entre os mesmos e o Conselho da Fazenda, o arrendamento do contrato de estanco do pau-brasil foi suspenso pela Coroa. Em consulta de julho de 1638, o Conselho da Fazenda afirmou que a Alvaro de Azevedo a suspensão foi devida em função de o contratador “não haver bem procedido nela”. No que diz respeito a Luis Vas de Rezende, o conselho afirmou que ainda havia “embargos cuja resolução pende atualmente”²⁶⁸. Contudo, Luis Vas de Rezende também perdeu o contrato.

²⁶⁵ AGRAVO do contratador do pau-brasil Luis Vas de Rezende, sobre a sentença que teve contra Alvaro de Azevedo. S. l. 20 de Janeiro de 1636. AHU_ACL_CU 005. Cx. 6. Doc. 686.

²⁶⁶ REGISTO de um mandado do Conselho da Fazenda passado a Luis Vas de Rezende. DHBN – Vol. XVI, p. 368 - 369.

²⁶⁷ ALVARÁ régio passado ao conservador do estanco do pau-brasil de que são contratadores Luis Vas de Rezende e Alvaro de Azevedo. S. l. 13 de Julho de 1633. AHU_ACL_CU 005. Cx. 7. Doc. 768. Maria Isabel de Siqueira data a criação da conservatória de 1635, todavia, o alvará data de 1633. Cf. SIQUEIRA, Maria Isabel de. **Legislações na exploração do pau-brasil**. Op. Cit. p. 11.

²⁶⁸ CONSULTA do Conselho da Fazenda sobre na armada que vai ao Brasil se enviar ordem ao provedor-mor Pedro Cadena, para fazer pronto para vir ao reino, todo o pau-brasil que for possível, assim do que estiver cortado como do que se fizer cortar na Bahia e seu distrito, e em Porto Seguro, e que para isso se lhe enviem na mesma armada 2.000 mois de sal e mais fazendas que for S. Magde servida. Lisboa, 14 de Julho de 1638. AHU_ACL_CU 005. Cx. 7. Doc. 827.



Quadro 4 – Pau-brasil que se despachou e carregou por conta de Luis Vas de Rezende e Alvaro de Azevedo entre 1632 e 1635

Embarcação	Número de registros	Mestre(s)	Pau-brasil embarcado
Nossa Senhora de Nazaré	9	-Manoel Martins Pombo -Jorge Franco Barbudo -Anador André -Antonio Gonçalves de Oliveira -Manuel Lopez -Pero Jorge -Maoel Gonçalves -Domingos Jorge	1.134 quintais
Santo Antonio	2	-João Francisco -Antonio Francisco	660 quintais
São Boaventura	2	-Bartolomeu (sobrenome ilegível) -Manoel André Botelho	130 quintais
Nossa Senhora Dajuda	2	- Afonso Ruaz -Manuel (sobrenome ilegível)	90 quintais
Nossa Senhora do Desterro	1	-Diogo Romeu	704 quintais
Nossa Senhora do Carmo	1	-Duarte do Vale	180 quintais
São João Batista	1	-Domingos Rodrigues	120 quintais
Nossa Senhora da Boa Viagem	1	-João Domingues	100 quintais
Nossa Senhora Caida	1	-João Figueira	100 quintais
Nossa Senhora da Piedade	1	-João Ramos Velozo de Coimbra	100 quintais
Espirito Santo	1	-Domingos Alvares	90 quintais



Nossa Senhora dos Remédios	1	-Visente Quaresma	90 quintais
Desconhecido (ilegível)	1	Desconhecido (ilegível)	90 quintais
Madre Deus	1	-Antonio Alvarez	80 quintais
Nossa Senhora do O	1	-João da Silva	70 quintais
São Tiago e São Phelippe	1	-Domingos (sobrenome ilegível)	60 quintais
Desconhecido	1	-Diogo Vas	50 quintais
Nossa Senhora de Guadalupe	1	-Pero Gonçalvez Gouveia	42 quintais
São José	1	-Manuel Gonçalvez Pereira	40 quintais
Nossa Senhora da Boa Nova	1	-Sebastião Rodrigues Salvador	40 quintais
São João	1	-João Vicente	40 quintais
Total	32		3.676 quintais

Fonte: RELAÇÃO do pau-brasil que se despachou e carregou desde 7 de Setembro de 1632 até 9 de Julho de 1635, por conta dos contratadores Luis Vas de Rezende e Alvaro de Azevedo. Lisboa, 2 de Julho de 1635. AHU_ACL_CU 005, Cx. 5, Doc. 632.

No quadro acima, é possível evidenciar, a partir de registros oficiais, uma grande disparidade entre a quantidade anual de extração permitida pelo contrato e o volume de carregamentos e despachos de pau-brasil por conta dos contratadores. Certamente, esses valores ocultaram montantes consideráveis que não foram registrados na alfândega da Bahia ou nas alfândegas das capitânias de onde vinha a madeira. Todavia, é importante lembrar que, apesar de não representar sequer a metade dos 10.000 quintais anuais previstos pelo contrato, a soma dos 3.676 quintais de pau-brasil poderia chegar a valer, em Lisboa, 3:676\$000 réis se levarmos em consideração o valor de 1\$000 réis o quintal no reino. Logo, considerando que um escravo do campo, no início do século XVII, custava 40\$000 réis em média, esse valor corresponderia ao poder de compra de, aproximadamente, 94 escravos



na colônia.

Outro dado importante é o considerável fluxo de embarcações responsáveis pelo transporte da madeira seja do porto das capitâneas que exportavam pau-brasil – no caso da Capitania de Porto Seguro, o porto de Coroa Vermelha –, seja do porto de Salvador.

O contrato foi arrendado posteriormente a Pedro de Baeça e Jorge Gonçalves Alamo, tendo como juiz conservador Paulo de Carvalho²⁶⁹. Em meio às guerras neerlandesas, Pedro de Baeça se destacou como um dos grandes credores da Coroa para o socorro do Brasil, sendo arrendatário de direitos da Coroa desde 1604 e participando de diversos negócios por todo o Império português. Baeça pagou 60.000 cruzados pelo contrato, sendo o dinheiro aplicado nos armazéns da Fazenda Real. Juntamente com Jorge Alamo, assinou “um assento com Madri, pelo qual forneceriam 200.000 cruzados para o apresto da futura armada do Conde da Torre, metade em dinheiro e metade em mercadoria: vinho, azeite, morrão, chumbo e têxteis”²⁷⁰.

De modo geral, esse era o perfil dos contratadores do pau-brasil: grandes comerciantes, agentes do capital comercial ligados ao círculo de poder da monarquia. Ligava-se, assim, a colônia ao espaço econômico da metrópole. Vale lembrar ainda que os arrematadores dos contratos se inseriam na política de serviços e recompensas, constituindo uma relação patrimonialista.

²⁶⁹ REQUERIMENTO de Pedro de Baeça e Jorge Gonçalves Alamo, contratadores do pau-brasil, sobre coisas do mesmo contrato. S. I. 19 de Janeiro de 1638. AHU_ACL_CU 005. Cx. 7. Doc. 767.

²⁷⁰ LENK, Wolfgang. **Guerra e pacto colonial**. Op. Cit. p. 250.



2.7 Procuradores e moradores da Capitania de Porto Seguro

Não obstante, essa articulação entre o capital comercial, contratadores e a Coroa ligava-se, alhures, havia outros agentes constituindo uma grande ramificação de interesses e viabilizando o negócio extrativista. Assim, uma vez arrematado, o contrato era subrogado a procuradores e feitores.

Os procuradores normalmente viviam na Capitania da Bahia – no caso dos agentes que atuavam na Capitania de Porto Seguro – de onde eram responsáveis por “fazer todas a diligências que convierem a bem dele e a arrecadação do pau, e o mandar vir dos Ilhéus e Porto Seguro, e fazer todos os mais requerimentos, e dependências”²⁷¹. Ademais, era de responsabilidade do contratador o pagamento das despesas com o feitor nomeado por ele.

Levando em consideração que a maioria dos contratadores residia no reino, os procuradores, uma vez nomeados, eram os grandes agentes na colônia e se constituíam em um grupo intermediário nos negócios, “representando” os detentores do contrato. Nesse ínterim, os procuradores eram investidos de direitos e responsabilidades como nos foi possível perceber nos registros de provisão. No dia 1 de novembro de 1633, foram nomeados Belchior Rodrigues e Paulo Lopes Carneiro, procuradores do contratador Alvaro de Azevedo para que, segundo a provisão,

corram com todo o meneio do pau-brasil [...] e assim mesmo para que possam nomear em todas as partes que convenha os guardas, e feitores que sejam necessários para a boa administração do dito contrato [...] e como tais feitores os ouvidores em todas as suas ações, e requerimentos, que fizerem, e os deixareis servir o dito cargo na forma costumada, e como tais poderão andar de dia e de noite com suas armas ofensivas, e defensivas por onde quizer e lhe

²⁷¹ REGISTO do mandado do Conselho da Fazenda para Francisco de Torres servir de feitor do contrato do pau-brasil. Lisboa, 7 de Fevereiro de 1628. DHBN – Vol. XV, pg. 205.



bem vier sem lhe serem tomadas, nem eles presos [...] e achando-se algum pau-brasil desencaminhado será tomado por perdido, e disso se fará autos, que necessários forem, aos quais feitores guardareis, e fareis guardar todas as graças, e privilégios, liberdades que lhes pertence, e de que gozam, que são os próprios, de que goza o mesmo contratador, aos quais dareis, e fareis dar toda ajuda, e favor, que vos pedirem, e eles ditos feitores requererem, e se algum dos oficiais, e ministros de justiça, que lhe não fazer alguma diligencia tocante, a meu serviço, e a bem da dita renda, e contrato, a irão logo fazer sob pena de suspensão de seu officio e de pagarem de sua casa e fazenda toda a perda e dano²⁷².

O conteúdo do texto da provisão nos chamou a atenção para a condição dos procuradores. Uma vez nomeados, usufruíam de uma série de privilégios na colônia, como a nomeação de guardas e feitores, a possibilidade de andarem armados e, o mais importante, o gozo de todas as isenções e dos privilégios do contratador. Essa condição dos procuradores constitui, para nós, uma questão bastante curiosa no tocante à escolha desses pelos contratadores, seu perfil social e como tais vantagens poderiam ser transformadas em lucros para os mesmos.

No que diz respeito ao contrato de arrendamento dos dízimos, uma vez acertado o valor de pagamento em hasta pública e arrematado, o contrato corria sob a responsabilidade e lucro do contratador. Contudo, muitas vezes passava-se a administração do contrato para procuradores que atuavam em áreas específicas e esses, por sua vez, dividiam-no por paróquia. Como bem observou

²⁷² REGISTO de uma provisão de Sua Magestade de Belchior Rodrigues Ribeiro e Paulo Lopes Carneiro sobre o pau-brasil de feitoria dele. Lisboa, 1 de Novembro de 1633. DHBN – Vol. XVI, pag. 189 – 193.



Wolfgang Lenk, “se formava um mercado ‘ao varejo’, para cada localidade, dos direitos de arrecadação”²⁷³.

Apesar de não encontrar, nos documentos compulsados para o presente trabalho, essa relação de forma explícita, no caso do arrendamento do contrato de estanco do pau-brasil, as relações constituídas em torno do negócio, descritas anteriormente, levaram-nos a pensar sobre essa possibilidade. Certamente, a cessão das vantagens e dos privilégios do contratado a colonos, procuradores desses, não ocorria de forma gratuita e, muito menos, a possibilidade de lucro em torno da atividade não escoaria de maneira plena sem que passasse pelos procuradores. Logo, por mais que a dúvida prevaleça, pareceu-nos necessário considerar a hipótese de que os contratos eram, de fato, subrogados a negociantes residentes no Brasil, os quais passavam a administrá-los da colônia.

Do mesmo modo, as relações entre contratadores e procuradores podiam formar-se a partir dos mecanismos de constituição de redes clientelares e familiares. Assim, é possível que os procuradores fossem pessoas que giravam em torno dos poderosos, os que distribuíam poder e benefícios para os seus protegidos. Segundo Ricupero, “um considerável número de pessoas girava em torno do rei, da Rainha, dos infantes e das grandes figuras da nobreza e em troca de serviços e de lealdade, procuravam garantir benefícios diversos para os seus protegidos”²⁷⁴.

Elemento importante no processo da economia extrativista do pau-brasil, o procurador era quem administrava o negócio na prática. Era também o elo necessário na articulação entre os responsáveis diretos pela extração do lenho tintorial nas capitanias e pelos setores da administração do Estado do Brasil – provedoria, ouvidoria, fazenda e Governo-geral – e o mercado.

Normalmente, o procurador assumia a função de feitor do pau-brasil e era responsável, a partir de sua articulação com o provedor-mor do Estado do Brasil, pelas petições e concessões de licenças para os colonos que atuavam no corte da madeira. Assim, a

²⁷³ LENK, Wolfgang. **Guerra e pacto colonial**. Op. Cit. p. 325 – 326.

²⁷⁴ RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial**: Brasil, c. 1530 – c. 1630. São Paulo: Alameda, 2009. p. 161.



partir da liberação concedida, o feitor comprava o pau-brasil dos colonos nas áreas onde se concentrava o extrativismo do pau-brasil – nesse caso, nos principais rios das capitanias.

João Alves e Agostinho Coelho, moradores no Rio das Caravelas, a partir de uma petição de 19 de agosto de 1634, para “fazer pau-brasil no dito Rio e vendê-lo ao feitor do contrato Balthazar Rodrigues Ribeiro”²⁷⁵, receberam mercê para fazerem 1.500 quintais cada um. Em outubro de 1634, Paulo Lopes Carneiro, feitor e procurador de Luis Vas de Rezende, estava “concertado com André da Rocha Dantas morador no [...] rio de São Francisco [...] para cortar nas matas do Coruruípe dois mil quintais do dito pau em cada ano para o dar ao dito contratador”²⁷⁶.

O próprio feitor, no uso de suas atribuições, requeria e conseguia licença para o corte da madeira e a vendia para o procurador do contratador como consta nessa petição e licença de outubro de 1634, na qual diz-se que Paulo Lopes Carneiro, procurador, havia “comprado ao dito Balthazar Peixoto três mil quintais de pau, que há de dar cada um ano que durar o contrato, de que se há feito obrigação o qual pau se há de cortar, e embarcar nos rios que há dos Ilhéus até o rio Doce que é além do rio das Caravelas”²⁷⁷.

Os procuradores, residentes na Bahia, em determinado momento, passam a dividir a função, transferindo suas funções a terceiros, como foi o caso de Belchior Rodrigues Ribeiro, procurador do contratador Luis Vas de Rezende, que “sobestabeleceu os poderes da dita procuração em Gaspar de Oliveira Vidigueira, morador em Porto Seguro e Manuel Coelho e Antonio Malheiro para que todos

²⁷⁵ REGISTO de uma petição e licença, que o provedor-mor da fazenda de Sua Magestade deu a João Alves e Agostinho Coelho para cortarem pau-brasil. Bahia, 19 de Agosto de 1634. DHBN – Vol. XVI, p. 203.

²⁷⁶ REGISTO de outra licença de André da Rocha dada em virtude da petição e despacho atrás. Bahia, 21 de Outubro de 1634. DHBN – Vol. XVI, p. 212.

²⁷⁷ REGISTO de uma petição e licença que o provedor-mor eu a Balthazar Peixoto morador dos Ilhéus. Bahia, 13 de Outubro de 1634. DHBN – Vol. XVI, pg. 209.



usem os poderes da dita procuração assim como ao dito outorgante são concedidos”²⁷⁸.

A procuração revela que, a partir de então, alguns moradores da Capitania de Porto Seguro passaram à condição de procuradores dos contratadores do estanco do pau-brasil, incorporando seus direitos, privilégios e suas responsabilidades. Ademais, o fato de residirem em Porto Seguro colocava-os em condição de obter licença e atuar diretamente no extrativismo, cortando, estocando e vendendo a madeira.

Nesse contexto, a composição dos agentes envolvidos no “negócio” do pau-brasil formava-se a partir desses três espaços principais. O primeiro deles dizia respeito à articulação entre a Coroa e os grandes negociantes do reino; o segundo, entre os negociantes e os mercadores da colônia e, por fim, entre mercadores da colônia e os colonos moradores da Capitania de Porto Seguro e, certamente, nas demais em que a atividade extrativista era desenvolvida.

Vale lembrar que as posições que cada agente ocupava não eram, de forma alguma, limitadas a esses espaços e havia um certo trânsito e, até mesmo, confluência entre os negócios particulares e a administração pública.

Portanto, é importante compreender os mecanismos e arranjos que se configuraram em torno da atividade para então entender quais foram os principais beneficiados na Capitania de Porto Seguro pela economia extrativista de pau-brasil. Sem dúvidas, o extrativismo se configurou como a principal atividade econômica da capitania.

As licenças de corte eram liberadas pelo provedor da capitania com a anterior análise e anuência do provedor-mor da Fazenda Real na Bahia. Sendo assim, a liberação dependia de um percurso burocrático relativamente grande²⁷⁹. Primeiramente, os “lavradores do pau-brasil” solicitavam a autorização ao provedor da capitania, o qual enviava a petição ao provedor-mor, que analisava e autorizava, devolvendo-a ao provedor da capitania, o qual autorizava o corte,

²⁷⁸ REGISTO de uma procuração que Luis Vas de Rezende contratador do pau-brasil fez a Belchior Rodrigues Ribeiro feitor do contrato. Lisboa, 18 de Março de 1635. DHBN – Vol. XVII, p. 422.

²⁷⁹ Ver anexo 1.



determinando as pessoas habilitadas para cortar, em certa quantidade e em que tempo. Por fim, a partir do parecer dos provedores, o ouvidor-geral e provedor da Fazenda do Estado do Brasil expedia a licença e a enviava para o provedor das capitanias.

Um dado importante presente nas licenças são os nomes dos moradores que a recebiam e a quantidade de pau-brasil que cada um podia cortar e vender. A partir da leitura dos nomes e da quantidade de madeira liberada, foi possível perceber que o número de moradores beneficiados com as licenças era limitado, havendo uma repetição da maioria de nomes em cada licença.

Quadro 5 – Registro de licenças de corte de pau-brasil na capitania de Porto Seguro (1633 – 1637)

Morador	Número de licenças	Total
Balthazar Peixoto	3	6.000
Pedro Serqueira da Veiga	3	4.000
Gaspar de Oliveira Vidigueira	3	3.500
João Alves	2	3.000
Agostinho Coelho	2	2.500
Amador Fernandes Penelle	1	2.000
Sebastião Fernandes	3	1.500
Antonio Rodrigues Viana	1	1.500
Thomé Vas	1	1.500
Salvador Gonçalves Mealhada	1	1.500
Panteleão Lopes	2	1.000
Belchior Gomes	2	1.000
Francisco Gomes	2	1.000
Francisco Casado	2	1.000
André Gavião	2	1.000
Diogo Rodrigues	2	1.000
Rui Coelho	2	1.000
Matheus Alvares	1	1.000
Gaspar Pires	1	1.000



Antonio Soares	1	1.000
Antonio Malheiro Pereira	1	1.000
Manuel de Miranda	1	1.000
Manuel Antonio	1	600
Jeronymo Gomes	1	500
Gaspar Antunes	1	500
Manuel Gonçalves de Oliveira	1	500
Pedro de Lima	1	500
Antonio Lopes	1	500
Pedro Corrêa de Brito	1	500
Diogo Corrêa	1	500
Total	47	43.100 quintais ou 2.586.000 quilos

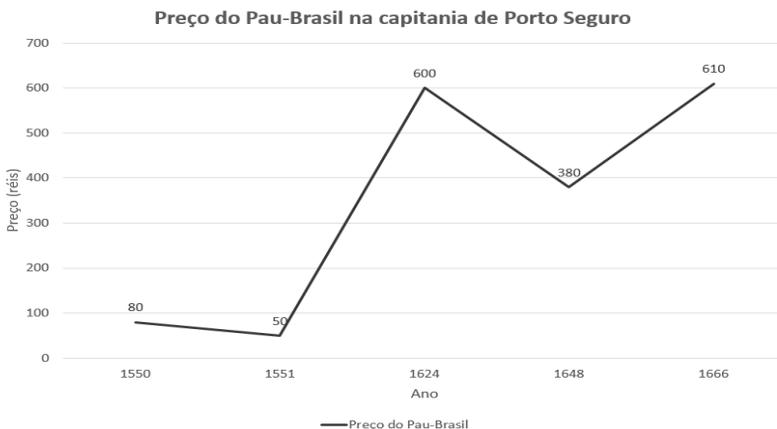
Fonte: REGISTO da licença que o Provedor-mor passou a alguns moradores de Porto Seguro para cortarem Pau brasil a petição do Feitor dos Contratadores. Bahia, 28 de Maio de 1633. DHBN – Vol. XVI, p. 112 – 115; REGISTO de uma petição e licença que o Provedor-mor da Fazenda de Sua Magestade deu a João Alves e Agostinho Coelho para cortarem pau Brasil. Bahia, 2 de Dezembro de 1643. DHBN- Vol. XVI, p. 203 – 206; REGISTO de uma petição e licença que o Provedor-mor deu a Balthazar Peixoto morador nos Ilhéus. Bahia, 20 de Outubro de 1634. DHBN – Vol. XVI, p. 209 – 212; REGISTO de uma licença que se passou a alguns moradores de Porto Seguro. Bahia, 22 de Outubro de 1635. DHBN – Vol. XVI, p. 257 – 259; REGISTO de outra licença que se passou aos moradores de Porto Seguro. Bahia, 22 de Outubro de 1635. DHBN – Vol. XVI, p. 260 – 262; REGISTO de uma mandado de licença para Pau Brasil que se passou a Balthazar Peixoto e a outros moradores do Porto Seguro. Salvador, 5 de Janeiro de 1637. DHBN – Vol. XVII, p. 413 – 415; REGISTO de uma petição e licença que passou o Provedor-mor a Amador Fernandes Peneta para pau Brasil em Porto Seguro. Salvador, 1 de Março de 1637. DHBN – Vol. XVII, p. 419 – 422; REGISTO de petição de licença que se passou a um morador do Porto Seguro. Bahia, 5 de Maio de 1637. DHBN – Vol. XVII, p. 450 – 455.



No quadro acima, é possível observar a relação de beneficiados com licenças de corte de pau-brasil, a quantidade de licenças que cada um recebeu e o total de madeira que cada um poderia retirar das matas. Retiradas das petições e licenças concedidas entre os anos de 1633 e 1637, as informações revelam uma distribuição desigual da quantidade liberada para cada um.

A variação de liberação de corte entre 500 e 6.000 quintais de pau-brasil demonstra uma grande disparidade entre os beneficiários, implicando em uma grande concentração da possibilidade de obtenção de lucros mais consideráveis por parte dos que obtiveram licença de corte entre 2.000 a 6.000 quintais; intermediária entre 1.000 e 1.500 quintais e baixa entre 500 e 600 quintais da madeira de tinturaria.

Entre os anos de 1624 e 1645, o preço pago por quintal na Capitania de Porto Seguro variava entre 600 e 580 réis. A esse valor, os lucros poderiam girar entre 3:600\$000 réis para o maior beneficiário e 300\$000 réis para os menores. Assim, a distribuição de licenças relacionava-se com a posição social que cada morador que consta na lista ocupava.



Fonte: DHBN, Vol. XXXVII, p. 308 e 384, TERMO DO ASSENTO que os oficiais da Câmara fizeram com os moradores de Porto Seguro, sobre o preço do pau brasil. Bahia, 26 de Março de 1624. AHU_ACL_CU 005, Cx. 6, Doc. 311, DHBN, Vol. VII.



À exceção de Balthazar Peixoto, maior beneficiário e morador da Capitania de Ilhéus, os moradores de Porto Seguro que conseguiram as licenças mais significativas no que diz respeito às quantidades de pau-brasil em quintais estavam inseridos no âmbito do “poder local”, sendo oficiais da câmara, procuradores de contratadores, ocupantes de cargos públicos da administração régia ou eram ligadas ao capitão donatário. De certa maneira, essa configuração atendia ao que orientava o artigo 2 do regimento de 1605 em que restringia as licenças a “pessoas de qualidade”.

Quadro 6 – Principais beneficiados com licenças de corte de pau-brasil na capitania de Porto Seguro (1633 – 1637)

Morador	Cargos, ocupações e parentesco
Pedro Serqueira da Veiga	Procurador de contratador, provedor, ouvidor e capitão-mor
Gaspar de Oliveira Vidigueira	Procurador de contratador, cunhado do licenciado Antonio Cordeiro
João Alves do Quintal	Capitão-mor da povoação do Rio das Caravelas
Agostinho Coelho	Capitão-mor
Amador Fernandes Penele	Provedor da fazenda
Salvador Gonçalves Mealhada	Ouvidor

Fonte: Documentos Históricos da Biblioteca Nacional – Volumes XVI e XVII.

Como demonstra o quadro acima, os principais envolvidos na atividade extrativista na Capitania de Porto Seguro compunham um seleto grupo de funcionários públicos a nível local, sendo que o único da lista dos seis moradores do quadro que não conseguimos documentação comprobatória do exercício de funções públicas foi Gaspar de Oliveira Vidigueira, que, apesar disso, era procurador do contratador Luis Vas de Rezende e cunhado do licenciado Antonio Cordeiro.

Descortina-se, então, a importante relação entre a economia



extrativista na Capitania de Porto Seguro e o exercício de funções públicas. Nesse sentido, como bem problematizou Raymundo Faoro, apesar de o rei ser o senhor de tudo e o funcionário, apenas a sombra real, “a sombra, se o sol está longe, excede a figura”²⁸⁰. Assim, “o cargo público em sentido amplo, a comissão do rei, transforma o titular em portador de autoridade”²⁸¹. Não obstante, essa condição de autoridade não significava grande autonomia e insubmissão à autoridade régia. Aos olhos do rei, todos eram e deveriam se comportar como súditos fiéis.

Logo, o revestimento trazido pela vestimenta da autoridade local utilizava-se, em certa medida, da sua condição em seu favor. Assim, a relação entre a concessão de licenças e o exercício do cargo público traduz a apropriação do direito de corte e a inserção vantajosa na atividade extrativista por um pequeno grupo de pessoas.

No tocante à participação direta do poder local na atividade extrativista de pau-brasil na Capitania de Porto Seguro, é importante lembrar ainda da atuação da câmara e de seus oficiais no negócio do pau-brasil em âmbito local²⁸². Os oficiais atuavam, sobretudo, na regulamentação do preço que se pagava por quintal de pau-brasil na capitania, conforme sinalizou um termo de assento feito entre os oficiais da câmara e os moradores da Capitania de Porto Seguro sobre o preço do pau-brasil. Segundo o documento,

O capitão mor Manuel de Miranda Barbosa e aos moradores juntos se assina[ram] sobre o pau-brasil que está feito [e] se fizer e responder uma carta do provedor mor que trata sobre o preço dele a qual fui dando conta a câmara e acordaram com o dito capitão mor e oficiais contentaram que o pau-brasil o dariam por preço de duas

²⁸⁰ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2004. p. 171.

²⁸¹ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Op. Cit. p. 175.

²⁸² As atas da Câmara de Porto Seguro seriam documentos preciosos para um estudo mais detalhado da sua atuação na capitania. Contudo, são dados como perdidos. Entretanto, observamos alguns fragmentos de sua atuação a partir de outros documentos como correspondências ao Conselho Ultramarino, Governo-geral e outros.



patacas forras por quem o fizer nas barras dos rios onde quer que se fizer nessa capitania²⁸³.

O estabelecimento e a regulamentação de preços era questão de suma importância em função do alto nível de envolvimento dos moradores da capitania na atividade, constituindo-se em mais um elemento de tensão em torno dela. Como vimos anteriormente, os mecanismos da exploração da madeira preciosa, fundamentada a partir do monopólio como direito régio, participação direta do capital mercantil de grandes negociantes do reino, implicando na concentração de lucro por parte da Coroa e dos negociantes, fazia com que, na base do processo, os interesses dos envolvidos na extração da madeira se concentrassem na venda do produto pelo preço mais vantajoso possível.

Nesse sentido, a atuação política da Câmara foi essencial na trama das negociações e dos conflitos que permeavam as relações entre os interesses locais, os da Coroa e do capital comercial. Não raro, ocorriam indisposições entre oficiais da câmara, feitores de contratadores e jesuítas no tocante ao embarque de pau-brasil e envio para o reino²⁸⁴. Certamente, tais indisposições se davam em função dos desacordos entre particulares e os interesses da Coroa e de seus oficiais em torno do extrativismo.

De acordo com Paulo de Assunção, “a exploração de madeiras para serem enviadas para Portugal foi uma prática comum nas propriedades jesuíticas”²⁸⁵. No que diz respeito ao negócio do pau-brasil, a Companhia de Jesus esteve diretamente ligada à atividade na Capitania de Porto Seguro a partir do controle da mão de obra e até

²⁸³ TERMO DO ASSENTO que os oficiais da Câmara fizeram com os moradores de Porto Seguro, sobre o preço do pau brasil. Bahia, 26 de Março de 1624. AHU_ACL_CU 005, Cx. 6, Doc. 311.

²⁸⁴ REQUERIMENTO do capitão Francisco Godinho de Sousa, morador na cidade da Bahia, ao rei [D. João IV] solicitando provisão para embarcar pau-brasil, de Porto Seguro e Ilhéus para o Reino, visto o embargo que lhe fazem o feitor Simão Lopes do contratador Alvaro de Azevedo e os padres da Companhia de Jesus. Bahia, [ant. 1643, Outubro, 10]. AHU_ACL_CU 005, Cx. 1, Doc. 49.

²⁸⁵ Cf. ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios jesuíticos**: O cotidiano da administração dos bens divinos. São Paulo: Edusp, 2004. p. 343.



como detentores diretos do direito de exploração da madeira. Em carta régia datada de 25 de fevereiro de 1625, o monarca argumentou que,

para evitar os inconvenientes e descaminhos que se fazem no corte do pau-brasil até se embarcar para esse reino, seria conveniente encomendar aos religiosos da Companhia de Jesus o corte do dito pau, e o carreto e guarda dele até se embarcar nos navios que o trazem, e que não haveria inconveniente em se encarregarem desta matéria visto ser devido a boa conservação das matas e bem comum daquele estado e melhor tratamento dos índios que tem a seu cargo²⁸⁶.

Apesar da possibilidade de obtenção de trabalhadores indígenas e escravos por parte dos colonos que seguissem as normas estabelecidas pela política indigenista da Coroa, a grande mortandade, derivada das epidemias de doenças infectocontagiosas e da exploração excessiva do trabalho indígena, ocasionando fugas e revoltas, levou ao aumento da dependência da mão de obra de índios aldeados.

Sem embargo, uma vez possuidores do direito de exploração de pau-brasil e, por sua vez, legítimos controladores da principal fonte de mão de obra disponível e legal na capitania, os padres da Companhia de Jesus se constituíram como forte elemento de atuação política em Porto Seguro, principalmente, no que diz respeito ao extrativismo de pau-brasil, tendo se envolvido nas principais queixas e nos motins na capitania.

Com o desenrolar da guerra contra os neerlandeses, os jesuítas e sua congregação conseguiram aumentar a sua influência política a partir da conquista de mercês. Segundo Pablo Magalhães, “no segundo quartel do século XVII ocorreu o alinhamento da empresa missionária com os principais empreendimentos mercantis do

²⁸⁶ CAPÍTULO de carta régia sobre o corte do pau-brasil. Bahia, 25 de Fevereiro de 1625. AHU_ACL_CU 005, Cx. 3, Doc. 348.



Atlântico Sul”²⁸⁷, levando a Companhia de Jesus a se consolidar como grupo de grande expressão econômica.

Por fim, a relação entre extrativismo e as populações indígenas da Capitania de Porto Seguro assumem importância central. A contribuição ou resistência indígena permeava todo o processo que envolvia a atividade a nível local, seja no que diz respeito à segurança, defesa, expedições ao interior da mata, corte da madeira, beneficiamento, transporte e, até mesmo em atividades complementares como a produção, venda de farinha e os reparos em embarcações.

Por outro lado, a penetração em territórios indígenas em busca da madeira preciosa proporcionava uma relação, na maioria das vezes, violenta entre os moradores da capitania e as populações indígenas que habitavam o interior das matas. Nas fontes, a imagem dos “aimorés” foi construída a partir de um olhar que os colocou como personagens terríveis e ameaçadores sendo, então, identificados como os grandes algozes do projeto colonizador na capitania e, por sua vez, um grande entrave para o acesso ao tesouro florestal.

Todavia, uma leitura mais atenta dos discursos contidos nos documentos pode revelar, associada à constituição de uma imagem de pobreza e miséria, frutos da carência de mão de obra, um mecanismo de pressão para a continuidade do fluxo de entradas e preação de índios do sertão para o trabalho nos núcleos de povoamento portugueses.

Sem dúvida, o recurso ao discurso da pobreza era utilizado como meio para alargar a concessão de licenças para o corte e a venda do pau-brasil, contudo, a relação entre pobreza, dificuldades para manter a disponibilidade de madeira para alimentar o comércio e a pouca disponibilidade de mão de obra na Capitania de Porto Seguro pode, certamente, esconder uma pressão por entradas e um mecanismo de driblar a política indigenista da Coroa para aliviar os casos de punição por descimentos e resgates de índios fora do contexto de guerra justa.

²⁸⁷ MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. *Equus Rusus*: a Igreja Católica e as guerras holandesas na Bahia, 1624 – 1654. Tese de doutorado. Salvador, PPGH-UFBA, 2010. p.355.



Os índios livres dos aldeamentos jesuíticos, certamente, não se apropriavam de parte considerável dos lucros obtidos com o pau-brasil. O trabalho a jornal utilizado na economia extrativista – de acordo com as fontes – era o mais utilizado, reservando-se, contudo, somente uma pequena parte dos custos para o pagamento dos trabalhadores. Outrossim, a grande redução do número de índios aldeados na capitania colocava-os em lugar de disputa entre os segmentos sociais envolvidos na atividade. Oficiais da câmara, autoridades régias e jesuítas quase sempre não se entendiam no que dizia respeito à relação entre os índios e o trabalho.

Não obstante, a necessidade, acompanhada da escassez de mão de obra qualificada para o manejo do pau-brasil, às vezes, proporcionava – dentro dos muitos limites possíveis – uma associação dos índios aos interesses das forças políticas locais e, por outro lado, uma necessidade de negociação transparece de forma velada nos registros documentais.

Essa dinâmica econômica profundamente ligada ao negócio do pau-brasil e esse cenário político e social caracterizaram a Capitania de Porto Seguro ao longo da primeira metade do século XVII.

Certamente, a relação entre uma atividade econômica intensamente marcada pelo monopólio do Estado, instável e propulsora de uma concentração de lucros por parte de um pequeno grupo de pessoas contribuiu significativamente para o quadro geral da capitania na primeira metade do século XVII.



CAPÍTULO III

NEGOCIAÇÃO E CONFLITO NA ADMINISTRAÇÃO DO PAU-BRASIL: COLONOS, ÍNDIOS, JESUÍTAS, AUTORIDADES RÉGIAS E O MOTIM NA CAPITANIA DE PORTO SEGURO (1640 – 1649)

porque neste negócio do pau-brasil [...] há muita cobiça da superintendência dele, principalmente nos padres da Companhia, que por todas as vias tratam de impedir a condução do mesmo pau, parecendo-lhe que V. Mgde. o tornará, e como são poderosos fizeram um motim no ano de 1645.

Capitão Paulo Barbosa

3.1 Monopólio e pobreza

Como visto anteriormente, compreender os meandros da atividade extrativista de pau-brasil é indispensável para entender a experiência histórica da Capitania de Porto Seguro. Sendo assim, o recorte temporal que compreende a publicação do regimento do pau-brasil de 1605 até a criação da Companhia Geral de Comércio em 1649 nos pareceu ser essencial para a configuração de seu perfil econômico, político e social, sobretudo, após as crises de mão de obra e decréscimo do final do século XVI.

Em síntese, recapitulando o que já foi exposto anteriormente, as evidências documentais demonstram o esforço da Coroa portuguesa e da administração colonial em identificar e centralizar o domínio da região que compreendia o sul da Capitania de Ilhéus até o limite sul da Capitania de Porto Seguro para fazer valer o monopólio da atividade extrativista.

A partir da atuação do sargento-mor Diogo do Campo Moreno



e suas diligências do pau-brasil, em 1610, nas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, identificamos as medidas de mapeamento e conhecimento dos principais rios e locais de concentração da madeira.

O mapa que compõe o relatório de Diogo do Campo Moreno, publicado em 1616 com o título de “Rezão do Estado do Brasil no Governo do Norte somete asi como o teve dõ Diogo de Meneses até o anno de 1612”, de autoria atribuída ao cartógrafo João Teixeira de Albemaz (ver capítulo 1), sinalizou os principais rios e a ocorrência de pau-brasil na Capitania de Porto Seguro. Ademais, como consta no capítulo 10 do Regimento do Pau-Brasil de 1605, “hei por bem que em cada capitania em que houver matas do dito pau haja guardas”²⁸⁸.

De certa maneira, as medidas centradas nas questões relativas ao controle do extrativismo, controle e da defesa militar das áreas onde havia concentração de pau-brasil de qualidade para o mercado de exportação constituíam as bases de um perfil. Esse está marcado pelo pouco estímulo à diversificação de atividades produtivas, povoamento rarefeito, pela diminuta acumulação endógena, pobreza e pelo recurso à ocupação de cargos burocráticos como forma de conquista de *status* e favorecimento no negócio do pau-brasil.

Considerando-se a importância do extrativismo de pau-brasil para os negócios da Coroa, era a partir daí que a capitania se inseria na economia colonial e, de forma alguma, essa inserção representava o isolamento da mesma. Pelo contrário, estava diretamente inserida no mercado de exportação.

Importantes trabalhos têm buscado diferentes perspectivas de abordagem para os estudos em economia colonial, sobretudo, no tocante à relação entre o mercado externo e a determinação desse sobre o mercado interno, a possibilidade de autonomia e acumulação endógena.

José Roberto Amaral Lapa, em estudo sobre o Antigo Sistema Colonial, analisou os seus elementos centrais, buscando fatores de descontinuidade entre essa estrutura analítica e rupturas forjadas pelo processo histórico no período colonial. No que diz respeito à

²⁸⁸ REGIMENTO sobre o pau-brasil. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Livro 1 de regimentos 1548 – 1653. Vol. LXXVIII, p. 272.



associação da dinâmica interna com as necessidades externas na colonização, afirmou que “embora inserida no ‘funcionamento global do sistema’, a chamada subsistência não é radical e diretamente determinada pela demanda externa. Mas o é indiretamente, pois guarda certos níveis de autonomização”²⁸⁹.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento das atividades ligadas à subsistência vão se distanciando da necessidade de se condicionar à demanda externa. Apesar de não discutir uma possível quebra do exclusivo, a ideia geral é salientar a importância de se conhecer a dinâmica de um mercado interno e a sua relevância enquanto objeto de estudo. Eis o que se referiu como mercado interno:

[...] o que aqui é chamado de mercado interno se refere ao(s) sistema(s) de trocas que se desenvolve, evidentemente com variáveis, oscilações internas e relacionadas direta ou indiretamente aos mercados externos, com peculiaridades regionais e da organização da produção, no longo dos séculos XVI, XVII e XVIII²⁹⁰.

Ademais, Lapa não creditou ao mercado interno uma relação de necessária falência da economia ligada diretamente aos mercados europeus. Nesse ponto, argumentou:

Essa afirmação não pretende, como um todo, a economia colonial dos mercados europeus. Antes, procura mostrar que no seu interior é possível localizar sistemas de trocas que pela quantidade e qualidade dos produtos locais comercializados, pelo volume de força de trabalho recrutada, pelo montante de capitais mobilizados, pelo processo de acumulação primitiva que ensejou, pelo complexo de

²⁸⁹LAPA, José Roberto Amaral. **O Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 33.

²⁹⁰ LAPA, José Roberto Amaral. Op. Cit. Pg. 45.



comercialização que envolveu, não podem ser simplesmente negados com uma penada²⁹¹.

Apesar de citar e discutir trabalhos que se interessaram por essa proposta, os argumentos de Lapa vão preceder e, posteriormente, embasar uma série de trabalhos que terão como objetivo estudar a dinâmica de um mercado interno e sua importância para o abastecimento de centros e povoações coloniais. Associado a isso, há o debate acerca da acumulação interna e da constituição de elites econômicas a nível local.

Em regiões consideradas “periféricas”, os estudos ligados à produção e distribuição de farinha de mandioca passaram a ter um desenvolvimento significativo. Outros objetos de estudo, como o tabaco, o gado e a atividade madeireira, ganharam espaço na historiografia mais recente.

Seguindo a linha dos estudos sobre o mercado interno e realizando uma crítica mais contundente, João Fragoso desenvolveu sua análise, confrontando-se à perspectiva do Antigo Sistema Colonial. Algumas noções, como o papel da colonização para a acumulação primitiva de capital na Europa e capitalismo comercial, foram revistas. Para ele,

seriam necessários reparos de tipo teórico a noções que, como vimos, são amplamente utilizadas na historiografia colonial, tais como capitalismo comercial e o papel da empresa colonial para a acumulação prévia. O debate por nós rastreado, em sua ênfase essencialmente teórica, por falta de pesquisas de base, já esclareceu muitos desses pontos, mostrando, por exemplo, a impropriedade da utilização de conceitos como o de capitalismo comercial – curiosa redundância, visto ser o capitalismo, por definição, um sistema mercantil. O mesmo pode ser dito acerca da incongruência de se considerar capitalista a Europa da transição, além de

²⁹¹ *Ibidem*



excessiva ênfase da colonização enquanto mecanismo de acumulação²⁹².

De maneira geral, a crítica seguiu e sugeriu algumas alterações dessas noções. Para a questão da acumulação prévia por parte de Portugal, considerou que o papel da renda colonial serviu para “o surgimento e a manutenção de uma estrutura parasitária, consubstanciada em elementos como a hipertrofia do Estado e a hegemonia do fidalgo mercador e da sua contrapartida, o mercador fidalgo”²⁹³. Aliado a isso, a forte presença estatal na economia criaria a dependência do aumento das rendas ao crescimento das atividades econômicas e, atuando como empresário, o Estado restringia a capacidade de captação de impostos, gerando inibição de uma acumulação mercantil privada. Por fim, “o destino dado pelo Estado às rendas provenientes do tráfico marítimo pode ser ilustrado pelas despesas extraordinárias realizadas pelas finanças públicas entre 1522 e 1543”²⁹⁴. Dessa forma, justificou a não apropriação derivada da estrutura fundiária das colônias, e sim do comércio a partir de monopólios. Entretanto, a acumulação mercantil, para o autor, servia de sustentação de uma estrutura aristocrática e, portanto, não capitalista. Logo,

a partir desses novos parâmetros, algumas categorias normalmente utilizadas para apreender as relações entre metrópoles e colônias devem ser redefinidas para o caso lusitano. Aqui, a acumulação mercantil enquanto mecanismo de transferência do sobretrabalho colonial para a Metrópole não atua como elemento implementador da acumulação prévia de capital e, portanto, do capitalismo. Pelo contrário, ela segue como principal variável para a cristalização de estruturas não capitalistas²⁹⁵.

²⁹² FRAGOSO, João. **Homens de grossa ventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p. 67.

²⁹³ FRAGOSO. *Op. Cit.* Pg. 68.

²⁹⁴ *Op. Cit.* Pg. 68.

²⁹⁵ *Op. Cit.* Pg. 69.



A grande implicação dessa análise é tentar considerar que a economia lusitana impunha limites estruturais para a execução do exclusivo colonial como meio de apropriação e transferência de capital para a metrópole. Nesse caso, a síntese do trabalho de Fragoso pode ser representada na passagem a seguir:

Para efeito de nossa pesquisa, cabe aqui sublinhar que esse quadro criava condições para a implementação, no Brasil, de uma produção mercantil de alimentos, de uma camada de mercadores residentes e, ainda, a possibilidade de retenção de excedente colonial e, conseqüentemente, permitia a realização de acumulações internas²⁹⁶.

Stuart B. Schwartz (1996) desenvolveu uma série de considerações e críticas à produção historiográfica do período colonial em resenha intitulada “Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva”. Nesse estudo, apontou aspectos positivos e tensões presentes nos trabalhos de João Fragoso. Dentre os aspectos positivos, considerou o trabalho bem impressionante a partir de uma “vasta pesquisa de inventários, testamentos, escrituras de compra e venda registradas nos tabelionatos, documentos portuários e vários outros tipos documentais”. Considerou também o mérito do autor em prestar mais atenção às implicações teóricas na mudança de perspectiva.

Contudo, lembrou que o seu estudo não constitui material completamente novo. A seguir, apresentando uma lista de trabalhos, enfatizou:

O crescimento das fortunas dos comerciantes, sua influência política e o caráter independente de suas ações já foram sugeridos por A. J. R. Russel-Wood (1968), Catherine Lugar (1980), Pierre Verger (1968), Rae Flory e David Smith (1978). Mais recentemente, a importância do

²⁹⁶ Op. Cit. Pg. 71.



mercado interno e sua articulação com o setor de exportação foram destacadas nos trabalhos de José Roberto Amaral Lapa, Larissa Brown e Bert Barrickman, conjuntamente com os meus próprios estudos. Esses aspectos também mereceram destaque por parte dos historiadores ligados a Yedda Linhares²⁹⁷.

Mais dois elementos centrais para a discussão da relação entre colônia e metrópole, segundo Fragoso, são criticadas por Schwartz. Segundo ele:

Fragoso enfatiza a importância do mercado interno, mas demonstra continuamente (e corretamente) suas ligações com o setor de exportação, o que cria uma certa tensão em seu argumento, oscilando entre a novidade de suas afirmações e o reconhecimento da ligação íntima entre a economia interna e o comércio de ultramar. [...] A inovação no trabalho de Fragoso está justamente no argumento de que o mercado interno teria passado a impulsionar a economia como um todo²⁹⁸.

Ademais, as balizas temporais utilizadas no estudo de Fragoso também foram citadas como problemas por estarem inseridas entre contextos favoráveis ao crescimento do mercado interno e à formação de uma elite de comerciantes ricos e poderosos.

Apesar das críticas, aceitações e discussões sobre limites e possibilidades, pode-se, como opção simplificada para estudo, observar duas linhas gerais de análise. As prioridades de estudo dividem-se entre a dinâmica de produção baseada na grande lavoura de cana vinculada ao mercado externo e as atividades produtivas que fomentaram um mercado interno, sendo que esta última teve um

²⁹⁷ SCHWARTZ, Stuart B. Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva. In: *Latin American Research Review*. Traduzido do inglês por Monica D. Dantas. v. 31, ano 1, 1996. p. 130.

²⁹⁸ SCHWARTZ. Op. Cit. p. 131.



elevado crescimento com uma grande inclinação para análises de culturas como o tabaco, a farinha de mandioca e a criação de gado. Independentemente de facultar um ingresso ou a recusa no Antigo Sistema Colonial, os trabalhos se baseiam em alguns elementos de riqueza que são preponderantes e de suma importância para a sociedade em que os estudos se concentraram.

Assim sendo, a abertura para novas possibilidades de estudos é um fato muito importante para a recente produção historiográfica do Brasil colonial. John Monteiro, por exemplo, analisou a experiência histórica da formação de São Paulo a partir da relação entre índios e bandeirantes, buscando explorar temas como o uso da mão de obra indígena na fabricação e circulação de farinha e excedentes agrícolas e dialogou com três problemas: “o papel do índio na história social e econômica da colônia; o pujante mito do bandeirante; e a importância das economias não importadoras para a formação do país”²⁹⁹.

Não menos importante, a tese de doutorado de Marcelo Henrique Dias, *Economia, sociedade e paisagens na capitania dos Ilhéus*, trouxe à luz da historiografia aspectos pouco abordados no que diz respeito à importância da capitania enquanto centro de produção para o mercado interno. Ademais, um relevante estudo sobre a atividade madeireira na região norte é ponto importante.

Contudo, o trabalho entendeu a realidade econômica da capitania como um todo, ou seja, a relevante inserção econômica e produtiva do norte acaba se estendendo para as vilas do sul da capitania sem que houvesse o devido cuidado de entender realidades que parecem distintas, uma vez que o norte, mais próximo e inserido no circuito econômico da Bahia e do Recôncavo, difere do sul, distante, pouco inserido na economia de mercado interno e muito mais próximo à realidade da Capitania de Porto Seguro, dependente da atividade extrativista de pau-brasil.

Segundo Dias, as capitanias de Ilhéus e Porto Seguro integraram-se economicamente desde cedo à Bahia. Ainda assim, considerou que, apesar de integradas, Ilhéus e Porto Seguro não acompanharam “o desenvolvimento econômico das zonas açucareiras

²⁹⁹ MONTEIRO, John M. *Os negros da terra...* Op. cit. p. 9.



do Recôncavo, por ficarem relativamente à margem da economia de exportação, cumprindo um papel econômico de abastecedoras de mantimentos no interior da colônia³⁰⁰ e, por isso, foram consideradas estagnadas e de pouca importância.

Em artigo publicado em 2010, Dias analisou a produção madeireira no norte de Ilhéus e afirmou que “as vigorosas matas da capitania [...] possibilitaram que a atividade madeireira da capitania e depois comarca de Ilhéus se constituísse em um negócio rendoso para os moradores³⁰¹ que administravam os cortes, fabricavam e transportavam peças beneficiadas. Nesse caso, segundo o autor, ao invés de constituírem entraves ao processo de colonização e desenvolvimento econômico, as densas matas da capitania foram um elemento de produção de riqueza.

Para nós, interessados em compreender a realidade da Capitania de Porto Seguro, forçados pela documentação compulsada, tentar contribuir com o debate, retornando à perspectiva que privilegia o mercado de exportação, nos pareceu imperativo.

Entendemos que Porto Seguro, como visto no capítulo anterior, não estava à margem da economia de exportação e muito menos cumpria o papel de abastecedora de alimentos no interior da colônia – não ao menos até a primeira metade do século XVII e arriscamos a afirmar que, possivelmente, até o século XVIII. Certamente, a diferença entre a nossa opção de abordagem se deva a três fatores principais.

O primeiro fator diz respeito ao recorte temporal de longa duração e a generalização espacial nos estudos de Dias. No caso da Capitania de Porto Seguro, até a primeira metade do século XVII, o contexto econômico não foi de desenvolvimento de atividades diversas, quer seja no setor açucareiro, quer seja na produção e distribuição para o abastecimento, tendo ocorrido uma melhora no âmbito da produção e do desenvolvimento da capitania somente a partir do século XVIII.

³⁰⁰ DIAS, Marcelo Henrique. **Economia, sociedade e paisagens na capitania dos Ilhéus.**

³⁰¹ DIAS, Marcelo Henrique. A floresta mercantil: exploração madeireira na capitania de Ilhéus no século XVIII. In: **Revista brasileira de História.** São Paulo, v. 30, n. 59, 2010. p.194.



O segundo elemento diz respeito a não inserção da capitania na economia de exportação. Como vimos, a capitania, pelo contrário, estava diretamente ligada à atividade extrativista de pau-brasil e, por sua vez, ao mercado de exportação.

Todavia, o modo como se operava o negócio do pau-brasil não foi favorável ao desenvolvimento daquele espaço no período colonial. O controle militar, fiscal e o monopólio da Coroa direcionavam os rendimentos para o reino, proporcionando reduzidíssima acumulação endógena e pouca inversão de capital.

É importante lembrar que não estamos levando em conta, nessa relação, o que era contrabandeado.

A mão de obra também constituiu questão relevante no processo, pois, sendo rara a disponibilidade de escravos africanos, o uso da mão de obra indígena foi fundamental. Contudo, a utilização desta levava em consideração as leis contra o cativo indígena e a influência dos padres da Companhia de Jesus na intermediação entre índios aldeados, colonos e autoridades.

Sendo assim, o terceiro ponto de discordância diz respeito à relevância das leis de extrativismo de madeira e da legislação indigenista na tessitura do perfil geral da capitania nos aspectos econômicos, políticos e sociais.

Na década de 1640, segundo relatos do capitão-mor Paulo Barbosa, de colonos, oficiais da câmara e funcionários da administração colonial na capitania, a situação era de pouco desenvolvimento e pobreza.

Segundo a Câmara da Capitania de Porto Seguro, “a pobreza desses seus vassallos é tanta pelas guerras passadas que os tapuyas nos fizeram pondo tudo a fogo e a sangue que de quatro vilas que tinha esta capitania ficou em uma só esta [Vila de Nossa Senhora da Pena] com menos de cem vizinhos”³⁰².

³⁰² REPRESENTAÇÃO que os oficiais da Câmara de Porto Seguro fazem contra o capitão Paulo de Barbosa, feitor do pau brasil, que os trata mal, e persegue os padres da companhia e se irmanou com o seu vigário, clérigo degredado pelo Santo Ofício e por uma morte, etc. Vila de Nossa Senhora da Pena, capitania de Porto Seguro, 23 de Agosto de 1645. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1134.



De acordo com o então capitão-mor Paulo Barbosa (1645), “não [havia] mais de sessenta vizinhos ou mais e pode haver em toda a capitania até cem”³⁰³. Em outra carta, o capitão revelou que “nesta vila [havia] uma igreja com uma casa em que assist[ia] um padre [...] da companhia e um irmão” e que aquela capitania tinha “muito boas terras para todo o gênero de lavoura, houve nela dizem os antigos dezoito engenhos que faziam muito açúcar [e] com a guerra que aqui deu o gentio se despovoou”³⁰⁴.

Além da Vila de Nossa Senhora da Pena, a capitania contava, nessa época, com as povoações de Santa Cruz (ao norte) e a povoação do Rio das Caravelas (ao sul). As aldeias administradas pela Companhia de Jesus eram duas: Espírito Santo (atual distrito de Vale Verde) e São João Batista (atual distrito de Trancoso).

Quadro 7 – Número de vilas da Capitania de Porto Seguro – Séculos XVI e XVII

Século XVI (Nome e total)	Nossa Senhora da Pena Santa Cruz Santo Amaro Conceição	4 vilas de povoação portuguesa
Século XVII (Nome e total)	Nossa Senhora da Pena	1 vila de povoação portuguesa

Fonte: Documentos citados.

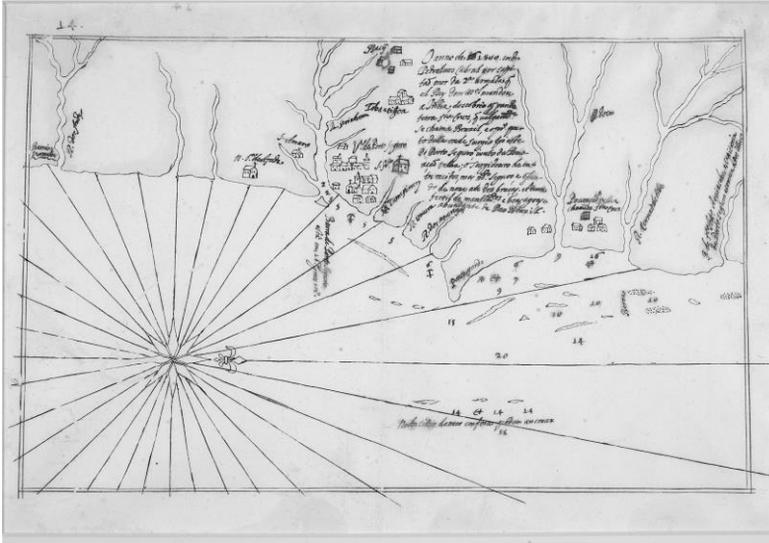
Há em um rascunho, provavelmente baseado no Atlas do Brasil do cartógrafo João Teixeira de Albernaz, o velho, alguns mapas da Capitania de Porto Seguro em que a representação desse estado de

³⁰³ CARTA de Paulo Barbosa, feitor do pau brasil da capitania de Porto Seguro, para S. Magde., sobre as necessidades daquela capitania e queixando-se contra os oficiais da Câmara que o prenderam e afrontaram; refere-se aos jesuítas e negócio que fazem do pau brasil. Porto Seguro, 8 de Fevereiro de 1647. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1239.

³⁰⁴ CARTA do capitão Paulo Barbosa, feitor do pau brasil da capitania de Porto Seguro, para a S. Mgd., dando conta da sua viagem desde Setubal, a 29 de Dezembro de 1644, Ilha de Madeira até à Bahia, onde chegou na véspera de Entrudo, e informando do negócio, de coisas da terra, das qualidades de madeiras, etc. (Cópia). Bahia, Junho de 1645. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1160.



Figura 5 – Mapa da capitania de Porto Seguro desde o Rio dos Frades até o Rio de Santo Antônio



Fonte: Atlas da Costa do Brasil [Post. 1646]. Autor desconhecido. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=301:apresentacao&catid=135:biblioteca-da-ajuda&Itemid=330&lang=pt. Acesso em: 22 out.2013.

Entretanto, é necessário relativizar o discurso da extrema pobreza, tendo em vista que a concessão da graça muitas vezes dependia da sensibilização do rei por parte de seus vassallos.

É impossível negar que existiram colonos que lucraram muito com o negócio do pau-brasil. Apesar de concentrados, o comércio da madeira tintorial facultou acumulação e, até mesmo, a possibilidade de investimento em outros negócios, apesar de não ser possível perceber a continuidade e a sua dinâmica à luz dos vestígios documentais.

João Alves do Quintal, morador do Rio das Caravelas e já citado como um dos grandes “lavradores” do pau-brasil, investiu na



indústria do açúcar e construiu um engenho no “qual serv[ia] naquela fronteira que atualmente faz açúcar, de que se pagam dízimos a Deus e direitos a V. Magde., o que fez a sua custa, para aumento da dita fronteira”³⁰⁵.

Levando em consideração os custos para a montagem do empreendimento, o capitão João Alves parece ter acumulado rendimentos consideráveis com o negócio do pau-brasil³⁰⁶. Ainda assim, há que se pensar no porte do engenho. O documento revela que o engenho foi feito às custas do capitão com a finalidade de desenvolver a localidade, dando a entender que o seu esforço deveria ser recompensado, como o foi em 1650 ao receber provisão para continuar como capitão da povoação do Rio das Caravelas³⁰⁷. Ademais, o interesse em implantar um engenho pode derivar mais da necessidade de se revestir de *status* do que da viabilidade do negócio.

Além do engenho do capitão, foi possível acessar a informação da existência de outro engenho nesta povoação do Rio das Caravelas, que estava sem produzir açúcar “por falta de Angolla, está em ser; assim que por falta desta dita Angola, estão sem comercio de gente, nem com que possam adomar os alarves, para poderem conquistar os outros bárbaros que estão mais afastados”³⁰⁸.

A informação da falta de escravos revela o que seria, talvez, o grande interesse dos moradores e povoadores do Rio das Caravelas. Todo o esforço realizado pelos colonos e investimentos às suas custas deveria ser recompensado não só com provisões de cargos, mas, sobretudo, com a liberação para a conquista e descimento de índios.

³⁰⁵ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre a carta dos moradores e povoadores do Rio das Caravelas em que solicitam prelado que os governe, e ajuda para compra de escravos para a extração de pau-brasil. Lisboa, 30 de Outubro de 1645. AHU_ACL_CU_005. Cx. 1, Doc. 65.

³⁰⁶ Segundo Antônio Carlos Jucá de Sampaio, o preço médio de um engenho com 30 cativos na Bahia da primeira metade do seiscentos era de 20 mil cruzados ou 8:000\$000. Cf. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Fluxos e refluxos mercantis: centros, periferias e diversidade regional. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, M. F. (orgs.). **O Brasil Colonial**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 386.

³⁰⁷ PROVISÃO de capitão da povoação do Rio das Caravelas, na pessoa de João Alves do Quintal. Bahia, 8 de Abril de 1650. DHBN – Vol. XXXI, p. 54 – 55.

³⁰⁸ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre a carta dos moradores e povoadores do Rio das Caravelas em que solicitam prelado que os governe, e ajuda para compra de escravos para a extração de pau-brasil. Op. Cit.



Dessa forma, estabeleceu-se um processo de pressão dos moradores, objetivando ampliar o número de escravos indígenas para atender à demanda por mão de obra.

A necessidade da compra de “angola” poderia ser justificada pelo conhecimento que os “angolas” tinham da técnica de produção do açúcar. Sendo assim, devido ao seu elevado preço, é possível que o interesse pela compra, dificultado pela ocupação holandesa em Angola, possa revelar a possibilidade de acumulação por parte de alguns moradores. Assim, certamente, o discurso de pobreza era utilizado como meio de sensibilizar a administração colonial para aquisição de benefícios relacionados com o fisco e a liberação de licenças de corte de madeira.

Entretanto, apesar da possibilidade de acumulação de capital por parte dos colonos, este não era suficiente para cobrir o alto investimento necessário para a compra de um número significativo de “angolas”, manter uma linha regular de navios e construir um bom porto no local de produção para o escoamento do açúcar.

Ademais, os financiadores dos Países Baixos, Itália e Inglaterra, principais centros de refino e distribuição de açúcar na Europa, certamente não priorizariam um negócio na Capitania de Porto Seguro ao invés de investir na produção açucareira na Bahia. Isso tudo tornava o negócio do açúcar da povoação do Rio das Caravelas, levando em consideração todos os percalços, difícil de ser desenvolvido e de obter uma produção significativa e duradoura.

Assim, os dois engenhos construídos na povoação do Rio das Caravelas, aparentemente, não vieram a consolidar a sua produção de açúcar ou até mesmo deixaram de existir, principalmente, se levarmos em consideração o seu desaparecimento nas fontes consultadas.

Nesse mesmo caso, a ampliação serviria “para que os deix[assem] com mais largueza fazer o pau Brasil, que o que se tinha feito até agora, era o que estava cinco léguas do mar”³⁰⁹. Reiterava-se, então, o grande recurso dos colonos e a principal atividade econômica da capitania.

³⁰⁹ *Ibidem*



Operado a partir do monopólio, sob a grande influência de uma elite burocrática, dependente do uso da mão de obra indígena, em grande medida, administrada pela Companhia de Jesus e extremamente importante para os colonos, na Capitania de Porto Seguro, o pau-brasil constituiu elemento de tensão entre a administração da Coroa e as forças políticas locais evidenciadas no conflito da década de 1640, como citado no início deste capítulo.

3.2 O retorno da Companhia de Jesus: reorganização e arranjos políticos

Ao final do século XVI, não fugindo à série de conflitos envolvendo colonos e jesuítas em função da mão de obra indígena em outras capitanias da colônia, os inacianos se retiraram da Capitania de Porto Seguro em 1602 (ver capítulo 1).

De acordo com Serafim Leite, “em 1610, sucedeu o grande ataque dos Índios a Porto Seguro, intervindo os jesuítas da Bahia, para que se socorressem eficazmente os sitiados”³¹⁰. Seguindo a mesma argumentação, Francisco Cancela considerou que o estado de destruição e o clima de medo imposto pelos ataques indígenas levaram os moradores a clamarem pelo retorno dos missionários. Segundo ele:

Amedrontados, os moradores da capitania enviaram um requerimento ao provincial da Companhia de Jesus no dia 20 de Junho de 1620, no qual peticionaram o retorno dos jesuítas a Porto Seguro. Segundo o documento transcrito por Serafim Leite, os moradores acreditavam que a presença dos jesuítas na capitania poderia contribuir para apaziguar aos discordes e ainda promover grande paz e quietação com os indígenas. Para facilitar o retorno dos padres, as autoridades e os colonos se comprometiam em sustentar os jesuítas e garantir o direito deles administrarem as aldeias dos índios aliados³¹¹.

³¹⁰ LEITE, Serafim. **HCJB**. Tomo I - Livro III – Capítulo II – 5, p. 205.

³¹¹ CANCELA, Francisco. **De projeto a processo colonial...** *Op. Cit.* p. 71.



A atuação dos jesuítas como principais agentes da expansão da fé, justificadora da conquista, desde a implantação do Governo-Geral, trouxe como contribuição aos inacianos o maior potencial de administração dos aldeamentos e, por sua vez, de uma grande parte da mão de obra indígena da colônia. No contexto do conflito com colonos e, posteriormente, quando da retirada dos padres da Companhia de Jesus da Capitania de Porto Seguro, os aldeamentos se transformaram em aldeias públicas da Coroa, sendo administradas por capitães nomeados pelo governador-geral³¹².

O grande problema, citado nas fontes, que ocorria com os aldeamentos administrados por autoridades régias ou por particulares era o abuso da utilização da mão de obra indígena, o que ocasionava fugas, conflitos e diminuição da população dos aldeamentos.

Essa realidade pôde ser observada após a expulsão dos jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro e da Vila de São Paulo na década de 1640³¹³. De acordo com Pablo Magalhães, “na capitania de São Vicente, com a expulsão dos jesuítas da vila de São Paulo em 1640, o número de índios aldeados foi reduzido cerca de 90% em apenas 12 anos”³¹⁴. Esse contraste pode ser observado no quadro abaixo, elaborado pelo autor.

³¹² Assim, além dos administrados pela Companhia de Jesus e dos particulares, havia aldeamentos administrados pela Coroa.

³¹³ Cf. PINHEIRO, Joely Aparecida Ungaretti. **Conflitos entre jesuítas e colonos na América portuguesa: 1640 – 1700**. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas – SP, 2007, p. 67 – 89.

³¹⁴ MAGALHÃES, Pablo Antônio, p. 148.



Quadro 8 – Número dos casais de índios nas aldeias de São Paulo

N de Casais de índios nas aldeias de São Paulo	Margolly	São Miguel	Pinheiros	Guarulhos
Administração da S. J. – Ano de 1640	1000	700	300	800
Administração por Capitães – Ano de 1653	120	80	30	70

Fonte: MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. **Equus Rusus**. p. 148.

Apesar de ter ocorrido décadas antes, a retirada dos jesuítas da Capitania de Porto Seguro em 1602 implicou, também, em uma grande redução da população das aldeias de índios da capitania.

Esse quadro de diminuta população nos aldeamentos de Porto Seguro, ao que parece, durou um longo período. De acordo com os oficiais da Câmara, em 1645, “os índios [desta] capitania [eram] pouco mais de quarenta casais”³¹⁵.

Pode ser que os números, referentes à população dos aldeamentos da Capitania de Porto Seguro que encontramos nos documentos, não sejam precisos, todavia, acreditamos que, apesar dos exageros, a diminuição da população de índios aldeados tenha ocorrido em números significativos. No caso dos dados revelados pelos oficiais da Câmara, o número não diferia muito da quantidade de índios nos aldeamentos de São Paulo, como citado no quadro acima.

É importante lembrar que a Companhia de Jesus gozava de grande influência política junto à corte portuguesa. Para pôr em prática, o projeto missionário necessitou de favorecimento régio, doações de particulares e da monarquia.

³¹⁵ REPRESENTAÇÃO que os oficiais da Câmara de Porto Seguro fazem contra o capitão Paulo de Barbosa, feitor do pau brasil, que os trata mal, e persegue os padres da companhia e se irmanou com o seu vigário, clérigo degredado pelo Santo Ofício e por uma morte, etc. Vila de Nossa Senhora da Pena, capitania de Porto Seguro, 23 de Agosto de 1645. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1134.



No Natal de 1621, os jesuítas retornaram à capitania, fundaram uma residência da Companhia de Jesus, que recebeu o nome de Casa de São Salvador e “conquista[ram] em 1634 a doação de sesmarias para a refundação dos aldeamentos de São João e Espírito Santo, localizados nas proximidades da vila de Porto Seguro”³¹⁶.

Nos aldeamentos de São João e Espírito Santo, os padres da Companhia de Jesus administravam índios que desempenhavam diversos ofícios, como os de carpintaria, pescaria, construção naval, civil, corte, falquejo de madeira e agricultura. Além disso, os índios eram importantes para a defesa da capitania.

A falta de escravos africanos, associada a pouca disponibilidade de mão de obra indígena, nesse contexto, potencializaram a importância dos aldeamentos e, por sua vez, dos responsáveis pela sua administração. Ademais, as leis indigenistas da Coroa restringiam o acesso e à ampliação da mão de obra escravizada indígena na colônia, sendo importante mencionar a publicação do breve papal *Commissum Nobis* do ano de 1639, em que o papa Urbano VIII legislou sobre a liberdade dos índios americanos e determinou a pena de excomunhão para quem, a partir da publicação do breve, viesse a possuir índios cativos³¹⁷.

No século XVII, a excomunhão significava “ser colocado à margem da sociedade [...] uma vez que até então, as relações sociais encontravam correspondência nos ritos e costumes sagrados da Igreja Católica”³¹⁸. Entretanto, apesar da gravidade da excomunhão, e do que isso poderia representar enquanto elemento que favoreceria politicamente os jesuítas, ela não intimidou os colonos e muito menos evitou a expulsão dos padres da Companhia de Jesus de São Paulo em 1640.

³¹⁶ CANCELA, Francisco. **De projeto a processo colonial...** Op. Cit. p. 71 – 72.

³¹⁷ Cf. PINHEIRO, Joely Aparecida Ungaretti. **Conflitos entre jesuítas e colonos na América portuguesa: 1640 – 1700**. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas – SP, 2007, p. 64. Neste trabalho, a autora faz importante relação entre a publicação do breve papal e a ocorrência de conflitos entre jesuítas e colonos nas capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro e Maranhão. Na capitania de Porto Seguro, a ocorrência de conflitos que causaram a retirada dos jesuítas em 1602 pode ser considerado como uma antecipação do que ocorreria em São Paulo na década de 1640.

³¹⁸ PINHEIRO, Joely Aparecida Ungaretti. **Conflitos entre jesuítas e colonos na América portuguesa: 1640 – 1700**. Op. Cit. p. 65.



Na Capitania de Porto Seguro, a experiência da retirada dos inacianos em 1602 e suas consequências, sobretudo no que diz respeito ao esvaziamento dos aldeamentos – propulsor do acirramento da crise de mão de obra –, crescimento do número de revoltas, ataques indígenas e fragilidade na defesa, fez com que muitos moradores solicitassem o retorno dos padres da Companhia de Jesus, abrindo espaço para uma nova conformação política na capitania.

Nesse ínterim, ao invés de uma relação violenta e conflituosa, houve uma aparente aliança entre jesuítas e colonos. Para os moradores da Capitania de Porto Seguro, os padres da Companhia de Jesus eram indispensáveis para a manutenção da paz, “reprimindo o levantamento dos índios com sua doutrina e exemplo em tanto que havendo antes muitos levantamentos dos índios e tapuias, nunca mais se levantarão depois que os religiosos assist[ira]m na dita Villa”³¹⁹.

Ao retornarem a Porto Seguro, os jesuítas souberam articular ao contexto a grande habilidade política a seu favor em função de garantir a permanência na capitania e conformar uma aliança política local, implicando em um forte controle da mão de obra indígena. Esse elemento constituiu um ponto nevrálgico nas tensões entre os interesses locais no negócio do pau-brasil e os representantes da Coroa portuguesa.

Não obstante, um aspecto presente reiteradas vezes nos relatos de colonos, jesuítas e representantes da Coroa é ponto comum entre todos, relacionando-se, também, à atuação dos missionários. Os ataques dos “aimorés” foi, em larga medida, o elemento justificador da destruição e do pouco desenvolvimento da capitania. Por outro lado, seja por interesse, seja por pressão, os colonos atribuíram a resolução dos conflitos e o estabelecimento da paz, com o fim dos ataques, à intervenção jesuítica³²⁰.

Possivelmente, a presença jesuítica na Capitania de Porto Seguro tenha provocado a diminuição de entradas para a captura e o

³¹⁹ PETIÇÃO do provincial da Companhia de Jesus, queixando-se do capitão Paulo Barbosa, seu inimigo, que o injuriou e lhe tirou os índios, e chamou aos padres da mesma Companhia sismáticos e velhacos; pede que se proceda contra ele. Vila de Nossa Senhora da Pena, 23 de Agosto de 1645. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1136.

³²⁰ *Ibidem*.



descimento de índios e, conseqüentemente, arrefecido um pouco o revide indígena.

Sem descartar a ação jesuítica, parece necessário entender a relação dos “aimorés” com o estado geral da capitania. Uma leitura mais “a contrapelo” pode revelar pontos obscuros dessa relação reiterados na produção bibliográfica antiga e recente.

Na verdade, as ações contra os “aimorés” partiram de várias frentes. Em 1595, foi decretada a primeira Guerra Justa aos “aimorés”, ainda que “a efetivação dessa decisão só se [tenha dado] a partir de 1597 durante o governo de Francisco de Souza”³²¹. No mesmo período, foram trazidos índios potiguara da Paraíba para combater os “aimorés”, ampliando os conflitos e “retardando até o ano de 1601 a concretização do primeiro aldeamento de um segmento desse grupo indígena em Ilhéus sob a direção do jesuíta Domingos Rodrigues”³²².

Em Porto Seguro, segundo relato de Diogo do Campo Moreno datado de 1610, a guerra contra os “aimorés” ocasionou muita perda e destruição, mas “hoje podem em virtude da paz assegurada que gozam tornar a refazerem-se que tudo o que está despovoado tornará como dantes”³²³. Contudo, ao que se denominou genericamente e externamente de “aimorés”, deveriam estar aí incluídos tupinikin, pataxó e maxakali.

Se tomarmos o relato de Campo Moreno como verdade, o estado de paz com os “aimorés”, ao menos aparentemente, já tinha se dado desde a primeira década do seiscentos, período que coincide com a retirada dos jesuítas da capitania. De certo, os 20 anos que decorreram entre a retirada em 1601 e o retorno em 1621 podem ter testemunhado tempos de paz e de conflito, todavia, tanto na paz quanto na guerra, o único poder de controle não corresponderia somente aos jesuítas e muito menos a destruição da capitania teve ligação exclusiva com os ataques dos “aimorés”.

³²¹ FREITAS, Antônio F. G. de e PARAÍSO, M. H. B. **Caminhos ao encontro do mundo**. A capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul. Ilhéus: Editus, 2001. p. 22.

³²² FREITAS, Antônio F. G. de e PARAÍSO, M. H. B. **Caminhos ao encontro do mundo**. A capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul. Op. Cit. p. 23.

³²³ MORENO, Diogo do Campo. Livro que dá Razão do Estado do Brasil (1612). In: ACCIOLI, I. e AMARAL, B. **Memórias históricas e políticas da Bahia**. Op. Cit. p. 477.



Nesse sentido, os mesmos relatos demonstram, sutilmente, o que parece ter contribuído com maior relevância para os conflitos e que estava diretamente inserido no campo de ação dos padres da Companhia de Jesus. A declaração dos moradores de que os jesuítas conseguiram conter o levantamento de índios com sua doutrina aparece reiteradas vezes na documentação consultada e pode indicar que a causa dos conflitos entre colonos e índios e da possível destruição da capitania esteja ligada à intensa exploração da mão de obra dos aldeamentos particulares.

Considerando o levante de índios já inseridos na dinâmica da colonização da Capitania de Porto Seguro como elemento preponderante na relação conflituosa, importa-nos pensar o motivo da reiteração da guerra e destruição que faziam os “aimorés” em Porto Seguro nos relatos dos moradores. Possivelmente, a construção da relação dos “aimorés” com a destruição pode ocultar o interesse na recomposição da população das aldeias e na ampliação da oferta de mão de obra a partir de descimentos e de uma possível guerra justa, uma vez que, após a retirada dos inacianos, a capitania enfrentou uma grande diminuição da população indígena aldeada, como visto anteriormente.

Segundo o capitão-mor Paulo Barbosa, em carta de 8 de novembro de 1646, a capitania andava “em bandos” e “com muito risco”. O capitão relatou também que

a semana antecedente se tomaram dois índios, um macho e uma fêmea a que nem os alarves, nem aqueles índios entendem a língua, deve ser gente nova; contentou aos alarves que os tinham, por os não comerem, e os entregou a um principal de uma aldeia dos nossos, a ver se há quem os entenda, e se tiver notícia de mais, verá se os pode fazer descer, que será grande proveito para aquela terra, e serviço de V. Mgde³²⁴.

³²⁴ CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre uma carta de Paulo Barbosa feitor do pau brasil em Porto Seguro, acerca do que tem obrado no serviço real. Lisboa, 30 de Abril de 1647. AHU_AL_CU_005, Cx. 11, Doc. 1254.



A recorrência aos descimentos de índios não tupi a partir da atividade sertanista continuou, apesar das restrições ao cativoiro. Certamente, o recurso normalmente utilizado para repor a mão de obra levava em consideração a captura de “aimorés”, sendo sua justificativa construída para responsabilizá-los pela destruição da capitania.

Certamente, o recurso aos descimentos contava com a participação jesuítica com o interesse em manter a atividade extrativista e, dentro dos limites impostos pela administração dos índios, em regime de aldeamentos gerenciados pela Companhia de Jesus, mantenedora de um pacto que levava em consideração os interesses locais no negócio do pau-brasil.

Contudo, é necessário ressaltar que a utilização da mão de obra indígena de etnias não tupi enfrentava obstáculos. Muitos índios descidos e aldeados sucumbiam por contraírem doenças infectocontagiosas, outros resistiam ao regime dos aldeamentos e a transformação destes em trabalhadores produtivos era dificultada pela pouquíssima habilidade em compreender línguas não tupi³²⁵.

Nesse contexto, a grande importância da atividade extrativista fazia com que os jesuítas controlassem o importante elo entre a fonte e o transporte para o mercado colonial. Nesse caso, o trabalho indígena deveria ser pago a jornal e normalmente o pagamento se fazia com tecido, aguardente e objetos de metal (ver valores no apêndice A e B).

Os índios, por sua vez, não gozavam de nenhuma participação na parte lucrativa do negócio de forma que não detinham pau-brasil nem em sítios (árvore ainda em pé), nem cortado e estocado. No dia 13 de junho de 1645, o escrivão Pero de Pina registrou que havia mandado “vir perante e[l]e o principal³²⁶ de São João e lhe fez pergunta se tinha algum pao brazil seu derrubado e pelo dito principal foi dito que não tinha nenhum pao seu nem dos índios”³²⁷.

³²⁵ Cf. MONTEIRO, John. **Os negros da terra**. Op. Cit. p. 85.

³²⁶ Principal era um líder reconhecido pelos índios e pelas autoridades colonial, sendo, portanto, um chefe da aldeia. Desempenhava importante papel mediando as relações entre os índios e os demais agentes da sociedade colonial.

³²⁷ AUTO, bando e declaração de moradores da Vila de Nossa Senhora da Pena, da capitania de Porto Seguro sobre ter de manifestar o pau-brasil nos sítios ou derrubados. Junho de 1645. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1161.



Em contrapartida, a Companhia de Jesus sempre esteve diretamente ligada ao negócio do pau-brasil seja como detentores diretos dos direitos de exploração, como concedido pela Coroa em 1625, seja como beneficiários do direito de exportar determinada quantidade de pau-brasil para a Europa.

Com as guerras neerlandesas e a atuação direta de jesuítas na defesa da colônia, a Companhia de Jesus aumentou a sua influência política junto à Coroa, além de se alinhar com os negócios mercantis. Em 1642, o jesuíta Simão de Vasconcelos requereu “pelos muitos e notáveis serviços que os religiosos daquela província tinham feito” o direito de “navegar para [aquele] reino ou para as partes ao norte [...] pau brasil em espaço de oito anos”³²⁸ obtendo mercê.

3.3 Restauração Portuguesa: contexto geral do Pós-aclamação de D. João IV em 1640

Após sessenta anos sob o domínio castelhano, a autonomia portuguesa foi restaurada com a aclamação de D. João IV, o Duque de Bragança, no dia primeiro de dezembro de 1640.

O reconhecimento de Filipe II de Espanha como rei dos portugueses se deu a partir da reunião das cortes e a consolidação do Estatuto de Tomar (1581). De acordo com as decisões de Tomar, as prerrogativas portuguesas no reino seriam mantidas. A criação do Conselho de Portugal (1581), órgão colegiado constituído de portugueses e sediado em Madri, justificaria o compromisso de defesa dos interesses portugueses.

Contudo, a manutenção de certa autonomia de Portugal no âmbito da União Ibérica sofreu, paulatinamente, ingerências por todo o período de governo dos Filipes, implicando em uma forte influência da burocracia castelhana representada por medidas para aperfeiçoar a

³²⁸ REQUERIMENTO de Simão de Vasconcelos, jesuíta, procurador geral da província do Brasil, pedindo confirmação duma mercê que o rei de Castela tinha feito ao Colégio da Bahia para poderem plantar em suas terras e navegar para o reino vinte mil quintais de gengibre, em 15 anos, para o pagamento de dívidas; pede licença para navegar para o reino ou partes do Norte, pau Brasil, durante 8 anos, ou sal do reino para o Brasil, e pede ainda, mais côngruas para os religiosos que servem de párocos nas aldeias dos índios. 30 de Março de 1642. AHU_ACL_CU_005, Cx. 08, Doc. 955.



burocracia, e o próprio regimento do pau-brasil de 1605 foi consequência dessas medidas, como vimos anteriormente.

Além disso, a conjuntura geral de crise do século XVII, associada à inserção de Portugal nas demandas continentais e ultramarinas castelhanas, sobretudo, após a ofensiva da concorrência holandesa, obrigou os portugueses a partilharem uma série de *ônus* com a Espanha, inclusive com a invasão a colônias portuguesas, e um exemplo importante foi o das guerras neerlandesas após a tentativa de tomada da Bahia em 1624 e a ocupação de Pernambuco de 1630 a 1654.

Em Portugal, todo esse processo provocou um aumento de impostos “por acção do governo de Madrid, atingindo não só a ordem popular, mas até o clero e a nobreza”³²⁹. No entanto, apesar de sofrer influência de todas essas insatisfações, a Restauração não foi um processo radical e de ampla mobilização social. O que permeou o processo foi “a intenção de manter as estruturas legais e institucionais até aí existentes e de conservar no poder as personalidades que até aí o ocupavam, como ainda o desejo de confirmar os privilégios concedidos pela Casa de Áustria”³³⁰. Assim, boa parte das influências castelhanas foram mantidas e pode-se considerar que a Restauração Bragantina “foi uma realização nobiliárquica”³³¹.

Na América portuguesa, os reflexos da Restauração foram sentidos de maneira diferente em cada capitania, apesar da aclamação de D. João IV ter ocorrido sem haver, ao menos explicitamente, nenhum movimento radical pró-Castela.

Em tese, a perda de acesso aos territórios e às vias mercantis da América espanhola, possivelmente, fez com que a Restauração parecesse desvantajosa para o Rio de Janeiro e São Paulo. No caso do Rio de Janeiro, a separação causara perda de parte do patrimônio em território da América espanhola do então governador Salvador Correia

³²⁹ TORGAL, Luis Reis. Acerca do significado político da Revolução de 1640. In: **Revista de História das Ideias**, v. 5, 1984. p. 303 – 304. Disponível em: <http://rhi.fl.uac.pt/vol/06/ltorgal.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2015.

³³⁰ TORGAL, José Luis. Op. Cit. p. 309.

³³¹ COSENTINO, Francisco Carlos. Mundo português e mundo ibérico. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, M. F. (orgs.). **O Brasil Colonial**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 146.



de Sá e Benevides³³². Todavia, D. João IV logrou a adesão dos governadores e capitães-mores do Brasil.

Na Capitania da Bahia, a notícia e as ordens para a efetuação da aclamação chegaram a Salvador no dia 15 de fevereiro de 1641, sigilosamente, ao Marques de Montalvão, então governador-geral, que convocou individualmente os vereadores, oficiais militares e os superiores das ordens religiosas para que dessem o seu parecer, que acabou por ser em favor da aclamação de D. João IV como rei de Portugal, o que se deu ao mesmo dia em reunião na Câmara. O ato foi concluído “na igreja Catedral, onde depois das ações de graças, deferiu o Bispo D. Pedro da Silva ao Governador e principais autoridades o juramento de preito e homenagem”³³³.

A divulgação da notícia da Restauração nas demais capitanias do Brasil ficou a cargo dos padres do Colégio da Bahia. Antônio Vieira e Simão de Vasconcelos seguiram para o reino com a missão de confirmar o sucesso da Restauração no Brasil³³⁴.

Os filhos do Marques de Montalvão, todavia, “tomaram partido da monarquia espanhola e havia rumores de que a esposa do Vice-Rei lhe remetera uma carta induzindo o marido a continuar por Castela”. Ciente disso, D. João IV enviou ordens secretas pelo jesuíta Francisco de Vilhena, que “desembarcou em Itapuã, um porto secundário a cerca de três léguas de Salvador, para não despertar curiosidades no núcleo urbano e sigilosamente fez chegar o conteúdo da carta à Câmara de Salvador”³³⁵. A ameaça da possível continuidade de fidelidade do vice-rei à Castela fez com que o rei enviasse a mensagem de ordem para a deposição de Montalvão. Em seu lugar, assumiu uma junta governativa composta pelo bispo D. Pedro da Silva

³³² COSENTINO, Francisco Carlos. **Mundo português e mundo ibérico**. Op. Cit. p. 147.

³³³ ACCIOLI, I. e AMARAL, B. **Memórias históricas e políticas da Bahia**. v. 2. Salvador: Imprensa Oficial, 1919. p. 21. e VARNHAGEN, F. A. **História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. Rio de Janeiro: Em casa de E. H. Laemmert, 1877. p. 589 – 590.

³³⁴ MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. Op. Cit. p. 204.

³³⁵ *Ibidem*.



de Sampaio, pelo mestre de Campo Luiz Barbalho e por Lourenço de Brito Correia³³⁶.

A junta permaneceu no governo até maio de 1642, e um episódio em especial marcou a gestão tripartite. Segundo Pablo Magalhães, cada um dos três governadores retirou o vencimento anual que cabia ao cargo de governador-geral, o que representava o valor de 1:500 cruzados, somando um custo total de 4:500 cruzados, o que acabou gerando um déficit de 9:000 cruzados à Fazenda Real. Após a chegada de Antônio Teles da Silva, novo governador-geral, em setembro de 1642, os três representantes do Governo-Geral foram repreendidos por Teles da Silva, que requereu a devolução do dinheiro. O bispo devolveu o dinheiro, todavia, os dois outros não o fizeram e foram encaminhados para Lisboa, sendo posteriormente absolvidos. Esse episódio marcou o início da inimizade entre o bispo D. Pedro da Silva e o governador-geral Antônio Teles. Contudo, “a disputa entre o poder civil e a autoridade eclesiástica foi característica dos séculos XVI e XVII”³³⁷ na Bahia.

Na Capitania de Porto Seguro, a Restauração levou à retomada da capitania pela Coroa portuguesa, também, em função do apoio do donatário D. Afonso de Lencastre e Casa de Aveiro à causa castelhana. Assim como os demais bens de nobres portugueses que se exilaram em Castela, o patrimônio da casa ducal passou a compor o núcleo patrimonial da Casa do Infantado³³⁸.

Contudo, aparentemente, o processo de aclamação da monarquia restauradora se deu sem complicações. De acordo com Pedro Serqueira da Veiga, capitão-mor, ouvidor e provedor da capitania à época,

³³⁶ Apesar das controvérsias em torno da deposição de Montalvão, dentre as quais as que relacionam o episódio a uma conspiração jesuítica ou a intrigas e interesses do bispo D. Pedro da Silva de Sampaio, o Marquês de Montalvão atribuiu a deposição a D. João IV. Ver MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. Op. Cit. p. 206.

³³⁷ MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. Op. Cit. p. 208.

³³⁸ Cf. COSENTINO, Francisco Carlos. **Governadores Gerais do Estado do Brasil (Séculos XVI – XVIII)**, ofício, regimento, governação e trajetórias. São Paulo: Annablume/ Belo Horizonte: Fapemig, 2009. p. 60.



com avizo que tivera do marques de Montalvao que naquelle tempo governou aquelle estado que lhe ordenara que com todo cuidado fizesse aclamar a V. Magestade em toda aquella cappitania e que [...] o fizera com os [ilegível] e festas aq a pobreza da terra pode alcançar com grandes demonstrações de alegria q' tal solene dia merecia: cumprindo em todas as acções com as obrigações que deve leal vassalo de V. Magestade³³⁹.

Os documentos revelam que, a partir da Restauração Bragantina (1640), dos conflitos com a Espanha pela retomada da Coroa Portuguesa por parte da casa de Bragança e da ocupação holandesa em Pernambuco, o quadro de crise se agravou, implicando em uma postura de maior arrocho fiscal e aumento de tributos aos moradores da colônia. Antônio Telles da Silva, o então governador-geral, comunicou por carta ao rei o estado geral de precariedade na fazenda, a raridade de moedas de prata agravada pela dificuldade de transações com o Rio da Prata e a crise de mão de obra causada pela ocupação dos holandeses em Angola (1641). O governador propôs uma série de medidas e, no que diz respeito ao negócio do pau-brasil, argumentou que

a Vossa Magestade [tinha] apontado os meios que [lhe] pareceram mais convenientes para ir [se] ajudando nestas impossibilidades; e são que os direitos das naus Francezas, que ach[ou] neste porto, e os do Pao Brazil, que por permissão de Vossa Magestade tiram os Padres da Companhia, os quais Vossa Magestade manda se paguem nesse reino, fiquem nesta praça, por que se não poderá sustentar com as poucas rendas que tem, para os extraordinários gastos que se fazem. Da qualidade delles, do que abrange a fazenda real,

³³⁹ DECRETO e minuta de consulta do Conselho Ultramarino sobre o procedimento capitão Paulo Barbosa, feitor do pau brasil da capitania de Porto Seguro. Alcântara, 7 de junho de 1646. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1193.



o que poderá dar a vintena e do que falta para se ajustarem os efeitos com as despesas, dará a Vossa Magestade conta pelo [s]eu desembargador, Simão Alvarez Pinheiro, que foi contador geral deste Estado, q' vai nesta embarcação, servindo se Vossa Magestade de o mandar servir³⁴⁰.

Nesse mesmo pacote de medidas, sugeriu a tentativa de comércio com os castelhanos do Rio da Prata, mesmo com toda a dificuldade e o cuidado que requeria pela sua proibição que constava no acordo de paz estabelecido com os holandeses. Ademais, revelou ao monarca a chegada de uma caravela de Cabo Verde com sessenta escravos em que o mestre Braz Franco, queixou-se de não trazer mais por causa da ida de uma nau holandesa que levou quatrocentos, afirmando ter sido “grande [...] o escândalo que houve [naquela] praça, vendo que conserva[vam] proibido o comércio, se deram aos holandeses as peças e se negaram aos naturais”³⁴¹.

Argumentando que houve uma queda nos rendimentos sobre a imposição do vinho e o baixo rendimento da vintena³⁴², sendo o seu pagamento feito em açúcar, o governador-geral solicitou mais dinheiro e um “assento efetivo para que fosse infalível a assistência dos soldados”³⁴³.

³⁴⁰ CARTA do governador do Brasil Antônio Teles da Silva, para S. Magde. sobre a falta de escravos de Angola e de dinheiro de prata, pedido que fez para se levantar o preço das patacas e bater moeda de prata dos moradores, negócio do pau brasil dos jesuítas, comércio que procura com os castelhanos do Rio da Prata, etc. Bahia, 30 de Janeiro de 1643. AHU_ACL_CU 005, Cx. 09, Doc. 1002.

³⁴¹ A Guerra de Restauração contra a Espanha implicou na necessidade de alianças e acordos envolvendo a Inglaterra, Holanda e Portugal. Um dos pontos acordados era o de não agressão aos holandeses e a proibição de comércio com os castelhanos. Cf. SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores (1609 – 1651)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 197 – 198. Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 221-231.

³⁴² Taxação sobre a produção de açúcar.

³⁴³ CARTA do governador do Brasil Antônio Teles da Silva, para S. Magde, sobre a falta de escravos de Angola e de dinheiro de prata, pedido que fez para se levantar o preço das patacas e bater moeda de prata dos moradores, negócio do pau brasil dos jesuítas, comercio que procura com os castelhanos do Rio da Prata, etc. Op. Cit.



No tocante ao negócio do pau-brasil, a Coroa portuguesa adotou a centralização da atividade, ordenando que a sua administração corresse por conta da Fazenda Real. Após consulta, o parecer do Conselho Ultramarino considerou que “mais de grande convinha ao serviço de V. Mgde. e a sua real fazenda tratar do corte do pau-brasil na forma que se apontou a V. Magde. aponta também o Conselho a nomeação de capitães apontados no dito recurso”³⁴⁴.

Essa medida foi de fundamental importância para as capitanias de Porto Seguro e Ilhéus, sobretudo, no que diz respeito à atividade extrativista de madeira. Ao que parece, a conjuntura de aperto nas finanças em que importou a guerra neerlandesa e a restauração de Portugal e a necessidade de ampliar os rendimentos da Fazenda Real forçaram a Coroa a colocar em pauta as duas capitanias ao sul da Capitania da Bahia a fim de explorar seu principal potencial produtivo que, no caso de Porto Seguro, era o pau-brasil.

Nesse contexto, a atuação dos capitães-mores Paulo Barbosa, de Porto Seguro, e Antônio de Couros Carneiro, de Ilhéus, mereceu destaque. Ao menos entre os anos de 1644 e 1659, a associação entre os dois capitães e a atividade extrativista nas capitanias de Porto Seguro e Ilhéus³⁴⁵ estará presente em grande parte de uma importante documentação acerca das capitanias no período.

De acordo com as fontes, Antônio de Couros Carneiro morava na Bahia e era considerado um homem rico e de crédito. Os registros documentais indicam que Couros tinha experiência no trabalho com madeiras para construção naval e desenvolvia atividades não só de reparos, mas também na produção de peças para a fábrica de embarcações de grande porte, como naus e galeões.

Quando da vinda da armada de Dom Fernando Mascarenhas, primeiro Conde da Torre, para a Bahia em 1639 com a missão de restaurar Pernambuco e suas anexas ocupadas pelos neerlandeses,

³⁴⁴ MINUTA de consulta do Conselho Ultramarino sobre o corte do pau-brasil. Lisboa, 1 de fevereiro de 1644. AHU_ACL_CU_005, Cx. 9, Doc. 1036.

³⁴⁵ Evidentemente, não desconsideramos a importância da produção de farinha no norte da Capitania de Ilhéus e muito menos outras atividades econômicas. Antônio de Couros, por exemplo, atuou também nas medidas sobre a produção de farinha em Ilhéus. Escolhemos a atividade de pau-brasil a título de sua importância ao nosso recorte espacial, que é a Capitania de Porto Seguro.



diante da necessidade de reparos nas embarcações e do não atendimento da solicitação feita a Pedro Cadena de Vilhassanti, provedor-mor da Fazenda Real, Antônio de Couros Carneiro foi escalado por Dom Francisco de Moura, do Conselho do Estado e Guerra da Coroa portuguesa, para ir a Boipeba, na Capitania de Ilhéus, para “cortar e serrar cento e cinquenta dúzias de tabooinz de costado e outras muitas madeiras para as ditas crenas, como é notório, para o que lhe deu o derredor cinco mil cruzados da fazenda de Sua Magestade”³⁴⁶.

Certamente, levando em consideração a sua experiência na construção naval e o conhecimento das capitanias ao sul da Bahia, anexas a ela, em 1644, o Marquês de Montalvão, absolvido e nomeado conselheiro no Conselho Ultramarino, determinou o envio do amigo, capitão Antônio de Couros, “para o corte do pau do Brasil [e] que convir[ia] ao serviço de V. Magde ordenar-lhe que fabri[casse] ali um galeão para apresto do qual mandará dos armazéns os materiais e valores e algum ferro [...] e avis[ou] que envia[ria] 100 pipas de vinho da Ilha da madeira”³⁴⁷ para ser vendido e a renda aplicada na construção do galeão.

Antônio de Couros, capitão-mor da Capitania de Ilhéus, atuou na fábrica de peças para a construção naval no estaleiro de Cairú, sendo então, o seu superintendente. Atuou também na dinamização da distribuição de farinhas e mantimentos que saíam das vilas de Boipeba, Cairú e Camamu para a fortaleza do Morro de São Paulo e para a Capitania da Bahia, além de ser dono de um engenho em Ilhéus.

Em Porto Seguro, Couros atuou na compra e no envio de mais de 3.000 quintais de pau-brasil para o reino às suas custas, além de fornecer embarcações suas para o frete da madeira tintorial à Bahia. O

³⁴⁶ TRESLADO do autto que mandou fazer Dom Fernando Masquarenhas, conde da Torre, do Conselho do Estado de Sua Magestade, general de mar e terra e governador deste estado e comendador das villas de Rosimanhil e Santiago de Ponta [sic] Arcada, contra Pedro Cadena Villasanty que serve de provedor mor deste estado. In: **Cartas do Conde da Torre**. Vol. 3, p. 222.

³⁴⁷ MINUTA de consulta do Conselho Ultramarino sobre o corte do pau-brasil. Op. Cit.



galeão, todavia, nunca ficou pronto³⁴⁸. Entretanto, o capitão ainda se manteve na atividade de fabricação de peças, enviando, inclusive, pranchões e taboados para Porto Seguro.

Contudo, o capitão Paulo Barbosa obteve mercê para a amarga tarefa de tentar impor as diretrizes da Coroa portuguesa e fazer valer o monopólio da atividade extrativista de pau-brasil, correndo pela Fazenda Real, na Capitania de Porto Seguro.

3.4 “Odiado naquela Capitania e sem cabedal para fazer Pau-Brasil”: o Capitão-Mor Paulo Barbosa e o motim do Pau-Brasil na Capitania de Porto Seguro

Como visto anteriormente, a monarquia portuguesa se valia da associação com a iniciativa particular para a consecução de seus objetivos e baseava a sua prática a partir da política de serviços e recompensas, o que se constituía em uma relação de mão dupla entre a possibilidade de ganhos por parte dos súditos e a obtenção de sua fidelidade por parte da Coroa.

Esse sistema, contudo, não era infalível, e sim permeado por casos de serviços não recompensados e recompensas sem serviços, a depender do contexto.

Nesse âmbito geral, a carreira militar foi um importante caminho para adquirir honra, *status*, privilégios e, às vezes, riqueza. Assim também se fazia para ocupar funções públicas e, na maioria das vezes, o poder político se confundia com o poder militar.

O funcionalismo público, além de conferir *status*, honras e privilégios, era um instrumento importante para a viabilização dos interesses da Coroa. Assim, os interesses particulares do funcionário

³⁴⁸ REGISTO de outra portaria sobre dar o Thesoureiro Geral que foi José Falcão de Souza os duzentos mil reis que recebera de Diogo de Aragão Pereira, por serem das fazendas que Sua Magestade mandara para fábrica do Galeão que se encarregara a Antônio de Couros Carneiro, e que se apliquem a fábrica do que se faz em Itapagippe. Em carta para o monarca comunicou a paralisação da construção do galeão que “parou por terem fugido os índios que nele trabalhavam, e por não estarem os bois capazes de trabalhar”. CARTA do capitão-mor Antônio de Couros Carneiro para S. Magde sobre o galeão cuja construção parou por terem fugido os índios que nele trabalhavam, e por não estarem os bois capazes de trabalhar; refere-se às sobras do dique, a farinhas, à infantaria, a munições, a pranchões que mandou a Porto Seguro e ao ferro que falta para o galeão. Bahia, 27 de Novembro de 1646. AHU_ACL_CU 005_02 Cx. 10. D. 1247



colonial entrelaçavam-se com a sua condição de súdito fiel. Concordando com Rodrigo Ricupero, “o funcionário confundia-se com os grupos poderosos locais, sendo, muitas vezes, ao mesmo tempo, funcionário régio, senhor de engenho ou proprietários de terras, soldado e [...] também envolvendo-se em atividades mercantis”³⁴⁹.

Em carta escrita da Bahia com data do dia 5 de outubro de 1659, o capitão Paulo Barbosa afirmou que por o “verem velho de setenta anos [queriam] que [morresse] para não haver quem dê clareza a estas contas”³⁵⁰. O capitão se referia às contas do período em que exerceu a função de capitão-mor, ouvidor e superintendente do pau-brasil na Capitania de Porto Seguro.

Como podemos perceber, apesar de ser o caminho normalmente utilizado para conseguir riqueza e prestígio, muitas vezes, assumir a tarefa de representante régio esbarrava em muitos percalços e até mesmo conduzia o indivíduo a situações de prejuízos e infortúnios.

De acordo com a informação da supracitada carta de Paulo Barbosa, ele teria nascido, possivelmente, no ano de 1589. Militar de carreira, consta a informação de que aos 18 anos serviu em uma armada em Argel³⁵¹ e antes disso havia atuado na América portuguesa, entretanto, não consta no documento em que capitania nem que atividade exerceu.

No reino, ao regressar do serviço em Argel, Barbosa casou-se e recebeu de dote os ofícios de tabelião do público e do judicial e de escrivão das execuções do Conselho de Penafiel, comarca do Porto, no dia 7 de maio de 1609. Todavia, exerceu pouco ou quase em nenhum tempo o ofício por permanecer a maior parte do tempo “nas partes do Brasil em companhia do Doutor Jorge da Silva Mascarenhaz”. Ao que consta, não teve filhos de sua primeira mulher “com quem se lhe

³⁴⁹ RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial**. Op. Cit. p. 152.

³⁵⁰ CARTA de Paulo Barbosa para S. Magde, sobre se ordenar ao provedor-mor da fazenda, Laureço de Brito Correia, torne a rever as contas aos feitores do pau-brasil. Bahia, 5 de Outubro de 1659. AHU_ACL_CU_005, Cx. 15, Doc. 1754.

³⁵¹ REGISTO da carta de patente, em que Sua Magestade proveu a Paulo Barbosa de Capitão da Capitania de Sergipe d’El-Rei registada em 25 de Junho de MByXXX. Liboa, 20 de Dezembro de 1628. DHBN, Vol. XV, p. 378.



deram os ditos ofícios em dote” e nem “da segunda que assist[ia] na Bahia”³⁵².

Por seus serviços na América portuguesa, Paulo Barbosa requereu, apresentando papéis e certidões comprobatórias de sua atuação em serviços importantes, “o hábito da Ordem de Cristo com 40 mil de tença e a primeira capitania que vaga[sse] no Brasil”³⁵³, contudo, não teve o seu pedido deferido.

Paulo Barbosa teve o seu pedido atendido em 1630, quando recebeu a mercê de capitão-mor da Capitania de Sergipe d’El-Rei³⁵⁴, onde exerceu o cargo durante seis anos, recebendo 100 mil réis anuais de ordenado³⁵⁵. No entanto, alguns anos após o exercício do cargo, se queixou, afirmando que depois da “entrada do inimigo nela perdeu toda a sua fazenda”³⁵⁶, recebendo “em consideração das suas perdas” a administração da Capela de Caldas de Aregos em Portugal, “que vagou por conta de falecimento de [Frei] Tavares Vitimo administrador dela e rend[ia] quarenta mil cada ano”³⁵⁷.

Ao que parece, Paulo Barbosa – também citado como Pedro Barbosa – era filho de Cosme Couto Barbosa, capitão-mor de Sergipe entre os anos de 1602 e 1603. Não conseguimos encontrar pistas que revelassem quem era e qual era a origem da sua mãe.

O certo é que o capitão esteve na América portuguesa desde a sua mocidade e ingressou cedo na carreira militar. Pelo que foi possível perceber, além dessa carreira, Barbosa utilizou-se do matrimônio, parentesco e de relações pessoais como caminho para a

³⁵² ALVARÁ para poder renunciar em pessoa apta os ofícios de Tabelião do Público, Judicial e Escrivão das Execuções do concelho de Penafiel. ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo. Livro 8, f. 268v.

³⁵³ RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial**. Op. Cit. p. 84.

³⁵⁴ Felisbello Freire atribui o nome de Pedro Barbosa ao capitão sem, contudo, sabermos o motivo do equívoco. Cf. FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. Projeto Digitalizando a História: Aracaju, 2009.

³⁵⁵ REGISTO da carta de patente, em que Sua Magestade proveu a Paulo Barbosa de Capitão da Capitania de Sergipe d’El-Rei registrada em 25 de Junho de MByXXX. Op. Cit. p. 382.

³⁵⁶ ALVARÁ para poder renunciar em pessoa apta os ofícios de Tabelião do Público, Judicial e Escrivão das Execuções do concelho de Penafiel. Op. Cit.

³⁵⁷ ALVARÁ. Administração da Capela de Caldas de Aregos, em sua vida, vago por falecimento de Francisco Tavares, rendendo 40\$000 rs por ano. ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo. Livro 8, f. 402v – 403v.



ascensão social e inserção na sociedade colonial, estratégia bastante utilizada na América portuguesa, como assinalou Stuart Schwartz³⁵⁸.

Assim, a partir da resolução de 1º de fevereiro de 1644, que determinou que o negócio do pau-brasil corresse pela Fazenda Real a partir da nomeação de capitães para a administração dele, Paulo Barbosa foi nomeado capitão-mor, ouvidor e superintendente do pau-brasil na Capitania de Porto Seguro. Recebeu carta patente no dia 3 de agosto de 1644. Segundo a carta de mercê,

El Rey faço saber aos que este alvará virem que ascendo respeito a ter pelo tudo que a fabrica e condução do pao Brazil a este Reino corra só por conta de minha fazenda e que nenhuma outra pessoa de qualquer localidade que seja o possa navegar posto que tenha licença minha com a experiência que o capitão Paulo Barbosa tem deste negócio e ao talento e partes que nele concorrem e por confiar dele que no de que sem carregar me servira muito a minha satisfação como tem lhe obrigado. Hey por bem e mas traz que o dito Paulo Barbosa sirva na Capitania de Porto Seguro do Estado do Brazil o cargo de administrador do dito pau [...] com o qual assenda de ordenado em cada seis ano que o ser vir cem mil pagos do dinheiro que proceder das fazendas que em mandar pera a dita feitoria e que sendo nesta cavio na terçe dos índios daquela capitania pera a fabrica e condução do pao o possa o dito administrador fazer pagando lhes seu trabalho conforme o uso costume da terra pelo que mando ae men gozar o Capitão Geral do ditto estado fazendas dele deixem servir o dito cargo ao dito Paulo Barbosa lhe dem toda ajuda e fazes que convier [sic] serviço pera bem deste negocio³⁵⁹.

³⁵⁸ Cf. SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**. Op. Cit. pp. 253 – 286.

³⁵⁹ ALVARÁ. Administrador do Pau Brasil da Capitania de Porto Seguro, no Brasil. ANTT – Registro Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo. Livro 6, f. 382v – 383v.



Nesse mesmo contexto, Paulo Barbosa também foi nomeado capitão de mar e guerra da nau Santo Antônio de Aveiro para levar feitorias para que, na Capitania dos Ilhéus, “se feitoriza[sse] o dito pau por conta de [sua] fazenda”³⁶⁰. Ao capitão, coube ainda a missão de carregar a nau com 100 pipas de vinho para entregá-las ao capitão Antônio de Couros Carneiro. O vinho deveria ser vendido e a sua renda, aplicada na construção de um galeão.

Ocorreu que, saindo de Lisboa em 5 de setembro de 1644, o navio “arribara a Setúbal com mal tempo e corrido dos inimigos”. Estando em Setúbal, o capitão retornou a Lisboa para “levar no dito navio as pessoas que nesta cidade estão para ir a Bahia e dali Angola”³⁶¹. Entretanto, retornando, “achou que o navio [ia] muito abatulado de gente que leva para a Ilha da Madeira donde há de carregar de vinhos e daí da Bahia [...] e por esta razão se tornou a Setúbal para seguir viagem”³⁶².

Porém, após chegar novamente àquele local e solicitar permissão para seguir viagem à Bahia, Afonso de Barros Caminha, secretário do Conselho Ultramarino, o informou “que havia ordem de Vossa Magestade para que ele superintendente entregasse as ordens que tinha para se darem a Nicolau de Brito a quem Vossa Magestade manda[ri]a em seu lugar”³⁶³.

Contudo, não foi possível localizar, nos documentos analisados neste trabalho, de forma direta e clara, os motivos que causaram a suspensão temporária da mercê concedida ao capitão³⁶⁴.

³⁶⁰ ALVARÁ. Capitania do Mar e Guerra do Navio Santo Antônio. ANTT – Registro Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo. Livro 6, f. 376 – 377.

³⁶¹ CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a vinda para Lisboa, por ordem do Conselho, do capitão Paulo Barbosa, arribado a Setúbal. Lisboa, 17 de Setembro de 1644. AHU_ACL_CU_005 Cx. 9. Doc. 1083.

³⁶² *Ibidem*.

³⁶³ CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o capitão Paulo Barbosa, que, nomeado capitão-mor, ouvidor e administrador do pau-brasil da capitania de Porto Seguro, arribara a Setúbal por causa do mau tempo e foi por isso destituído e dado lugar a Nicolau de Brito; pede para ser restituído ou melhorado em outro posto, para não pereça sua honra e crédito. AHU_ACL_CU_005 Cx. 9. Doc. 1082.

³⁶⁴ Há, entretanto, menção a Nicolau Botelho, que serviu de feitor do pau-brasil na Capitania de Porto Seguro anteriormente. Se pudésemos constatar que Nicolau Botelho e Nicolau de Brito da



Não obstante, requereu o capitão a “mercê de o restituir, ou de melhorar em outro posto, para que não perd[esse] sua honra e crédito”³⁶⁵, sendo, finalmente, atendido em 31 de outubro de 1644. Segundo parecer do Conselho Ultramarino,

[Nicolau Botelho] não [tinha] a experiência que é necessária para ser capitão de mar e guerra deste navio nem noticiadas partes do Brasil a que não tem ido, e modo como se há de haver com o gentio para boa administração do pau como tem o superintendente Paulo Barbosa por saber a língua do gentio, e haver lidado com ela por muitos anos, e haver servido de capitão-mor na cidade de Sergipe que são as considerações porque esse conselho o nomeou³⁶⁶.

Evidentemente, a experiência na navegação, na guerra e no exercício de governança foram pontos importantes para a nomeação, todavia, importa-nos destacar, dentre os demais, a habilidade do capitão com a língua da terra. O fato de Paulo Barbosa ser “língua da terra” fez do capitão uma peça-chave para os objetivos da Coroa portuguesa, revelando a associação, indispensável, entre a contribuição indígena e a atividade extrativista. Por outro lado, a utilização desse elemento como critério definidor da contenda expõe a condição de vantagem daqueles que, na Capitania de Porto Seguro, se relacionavam mais intimamente com os índios ou os administrava, nesse caso, os padres da Companhia de Jesus.

Resolvido o problema em torno da sua nomeação, Barbosa partiu de Setúbal em uma quarta-feira 29 de dezembro de 1644 carregado de fazendas e vinho para entregar ao capitão Antônio de Couros e uma grande missão: realizar a intervenção efetiva da Coroa

Silva eram a mesma pessoa, seria possível considerar que a suspensão refletia os interesses de um grupo local que exercia certo controle da atividade extrativista em Porto Seguro.

³⁶⁵ CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o capitão Paulo Barbosa, que, nomeado capitão-mor, ouvidor e administrador do pau-brasil da capitania de Porto Seguro, arribara a Setubal por causa do mau tempo e foi por isso destituído e dado lugar a Nicolau de Brito; pede para ser restituído ou melhorado em outro posto, para não pereça sua honra e crédito. Op. Cit.

³⁶⁶ *Ibidem*



portuguesa na Capitania de Porto Seguro e administrar o negócio do pau-brasil em seu nome.

Assim, após escala na Ilha da Madeira, Barbosa chegou à Capitania da Bahia no último dia do mês de fevereiro de 1645, descarregou as fazendas, que foram para Ilhéus, entregou os vinhos para Antônio de Couros Carneiro e, em função do conserto de uma ancora, ali permaneceu, partindo para Porto Seguro somente no dia 7 de abril do mesmo ano.

Da viagem até a sua chegada a Porto Seguro, o capitão produziu uma importante descrição da capitania. Segundo ele,

na quarta feira de trevas me veio um piloto de terra que meteu a nau em um porto que chamam a Coroa Vermelha três léguas desta vila de Porto Seguro, e o melhor porto que há em toda esta Costa em que podem ancorar muitos galeões, provido de muito peixe e lenha a borda da água e uma ribeira de mui boa água doce que sai do mar defronte dos navios, logo busquei barcos em que se trouxe a fazenda a esta vila em que se gastou tempo [...] Nesta terra senhor não há mais de cem moradores pouco mais ou menos e ser gente muito pobre e a maior parte filhos da terra gente terrível e indômita que não sabem mais lei que a de quero ou não quero. O pau-brasil se vai fazer muito pelos rios acima ao sertão e põe em que descer depois de feito muito tempo em razão das muitas cachoeiras que há [...] Nesta Vila tem os padres da Companhia um chamado Colégio não sendo mais que uma igreja com uma casa contigua a ela que não assistem mais de um religioso de missa e quando muito dois e um irmão leigo ou cerista esse sempre escolhem mais soldado e mercador que religioso e aqui assiste agora um Mathias Gonzales natural da Ilha da Madeira com titulo de superior [...] Também me pareceu fazer aviso a V. Mgde. como esta capitania foi do duque de Aveiro e o dizem a deu a seu filho Dom Afonso para se lhe



dar o título de Marques que tinha de Porto Seguro o qual é morador em Castela cujos bens pertencem a Coroa de V. Mgde. e tem aqui alguns cobres de engenho para que me venha aviso do que nisso devo fazer que seus cobres são de V. Mgde. os porei em arrecadação e que se aproveitem, esta capitania tem muito boas terras para todo o gênero de lavoura, houve nela dizem os antigos dezoito engenhos de açúcar e com a guerra que aqui deu o gentio se depovoou sendo de V. Mgde. é necessário se povoe de novo vindo gente se repartam as terras para os que vierem de novo terem adonde lavar³⁶⁷.

De imediato, a missão do capitão era fazer e embarcar para o reino a maior quantidade possível de pau-brasil, todavia, também cabia a Paulo Barbosa consolidar a restauração portuguesa, manter aquele domínio territorial e integrar a Capitania de Porto Seguro aos negócios mercantis controlados pela Coroa portuguesa.

Nesse sentido, o capitão chegou com a nau carregada de mercadorias diversas trazidas do reino para estabelecer o comércio e viabilizar o negócio do pau-brasil como consta no quadro abaixo.

³⁶⁷ RELAÇÃO da viagem que fez o capitão Paulo Barbosa no navio Santo Antônio de Aveiro de Sua Mgde. que Deus guarde a vila de Porto Seguro com escala pela Ilha da Madeira e pela Bahia. Porto Seguro, 20 de Setembro de 1648. AHU_ACL_CU_005 Cx. 1. Doc. 78 (Anexo). Apesar de constar neste documento o ano de 1648, existe um outro documento em que consta a data correta. Cf. CARTA do capitão Paulo Barbosa, feitor do pau brasil da capitania de Porto Seguro, para S. Magde., dando conta da sua viagem desde Setúbal, a 29 de Dezembro de 1644, Ilha da Madeira até a Bahia, onde chegou na véspera de Entrudo, e informando do negócio, de coisas da terra, das qualidades de madeiras, etc. (Cópia). S.d.n.l. AHU_ACL_CU_005 Cx. 10. Doc. 1160.



Quadro 9 – Mercadorias e preço de venda na capitania de Porto Seguro – 1645

Produto	Unidade de medida/qualidade	Preço
Pano vermelho duzeno	Côvado	700 réis
Estamenhas da terra	Côvado/boas	400 réis
Estamenhas da terra	Côvado/ruins	300 réis
Bombazinas	Côvado	200 réis
Pano de linho	Côvado	280 réis
Ferro	Quintal	5.000 réis
Aço	Libra	120 réis
Maxa	Côvado	800 réis

Fonte: RELAÇÃO da viagem que fez o capitão Paulo Barbosa no navio Santo Antônio de Aveiro de Sua Mgde. que Deus guarde a vila de Porto Seguro com escala pela Ilha da Madeira e pela Bahia. Porto Seguro, 20 de Setembro de 1648. AHU_ACL_CU_005 Cx. 1. Doc. 78 (Anexo).

Constava ainda, na relação do capitão, que “o damasco de lã ainda se não [tinha] vendido nada ainda”, e o sal, produto de monopólio da Coroa, “o mestre com minha ausência vendeu a que quis e deu barato”. Ainda assim, ressaltou que, devido à pobreza dos habitantes da terra, “as fazendas que eu trouxe se venderão aqui ainda que seja devagar”³⁶⁸.

3.5 “Porque neste negócio do Pau-Brasil tem granjeado muitos inimigos”

Descarregadas as fazendas e trazidas para a vila de Nossa Senhora da Pena para serem depositadas em armazém, a nau Santo Antônio de Aveiro seguiu para o reino carregada com 2.770 quintais de pau-brasil, capitaneada pelo mestre Manoel Thome³⁶⁹.

³⁶⁸ RELAÇÃO da viagem que fez o capitão Paulo Barbosa no navio Santo Antônio de Aveiro de Sua Mgde. que Deus guarde a vila de Porto Seguro com escala pela Ilha da Madeira e pela Bahia. Op. Cit.

³⁶⁹ *Ibidem*.



Considerando a relação de quintal por quilo, a nau carregou pouco mais de 152 toneladas de madeira. No mesmo período, Antônio de Couros Carneiro, o capitão-mor de Ilhéus, comprou mais 3.000 quintais de pau-brasil em Porto Seguro e enviou ao reino³⁷⁰.

O capitão Paulo Barbosa revelou, em carta que comunicava outro envio de pau-brasil, uma relação interessante. Ao enviar 218 quintais à Bahia, afirmou que, para esse peso, a quantidade de rolos contida era de 533 rolos de madeira. A título de curiosidade, essa relação representava que, a cada 1.000 quintais de madeira, faziam-se aproximadamente 2.445 rolos. Se observarmos a quantidade de pau-brasil que foi autorizada cortar entre os anos de 1633 e 1637 (ver quadro 5), chegaríamos à soma de mais de 150.000 rolos de madeira de uma única espécie. Segundo Warren Dean, ao ponto de cortar, a relação era de quatro exemplares por hectare com um diâmetro de 50 centímetros cada. Esses números podem representar a vastidão da área de mata afetada pela atividade extrativista só na região da Capitania de Porto Seguro.

Retomando o caso do capitão Paulo Barbosa, no dia 5 de junho de 1645, alguns meses após a sua chegada, a autoridade régia ordenou ao escrivão que escrevesse um bando e publicasse na praça da vila de Nossa Senhora da Pena e demais lugares públicos da Capitania de Porto Seguro para que

viesses a notícia de todos e que todos viessem manifestar o pau que cada qual tivesse feito nos matos ou derrubado por quando ele administrador estava informado que algumas pessoas levadas da ambição derrubavam nos matos grande quantidade de árvores as quais depois não podiam beneficiar e se perdiam nos matos e outras pessoas proibidas em direito por serem poderosas [...] faziam maiores quantidades pau em que os pobres moradores ficavam lesos e por que convém muito ao serviço de Sua

³⁷⁰ CARTA de Antônio de Couros Carneiro, para S. Magde., sobre a chegada do navio Santo Antônio de Aveiro, com fazendas e vinhos, e pau-brasil que comprou à sua, e sobre o capitão Paulo Barbosa. Bahia, 14 de Março de 1645. AHU_ACL_CU_005 Cx. 9. Doc. 1099.



Magestade haver igualdade no pleno governo e administração dele e que sendo derrube mais árvores de pau-brasil que aquelas que comodamente puder fazer a pessoa que o derrubar para de tudo haver clareza e se dar a Sua Magestade verdadeira informação³⁷¹.

O texto do bando evidencia o principal objetivo da autoridade régia na capitania. Nomeado em 1644, o militar de carreira chegou a Porto Seguro em abril de 1645 com a missão de centralizar a atividade extrativista e fazer valer a política do monopólio régio sobre o negócio do pau-brasil.

Ademais, o bando continha a denúncia do desperdício por falta de beneficiamento e, sobretudo, a informação de que um pequeno grupo de pessoas “poderosas” extraíam grandes quantidades de madeira, controlando, portanto, o negócio do pau-brasil a nível local (ver quadro 6).

Verificamos anteriormente essa configuração em torno da atividade extrativista na Capitania de Porto Seguro e percebemos que os maiores volumes de pau-brasil extraído e, por sua vez, as maiores possibilidades de lucro estavam concentradas nas mãos de um pequeno grupo ligado aos cargos da burocracia local e associados a grandes negociantes do reino.

Certamente, a publicação do bando foi o estopim para o início de uma grande dor de cabeça para o capitão. A intervenção do governador no negócio extrativista não agradou nem um pouco aos principais nomes que se destacavam entre os maiores detentores de licença de corte e de pau-brasil estocado na capitania.

Os interesses do capitão, entretanto, não devem ser desconsiderados. Certamente, o preço de venda da madeira na capitania, tentado à imposição do capitão, pode ter sido desvantajoso para os moradores. Na ocasião do carregamento da nau Santo Antônio de Aveiro, Paulo Barbosa pagou 380 réis por quintal, sendo que, em

³⁷¹ AUTO, bando e declaração de moradores da Vila de Nossa Senhora da Pena, da capitania de Porto Seguro sobre ter de manifestar o pau Brasil nos sítios ou derrubado. Localidade desconhecida, Junho de 1645. AHU_ACL_CU_005 Cx. 10. Doc. 1161.



1624, um assento da Câmara estabeleceu o preço de pouco mais de 600 réis por quintal, representando uma grande diminuição nos lucros dos “lavradores” (ver gráfico do preço do pau-brasil na Capitania de Porto Seguro).

A partir da publicação do bando, os moradores foram obrigados a declarar, perante o escrivão Pero de Pina, todo o pau-brasil que tinham estocado ou reservado em árvores na mata e assinar uma certidão como prova do que havia declarado. No documento, constavam os nomes das pessoas, o local e a quantidade de pau-brasil que tinham em seu poder, como podemos observar no quadro abaixo.

Quadro 10 – Lista de moradores, quantidade de pau-brasil e localização – 1645

Nome	Localização	Quantidade em quintais ou árvores
Gaspar de Oliveira Vidigueira	Cachoeiras do Rio Grande	1.000 quintais + 300 com os padres da Companhia de Jesus
Manoel Lopes com Pedro Cerqueira	Acima das cachoeiras do Rio Grande	150 quintais
Simão Barbosa com Antônio Soares	Acima das cachoeiras do Rio Grande	100 quintais
Domingos da Costa com Simão Barbosa	Cachoeiras do Rio Grande	140 quintais
Matheus Alvares	Rio do Frade Rio da Vila	100 quintais 70 árvores
Manoel de Miranda Barbosa	Acima das cachoeiras do Rio Grande	500 árvores
Antônio Malheiro Pereira	Barra do Rio Grande	130 quintais



Gaspar Borges de Novais	Rio desta Vila	500 árvores derrubadas + 400 quintais com Domingos Rodrigues
Paulo da Fonseca Amorin	Rio Grande abaixo das cachoeiras	40 quintais
Paulo de Siqueira	Pé da cachoeira do Rio Grande	100 quintais
Francisco de Magalhães com Pedro João	Rio desta Vila	50 árvores
Francisco de Magalhães com Antônio Rodriguez B de Faria	Rio Jucuruçu	15 quintais
Daranió de Pina	Rio desta Vila	40 árvores
Francisco Gramaxo	Rio Grande abaixo das cachoeiras	400 quintais
Rui Coelho de Pina com Pascoal Falcao e Pedro Teixeira	Rio desta Vila	300 árvores
Baltazar Luis	Rio Grande	100 quintais
Belchior Gomes	Rio Grande	200 quintais
Diogo Correa de Brito	Rio Grande	50 quintais
Reverendo Mathias Gonzales	Rio da Vila	130 quintais
Amador Penelle	Rio da Vila	60 árvores
Salvador G. Mealhada	Rio Grande	250 quintais
Gaspar Pires Delgado com	Rio da Villa Rio Mucuri	600 árvores + 50 quintais



Agostinho Coelho		35 árvores
Pedro Alvares	Rio da Vila	57 árvores
Pedro Cerqueira	Aldeia do Espírito Santo	200 árvores
Paulo da Fonseca Amorin	Rio de São João na aldeia de mesmo nome	370 árvores com ordem do reverendo superior
Manoel Gonçalves da Silveira	Aldeia do Espírito Santo	60 quintais
Domingos Nunes Peixoto e Diogo Luiz	Não especifica	200 árvores de pau-brasil mirim
Reverendo Mathias Gonzales	Rio da Vila	100 árvores

Fonte: **AUTO**, bando e declaração de moradores da Vila de Nossa Senhora da Pena, da capitania de Porto Seguro sobre ter de manifestar o pau brasil nos sítios ou derrubado. Junho de 1645. AHU_ACL_CU 005, Cx. 10, Doc. 1161.

De acordo com o quadro acima, o pau-brasil declarado pelos moradores da Capitania de Porto Seguro estava concentrado, principalmente, no Rio Grande, sendo encontrado também no Rio do Frade, Rio de São João, Rio Jucuruçu, Rio Mucuri e Rio da Vila, perfazendo quase toda a capitania³⁷², contudo, com maior concentração na parte norte.

Se compararmos os nomes presentes no bando com os nomes do quadro 6, é possível confirmar a participação de boa parte dos nomes beneficiados com licenças no período de vigência do contrato de Luiz Vaz de Resende e Álvaro de Azevedo. Destacamos os nomes de Gaspar de Oliveira Vidigueira, Agostinho Coelho, Amador

³⁷² Lembramos que, nesse caso, descartamos a região que correspondia ao limite sul da capitania compreendido entre o rio Doce e o rio Caravelas.



Fernandes, Salvador Gonçalves Mealhada e Pedro Cerqueira da Veiga, lembrando que todos atuaram em cargos administrativos ou tinham alguma relação de parentesco com representantes do poder local.

Além disso, é importante destacar, também, a presença da atividade extrativista nas aldeias do Espírito Santo e de São João e a atuação direta do reverendo superior Mathias Gonzales, revelando a grande participação da Companhia de Jesus no negócio do pau-brasil na Capitania de Porto Seguro.

As rixas entre funcionários da administração, magistrados e outras personalidades eram bastante comuns. Esses desentendimentos “às vezes degeneravam em batalhas pessoais e institucionais”³⁷³. Tal situação poderia advir de “jurisdições mal definidas, intencionalmente encorajadas pela coroa para impedir o excesso de autonomia, ou [...] eram falhas acidentais do sistema de administração”³⁷⁴. O fato é que essa realidade demandava uma administração contemporizadora, a qual, sem perder de vista os seus objetivos, entendesse, dentro do jogo político, a necessidade de negociação.

Investido de autoridade, o representante da Coroa, militar de carreira, ao que parece, teve pouca habilidade política ou se revestiu do compromisso de fazer valer as orientações que lhe cabiam, não reconhecendo a atuação do poder local articulado em função do controle da atividade extrativista.

O lançamento do bando culminou com a resistência e a recusa de alguns moradores em declarar o pau-brasil que possuíam e assinar a certidão. Procedeu, então, o capitão com a prisão dos resistentes, iniciando um conflito agudo entre o capitão-mor e os poderes locais, incluindo os padres da Companhia de Jesus.

Após a atuação do capitão-mor, os oficiais da Câmara responderam à ação do capitão com a sua prisão após a ocorrência de um motim, em que os “moradores” da Capitania de Porto Seguro incendiaram o armazém onde estava depositado o sal. Paulo Barbosa foi enviado preso à Bahia, onde permaneceu por seis meses.

³⁷³ SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia sociedade no Brasil colonial**. Op. Cit. p. 54.

³⁷⁴ *Ibidem*.



O episódio teve a participação dos oficiais da Câmara, do provedor Pedro Cerqueira da Veiga e dos jesuítas. Seguiu-se ao evento o envio de cartas, petições e queixas das partes envolvidas no ocorrido.

Segundo os oficiais da Câmara, em uma representação contra o capitão-mor Paulo Barbosa feita no dia 23 de agosto de 1645, eles fizeram com maior brevidade e estima-se a quantidade possível de pau-brasil, sendo feito com muita dificuldade pela distância a ser percorrida para encontrar a madeira na mata, pelos perigos de ataques de “aimorés” e por ser necessário superar rios e cachoeiras. Os oficiais informaram também que as fazendas trazidas pelo capitão eram “mais em perda da fazenda de V. Mgde. do que em prol por não serem de efeito” por serem os preços demasiadamente altos e que o capitão “não satisfeito com isto, brada[va] a todos com pouco respeito e palavras desonestas e manifestamente [disse] [os] [havia] de fazer por força o que for seu gosto e bem [...] por lhe não querer[em] assinar uma certidão [os] prendeu e a ambos suspendeu”. Afirmaram ainda que “o mor sentimento que [ficou] [era] o mal que vai usando com os padres da Companhia tratando-os muito mal e querer os lançar fora desta capitania que via eles tão oprimidos queriam lagar esta casa que há muitos anos tem esta capitania”, deixando o povo “com muitas lágrimas”³⁷⁵.

Nesse caso, a construção do clima de medo dos “aimorés” pode ser considerada como um modo de impressionar e de não revelar os verdadeiros interesses da aliança entre jesuítas e colonos. Possivelmente, o que estava em jogo e forçou a aliança entre eles era o controle ou até mesmo uma maior vantagem no negócio do pau-brasil.

Na mesma representação, os oficiais denunciaram o clérigo Belchior Alves da Silva “degredado por ser sentenciado réu de Braga por uma morte [...] o qual nos serve mais de lobo que de pastor

³⁷⁵ REPRESENTAÇÃO que os oficiais da Câmara de Porto Seguro fazem contra o capitão Paulo Barbosa, feitor do pau brasil, que os trata mal, e persegue os padres da companhia e se irmanou com o seu vigário, clérigo degredado pelo Santo Ofício e por uma morte, etc. Vila de Nossa Senhora da Pena, capitania de Porto Seguro, 23 de Agosto de 1645. AHU_ACL_CU_005 Cx. 10. Doc.1134.



tratando os moradores muito mal [...] ajuntando-se com o capitão Paulo Barbosa ambos perseguindo estes pobres moradores”³⁷⁶.

Nesse ínterim, argumentaram que não ia vigário por ser a capitania pobre e a igreja da vila ter ordenado de 50 mil réis. Por fim, solicitaram que se enviasse uma pessoa que os tratasse “com a dignidade que V. Mgde. trata seus vassallos”³⁷⁷.

Os jesuítas, associados aos colonos, segundo consta em uma petição do provincial da Companhia de Jesus, afirmaram que

Paulo Barbosa capitão-mor da Villa de Porto Seguro da mesma província se tem mostrado inimigo dos religiosos da Companhia dizendo contra eles muitas afrontas em lugares públicos e secretos chamando-lhes sismaticos, dizendo que os sujeitos que a religião mandava àquela Villa e a outras villas pequenas eram velhacos e amancebados com outros defeitos, e que estavam muito mal quistos no Brasil, e com V. Mgde. e quanto mais cedo os havia V. Mgde. mandar excluir deste reino, e da dita província e que alteravam os índios das aldeias, e que ele lhas havia de tirar, persuadindo aos maiores da dita Villa que os deitasse fora e que ele era melhor língua para os índios que os padres da Companhia e que os padres aconselhavam os homens que não vendessem o pau que V. Mgde. mandava fazer e que ensinavam coisas sismaticas e que em nenhuma coisa acudiam, antes impediam o serviço de V. Mgde. impondo-lhe outras muitas afrontas e calunias”³⁷⁸.

Após formalizar a acusação contra o capitão Paulo Barbosa, o provincial da Companhia de Jesus defendeu o reverendo superior

³⁷⁶ *Ibidem*

³⁷⁷ *Idem*

³⁷⁸ PETIÇÃO do provincial da Companhia de Jesus, queixando-se do capitão Paulo Barbosa, seu inimigo, que o injuriou e lhe tirou os índios, e chamou aos padres da mesma Companhia sismaticos e velhacos; pede que se proceda contra ele. S.l.n.d. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10. Doc. 1136.



Mathiaz Gonzalez, afirmando que, ao saber da chegada do capitão à Barra, mandou uma canoa com homens que sabiam a localização do Porto e com muitos índios que o ajudaram a chegar ao local a salvo e que foi uma medida indispensável por causa dos baixios que havia no Porto de Coroa Vermelha.

Depois de colocarem a nau no Porto de Coroa Vermelha, segundo o provincial, o padre Mathiaz mandou todos os índios das aldeias desembarcarem o material da tripulação e transportar as fazendas reais por três léguas até a Vila de Nossa Senhora da Pena. O reverendo ainda

lhe deu cordas e todo o mais necessário para as guindajes, e foi as aldeias e fez tirar muita estopa de embira para conserto do navio, e lhe mandou fazer pelos índios à sua custa, uma casa para se agasalhar o sal de V. Mgde. e mandou cercar de taipa de mão uma casa para o dito Paulo Barbosa e sua mulher e lhe deu três índios que lhe pescassem e quatro índios serradores³⁷⁹.

Finalizando a petição, o provincial da Companhia de Jesus solicitou ao rei que se ordenasse proceder contra o capitão-mor e o punisse “pelos maus procedimentos de que [usava] no serviço de V. Mgde. e pelas calúnias que [fez] aos religiosos difamando-os contra toda a razão e verdade por ser homem de sua natureza desbocado”³⁸⁰.

A petição do provincial foi acompanhada de certidões de Pedro Cerqueira da Veiga, antigo capitão-mor, ouvidor e então provedor; de Francisco de Amorim, seu cunhado; de Nicolau Botelho, antigo feitor; de Manuel Nunes Pete, o vereador mais velho da Câmara; Salvador Gonçalves Mealhada, o juiz ordinário; do morador Amaro Pires e Francisco de Pina, o tabelião do público e do judicial.

Todas as certidões ratificavam o bom procedimento do padre Mathiaz Gonzales e reprendiam a ação do capitão-mor. Salvador Mealhada, juiz ordinário, afirmou ainda que alertou o capitão para que

³⁷⁹ *Ibidem*

³⁸⁰ *Idem*



fosse “amigo dos padres da Companhia de Jesus que sendo amigo deles seria de todo [aquele] povo”. Manuel Nunes Pete, o vereador mais antigo da Câmara, afirmou que Paulo Barbosa tinha ódio dos padres da Companhia e que o capitão disse para deixá-los ir, pois ele era “língua da terra e não [havia] necessidade deles”, respondendo o vereador: “sem padres da Companhia senão [podia] viver e eles [eram] a causa de nós aqui estarmos não só pela doutrina que nos ensinam a nós e a nossos filhos mas também porque sem eles [...] ninguém aqui vivera com o tapuia porque eles são os que defendem essa vila com os índios que doutrinam”³⁸¹.

As certidões foram fruto de um requerimento que o padre Mathiaz Gonzales fez solicitando o apoio dos oficiais da Câmara da Vila de Porto Seguro. No requerimento, o jesuíta disse que Paulo Barbosa o acusara de ter alevantado os índios contra ele e afirmou que o povo de Porto Seguro havia pedido a Sua Majestade para vir “geral para que assistam a esta capitania aquietar os índios que estavam alevantados [...] matando os moradores; e que depois que os ditos padres a esta capitania vieram, aquietaram, pacificaram e doutrinaram os índios”³⁸².

O provedor Cerqueira da Veiga também escreveu uma carta-denúncia ao Conselho da Fazenda em que reiterou as afirmações dos oficiais da Câmara e dos jesuítas. O provedor disse ter tomado posse no cargo de provedor por mandado do governador-geral Antônio Teles da Silva e, ao tomar conhecimento da chegada do capitão-mor, foi saber das fazendas para que se tomasse nos tesouros da Fazenda Real e vir a fisco, sendo-lhe permitido somente assistir ao peso do pau-brasil.

Sobre o negócio do pau-brasil, o provedor acusou Paulo Barbosa de não querer aceitar o preço de venda da madeira na capitania e molestou a todos “com palavras [...] inclinado tudo a mal”, pois era “soberbo, e com sua ferocidade, os moradores não [careciam] a tomar fazenda”, sendo que os preços eram muito elevados e as

³⁸¹ *Idem*

³⁸² REQUERIMENTO que o padre Mathiaz Gonzalez da Companhia de Jesus superior desta casa do Salvador de Porto Seguro fez aos senhores oficiais da câmara desta vila. Anexo. AHU_ACL_CU_005 Cx. 10. Doc. 1136.



mercadorias, de pouco interesse. Recomendou que, para o seu sucesso, aquela feitoria corresse por pessoa que conhecia a terra e se enviassem “boas serafinas, tafetás de cores, e maior quantidade preto; chapéus, meias de seda e retrozes, alguns cobertores, e bons panos de linho do Porto [e] melhor que tudo, negros de Guiné; e com isto se tiraria muito pau”³⁸³. O interessante é que todos os pedidos não eram típicos de quem era pobre.

Comparando os 380 réis pagos pelo quintal de pau-brasil na ocasião do carregamento da nau Santo Antônio de Aveiro com os preços das mercadorias trazidas por Barbosa, foi possível verificar que o preço do quintal de pau-brasil estava abaixo da maioria das fazendas (ver quadro). Todavia, o destaque dado pelo provedor ao envio de “negros de Guiné” revela que o maior interesse dos colonos era a aquisição de mão de obra.

Entrementes, é importante pensar a relação entre o uso da mão de obra indígena e o da mão de obra africana no que diz respeito aos custos de sua aquisição e à maior ou menor disponibilidade entre as duas. Levando em consideração que à época um escravizado de origem africana valia entre 40 e 60 mil réis³⁸⁴, parece haver uma grande contradição entre o discurso de pobreza dos colonos e a disponibilidade de recursos para comprá-los.

A mão de obra indígena mais barata, apesar de aquisição incerta, poderia ser um recurso mais viável para quem se dizia pobre. Outro elemento importante e que deve ser levado em consideração é que a mão de obra indígena era mais “adequada” à atividade extrativista de madeira, levando-se em consideração os conhecimentos da floresta local por parte dos nativos. Sendo assim, muito provavelmente, essa mão de obra deveria ser utilizada em outras atividades econômicas. Logo, não ficou muito clara a associação entre a vinda de escravizados africanos e a dinamização da atividade extrativista.

³⁸³ DECRETO de minuta de consulta do Conselho Ultramarino sobre o procedimento do capitão Paulo Barbosa, feitor do pau-brasil da capitania de Porto Seguro. Alcântara, 7 de Junho de 1646. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10. Doc. 1193.

³⁸⁴ Levando-se em consideração a estimativa de Stuart Schwartz. Cf. SCHWARTZ, Stuart, 1988. Op. Cit. p. 167.



Talvez, o ponto mais importante dos pedidos de envio de “negros de Guiné” por parte de Pedro Cerqueira da Veiga, provedor da Capitania de Porto Seguro, seja o interesse em desvalorizar as mercadorias trazidas por Paulo Barbosa, capitão-mor enviado da Coroa portuguesa, para valorizar o pau-brasil em função de uma maior margem de vantagem nos negócios ou até mesmo a possibilidade de driblar o monopólio e buscar negociações mais vantajosas do que a imposta pela Coroa.

Outra hipótese é a tentativa de exposição da necessidade de mão de obra e a disposição de adquirir escravos de origem africana, mesmo sendo mais caros, para flexibilizar as leis contra o cativo indígena a fim de dinamizar a atividade sertanista e um volume maior de descimentos de índios.

Contudo, não descartamos a possibilidade da associação dessas duas medidas se levarmos em consideração a confluência de interesses entre jesuítas e colonos na Capitania de Porto Seguro nesse contexto.

Por fim, o provedor solicitou que se mandasse vigiar os procedimentos do capitão-mor enviado pela Coroa.

O governador-geral Antônio Teles da Silva, por sua vez, respondeu às denúncias contra Paulo Barbosa, repreendendo a atitude do capitão e pediu que não chegassem a ele “mais queixas suas nem ele [desse] motivo para fazerem; antes seja tal a emenda, no procedimento com os religiosos da Companhia e moradores dessa capitania que convertam os escândalos em agradecimentos”³⁸⁵.

Após ser preso e embarcado para a Bahia, Paulo Barbosa escreveu uma carta se defendendo das acusações no dia 21 de fevereiro de 1646. Na carta, o capitão contou que tinha feito aviso de tudo o que tinha obrado no serviço real e, em especial, a empresa que o rei lhe mandou de feitorizar o pau-brasil e fazê-lo correr pela Fazenda Real e estando ele

³⁸⁵ CARTA do governador Antônio Teles da Silva para os oficiais da Câmara de Porto Seguro, sobre as queixas que estes fazem contra Paulo Barbosa feitor do pau brasil, que chegou a prender aqueles oficiais, pelo que o repreendeu e mandou solta-los. Bahia, 3 de Julho de 1645. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10. Doc. 1135.



com particular cuidado mandando descer quantidade de pau ao Rio da Vila por ordem expressa do padre Mathiaz Gonzales da Companhia de Jesus, saindo [ele] da igreja dos mesmos padres de ouvir missa saíram de motim dois vereadores e um procurador [manchado] e um juiz e [o] prenderam e com muita violência e toda a descompostura [o] trouxeram a praça e embarcaram para esta cidade da Bahia adonde [ele] entendia ser restituído e favorecido do governador na forma das ordens de V. Mgde. e nem tão somente [lhe] favoreceu mas [o] tem retido nesta cidade [...] até sua ordem³⁸⁶.

Barbosa ainda se defendeu dizendo que sempre servia a V. Mgde. como “leal e humilde vassalo” e pediu para mandar reprimir os responsáveis por terem prendido e tirado “um capitão-mor de V. Mgde. a quem V. Mgde mandou dar toda a ajuda e favor”³⁸⁷.

Em carta endereçada ao governador-geral Antônio Teles da Silva, do dia 19 de maio de 1646, El-Rei afirmou ser conhecedor das queixas dos moradores e jesuítas contra o capitão-mor e aprovou a ação do governador-geral em enviar ordem para que Paulo Barbosa os tratasse com “suavidade e brandura”. O pedido de devassa contra o capitão foi considerado acertado, todavia, sentenciou que o governador deveria “também mandar ir a essa praça as pessoas que foram a causa deste motim, e que o prenderam sem ordem vossa [...] e que vão presos a essa cidade as pessoas de quem se queixa o dito Paulo Barbosa, devassando-se delas de novo, e apurando-se a verdade”³⁸⁸.

No dia 15 de julho de 1646, após ficar preso por 6 meses e ser devassado, Barbosa foi absolvido e, por ordem do rei, autorizado a continuar com a sua comissão na Capitania de Porto Seguro “e com a

³⁸⁶ CARTA de Paulo Barbosa defendendo-se das acusações que lhe fazem. Bahia, 21 de Fevereiro de 1646. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10. Doc. 1137.

³⁸⁷ *Ibidem*

³⁸⁸ CARTA de Sua Majestade para o Senhor Antônio Teles da Silva sobre os excessos de Paulo Barbosa, para se remeterem os Autos ao Conselho Ultramarino. Lisboa, 19 de maio de 1646. DHBN – Vol. XVII, p. 323 e 324.



condução do Pau Brasil que tinha a seu cargo, assim como fazia antes de ser desapossado dela [...] e contra os culpados procedereis na forma que se vos tem ordenado, enviando as devassas ao Conselho Ultramarino por mãos do secretário dele”³⁸⁹.

É importante registrar que todo o processo que envolvia o negócio do pau-brasil na Capitania de Porto Seguro nesse período foi acompanhado pelo Conselho Ultramarino, que produziu uma série de decretos, informações, consultas e cartas³⁹⁰.

No entanto, a absolvição do capitão-mor, ouvidor e administrador do pau-brasil na Capitania de Porto Seguro não significou o fim dos conflitos e, após o seu retorno àquela capitania, a Coroa portuguesa ainda solicitou outra devassa contra o capitão pelo seu procedimento com os padres da Companhia de Jesus³⁹¹.

Ao que nos constou a partir da leitura dos documentos, os responsáveis pelo motim também não foram punidos, fato que deixou o capitão, após o seu retorno, em uma condição delicada, como foi relatado por ele em carta de fevereiro de 1647. No apelo feito a sua Majestade, Paulo Barbosa revelou que

os quatro oficiais que [o] prenderam, afrontaram e molestaram com mais três badios [sic] que aqui andam, como viram a falta que houve no castigo que o Governador-Geral Antônio Teles [...] quis dar e favorecidos dos padres da Companhia [o] inquietam de maneira que nenhuma coisa [pode] fazer nem ainda [tem] poder para cobrar a fazenda de V. Mgde. que vend[eu] e neste mês

³⁸⁹ CARTA de Sua Majestade para o Senhor Antônio Teles da Silva para Paulo Barbosa haver de continuar em sua Comissão constando estar sem culpa. Lisboa, 15 de Julho de 1645. DHBN – Vol. XVII, p. 324 – 325.

³⁹⁰ Para esse caso, conferir também. CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre Paulo Barbosa, administrador do pau-brasil em Porto Seguro que pede dinheiro para a compra dele e embarcação em que venha. Lisboa, 22 de Agosto de 1646. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10, Doc. 1206; DECRETO sobre a saca e condução do pau-brasil. Lisboa, 5 de Janeiro de 1647. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10, Doc. 1229; INFORMAÇÃO sobre as consultas que se tem acerca do pau-brasil e do seu feitor Paulo Barbosa. S.l.n.d. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10, Doc. 1230.

³⁹¹ CARTA de Sua Majestade, passada pelo Conselho Ultramarino para se devassar do Capitão Paulo Barbosa da Capitania de Porto Seguro. Lisboa, 8 de janeiro de 1647. DHBN – Vol. XVII, p. 328 – 329.



tinha assentado com alguns o meio de [lhe] fazerem quantidade de pau [e] quando quis valer dos índios para os repartir como é costume deram os padres [...] com que as espalharam e não ach[ou] índios³⁹².

Além da falta de punição aos que lideraram o motim e do constante boicote dos jesuítas, afirmou temer por sua vida, solicitou que viesse uma junta para castigar os inacionos e demais líderes da revolta, já que os padres da Companhia atemorizavam o povo com ameaças de alevantarem-se os índios e excomunhões³⁹³.

Não obstante, os documentos não tratavam somente das questões referente aos conflitos. Também era constante a informação de envio de barcos carregados de pau-brasil à Bahia ou diretamente ao reino, evidenciando a existência de um considerável fluxo de embarcações no porto de Coroa Vermelha, sobretudo, durante o período de ocupação de Pernambuco pelos neerlandeses.

Apesar da importância do extrativismo de pau-brasil, os problemas eram muitos e não decorriam só da disputa entre os interesses do poder local e os da Coroa portuguesa. Havia questões de ordens diversas, como a falta de embarcações, os elevados custos do transporte, da segurança, do monopólio régio e da mão de obra, questão nevrálgica do conflito entre os padres da Companhia de Jesus e o capitão-mor.

Certamente, a recusa dos índios em trabalhar a serviço do capitão no corte de madeira não se deu, unicamente, em função do controle dos jesuítas sobre a mão de obra indígena. Nas entrelinhas, lembrando a condição do capitão de “língua da terra”, os seus objetivos tendiam, possivelmente, à tentativa de quebrar a intermediação dos padres da Companhia de Jesus e exercer diretamente o domínio da mão de obra sem ter que, necessariamente, cumprir com o pagamento pelo serviço.

³⁹² CARTA de Paulo Barbosa, feitor do pau-brasil da capitania de Porto Seguro, para S. Mgde. sobre as necessidades daquela capitania e queixando-se contra os oficiais da Câmara que o prenderam e afrontaram; refere-se aos jesuítas e negócio que fazem do pau-brasil. Porto Seguro, 8 de Fevereiro de 1647. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10. Doc. 1239.

³⁹³ *Ibidem*



Em tom de queixa, avisou o capitão que “se [houvesse] de fazenda a quantidade de pau [era] necessário que V. Mgde. [mandasse] aos padres da Companhia senão entendam com os índios das aldeias desta capitania por que sem isto se não pode fazer nada”³⁹⁴. Em seguida, afirmou que o rei mandasse um clérigo de São Pedro para administrar os sacramentos aos índios, pois ele “[faria] com [que] eles lhes derão bastante ordenado” e também avisou ser “necessário ordem de V. Mgde. para que os barcos dos padres que entrarem nesta capitania [lhe] [deem] entrada e saída porque o não fazem e se [ele] não souber quando entram e saem poderão carregar a quantidade de pau que quiserem”³⁹⁵.

A postura do capitão ecoava algumas medidas sugeridas por Gaspar de Brito Freire acerca da falta de escravos em consequência da perda de Angola para os neerlandeses em 1641, a importância dos rendimentos do pau-brasil e conservação do Brasil. Segundo Brito Freire, a falta de escravaria tinha arruinado o Brasil e, em função disso, considerou

que o único remédio daquele Estado Consist[ia] em V. Mgde. dar licença aos moradores que conquistem o sertão para trazerem índios, com que se sirvam, e porque esta proposta pode ser encontrada por alguns interessados que fardados em suas utilidades querem com capa de religião desviar esta Conquista³⁹⁶.

Assim, a questão da mão de obra indígena era central para o negócio do pau-brasil, justificando a tensa relação entre os jesuítas e a autoridade régia. Em 1647, em uma consulta do Conselho Ultramarino sobre uma carta de Paulo Barbosa houve, mais uma vez, o pedido de

³⁹⁴ CARTA do capitão Paulo Barbosa, feitor do pau brasil da capitania de Porto Seguro, para S. Mgde., dando conta da sua viagem desde Setubal, a 29 de Dezembro de 1644, Ilha de Madeira até à Bahia, onde chegou na véspera de Entrudo, e informando do negócio, de coisas da terra, das qualidades de madeiras, etc. (Cópia). S.d.n.l. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10. Doc. 1160.

³⁹⁵ *Ibidem*

³⁹⁶ PARECER do Conselho Ultramarino sobre a carta de Gaspar de Brito Freire acerca dos efeitos do pau-brasil, falta de escravos, aumento e conservação do Brasil. Lisboa, 14 de Dezembro de 1644. AHU_ACL_CU_005, Cx1. Doc. 61.



ordem “para que os padres lhe larga[ssem] os índios e que os mesmos eram contrários ao negócio do pau-brasil”. Nessa mesma oportunidade, solicitou o envio de “cem arcabuzes, com seus frascos, para se venderem aos moradores daquela capitania que está sem armas” e que fosse também um sindicante para se fazer justiça e castigar “muitas traições e maldades” para que aquela terra ficasse quieta. Noticiou a captura de dois índios, que foram entregues a um principal para

ver se há quem os entenda, e se tive[sse] notícias de mais, ver se os pod[ia] fazer descer, que ser[ia] de grande proveito para aquela terra e serviço de V. Mgde. [...] e se não fo[sse] o grande encontro que tinha nos padres da Companhia [...] ter[ia] muito avanço a Fazenda Real³⁹⁷.

O Conselho Ultramarino, contudo, negou o pedido de envio do sindicante “por haver ali poucos moradores, como por o tempo presente não permitir” e, ao que parece, atendeu somente o pedido de envio de armas, chumbo, pólvora e de um navio com sal e vinho da Ilha da Madeira para a carga de pau-brasil, “visto que este pau é o melhor que de presente [havia] naquele Estado”³⁹⁸.

De certo, as armas não seriam utilizadas somente na defesa da vila e das povoações da capitania, sendo, possivelmente, em pouco ou muito, utilizadas para armar pequenas expedições de captura de índios, apesar do fato não constar de forma explícita na documentação.

Em novembro de 1647, findou a comissão do capitão-mor Paulo Barbosa na Capitania de Porto Seguro. Consta, em uma consulta

³⁹⁷ CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre uma carta de Paulo Barbosa feitor do pau brasil em Porto Seguro, acerca do que tem obrado no serviço real. Op. Cit.

³⁹⁸ *Ibidem*



do Conselho Ultramarino, que, ao final do exercício de suas funções, ficou “odiado [...] e sem cabedal para fazer pau-brasil”³⁹⁹.

Os problemas causados pelo exercício da função de feitor do pau-brasil acompanharam o capitão Paulo Barbosa até o fim de sua vida. Em 1649, em uma petição encaminhada ao Conselho Ultramarino, constou a justificativa de sua dívida na prestação de contas das fazendas que levou a Porto Seguro e que ainda não tinha ido por falta de embarcação. Segundo o documento, no exercício da administração do pau-brasil em Porto Seguro, adquiriu “muitos inimigos, e neles [havia] muita cobiça da superintendência dele, principalmente nos padres da Companhia, que por todas as vias trata[ram] de impedir a condução do [...] pau”⁴⁰⁰.

Finalmente, o desfecho do conflito entre o capitão-mor e o poder local na Capitania de Porto Seguro foi revelado. Na mesma petição, o capitão revelou que, após o fim de sua comissão,

o Conde de Vila Pouca, se dividiu os cargos e proveu o de Ouvidor em Pedro Cerqueira morador na mesma capitania de Porto Seguro; e depois proveu, o de Capitão e Feitor do pau-brasil em Francisco de Morim⁴⁰¹, cunhado do dito Pedro Cerqueira [...] inimigos dele⁴⁰².

Como visto anteriormente e mencionado reiteradas vezes neste trabalho, todos os envolvidos no motim e nas demais indisposições contra a autoridade régia eram ligados diretamente ao negócio do pau-brasil. A aliança entre estes compunha o núcleo do

³⁹⁹ MINUTA de consulta do Conselho Ultramarino sobre Paulo Barbosa, feitor do pau brasil, ter acabado a sua comissão. Lisboa, 7 de Novembro de 1647. AHU_ACL_CU_005. Cx. 11. Doc. 1275.

⁴⁰⁰ CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre Paulo Barbosa, que serve o ofício de feitor do pau brasil na capitania de Porto Seguro, o qual diz que na viagem que fez de Lisboa para o Brasil, foi como capitão de mar e guerra da nau Santo Antônio de Aveiro, para que ficasse servindo o cargo de ouvidor, juntamente com o de feitor, o que fez com zelo; explica ainda que não voltou do reino por falta de embarcação, e que o negócio do pau brasil lhe grangeou muitos inimigos. Lisboa, 8 de Julho de 1649. AHU_ACL_CU_005. Cx. 11. Doc. 1333.

⁴⁰¹ Pedro Cerqueira e Francisco de Morim constam no quadro (página 151 e 152) de beneficiários de licenças de corte de pau-brasil.

⁴⁰² *Ibidem*



poder local na Capitania de Porto Seguro, que concentrava e controlava a atividade extrativista em suas mãos.

Nesse caso, o contexto de Restauração Bragantina favoreceu a política local em função da necessidade do recém-aclamado se consolidar no poder. De um modo geral, apertar radicalmente o mando poderia significar a abertura de precedentes para revoltas contra a monarquia recém-constituída e necessitada de apoio. Nesse sentido, a Restauração de 1640 foi “um período tenso e delicado, no qual a negociação e a concessão de mercês pela monarquia bragantina foram a estratégia política geral adotada, visando-a e conseguindo manter a conquista americana agregada à monarquia portuguesa”⁴⁰³.

Ao capitão Paulo Barbosa coube ainda o dever de esclarecer as contas do período em que foi feitor do pau-brasil, sendo solicitada pelo Conselho Ultramarino a sua ida ao reino duas vezes em julho de 1649; liberado para ir a sua casa em agosto do mesmo ano⁴⁰⁴ “com os papeis de suas contas para as haver de dar neste reino das entregas que lhe fizeram o que tudo fareis cumprir mui pontualmente”⁴⁰⁵.

Não obstante, os braços dessa articulação política local se estendiam ao centro do poder na colônia e ao reino. Assim, a substituição do capitão e feitor do pau-brasil Paulo Barbosa foi seguida da posse das fazendas que restaram pelo novo feitor Francisco de Morim e, por sua vez, complicaram as contas do antigo feitor. Por uso de influência política dos seus contrários, a ida do capitão Paulo Barbosa nunca foi concretizada, fazendo com que as contas se misturassem e fossem passíveis de manipulação por parte dos interessados.

Por outro lado, o próprio Paulo Barbosa pode ter se valido das falhas da administração colonial ou até mesmo usado sua influência política para escapar da necessidade de justificar possíveis

⁴⁰³ COSENTINO, Francisco Carlos. **Mundo português e mundo ibérico**. Op. Cit. p. 147.

⁴⁰⁴ CONSULTA do Conselho Ultramarino com o decreto que manda se dupliquem as ordens para vir do Brasil com os papeis de suas contas, o capitão Paulo Barbosa, feitor do pau brasil da capitania de Porto Seguro. Lisboa, 8 de Julho de 1649. AHU_ACL_CU_005. Cx. 11. Doc. 1334 e DECRETO a que se refere a consulta atrás. Alcântara, 8 de Julho de 1649. AHU_ACL_CU_005. Cx. 11. Doc. 1335.

⁴⁰⁵ CARTA por que Sua Majestade manda se dê Licença a Paulo Barbosa, Feitor do Pau Brasil. Lisboa, 9 de agosto de 1649. DHBN – Vol. XVII, p. 351.



descaminhos ocorridos no período em que administrou a Capitania de Porto Seguro.

O certo é que, nove anos após o final de sua comissão, o problema ainda não tinha sido resolvido e, no dia 8 de março de 1659, o monarca português comunicou que Paulo Barbosa o

escrevera dando conta nessa cidade das fazendas que [...] se entregou e havendo mandado ver a dita carta em que [...] também apontava outras coisas importantes a [s]eu serviço que dele entenderéis [lhe] pareceu encomendar-vos muito e mand[ou] como por esta o [?] que tanto que esta receberdes orden[ou] ao provedor-mor de [sua] fazenda desse dito estado para vir perante e os ditos feitores que serviram na administração do dito pau-brasil com o mesmo Paulo Barbosa e lhes tome contas de todas as fazendas que dele receberam para o dito efeito sem embargo de que digam que as tem dado ao provedor de Porto Seguro e que nas ditas contas seja ouvido o provedor-mor da fazenda e o dito Paulo Barbosa para apontarem nelas o que lhes aparecer e tudo o que resultar desta diligencia [lhe] dar[á] conta pelo [s]eu Conselho Ultramarino o que toda a administração de toda a [sua] fazenda que está nas conquistas e também ordenar[á] que com esta diligencia feita se conclua as contas do dito Paulo Barbosa cuja dilação tem sido demasiada em que muita fazenda sempre vem a perder⁴⁰⁶.

Mesmo após a ordem real, o problema persistiu, levando o capitão a escrever outra carta ao monarca no dia 5 de outubro de 1659. A carta dá a entender que Barbosa não foi ouvido e, porque o resultado da avaliação de suas contas não lhe fora favorável, pedia que

⁴⁰⁶ REGISTO de uma carta de Sua Magestade sobre as contas de Paulo Barbosa (capitão-mor de Porto Seguro). Lisboa, 8 de março de 1656. APEB - Seção colonial e provincial - Maço 257 - Provisões Reais - 1664 - 1671. Doc. 226.



o rei ordenasse a Lourenço de Brito, provedor-mor da Fazenda, que as revisse. Paulo Barbosa se queixou, alegando que de tudo tinha feito e comunicado sobre o negócio e lamentando sempre ser muito mal atendido. Afirmou também que o Conde de Autogúia mandou que o provedor-mor tomasse as contas da administração do pau-brasil, sendo que a gestão do Conde acabara e a ordem não fora executada e que, depois disso, “quis o provedor Matheus Francisco Villas Boas [fazer] a Nicolau Botelho que foi feitor [do pau-brasil] tantos favores que [lhe] obrigou a apelar das contas para esses tribunais de V. Mgde.”⁴⁰⁷.

Segundo Barbosa, os motivos que o levaram a pedir que se revissem as contas foram os seguintes:

A primeira razão foi pelo dito provedor-mor, não o obrigar a mostrar o livro da loge para constar os preços per que os vendeu os gêneros que lhe entregaram. A segunda por lhe querer levar em conta metade partidas sem mostrar clareza, [fez] petição, passouse-[lhe] carta de inquirição porque prov[a] a maldade do feitor o haver vendido o pano de linho por muito maiores preços, não tir[ou] apelação por ver se po[de] fazer com que Lourenço de Brito que hoje serve de provedor-mor torne a rever essas contas porque as passadas vão muito contra a Fazenda Real de V. Mgde., e como se acha o provedor-mor que acabou ter razão com o feitor, e o procurador da fazenda ser cego fez o que quis assim que peço a V. Mgde. se sirva mandar ordem que Lourenço de Brito torne a rever todas as contas e as conclua para V. Mgde. cobrar o que devendo, que por [lhe] verem velho de setenta anos querem que morra para não haver quem de clareza a estas contas”⁴⁰⁸.

⁴⁰⁷ CARTA de Paulo Barbosa para S. Magde., sobre se ordenar ao provedor-mor da fazenda, Lourenço de Brito Correia, torne a rever as contas aos feitores do pau brasil. Op. Cit.

⁴⁰⁸ *Ibidem*



Outra hipótese que pode ser levantada, além da influência dos “grandes de Porto Seguro” e da tentativa do capitão se livrar de alguma culpa por influência, seria a necessidade de se vingar dos seus inimigos, uma vez que Nicolau Botelho é citado na carta do capitão. Relembrava que Nicolau Botelho era feitor do pau-brasil antes da chegada de Paulo Barbosa em Porto Seguro e, ao que nos consta, estava integrado aos interesses locais.

Em julho de 1662, Sua Majestade ordenou ao governador-geral Francisco Barreto que revisasse as contas e o fizesse “executar muito inteiramente, fazendo-se nas ditas contas o exame e inteiro cumprimento de justiça”⁴⁰⁹. Todavia, somente em 1671, após Paulo Barbosa queixar-se de ter sido molestado pelos ministros da fazenda que se recusavam a encerrar as suas contas, o monarca ordenou que “se [desse] fim a suas contas com toda a clareza, de que [lhe avisassem] e de tudo o que houver sobre estes particulares”⁴¹⁰.

Não obstante, apesar de não sabermos a data exata, o capitão Paulo Barbosa, ao tempo do encerramento de suas contas, estaria à beira da morte. Coube à viúva, Catharina da Fonseca, peticionar o recebimento dos 259\$380 réis do ordenado de seu marido que a Coroa portuguesa não atendeu integralmente, recebendo a referida senhora somente 120\$690 réis, autorizados em 2 de maio de 1675 e recebido somente no ano seguinte⁴¹¹.

A problemática passagem do capitão-mor pela Capitania de Porto Seguro expõe uma questão importante no que diz respeito ao mando na América portuguesa. Segundo Raymundo Faoro,

No agente público – o agente com investidura e regimento e agente por delegação – pulsa a centralização, só ela capaz de mobilizar recursos e executar a política comercial. O funcionário é

⁴⁰⁹ CARTA de Sua Majestade acerca do feitor do pau-brasil, Paulo Barbosa. Lisboa, 7 de julho de 1662. DHBN – Vol. XVII, p. 214.

⁴¹⁰ CARTA de Sua Alteza sobre as contas de Paulo Barbosa, Administrador do pau-brasil. Lisboa, 6 de maio de 1671. DHBN – Vol. XVII, p. 206.

⁴¹¹ REGISTO de um provisão de Sua Alteza por que foi servido mandar pagar a Dona Catharina da Fonseca do dinheiro livre que houver em prejuízo de terceiro 259\$380. Lisboa, 27 de outubro de 1674. DHBN – Vol. XVII, p. 386 – 388.



outro eu do Rei, um outro eu muitas vezes extraviado da fonte de seu poder [...] Neste trânsito do agente patrimonial para o funcionário burocrático, apesar dos minudentes regimentos régios, a competência das sombras do soberano se alarga nas omissões dos regulamentos e, sobretudo, na intensidade do governo. A luz do absolutismo infundia ao mando caráter despótico, seja na área dos funcionários de carreira, oriundos da corte, não raro filhos de suas intrigas, ou nos delegados locais, investidos de funções públicas, num momento em que o súdito deveria, como obrigação primeira, obedecer às ordens e incumbências do Rei. A objetividade, a impessoalidade das relações entre súdito e autoridade, com os vínculos racionais de competências limitadas e controles hierárquicos, será obra do futuro [...] agora, o sistema é o de manda quem pode e obedece quem tem juízo, aberto o acesso ao pelo retificador do Rei somente aos poderosos. O funcionário é a sombra do Rei, e o rei tudo pode: o Estado pré-liberal não admite a fortaleza dos direitos individuais, armados contra o despotismo e o arbítrio⁴¹².

Apesar de ter feito uma importante análise acerca do papel do Estado e dos mecanismos de exercício de poder sob as bases de uma política patrimonialista que, com o passar do tempo foi se burocratizando, o autor excedeu o valor dado por ele ao nível de controle e poder do Estado e, por sua vez, do mando, imprimindo uma ideia de excessiva centralização por parte da Coroa em sua relação com as colônias.

Como bem lembrou Laura de Mello e Souza, “o papel da dinâmica social e das contradições viu-se, assim, minimizado: não

⁴¹² FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Op. Cit. p. 172.



houve lugar, em sua análise, para as tensas e complexas relações entre os administradores coloniais e as oligarquias”⁴¹³.

De fato, é importante pensar o mando de forma dialética, levando sempre em consideração a necessidade que o poder, ainda que concentrado no monarca, folgasse – às vezes e a depender do contexto – a corda do mando em função da necessidade de contemporização no sentido de não arrebatá-la, como bem nos apontou Mello e Souza.

O caso do motim de 1645 na Capitania de Porto Seguro e o seu resultado final apontaram para essa perspectiva, sendo que o contexto do pós-restauração e a necessidade de reconhecimento e manutenção do poder na América portuguesa forçaram o poder do centro a adotar uma política de negociação, ou melhor, a necessidade de “morder e soprar”.

⁴¹³ SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra**: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 33.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retornando no tempo e no espaço, em 1649, ocorreu a criação da Companhia Geral de Comércio. A partir de então, a compra de pau-brasil, bem como o seu transporte, deveria correr por conta dela. Nesse sentido, a pressão dos moradores passou a se concentrar nos pedidos de liberação de corte sob a alegação da pobreza dos moradores limitados a se valerem do extrativismo como único recurso.

No âmbito local, o perfil do poder se consolidou em torno dos grandes “lavradores” de pau-brasil (ver quadro 10) que assumiram os principais cargos na administração local ou continuaram neles.

Até 1650, a configuração social e econômica de Porto Seguro pouco se alterou. Assim, a principal atividade econômica continuou sendo o extrativismo de pau-brasil, apesar de a madeira se tornar cada vez mais escassa.

A concentração populacional permaneceu em torno da Vila de Nossa Senhora da Pena, tendendo a seguir um fluxo em direção ao sul, mais precisamente a povoação do Rio das Caravelas, até então considerada, em termos de conquista, a fronteira sul da Capitania de Porto Seguro.

No que diz respeito à presença jesuítica, a consolidação da atuação da Companhia de Jesus na capitania, no seiscentos, se dará a partir da concessão de sesmarias às aldeias em 10 de dezembro de 1671.

O recurso à mão de obra indígena não se alterou, sendo essa a principal fonte de mão de obra da Capitania de Porto Seguro. O que ocorreu de elemento diferenciador nesse processo foi a chegada de sertanistas da Capitania de São Paulo que, ao regressarem das expedições de conquista aos sertões do norte, atuaram no descimento de índios dos sertões ao sul da capitania, sendo que alguns se estabeleceram na povoação do Rio das Caravelas em função do desenvolvimento de atividades agrícolas, mais precisamente, da produção de farinha de mandioca.

Contudo, não consideramos que a sua pobreza adveio de ataques de “aimorés”, e sim do uso excessivo e abusivo da mão de obra indígena.



Por outro lado, a não inserção na economia do açúcar fez com que a capitania se distanciasse do perfil comum dos grandes centros produtores.

Ademais, o recurso à atividade extrativista foi um elemento produtor de riqueza, todavia, limitado pela política de monopólio imposta pela Coroa portuguesa e pela legislação que regulava a extração de pau-brasil.

No entanto, se, por um lado, o monopólio sorveu o potencial de produção de riqueza a partir do extrativismo de pau-brasil, por outro, a apropriação da economia extrativista por parte de um pequeno grupo a nível local provocou uma grande concentração de riqueza e poder advindo dessa atividade.



REFERÊNCIAS

Fontes

Documentos Manuscritos

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT

ALVARÁ para poder renunciar em pessoa apta os officios de Tabelião do Público, Judicial e Escrivão das Execuções do concelho de Penafiel. ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo. Livro 8, f. 268v.

ALVARÁ. Administração da Capela de Caldas de Aregos, em sua vida, vago por falecimento de Francisco Tavares, rendendo 40\$000 rs por ano. ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo. Livro 8, f. 402v – 403v.

ALVARÁ. Administrador do Pau Brasil da Capitania de Porto Seguro, no Brasil. ANTT – Registro Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo. Livro 6, f. 382v – 383v.

ALVARÁ. Capitania do Mar e Guerra do Navio Santo Antonio. ANTT – Registro Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo. Livro 6, f. 376 – 377.

Arquivo Público da Bahia – APB

REGIMENTO de huma carta e diligencia aos officiaes de Porto Seguro obrigarem aos herdeiros de Francisco de Amarin a vir dar satisfação de um poco de Pao Brasil e também de que a devia dar ele como consta da conta que se tomou ao feitor que foi da administração do Pao Brasil Gaspar de Barros. APEB. Seção colonial e provincial. Maço 257 – Provisões Reais – 1664 – 1671. Doc. 473.

TRASLADO do regimento de Diogo de Mendonça Furtado. APEB – Seção Colonial e Provincial – Maço 264 – Fundo: Governo Geral/Capitania – Provisões – (Petições, alvarás, requerimentos, carta-fiança, proposta, cartas de sesmaria, registros, ordens, posses, patentes, numbramentos, portarias, despahos, etc.) – 1 livro de registros – 1625 – 1642 (cópia).

REGISTO de uma carta de

Sua Magestade sobre as



contas de Paulo Barbosa (capitão-mor de Porto Seguro). Lisboa, 8 de março de 1656. APEB - Seção colonial e provincial - Maço 257 – Provisões Reais – 1664 – 1671. Doc. 226.

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU

Coleção Luísa da Fonseca

CAPÍTULO de carta régia de 15 de setembro de 1608 sobre fazer o estanco do pau-brasil, como da pimenta e se administrar pela fazenda real. Reino, 15 de setembro de 1608. AHU_ACL_CU 005, Cx. 1, Doc. 8.

AUTO que mandou fazer o capitão e sargento-mor Diogo de Campos Moreno, sobre a visita que fez a capitania dos Ilhéus, e diligências do pau-brasil, por ordem do governador-geral D. Diogo de Menezes. Vila de São Jorge, Rio dos Ilhéus, 5 de Abril de 1610. AHU_ACL_CU 005, Cx. 1, Doc. 10.

FOLHA dos ordenados que se hão de pagar na Bahia no ano de 1608 a 1609. Lisboa, 01 de Agosto 1608/31 de Julho de 1609. AHU_ACL_CU 005, Cx. 1, Doc. 09.

CAPÍTULOS da carta de D. Luis de Sousa , governador do Brasil, de 24 de Janeiro de 1617, acerca do pau-brasil e do arrendamento dos dízimos. Bahia, 24 de Janeiro de 1617. AHU_ACL_CU 005. Cx. 2, Doc. 147.

CAPÍTULO de carta régia de 9 de fevereiro de 1611 sobre a devassa, que corre do pau-brasil. S. l. 9 de Fevereiro de 1611. AHU_ACL_CU 005, Cx. 1, Doc. 18.

CAPÍTULO de carta régia de 19 de abril de 1611 sobre três consultas relativas à administração do pau-brasil. S. l., 19 de Abril de 1611. AHU_AL_CU 005, Cx. 1, Doc. 19.

CAPÍTULO de carta régia de 14 de setembro de 1611 sobre a administração do pau-brasil correr pela fazenda real e por oficiais postos para isso. S. l. 14 de Setembro de 1611. AHU_ACL_CU 005, Cx. 1, Doc. 23.

SUMÁRIO da carta de Sebastião Borges, provedor-mor da fazenda do Brasil, sobre o comércio do pau-brasil, pescaria das baleias e terras de pastos e currais. Bahia, 5 de Fevereiro de 1615. AHU_ACL_CU 005, Cx. 2, Doc. 103.



REQUERIMENTO de André Lopes Pinto sobre condições do contrato do pau-brasil que arrematou. S. 1. 13 de Fevereiro de 1617. AHU_ACL_CU 005, Cx. 2, Doc. 148.

CONSULTA do Conselho da Fazenda sobre o juiz que pede André Lopes Pinto, contratador do pau-brasil, para julgar das condições de seu contrato. Lisboa, 13 de Julho de 1617. AHU_ACL_CU 005, Cx. 2, Doc. 149.

CONSULTA do Conselho da Fazenda acerca de uma petição de André Lopes Pinto, contratador do estanco do pau-brasil, relativa as dificuldades daquele comercio pelos ataques dos corsários. Lisboa, 5 de Abril de 1618. AHU_AL_CU 005. Cx. 2. Doc. 170.

MINUTA de consulta do Conselho da Fazenda sobre as contas do contrato do pau-brasil que se arrematou a Luis Vas de Rezende e a Alvaro de Azevedo. Lisboa, 14 de Agosto de 1635. AHU_ACL_CU 005. Cx. 5. Doc. 641.

AGRAVO do contratador do pau-brasil Luis Vas de Rezende, sobre a sentença que teve contra Alvaro de Azevedo. S. 1. 20 de Janeiro de 1636. AHU_ACL_CU 005. Cx. 6. Doc. 686.

ALVARÁ régio passado ao conservador do estanco do pau-brasil de que são contratadores Luis Vas de Rezende e Alvaro de Azevedo. S. 1. 13 de Julho de 1633. AHU_ACL_CU 005. Cx. 7. Doc. 768.

CONSULTA do Conselho da Fazenda sobre na armada que vai ao Brasil se enviar ordem ao provedor-mor Pedro Cadena, para fazer pronto para vir ao reino, todo o pau-brasil que for possível, assim do que estiver cortado como do que se fizer cortar na Bahia e seu distrito, e em Porto Seguro, e que para isso se lhe enviem na mesma armada 2.000 mois de sal e mais fazendas que for S. Magde servida. Lisboa, 14 de Julho de 1638. AHU_ACL_CU 005. Cx. 7. Doc. 827.

RELAÇÃO do pau-brasil que se despachou e carregou desde 7 de Setembro de 1632 até 9 de Julho de 1635, por conta dos contratadores Luis Vas de Rezende e Alvaro de Azevedo. Lisboa, 2 de Julho de 1635. AHU_ACL_CU 005, Cx. 5, Doc. 632.

REQUERIMENTO de Pedro de Baeça e Jorge Gonçalves Alamo, contratadores do pau-brasil, sobre coisas do mesmo contrato. S. 1. 19 de Janeiro de 1638. AHU_ACL_CU 005. Cx. 7. Doc. 767.

TERMO DO ASSENTO que os oficiais da Câmara fizeram com os



moradores de Porto Seguro, sobre o preço do pau brasil. Bahia, 26 de Março de 1624. AHU_ACL_CU 005, Cx.

TERMO DO ASSENTO que os oficiais da Câmara fizeram com os moradores de Porto Seguro, sobre o preço do pau brasil. Bahia, 26 de Março de 1624. AHU_ACL_CU 005, Cx. 6, Doc. 311.

REQUERIMENTO do capitão Francisco Godinho de Sousa, morador na cidade da Bahia, ao rei [D. João IV] solicitando provisão para embarcar pau-brasil, de Porto Seguro e Ilhéus para o Reino, visto o embargo que lhe fazem o feitor Simão Lopes do contratador Alvaro de Azevedo e os padres da Companhia de Jesus. Bahia, [ant. 1643, Outubro, 10]. AHU_ACL_CU 005, Cx. 1, Doc. 49.

CAPÍTULO de carta régia sobre o corte do pau-brasil. Bahia, 25 de Fevereiro de 1625. AHU_ACL_CU 005, Cx. 3, Doc. 348.

REPRESENTAÇÃO que os oficiais da Câmara de Porto Seguro fazem contra o capitão Paulo de Barbosa, feitor do pau brasil, que os trata mal, e persegue os padres da companhia e se irmanou com o seu vigário, clérigo degredado pelo Santo Ofício e por uma morte, etc. Vila de Nossa Senhora da Pena, capitania de Porto Seguro, 23 de Agosto de 1645. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1134.

CARTA de Paulo Barbosa, feitor do pau brasil da capitania de Porto Seguro, para S. Magde., sobre as necessidades daquela capitania e queixando-se contra os oficiais da Câmara que o prenderam e afrontaram; refere-se aos jesuítas e negócio que fazem do pau brasil. Porto Seguro, 8 de Fevereiro de 1647. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1239.

CARTA do capitão Paulo Barbosa, feitor do pau brasil da capitania de Porto Seguro, para a S. Mgde., dando conta da sua viagem desde Setubal, a 29 de Dezembro de 1644, Ilha de Madeira até à Bahia, onde chegou na véspera de Entrudo, e informando do negócio, de coisas da terra, das qualidades de madeiras, etc. (Cópia). Bahia, Junho de 1645. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1160.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre a carta dos moradores e povoadores do Rio das Caravelas em que solicitam prelado que os governe, e ajuda para compra de escravos para a extração de pau-brasil. Lisboa, 30 de Outubro de 1645. AHU_ACL_CU_005. Cx. 1, Doc. 65.



REPRESENTAÇÃO que os oficiais da Câmara de Porto Seguro fazem contra o capitão Paulo de Barbosa, feitor do pau brasil, que os trata mal, e persegue os padres da companhia e se irmanou com o seu vigário, clérigo degredado pelo Santo Ofício e por uma morte, etc. Vila de Nossa Senhora da Pena, capitania de Porto Seguro, 23 de Agosto de 1645. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1134.

PETIÇÃO do provincial da Companhia de Jesus, queixando-se do capitão Paulo Barbosa, seu inimigo, que o injuriou e lhe tirou os índios, e chamou aos padres da mesma Companhia sismáticos e velhacos; pede que se proceda contra ele. Vila de Nossa Senhora da Pena, 23 de Agosto de 1645. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1136.

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre uma carta de Paulo Barbosa feitor do pau brasil em Porto Seguro, acerca do que tem obrado no serviço real. Lisboa, 30 de Abril de 1647. AHU_AL_CU_005, Cx. 11, Doc. 1254.

AUTO, bando e declaração de moradores da Vila de Nossa Senhora da Pena, da capitania de Porto Seguro sobre ter de manifestar o pau-brasil nos sítios ou derrubados. Junho de 1645. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1161.

REQUERIMENTO de Simão de Vasconcelos, jesuíta, procurador geral da província do Brasil, pedindo confirmação duma mercê que o rei de Castela tinha feito ao Colégio da Bahia para poderem plantar em suas terras e navegar para o reino vinte mil quintais de gengibre, em 15 anos, para o pagamento de dívidas; pede licença para navegar para o reino ou partes do Norte, pau Brasil, durante 8 anos, ou sal do reino para o Brasil, e pede ainda, mais côngruas para os religiosos que servem de párocos nas aldeias dos índios. 30 de Março de 1642. AHU_ACL_CU_005, Cx. 08, Doc. 955.

DECRETO e minuta de consulta do Conselho Ultramarino sobre o procedimento capitão Paulo Barbosa, feitor do pau brasil da capitania de Porto Seguro. Alcântara, 7 de junho de 1646. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1193.

CARTA do governador do Brasil Antônio Teles da Silva, para S. Magde. sobre a falta de escravos de Angola e de dinheiro de prata, pedido que fez para se levantar o preço das patacas e bater moeda de



prata dos moradores, negócio do pau brasil dos jesuítas, comércio que procura com os castelhanos do Rio da Prata, etc. Bahia, 30 de Janeiro de 1643. AHU_ACL_CU 005, Cx. 09, Doc. 1002.

MINUTA de consulta do Conselho Ultramarino sobre o corte do pau-brasil. Lisboa, 1 de fevereiro de 1644. AHU_ACL_CU_005, Cx. 9, Doc. 1036.

CARTA do capitão-mor Antonio de Couros Carneiro para S. Magde. sobre o galeão cuja construção parou por terem fugido os índios que nele trabalhavam, e por não estarem os bois capazes de trabalhar; refere-se as sobras do dique, a farinhas, à infantaria, a munições, a pranchões que mandou a Porto Seguro e ao ferro que falta para o galeão. Bahia, 27 de Novembro de 1646. AHU_ACL_CU 005_02 Cx. 10. D. 1247

CARTA de Paulo Barbosa para S. Magde, sobre se ordenar ao provedor-mor da fazenda, Laurenço de Brito Correia, torne a rever as contas aos feitores do pau-brasil. Bahia, 5 de Outubro de 1659. AHU_ACL_CU_005, Cx. 15, Doc. 1754.

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a vinda para Lisboa, por ordem do Conselho, do capitão Paulo Barbosa, arribado a Setubal. Lisboa, 17 de Setembro de 1644. AHU_ACL_CU_005 Cx. 9. Doc. 1083.

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o capitão Paulo Barbosa, que, nomeado capitão-mor, ouvidor e administrador do pau-brasil da capitania de Porto Seguro, arribara a Setubal por causa do mau tempo e foi por isso destituído e dado lugar a Nicolau de Brito; pede para ser restituído ou melhorado em outro posto, para não pereça sua honra e crédito. AHU_ACL_CU_005 Cx. 9. Doc. 1082.

CARTA do capitão Paulo Barbosa, feitor do pau brasil da capitania de Porto Seguro, para S. Magde., dando conta da sua viagem desde Setúbal, a 29 de Dezembro de 1644, Ilha da Madeira até a Bahia, onde chegou na véspera de Entrudo, e informando do negócio, de coisas da terra, das qualidades de madeiras, etc. (Cópia). S.d.n.l. AHU_ACL_CU_005 Cx. 10. Doc. 1160.

CARTA de Antonio de Couros Carneiro, para S. Magde., sobre a chegada do navio Santo Antonio de Aveiro, com fazendas e vinhos, e pau-brasil que comprou à sua, e sobre o capitão Paulo Barbosa. Bahia,



14 de Março de 1645. AHU_ACL_CU_005 Cx. 9. Doc. 1099.

AUTO, bando e declaração de moradores da Vila de Nossa Senhora da Pena, da capitania de Porto Seguro sobre ter de manifestar o pau Brasil nos sítios ou derrubado. Localidade desconhecida, Junho de 1645. AHU_ACL_CU_005 Cx. 10. Doc. 1161.

REPRESENTAÇÃO que os oficiais da Câmara de Porto Seguro fazem contra o capitão Paulo Barbosa, feitor do pau brasil, que os trata mal, e persegue os padres da companhia e se irmanou com o seu vigário, clérigo degredado pelo Santo Officio e por uma morte, etc. Vila de Nossa Senhora da Pena, capitania de Porto Seguro, 23 de Agosto de 1645. AHU_ACL_CU_005 Cx. 10. Doc.1134.

PETIÇÃO do provincial da Companhia de Jesus, queixando-se do capitão Paulo Barbosa, seu inimigo, que o injuriou e lhe tirou os índios, e chamou aos padres da mesma Companhia sismáticos e velhacos; pede que se proceda contra ele. S.l.n.d. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10. Doc. 1136.

REQUERIMENTO que o padre Mathiaz Gonzalez da Companhia de Jesus superior desta casa do Salvador de Porto Seguro fez aos senhores oficiais da câmara desta vila. Anexo. AHU_ACL_CU_005 Cx. 10. Doc. 1136.

DECRETO de minuta de consulta do Conselho Ultramarino sobre o procedimento do capitão Paulo Barbosa, feitor do pau-brasil da capitania de Porto Seguro. Alcântara, 7 de Junho de 1646. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10. Doc. 1193.

CARTA do governador Antonio Teles da Silva para os oficiais da Câmara de Porto Seguro, sobre as queixas que estes fazem contra Paulo Barbosa feitor do pau brasil, que chegou a prender aqueles oficiais, pelo que o repreendeu e mandou solta-los. Bahia, 3 de Julho de 1645. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10. Doc. 1135.

CARTA de Paulo Barbosa defendendo-se das acusações que lhe fazem. Bahia, 21 de Fevereiro de 1646. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10. Doc. 1137.

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre Paulo Barbosa, administrador do pau-brasil em Porto Seguro que pede dinheiro para a compra dele e embarcação em que venha. Lisboa, 22 de Agosto de 1646. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10, Doc. 1206.



DECRETO sobre a saca e condução do pau-brasil. Lisboa, 5 de Janeiro de 1647. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10. Doc. 1229.

INFORMAÇÃO sobre as consultas que se tem acerca do pau-brasil e do seu feitor Paulo Barbosa. S.l.n.d. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10, Doc. 1230.

CARTA de Paulo Barbosa, feitor do pau-brasil da capitania de Porto Seguro, para S. Mgde., sobre as necessidades daquela capitania e queixando-se contra os oficiais da Câmara que o prenderam e afrontaram; refere-se aos jesuítas e negócio que fazem do pau-brasil. Porto Seguro, 8 de Fevereiro de 1647. AHU_ACL_CU_005. Cx. 10. Doc. 1239.

MINUTA de consulta do Conselho Ultramarino sobre Paulo Barbosa, feitor do pau brasil, ter acabado a sua comissão. Lisboa, 7 de Novembro de 1647. AHU_ACL_CU_005. Cx. 11. Doc. 1275.

CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre Paulo Barbosa, que serve o ofício de feitor do pau brasil na capitania de Porto Seguro, o qual diz que na viagem que fez de Lisboa para o Brasil, foi como capitão de mar e guerra da nau Santo Antonio de Aveiro, para que ficasse servindo o cargo de ouvidor, juntamente com o de feitor, o que fez com zelo; explica ainda que não voltou do reino por falta de embarcação, e que o negócio do pau brasil lhe grangeou muitos inimigos. Lisboa, 8 de Julho de 1649. AHU_ACL_CU_005. Cx. 11. Doc. 1333.

CONSULTA do Conselho Ultramarino com o decreto que manda se dupliquem as ordens para vir do Brasil com os papeis de suas contas, o capitão Paulo Barbosa, feitor do pau brasil da capitania de Porto Seguro. Lisboa, 8 de Julho de 1649. AHU_ACL_CU_005. Cx. 11. Doc. 1334.

DECRETO a que se refere a consulta atrás. Alcântara, 8 de Julho de 1649. AHU_ACL_CU_005. Cx. 11. Doc. 1335.

Bahia – Avulsos

PARECER do Conselho Ultramarino sobre a carta de Gaspar de Brito Freire acerca dos efeitos do pau-brasil, falta de escravos, aumento e conservação do Brasil. Lisboa, 14 de Dezembro de 1644. AHU_ACL_CU_005, Cx1. Doc. 61.



RELAÇÃO da viagem que fez o capitão Paulo Barbosa no navio Santo Antonio de Aveiro de Sua Mgde. que Deus guarde a vila de Porto Seguro com escala pela Ilha da Madeira e pela Bahia. Porto Seguro, 20 de Setembro de 1648. AHU_ACL_CU_005 Cx. 1. Doc. 78 (Anexo)

Biblioteca Pública do Porto – BNP

MORENO, Diogo de Campos. Rezão do Estado do Brasil no Governo do Norte somete asi como o teve dō Diogo de Meneses até o anno de 1612 [c. 1616], Manuscrito, Códice 126.

Documentos Impressos

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional – DHBN

Século XVI

MANDADO do provedor para o feitor Pedro Fernandes. Salvador, 11 de Janeiro de 1550 – DHBN - v. 37, p. 304.

MANDADO do provedor-mor a Pedro Fernandes feitor e almoxarife de Porto Seguro que entregue a João Barbosa Paes, armador, para a Vila do Porto Novo de Santo Amaro, quatro meios berços de metal com três chaves, doze camaras, oitenta pelouros e uma arroba de pólvora. Salvador, 11 de Janeiro de 1550 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 305.

MANDADO do provedor-mor para Pedro Fernandes, feitor e almoxarife da Capitania de Porto Seguro, pagar a Aleixo de Souza morador na Vila de Porto Seguro por compra de uma fateixa. Salvador, 23 de Janeiro de 1550 – DHBN - Vol. XXXVII, p. 305.

MANDADO do provedor-mor para Pedro Fernandes pagar a Onofre Pinheiro mil e duzentos réis para compra de um livro de Ordenações do reino. Bahia, Fevereiro de 1550 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 306.

MANDADO a Pedro Fernandes. Salvador, 3 de Fevereiro de 1550 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 306.

MANDADO ao almoxarife de Porto Seguro. Salvador, 3 de Fevereiro de 1550 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 307.

MANDADO do provedor-mor para os contadores levarem em conta a Pedro Fernandes, feitor e almoxarife do rei gastos com reparo da



armada real, pagamento ao condestável da caravela Leôa e ao homem de armas. S.l.n.d. DHBN – Vol. XXXVII, p. 307.

MANDADO do provedor-mor para os contadores levarem a Pedro Fernandes, feitor e almoxarife na Capitania de Porto Seguro, gastos com panos da Índia para toalhas da igreja. Salvador, 4 de Fevereiro de 1550 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 307.

MANDADO do provedor-mor para Pedro Fernandes pagar a Gonçalo Fernandes, condestável da Caravela Leôa por seu soldo. Salvador, 5 de Fevereiro de 1550 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 308.

LETRA passada pelo provedor-mor para os Oficiais da Casa da Índia pagarem a vista dela a trinta dias a Diogo Fernandes, morador em Porto Seguro, ou a quem a dita letra apresentasse, oitenta mil réis que lhe eram devidos por compra de mil quintais de pau-brasil. Salvador, 8 de Fevereiro de 1550 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 308.

MANDADO do provedor-mor Para Pedro Fernandes pagar a Diogo Fernandes mil e quatrocentos réis por pau-brasil. Salvador, 11 de Fevereiro de 1550 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 308-309.

MANDADO do provedor-mor a Pedro Fernandes, Feitor e Almoxarife de Porto Seguro e Vasco Andrade, feitor da armada da costa, pagarem quatro mil réis a Bartholomeu Ribeiro, morador na Capitania. Salvador, 17 de Fevereiro de 1550 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 309.

MANDADO do provedor-mor para Pedro Fernandes Feitor, e Almoxarife de Porto Seguro, ou para Pedro Garcia outrosim Feitor e Almoxarife dos Ilhéus. Salvador, 12 de Abril de 1550 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 311.

MANDADO do provedor-mor ao tesoureiro das rendas do Brasil Gonçalo Ferreira. Salvador, 30 de Maio de 1550 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 313.

MANDADO do provedor-mor a Pero de Pinna feitor e almoxarife da Capitania de Porto Seguro. Salvador, 1553(?) – DHBN – Vol. XXXVII, p. 337.

MANDADO do provedor-mor a Pero de Pinna feitor e almoxarife da Capitania de Porto Seguro. Salvador, 3 de Julho de 1553 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 351.

MANDADO a Felipe Guilherme provedor da Capitania de Porto



Seguro lembrar ao feitor e almoxarife sobre gastos de João Barbosa Paes. Salvador, 11 de Julho de 1553 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 356.

MANDADO do provedor-mor para o tesoureiro que entregasse a Pero de Pina resgates e mercadorias. Salvador, 12 de Julho de 1553 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 357.

MANDADO do provedor-mor a Luis Garcês, tesoureiro, para pagamento de mestre de obras e pedreiro. Salvador, 18 de Julho de 1553 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 358.

MANDADO do provedor-mor para Pedro Fernandes, feitor e almoxarife, pagar ao capelão da igreja da Vila do Porto de Santo Amaro. Salvador, 20 de Janeiro de 1550 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 380.

MANDADO do provedor-mor para Pedro Fernandes feitor e almoxarife da Capitania de Porto Seguro cobrar a Gregório Pita os 40 mil réis que devia a André do Campo. Salvador, 16 de Janeiro de 1550 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 381.

MANDADO para Pedro Fernandes que arrecade de Pedro do Campo Feitor que foi da dita Capitania do primeiro de Janeiro de quinhentos e quarenta e um até fim de Dezembro de quinhentos e quarenta e seis vinte e sete mil novecentos e quatorze réis e meio. Salvador, derradeiro de Janeiro de 1550 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 382.

PROVISÃO para João Barbosa Paes morador em Porto Seguro servir o ofício de Provedor da dita Capitania. Salvador, 9 de Fevereiro de 1550 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 382.

MANDADO a João Barbosa Paes para em virtude dele mandar fazer na Capitania de Porto Seguro 2 mil e quinhentos quintais de pau de Brasil. Salvador, 9 de Fevereiro de 1550 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 383.

MANDADO para o Provedor da Capitania de Porto Seguro que fizesse arrecadar de Diogo Alves testamenteiro de Ambrosio de Meira o seguinte a saber dez mil oitocentos e quatro réis em dinheiro e o serviço de onze peças de escravos que lhe foram entregues. Salvador, 7 de Março de 1550 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 384.

MANDADO para Pedro Fernandes feitor e almoxarife da Capitania de Porto Seguro que tanto que lhe fosse apresentado mandasse ao dito Provedor-Mor um mandado que lhe na dita Capitania passou para



poder tomar todo o pau de Brasil que os moradores da dita Capitania tinham feito sem licença de Sua Alteza. Salvador, 3 de Dezembro de 1550 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 389.

PROVISÃO de Filipe Guilherme provedor da Fazenda da Capitania de Porto Seguro. Salvador, 7 de Abril de 1552 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 408.

PROVISÃO para Pedro Fernandes feitor e almoxarife da Capitania de Porto Seguro e Jorge Martins, feitor e almoxarife da Capitania dos Ilhéus. Salvador, 13 de Abril de 1552 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 411.

REQUISITORIA do provedor-mor para o ouvidor-geral Pero Borges. Salvador, 25 de Maio de 1552 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 414.

MANDADO do provedor-mor a Pero de Pinna feitor e almoxarife de Sua Alteza da Capitania de Porto Seguro que sendo caso que Filipe Guilherme provedor da Dita Capitania se fosse livrar a Baía dos casos por que estava preso. Salvador, 14 de Março de 1550 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 424.

PROVISÃO do provedor-mor a Filipe Guiherme provedor da Capitania de Porto Seguro ou a quem seu cargo servisse. Salvador, 21 de Junho de 1550 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 426.

MANDADO do provedor-mor para Christovão Aguiar almoxarife dos armazéns e mantimentos da cidade do Salvador que entregasse a Pedro Fernandes as cousas para a Alfândega da Capitania de Porto Seguro. Salvador, 4 de Dezembro de 1550 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 384.

PROVISÃO dirigida ao provedor e oficiais da Fazenda do dito Senhor da Capitania de Porto Seguro que deixem carregar para o Reino na dita Capitania ao Provedor-mor Antonio Cardoso de Barros novecentos e vinte quintais de pau-brasil. Salvador, 18 de Janeiro de 1551 – DHBN – Vol. 37, p. 384.

MANDADO para Pedro Fernandes pagar pau-brasil a João Barbosa Paes. Salvador, 17 de Janeiro de 1551 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 155.

MANDADO do provedor-mor para o tesoureiro João de Araújo. Salvador, 14 de Agosto de 1550 – DHBN – Vol. XXXVII, p. 329.

TRASLADO da Provisão do Provedor e Feitoria, e Almoxarifado, e



Alfandega, e Defuntos da Capitania de Porto Seguro. Vila de Porto Seguro, 13 de janeiro de 1550 – DHBN – Vol. X, p. 50.

TRASLADO da Provisão dos ofícios de Guarda do Mar, Porteiro dos Contos, e da Alfandega, assellador dos pannos da Capitania de Porto Seguro. Vila de Porto Seguro, 13 de janeiro de 1550 – DHBN – Vol. X, p. 51.

TRASLADO da Provisão do Officio de Thesoureiro dos defuntos da Capitania de Porto Seguro. Bahia, 11 de janeiro de 1550 – DHBN – Vol. X, p. 53.

TRASLADO da Provisão de Alcaide-mor da Capitania de Porto Seguro. Vila de Porto Seguro, 14 de janeiro de 1550 – DHBN – Vol. X, p. 56.

TRASLADO da Carta de escaldador, e examinador dos assucares, e Mestre delles da Capitania de Porto Seguro. Bahia, 21 de janeiro de 1550 – DHBN – Vol. X, p. 57 e 58.

TRASLADO da Provisão do Escrivão d’ante o Provedor, Feitor e Almoxarife, e Alfandegada Capitania de Porto Seguro. Vila de Porto Seguro, 5 de fevereiro de 1550 – DHBN – Vol. X, p. 59.

Século XVII

REGIMENTO sobre o pau-brasil. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Livro 1 de regimentos 1548 – 1653. Vol. LXXVIII, p. 272.

REGISTO de uma procuração que Luís Vas de Rezende contratador do pau-brasil fez a Belxior Rodrigues Ribeiro feitor do contrato. Lisboa, 18 de Março de 1635. DHBN – Vol. XVII, p. 422.

REGISTO de um mandado do Conselho da Fazenda passado a Luis Vas de Rezende. DHBN – Vol. XVI, p. 368 - 369.

REGISTO do mandado do Conselho da Fazenda para Francisco de Torres servir de feitor do contrato do pau-brasil. Lisboa, 7 de Fevereiro de 1628. DHBN – Vol. XV, pg. 205.

REGISTO de uma provisão de Sua Magestade de Belchior Rodrigues Ribeiro e Paulo Lopes Carneiro sobre o pau-brasil de feitoria dele. Lisboa, 1 de Novembro de 1633. DHBN – Vol. XVI, pag. 189 – 193.

REGISTO de uma petição e licença, que o provedor-mor da fazenda



de Sua Magestade deu a João Alves e Agostinho Coelho para cortarem pau-brasil. Bahia, 19 de Agosto de 1634. DHBN – Vol. XVI, p. 203.

REGISTO de outra licença de André da Rocha dada em virtude da petição e despacho atrás. Bahia, 21 de Outubro de 1634. DHBN – Vol. XVI, p. 212.

REGISTO de uma petição e licença que o provedor-mor eu a Balthazar Peixoto morador dos Ilhéus. Bahia, 13 de Outubro de 1634. DHBN – Vol. XVI, pg. 209.

REGISTO de uma procuração que Luis Vas de Rezende contratador do pau-brasil fez a Belchior Rodrigues Ribeiro feitor do contrato. Lisboa, 18 de Março de 1635. DHBN – Vol. XVII, p. 422.

REGISTO da licença que o Provedor-mor passou a alguns moradores de Porto Seguro para cortarem Pau brasil a petição do Feitor dos Contratadores. Bahia, 28 de Maio de 1633. DHBN – Vol. XVI, p. 112 – 115.

REGISTO de uma petição e licença que o Provedor-mor da Fazenda de Sua Magestade deu a João Alves e Agostinho Coelho para cortarem pau Brasil. Bahia, 2 de Dezembro de 1643. DHBN- Vol. XVI, p. 203 – 206.

REGISTO de uma petição e licença que o Provedor-mor deu a Balthazar Peixoto morador nos Ilhéus. Bahia, 20 de Outubro de 1634. DHBN – Vol. XVI, p. 209 – 212

REGISTO de uma licença que se passou a alguns moradores de Porto Seguro. Bahia, 22 de Outubro de 1635. DHBN – Vol. XVI, p. 257 – 259.

REGISTO de outra licença que se passou aos moradores de Porto Seguro. Bahia, 22 de Outubro de 1635. DHBN – Vol. XVI, p. 260 – 262.

REGISTO de uma mandado de licença para Pau Brasil que se passou a Balthazar Peixoto e a outros moradores do Porto Seguro. Salvador, 5 de Janeiro de 1637. DHBN – Vol. XVII, p. 413 – 415.

REGISTO de uma petição e licença que passou o Provedor-mor a Amador Fernandes Peneta para pau Brasil em Porto Seguro. Salvador, 1 de Março de 1637. DHBN – Vol. XVII, p. 419 – 422.

REGISTO de petição de licença que se passou a um morador do Porto



Seguro. Bahia, 5 de Maio de 1637. DHBN – Vol. XVII, p. 450 – 455.
PROVISÃO de capitão da povoação do Rio das Caravelas, na pessoa de João Alves do Quintal. Bahia, 8 de Abril de 1650. DHBN – Vol. XXXI, p. 54 – 55.

REGISTO da carta de patente, em que Sua Magestade proveu a Paulo Barbosa de Capitão da Capitania de Sergipe d’El-Rei registada em 25 de Junho de MByXXX. Liboa, 20 de Dezembro de 1628. DHBN, Vol. XV, p. 378.

CARTA de Sua Majestade para o Senhor Antonio Teles da Silva sobre os excessos de Paulo Barbosa, para se remeterem os Autos ao Conselho Ultramarino. Lisboa, 19 de maio de 1646. DHBN – Vol. XVII, p. 323 e 324.

CARTA de Sua Majestade para o Senhor Antonio Teles da Silva para Paulo Barbosa haver de continuar em sua Comissão constando estar sem culpa. Lisboa, 15 de Julho de 1645. DHBN – Vol. XVII, p. 324 – 325.

CARTA de Sua Majestade, passada pelo Conselho Ultramarino para se devassar do Capitão Paulo Barbosa da Capitania de Porto Seguro. Lisboa, 8 de janeiro de 1647. DHBN – Vol. XVII, p. 328 – 329.

CARTA por que Sua Majestade manda se dê Licença a Paulo Barbosa, Feitor do Pau Brasil. Lisboa, 9 de agosto de 1649. DHBN – Vol. XVII, p. 351.

CARTA de Sua Majestade acerca do feitor do pau-brasil, Paulo Barbosa. Lisboa, 7 de julho de 1662. DHBN – Vol. XVII, p. 214.

CARTA de Sua Alteza sobre as contas de Paulo Barbosa, Administrador do pau-brasil. Lisboa, 6 de maio de 1671. DHBN – Vol. XVII, p. 206.

REGISTO de um provisão de Sua Alteza por que foi servido mandar pagar a Dona Catharina da Fonseca do dinheiro livre que houver em prejuízo de terceiro 259\$380. Lisboa, 27 de outubro de 1674. DHBN – Vol. XVII, p. 386 – 388.

Cartas do Conde da Torre – Volume 3

TRESLADO do autto que mandou fazer Dom Fernando Masquarenhas, conde da Torre, do Conselho do Estado de Sua



Magestade, general de mar e terra e governador deste estado e comendador das villas de Rosimaninhal e Santiago de Ponta [sic] Arcada, contra Pedro Cadena Villasanty que serve de provedor mor deste estado.

Fontes Jesuíticas e relatos de cronistas

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rey D. Manuel**. São Paulo: Ediouro. 2000.

SOUSA, Gabriel Soares. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typografia de João Inácio da Silva, 1897.

NAVARRO, Azpilcieta. *Et.ali.* **Cartas avulsas**. Rio de Janeiro: Oficina industrial, 1931.

ROCHA PITA, Sebastião. **História da América portuguesa, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil setecentos e vinte e quatro**. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1730.

THEVET, André. **A cosmografia universal de André Thevet, cosmógrafo do rei**. Rio de Janeiro: Batel: Fundação Darcy Ribeiro, 2009.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da terra do Brasil**. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 100.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos da grandeza do Brasil** – 1628.

Bibliografia

AB’SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ABREU, Capistrano. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: M. Orosco, 1907.

ACCIOLI, I. AMARAL. B. **Memórias históricas e políticas da Bahia**. v. 1. Salvador: Imprensa Oficial, 1919.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARAÚJO, Luis Antonio S. Contratos, comércio e fiscalidade na América portuguesa. In: **Sociedade e relações de poder: séculos**



- XVII – XX. Dilton Oliveira de Araújo e Maria José Rapassi Mascarenhas, organizadores. Salvador: Edufba, 2014.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios jesuítos**: O cotidiano da administração dos bens divinos. São Paulo: Edusp, 2004.
- BARROS, José de Assunção. História Serial, História Quantitativa e História Demográfica: uma breve reflexão crítica. In: **Revista de Ciências Humanas**, Universidade Federal de Viçosa, v. 11, n. 1.
- BICALHO, Maria Fernanda B. As tramas da política: conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos. In: **Na Trama das Redes – Política e negócios no Império Português, séculos XVI – XVIII**, 2010.
- BERTOLETTI, Maria Esther Caldas. Brasil-Portugal: um mar-oceano de documentos. **Revista Convergência Lusíada**, Rio de Janeiro, v. 17, n. especial, 2000. p. 102-109,
- BONA, Aldo N. **História, verdade e ética**: Paul Ricoeur e a epistemologia da história. Paraná: Unicentro, 2012.
- BOXER, Charles. R. **O império colonial português**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BORGES DE BARROS, F. **Penetração das terras baianas**. Anais do Arquivo Público e do Museu do Estado da Bahia. v. 6. Salvador, 1918.
- CANCELA, Francisco. **De projeto a processo colonial**: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia – PPGH, Salvador, 2012.
- _____. De volta ao tema da primeira prisão da Inquisição no Brasil: balanço historiográfico e novos olhares sobre a experiência de Pero do Campo Tourinho. **Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama**, IFBA/EUNÁPOLIS, n. 1, ano 1, 2010.
- _____. **“O coração do Brasil” nos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino**: memória e pesquisa históricas na elaboração de um Catálogo sobre a Capitania de Porto Seguro. Eunápolis, 2014.
- CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte. **Operários de uma vinha estéril. Os Jesuítas e a conversão dos índios no Brasil - 1580 – 1620**. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- COSENTINO, Francisco Carlos. Construindo o Estado do Brasil:



- Instituições, poderes locais e poderes centrais. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, M. F. (orgs.). **O Brasil Colonial, v. 1 (Ca. 1443 – 1580)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- CUNHA, Mafalda Soares da. A Europa que atravessa o Atlântico (1500-1625). In: **O Brasil Colonial: volume 1 (Ca. 1443 – 1580)**. FRAGOSO, João e GOUVÊA, M. F. (Orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DIAS, Marcelo Henrique. **Economia, sociedade e paisagens na capitania dos Ilhéus no período colonial**. Tese (Doutorado) Niterói, UFF, PPG-H, 2007.
- _____. A floresta mercantil: exploração madeireira na capitania de Ilhéus no século XVIII. In: **Revista brasileira de História**. v. 30, n. 59, São Paulo, 2010.
- DOMINGUES, Ângela. D. João III e o Brasil. In: **Monarcas, ministros e cientistas. Mecanismos de poder, governação e informação no Brasil colonial**. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2012.
- _____. Em nome de reis, colonos e piratas: o papel dos intérpretes no Brasil em inícios do século XVI. In: **Monarcas, ministros e cientistas. Mecanismos de poder, governação e informação no Brasil colonial**. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2012.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- FERNANDES, Florestan. Antecedentes indígenas: A organização social das tribos tupis. In: **História Geral da Civilização Brasileira: A época colonial**. v. 1, 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. **Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. São Paulo: Globo, 2010.
- FERRO, Marc. **A História Viglada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FRAGOSO, João. **Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830**. Rio de



Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FREIRE, Felisbello. **História territorial do Brasil: Bahia, Sergipe e Espírito Santo**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.

_____. **História de Sergipe**. Projeto Digitalizando a História: Aracaju, 2009.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961.

HEMMING, Jhon. **Los índios del Brasil en 1500**. In: BETHELL, Leslie (editor). **Historia de America Latina - Vol 1 - América Latina Colonial: La America Precolombina y La conquista**. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do leviathan: instituições e poder político – Portugal – Séc. XVII**. Coimbra: Almedina, 1994.

_____. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: **O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: **Na Trama das Redes – Política e negócios no Império Português, séculos XVI – XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **Monções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JOHNSON, H. B. La colonización portuguesa del Brasil, 1500 – 1580. In: BETHELL, Leslie (editor). **Historia de America Latina - Vol 1 - América Latina Colonial: La America Precolombina y La conquista**. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

LAPA, José Roberto Amaral. **O Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LENK, Wolfgang. **Guerra e pacto colonial: a Bahia contra o Brasil**



- holandês (1624 – 1652). São Paulo: Alameda, 2013.
- MAESTRI, Mario. **Os senhores do litoral: Conquista portuguesa e agonia tupinambá no litoral brasileiro (Século XVI)**. Porto Alegre: EDUFRS, 1994.
- MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. **Equus Rusus: a Igreja Católica e as guerras holandesas na Bahia, 1624 – 1654**. Tese de doutorado. Salvador, PPGH-UFBA, 2010.
- MALHEIROS DIAS, C. **História da Colonização portuguesa do Brasil**. v. 1. Porto: Litografia Nacional, 1922.
- MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2007.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630 – 1654**. São Paulo: Ed. 34, 2007.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Filipe Bandeira de Mello: tenente de mestre de campo general do estado do Brasil**. Universidade do Recife: Recife, 1954.
- MENEZES. Mozart Vergueti de. **Colonialismo em ação: fiscalismo, economia e sociedade na capitania da Paraíba (1647 – 1755)**. Tese (Doutorado), São Paulo: USP, 2005.
- MONTEIRO, John. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. **Tupi, tapuias e historiadores: estudos se história indígena e do indigenismo**. Tese (Livre Docência em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 2001.
- NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial – século XVIII –XIX**. São Paulo, Ucitec, 1983.
- PÁDUA, José Augusto de. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786 – 1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- PARAISO, M. H. B. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVII. In: **Revista de História**, São Paulo: Edusp, 1993/1994.
- _____. e FREITAS, Antonio F. G. de. **Caminhos ao encontro do mundo. A capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul**. Ilhéus: Editus, 2001.
- _____. Revoltas indígenas, a criação do Governo-geral e o regimento de 1548. In: **Clio – Revista de pesquisa histórica**. Recife: UFPE. n.



29.1, 2011. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/165>. Acesso em: 30 jun. 2012.

_____. **O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste**. Salvador: EDUFBA, 2014.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial. In: CUNHA, M^a Manuela C. da. (org) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Fapesp/SMC, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial 1548 – 1700**. São Paulo: Alameda, 2014.

RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial no Brasil. 1530 – 1630**. São Paulo: Alameda, 2009.

ROCHA PITA, Sebastião. **História da América portuguesa, desde o ano de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil setecentos e vinte e quatro**. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1730.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 - 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609 – 1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva. Publicado originalmente na **Latin American Research Review**. v. 31, ano 1, 1996. Traduzido do inglês por Monica D. Dantas.

SILVA, Tharles Souza. **O “escandaloso contrabando praticado em Porto Seguro: comércio ilegal, denúncia e ação régia no fim do período colonial**. Dissertação (Mestrado em História) Santo Antonio de Jesus, UNEB-Campus V, Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, 2014.

SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil (1500-1820)**.



Rio de Janeiro: Brasiliiana, 1937.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**.

Rio de Janeiro: Typografia de João Inácio da Silva, 1897.

SOUZA, Bernardino José. **O pau-brasil na história nacional**. Rio de Janeiro: Brasiliiana Eletrônica, 1939, p. 164. Disponível em: <http://www.brasiliiana.com.br/obras/o-pau-brasil-na-historia-nacional/pagina/164/texto>. Acesso em: 19 fev. 2015.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. v. 1. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862.

_____. **História do Brasil**. v. 2. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862. p. 44.

SOUZA, Laura de Melo e. **O sol e a sombra: Política e administração colonial na América Portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SUBTIL, José Manuel. A administração central da coroa. In: MATOSO, José. **História de Portugal**. v. 3. Lisboa: Ed. Estampa; 1998.

THEVET, André. **A cosmografia universal de André Thevet, cosmógrafo do rei**. Rio de Janeiro: Batel: Fundação Darcy Ribeiro, 2009.

TORGAL, Luis Reis. Acerca do significado político da Revolução de 1640. In: **Revista de História das Ideias**, v. 5, 1984. p. 303 – 304. Disponível em: <http://rhi.fl.uc.pt/vol/06/ltorgal.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2015.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VARNHAGEN, F. A. **História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. Rio de Janeiro: Em casa de E. H. Laemmert, 1877.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 3. ed. Brasília, DF: Editora da UNB, 1994.



ANEXOS

Despesa da nau que se fizeram com a descarga desta nau Santo Antonio de Aveiro da Coroa Vermelha pera esta Vila

Despesa	Valor
17 alqueires de farinha que se gastaram com o gentio e soldados que acompanharam e carregaram as fazendas	2\$560 réis
2 arrobas de peixe salgado para a mesma gente	1\$600 réis
Mais que se deram aos índios que carregaram as fazendas da praia a esta vila: 3 machados e 2 foices roçadeiras e 58 facas	5\$780 réis
6 alqueires de sal que se deram aos índios pelo mesmo	1\$920 réis
Mais de 2 viagens que fez uma lancha para a descraga da nau	6\$000 réis
Mais a 1 patacho que ajudou a descarregar as fazendas da nau de João Alves do Quintal	6\$000 réis
Mais por 3 viagens que deu a barca de Amaro Pires a descarregar a dita nau	18\$000
Total	41\$860

Fonte: CARTA do capitão da nau Santo Antonio, de Aveiro, ao rei [D. João IV] dando conta do carregamento de pau-brasil na nau Santo Antônio, de Aveiro. Porto Seguro, 20 de setembro de 1648. AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, Doc. 91.



Título do pau que carrega desta Capitania de Porto Seguro para o Reino de Portugal por ordem do administrador e superintendente Paulo Barbosa por conta e risco da Fazenda Real de Sua Mage.

Despesa	Valor
2.100 quintais de Pau-Brasil comprado a preço de \$380 réis o quintal	798\$000 réis
A Amaro Pires de 3 viagens que fez com sua barca ao Rio Grande a buscar pau em as quais viagens trouxe 1.010 quintais de pau-brasil a 4 vintens de frete por quintal	80\$800 réis
A Frutuoso Gonçalves Mealhada mestre da lancha Santo Antonio de 2 viagens que deu ao Rio Grande em que trouxe 416 quintais de pau-brasil a 4 vinténs o quintal	33\$280 réis
O barco de Manuel de Miranda Barbosa por ir 1 viagem ao Rio Grande em que trouxe 350 quintais de pau-brasil a 4 vintens por quintal	28\$000 réis

Fonte: CARTA do capitão da nau Santo Antonio, de Aveiro, ao rei [D. João IV] dando conta do carregamento de pau-brasil na nau Santo Antônio, de Aveiro. Porto Seguro, 20 de setembro de 1648. AHU_ACL_CU_005, Cx. 1, Doc. 91.



REGISTO de uma petição, e licença, que o Provedor-mor da Fazenda de Sua Magestade deu a João Alves, e Agostinho Coelho para cortarem pau Brasil.

Bahia, 19 de Agosto de 1634. DHBN – Vol. XVI, p. 203 – 206.

João Alves, e Agostinho Coelho moradores no rio das Caravelas, que elles querem fazer Pau Brasil no ditto Rio, e vende-lo ao feitor do contracto Balthazar Roiz Ribeiro para o que lhe é necessário licença pelo que pedem a Vossa Mercê lhe faça mercê conceder-lh'a para que possam fazer a mil, e quinhentos quintais cada um e receberá mercê.

Despacho

Informe o administrador do contrato. Bahia, agosto dezanove de seiscentos e trinta e quatro. Silva.

Informação

Estou concertado com os suplicantes para me fazerem a quantidade de Pau acima pelo que Vossa Mercê lhes pode conceder a licença, que pedem. Bahia, vinte e um de agosto de seiscentos, e trinta e quatro. Balthazar Rodrigues Ribeiro.

Despacho

Feito termo de obrigação no tempo, e quantidade passe licença em forma. Bahia, agosto vinte e dois de seiscentos e trinta e quatro. Silva.

Replica

Os suplicantes são moradores no Rio das Caravelas, como declaram em sua petição, e mal podem fazer o termo de obrigação estando ausentes no dito Rio. Pelo que pede a Vossa Mercê lhe mande passar a dita Licença com declaração, que o escrivão da fazenda de Porto Seguro fará o dito termo no que receberá mercê.

Despacho

Visto o que o administrador do contrato alega passe mandado de licença em forma. Bahia, Setembro 2 de 634. Silva.

Mandado de licença

O Doutor Jorge da Silva Mascarenhas do Desembargo d'El-Rei Nosso Senhor seu Desembargador da Casa da Relação do Porto, Ouvidor geral, e Provedor-mor da Fazenda do dito Senhor em todo este Estado do Brasil etc. Faço saber ao Provedor da Fazenda de Sua Magestade da Capitania de Porto



Seguro, e aos Capitães, e Officiaes da Camara, Justiças della a quem este for apresentado, e o conhecimento delle com direito pertencer, que havendo respeito a Balthazar Rodrigues Ribeiro Procurador, e Feitor de Luis Vas de Rezende e Alvaro de Azevedo Contractadores do Pau Brasil estar concertado com as pessoas conteúdas na Petição atrás escripta para cortarem nas matas dessa Capitania o pau Brasil que na mesma petição se declara para o darem ao mesmo contracto, e se carregar desta Cidade por conta delle para o Reino como sempre se costumou, e o podem fazer conforme as condições do Contracto, que Sua Magestade fez com os ditos Contractadores, e assim o declarar no seu assento atrás, e me pedir Licença para se poder cortar o dito pau, conforme os capítulos 1, 2 e 3 do Regimento do Pau Brasil, em que Sua Magestade defende se não corte sem a dita licença, e se limitar quantia certa, e se registarem sob as penas nelle conteúdas, e declaradas, e visto como esta declaração, e quantia, que cada um morador há de cortar como os ditos suplicantes declaram em sua petição. Mando ao dito Provedor, Capitão, e Officiaes, e Justiças deixem cortar nas ditas mattas das ditas Capitánias a quantidade de pau brasil declarada na dita Petição, e lh'o deixem por junto aos ditos carregadouros, não sendo comtudo em paragem aonde os inimigos rebeldes, que andam por esta costa o possam tomar o que se afastará algum tanto dellas, e para assim se cumprir mandará o dito Provedor registrar este meu mandado nos Livros da Fazenda da dita Capitania com a petição como o dito Regimento ordena para todo o tempo constar da licença, que tenho dado, e a quem, e de quanta quantidade, e não impidam cortar-se o dito pau, nem carregar-se para esta Cidade pela grande falta, que nella há delle e no Reino do que ia da capitania de Pernambuco, e pelos ditos inimigos terem ocupado os Portos della, antes mando ao dito Provedor, e Officiaes dêem aos ditos moradores conteúdos na dita petição todo o favor e ajuda, que para o dito Corte lhe pedirem, e ao dito Feitor do Contracto para o carregar; porque assim o hei por serviço de Sua Magestade, e fazendo o contrário incorrerão nas penas do Regimento, e nas mais que o Contracto se declaram. Dado nesta Cidade do Salvador Bahia de todos os Santos aos dois dias do mês de Dezembro de mil seiscentos e trinta e quatro. Pedro de Moura Escrivão da Fazenda de Sua Magestade o fiz escrever. Jorge da Silva Mascarenhas. A qual Petição Despachos, e Mandado eu Pedro de Moura aqui fiz registrar do próprio a que me reporto. Bahia dois de Setembro de 1634. Pedro de Moura



AUTO, bando e declaração de moradores da Vila de Nossa Senhora da Pena, da capitania de Porto Seguro sobre ter de manifestar o pau Brasil nos sítios ou derrubado. Localidade desconhecida, Junho de 1645. AHU_ACL_CU_005 Cx. 10. Doc. 1161.

Saybam coantos este tresllado de auto e bando e declarasois dos moradores desta Villa vivem (*****) anno do nasimento do nosso senhor Jesus Cristo da era de mil e seis sentos e quarenta e sinco annos aos sinco dias do mês de junho do dito anno nos pouzados de Paulo Barbosa capitão mor e ouvidor administrador e super tendente do pao brazil por sua magestade que deos goarde, nesta Villa de nossa senhora da pena capitania de porto seguro logo ahy pello dito administrador e super tendente foi mandado a mim escrivão de seo carguo abaixo nomeado escrever hu' bando por elle asinado e que se publicase na praça e mais lugares pubhios desta dita Villa pera que viesse a notisia de todos e que todos viessem manifestar o pao que coada coal tivesse feito nos matos ou dirubado por coando elle dito administrador estava emformado que algumas pesoas levadas da ambisão dirubavão os matos grande quantidade de arvores as coais depois não podião beneficiar e se perdião nos matos e outras pesoas proibidas endireito por serem poderozas (***) simulados (****) (*****) e envencois fazião maiores quantidade de pao em que os pobres moradores ficavão lezos e por que covem muito ao serviço de sua magestade aver igoaldade no (pleno) governo e administração delle e que sendo derrube mais arvores de pao Brazil que aquellas que comodamente puder fazer a pesoa que o derubar (pena ou para?) de tudo aver clareza e se dar a sua magestade verdadeira informação e que eu escrivão (dese fe) de como se publicava o dito bando e outro sim tomase neste auto as declarasois de todas as pesoas que viessem declarar ter pao asinandose as ditas pesoas ao pe das ditas declarasois pera mais clareza da verdade e que outro sim ajuntase aquy o tresllado do dito bando e pasado o termo delle tendo atudo satisfeito pasase por estromento com o (mior) de seus ditos por vias em forma para sua magestade mandar ver nos tribunais dem de lhe pareser e prover no cazo como for mais seo serviço e o tresllado do dito bando e declarasois dos moradores na forma delle a quis ajuntes que (são ou vão) os que ao diante se seguem e eu Francisco de Pina escrivão da..... daria por sua magestade que o escrevi.



Tresllado do bando

Paullo Barbosa capitão mor e ouvidor e administrador do pao brazil por sua magestade que deos goarde e super tendente nesta Villa de nossa senhora da pena capitania de porto seguro .

Mando a todos os moradores desta dita capitania de quoaquer estado calidade e condição que seião que tiverem pau cortado e feito nos matos o venhão manifestar a elle dito administrador e super tendente dentro e (mas 10 dias) primeiros seguintes que comesarão da publicação endiante e outro sim faço saber aos que tiverem pau feito e posto nas barras desta dita capitania (emcarrega) (d****) em como a nao da sua magestade que deos goarde que ora esta nesta capitania com eu tomar cargua esta semana pera que já posa ter co' este dito administrador o com o feytor de sua magestade pera se lhe dar satisfação do vallor do pau que venderem estando sertos que partindo a dita nao se tiraria o dito pau dos ditos portos a portos seguros onde o inimiguo nao posa levar porcoanto os ditos rios são despovoados de gente (Yao) des e mais legoas de vizinhança a onde podem emtrar embarcaois facilmente sem serem sentidos o que co'prirão hu's e outros com pena de sua magestade se aver por mal servido e de perderem o dito pao no estado em que estiver pera a fazenda Real e de quinhentos ;cruzados aplicados a metade pera o denunciador e obras desta Villa e a outra pera acu'dição do pao de sua magestade e quoaatro annos de degredo pera as fronteiras de alem Tejo e este se coprira como nelle se co'tem por se assim serviço de sua magestade sem em**** pecão algu'a e pera que venha anoticia de todos este se apregoara e fixara nos lugares pubhios e acostumados desta Villa dado nella sob meo sinal e sello de minhas armas aos sinco dias do mês de junho de seis sentos e quarenta e sinco annos Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi Paullo Barbosa -----

Certifico eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria nesta Villa de nosa senhora da pena capitania de Porto Seguro que ha verdade que o bando atrás escrito se apregoou na praça desta dita Villa e se fixou nos lugares acostumados della e para sim PA ter na verdade pasei esta certidão por min asinada e assim o juro pello juramento de meo officio oje oito de juho de seis sentos e quarenta e sinco anos Francisco de Pina -----

Livro dos asentos e declarasois que os moradores desta capitania fizerão do pao que cada hu' confesão ter na matas cortado na forma do moadado do



administrador e supertendente do pao brazil por sua magestade que deos goarde aos sinco dias do mês de junho de mil e seis sentos e coarenta e sinco annos.

Declara Gaspar d Oliveira Vidigueira pello juramento que elle tem nas cochoeiras do Rio Grande mil quintais de pao pouco mais ou menos arolado e assim mais declarou que em sima de todas as cachoeiras tinha trezentas e tantas arvores pouco mais ou menos derubadas e que não sabe o que farão as coais tem de partido co' os reverendos padres da companhia e outro sim no Rio desta Villa tem o terço de horas setenta arvores pouco mais ou menos as coais se derrubarão por ordem do capitão João Roiz Molenar e que pertence os dois terços a Pedro Roiz Molenar seo irmão e cunhado delle dito GasparOliveira Vidigueira e de assim o declarar asinou aqui esse termo e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi Gaspar dOliveira Vidigueira

Declarou Manoel Lopes que elle tem hu' partido de pao co' o capitão Pedro Serqueira no Rio Grande em sima (nas cachoeiras) no local poderá aver sento e sincoenta quintais de pao pouco mais ou menos arollado e decllarou ter mais seo na mesma paragem sem quintais ia tão bem arollado e deo em o decllarar (averim) aqui e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi Manoel Lopes

Declarou Simão Barbosa que elle tem huas arvores derubadas e pao já feito e espalhado pello mato no Rio Grande a riba do cauveiro de que tinha pra faria co' Antonio Soares que no dito cachoeiro tem e declarou ter mais sem quintais de pao pouco mais ou menos seus vizinhos no mesmo Rio Grande e da assim a declarar asinou aqui e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi Simão Barbosa

Declarou Domingos da Costa ter (praseria) com Simão Barbosa (*****) dias de derrubada no Rio Grande em sima das cachoeiras e assim mais declarou que a fora esta praceria tinha mais noventa e seis arvores pouco mais ou menos nas mesmas cachoeiras do Rio Grande mas na mesma paragem hua' ruma que (tena ou terá) sincoenta quintais pouco mais ou menos e de assim o declarar asinou aqui este termo e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que escrevi Domingos da Costa Delgado

Declarou Matheus Alvares ter no Rio do Frade sem quintais de pao pouco mais ou menos em (*****) paragem do rio, e declarou que tinha no Rio desta Villa asima das cachoeiriras sincoenta ou setenta arvores derubadas



pouco mais ou menos que não sabe o que darão ele assim o declarar asinou aqui este termo e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi Matheus Alvres

Declarou o capitão Manoel de Miranda Barbosa que elle tem em sima das cachoeiras do Rio Grande derubado quinhentas arvores pouco mais ou menos mas que não sabe quoauntos quintais serão e de assim o declarar asinou aqui eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que escrevi Manoel de Miranda Barbosa

Declarou Antonio Malheiro Pereira ter no Rio Grande na barra do***** sento e trinta quintais de pao brazil pouco mais ou menos em hu'a ruma e de assim o declarar asinou aqui eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que escrevi Antonio Malheiro Pereira

Declarou Gaspar Borges de Novais ter no Rio desta Villa quinhentas arvores de pao derubados pouco mais ou menos em sima das cachoeiras das coais dou o terço a Domingos (roiz) e venho de sento mais pello mesmo rio trezentos ate quoaetrosentos quintais de pao pouco mais ou menos do coal der mesmo terço ao dito Domingos (roiz) e de assim o declarar e asinar aqui eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que escrevi Gaspar Borges de Novais

Declarou Paulo da Fonseca Amarin ter no Rio Grande abaixo das cachoeiras quoaenta quintais de pao pouco mais ou menos e de assim declarar asinou aqui e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que escrevi Paulo da Fonseca Amarin

Declararão Domingos Froiz e Sebastião Froiz que elles têm no rio desta Villa sarta copra de pao dirubado co' Diogo paiz morador no Rio das Caravellas e de assim o declararem asinarão aqui e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi Domingos Froiz e Sebastião Froiz

Declarou Paullo de Siqueira que por morte de seo pai ficara uma ruma de pao ao pe do cachoeiro a ruma do que lhe diserão que teria oitenta ate sem quintais de pao pouco mais ou menos e que assim mais lhe diserão que no (*****) há tão bem hu' pouco mas que lhe não diserão e qello elle nunqua ver não sabe o que será e per assim declarar o asima dito asimou aqui eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi Paullo de Siqueira

Declarou Francisco de Magalhães que elle tem no Rio desta Villa derubado sincoenta arvores de pao pouco mais ou menos de partido co' Pedro João e



na barra do Jucurucu de partido com Antonio Ruiz de Faria quinze quintais de pao pouco mais ou menos e de assim o declarar asinou aqui e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria do rei que escrevi Francisco de Magalhães

Declarou Pero Daranio de Pina que elle tem no Rio desta Villa corenta arvores de pao em sima dos cachoeiros e de assim o declarar asinou aqui e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi Pero Daranio de Pina

Declarou Francisco Gramaxo que elle tinha coatrosetos quintais de pao pouco mais ou menos abaixo dos cachoeiros no Rio Grande e de assim o declarar asinou aqui e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi Francisco Gramaxo

Declarou Rui Coelho de Pina que elle tinha no Rio desta Villa asima dos cachoeiros de partido co' Pascoal G Facao e o capitão Pedro (Texeira ?) trezentas arvores de pao brazil pouco mais ou menos derubadas e de assim o declarar asinou aqui e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi Rui Coelho de Pina

Declarou Baltazar Luis (C*****ao) que elle tinha no Rio Grande asima dos cachoeiros noventa ate sem quintais de pao brazil pouco mais ou menos e de assim o declarar asinou aqui este termo e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi Baltazar Luis Collao

Declarou Valerio Ruiz filho de Belchior Gomes que seu pai estava doente que por isso não vem ca declarar o pao que tinha no Rio Grande mas que elle o declerara em seo nome que tinha o dito seu pai no Rio Grande abaixo dos cachoeiros duzentos quintais de pao arolados pouco mais ou menos e de assim o declarar em nome do dito seu pai asinou aqui e eu Francisco de Pina Escrivão da ouvidoria que o escrevi Valerio Ruiz

Declarou Diogo Correa de Brito que elle tinha no Rio Grande ao pee dos cachoeiros sento e sincoenta quintais de pao arolado pouco mais ou menos e de assim o declarar asinou aqui e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi Diogo Correa de Brito

Declarou o capitão Pedro Serqueira da Veiga que elle tinha na barra do Rio Grande co' seos cunhadros mais rico hu' pouco de pao brazil em ramos e que não sabe os quintais que serão per*****bida de o coal essedente se peza e de assim o declarar asinou aqui e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi o provedor da fazenda Pedro Serqueira da Veiga



Declarou o reverendo padre superior Mathias (GZ^a) desta casa do salvador da capitania de Porto Seguro da Companhia de Jesus ter neste Rio da Villa obra de sento e trinta quintais de pao brazil pouco mais ou menos os coais são para hu frontal da igreja por estar sem frontais e pera o mesmo tem mais hu'as arvores derubadas neste mesmo Rio das coais se tirou neste a sima no meado que numero dera Gaspar de Borges em (cura) companhia se cortar pera esta igreja no tempo do reverendo padre Francisco Pais superior desta caza cunhado do dito Gaspar de Borges outro sim declarou o dito reverendo padre suprir Mathias (GZ^a) que depois que esta aqui nesta capitania que vai por ano e meio em companhia de Gaspar dOliveira Vidigueira declara ter hu'as arvores derubadas pera hu'a custodia do santissimo sacramento pera caza a não ter o numero as arvores dera o dito Gaspar dOliveira Vidigueira que pera este pao se fazer ouverão primeiro lisença de seus superiores maiores e elles lhas derão visto ter pera *o culto dinheiro e de assim o declarar asinou aqui e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi o padre superior Mathias GZ

Declara Amador Frz' Penelle ter no Rio desta Villa sesenta arvores pouco mais ou menos derubadas de pao brazil e de assim o declarar asinou aqui a sua declaração e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi Penella (Perolla)

Declarou Salvador Gz Mealhada ter no Rio Grande duzentos e sincoenta quintais de pao brazil ou os que na verdade se achar e por assim o declarar asinou aqui a sua declaração e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi Salvador Gz Mealhada

Declarou Gaspar Pires Delgado que elle tinha no Rio desta Villa em e seu cunhado Agostinho Coelho seisentas arvores de pao brazil pouco mais ou menos derubado e de assim o declarar asinou aqui e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi e assim mais declarou que tinha no mesmo Rio hu'a ruma de pao feito que podia ter sento e sincoenta quintais de pao, e assim mais no Rio de Mocori trinta e sinco arvores derubadas e de assim declarar histo asinou aqui e eu sobredito o escrevi Gaspar Pires Delgado

Declarou Pedro Alvres que elle tinha derubado no Rio desta Villa em sima dos cachoeiros sincoenta e sete arvores de pao brazil e de assim o declarar asinou aqui a sua declaração e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi Pedro Alvres



Declarou João Pais que elle tinha no Rio desta Villa hua ruma de pao feito i já arumado e que não sabe os quintais que terá e no Rio Grande duas rumas abaixo dos cachoeiros e que tão bem não sabe o que terão que o pezo dera e de assim declarar o dito pao asinou aqui esta declaração e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi João Pais

Declarou o capitão Pedro Serqueira como procurador de Baltazar Peixoto da Silva que nno Rio Grande no aracoara tem dirubado o dito Baltazar Peixoto co' lisenciados contratadores hu' pouco de pao brazil mas que não sabe a quantidade do pao digo das arvores pera o declarar e de assim o declarar asinou aqui esta declaração e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi Pedro Serqueira

Declarou o capitão Pedro Serqueira que Baltazar Peixoto da Silva tem no Rio desta Villa derubado hu'as arvores de partido co' Domingos Froiz e Sebastião Froiz e com Diogo Piriz mas que não sabe a quantidade que he e de assim o declarar asinou aqui e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi Pedro Serqueira

Aos treze dias dos mês de Junho da era de mil e seisentos e quarenta e sinco annos nesta dita Villa nos pouzados do capitão mor e ouvidor e administrador e super tendente do pao brazil por sua magestade que deos goarde manden vir perante este o principal de São João e lhe fes pergunta se tinha algum pao brazil seo derubado e pello dito principal foi dito que não tinha nenhu' pao seo nem dos índios. A coal declaração fes diante do sargento mor Niculau Botelho da Silva e do capitão da ordenança Gaspar Borges de Novais e perante mim escrivão de que fis esse termo e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi

Declarou o capitão Pedro Serqueira que elle tinha deubado na aldeia do Espírito Santo duzentas arvores de pao da foresta pouco mais ou menos e de assim o declarar asinou aqui e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi Pedro Serqueira

Declarou Paullo da Fonsequa Amorin que elle tinha derrubado no Rio de São João co' ordem do reverendo padre superior que ao tal tempo era João Luis de partido trezentas e setenta e tantas arvores de pao da folhesta pouco mais ou menos e de assim declarar asinou aqui esta declaração e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi Paullo da Fonsequa Amorin

Declarou o capitão Pedro Serqueira que elle como procurador de Baltazar



Peixoto da Silva declarou ter o dito Baltazar Peixoto da Silva derubado na mata de São João do pao da folhesta sarta copia de pao seo e outro que tem de partido co' Andre Gavião e outras pessoas mas que não sabe a conta que he para o poder declarar ele assim o declarar asinou aqui e eu Franciso de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi Pedro Serqueira

Declarou Manoel Gonçalves da Silveira que elle tinha na aldeia do Espirito Santo hu' pouco de pao da folheta afeito que seria obra sesenta quintais pouco mais ou menos e hu'as arvores derubadas do próprio e de assim declarar asinou aqui e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria o escrevi Manoel da Silveira

Declarou Domingos Nunes Peixoto que elle tinha derubado no Rio desta Villa co' seo sogro Diogo Luiz duzentas arvores de pao brazil mirim e de assim o declarar asinou aqui esta declaração e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi Domingos Nunes Peixoto

Declarou o reverendo padre superior Mathias Gonçalves desta caza do salvador que elle mandara os índios da Aldeia de São João no Rio desta Villa a derubar pao brazil pera seus ornamentos e que derubarão sem arvores de pao pouco mais ou menos o qual esta ainda em sima dos cachoeiros e que fis este termo e eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria que o escrevi o quoa treslado de auto e bando e declarasois eu Francisco de Pina escrivão da ouvidoria nesta Villa de Nosa Senhora da Pena capitania de Porto Seguro tresladei do propio que fica em meo poder ao coal me reporto e este treslado .

PETIÇÃO do provincial da Companhia de Jesus, queixando-se do capitão Paulo Barbosa, seu inimigo, que o injuriou e lhe tirou os índios, e chamou aos padres da mesma Companhia sismáticos e velhacos; pede que se proceda contra ele. Vila de Nossa Senhora da Pena, 23 de Agosto de 1645. AHU_ACL_CU_005, Cx. 10, Doc. 1136.

Diz o padre provincial da Companhia de Jesus da Província do Brasil, q' Paulo Barbosa capitão mor da Villa de Porto Seguro da mesma província se tem mostrado inimigo dos religiosos da comp^a dizendo contra elles muitas afrontas em lugares publicos e secretos chamandolhe sismaticos, dizendo q os sojeitos q a religião mandava áql' Villa e a outras villas



pequenas erao valhacos amancebados com outros defeitos, e q' estavão mtº mal quistos no Brasil, e com V.Magde e qmtº mais cedo os avia V.Mgde. mandar excluir deste reino, e da dita Provcª e q' alteravão os índios das aldeãs, e q' elle lhas avia de tirar, persuadindo aos (maiores) da dita Villa q' os deitasem fora e q' elle era melhor lingua pª os índios q' os padres da companhia e q' os padres aconselhavao os home's q' não vendesem o pao q' V.Mgde. mandava fazer, e q' ensinavão cousas sismaticas e q' em nenhu'a cousa acodião, antes impediao o serviço de V. Mgde impondohe outras muitas affrontas e calumnias; sendo q' o padre Mathiaz Gvz superior da caza e collegio da dita Villa tanto q' teve noticia q' o dito Paulo Barbosa chegou perto da Barra em hu'a noite chuvoza e de tempestade he mandou hu'a canoa com home's brancos q' sabião o Porto, e com muitos índios q' meterão o navio a salvamento q' sem isso corria muito risco pellos baixos q' há naquelle Porto, e dispois lhe mandou todos os índios das aldeãs q' lhe desembarcarão o fato de seus apaniguados, e as fazendas de V.Mgde, ellas levarão três legoas as costas á esta Villa, e o dito padre Mathias Gvz lhe deu cordas e todo o mais necessário para as guindajes, e foi as aldeãs, e fes tirar mtª estopa de embira pª concerto do navio, he lhe mandou fazer pellos índios à sua custa, hu'a caza pª se agazalhar o sal de V. Mgde, e mandou cerquar de tajpa de mao, hu'a caza pª o dito Paulo Barbosa e sua mulher, e lhe deu três índios q' lhe pescasem e cato índios serradores, e lhe fes outras boas obras, em satisfação das quaes lhe chamou o dito Paulo Barbosa os nomes affrontosos, e lhe fes as injurias, (***) refferidos em razão das quaes tratarão o dito padre e os mais religiosos de despejar a terra, e os maiores lho não impediraõ pedindo ao superior por hu'a carta não permitise q' os padres os desamparase confesando por cousa notória q' os religiosos da compª procedião em todo aquelle estado com mtº exemplo e vertude reprimindo o levantamento dos índios com sua doutrina e exemplo em tanto q' avendo antes muitos levantamentos dos índios I taipu'as, nunqua mais se levantarão despois q' os religiosos asistem na dita Villa, e forão de tão mao exemplo e tam extranhadas as calumnias q' o dito Paulo Barbosa impôs aos religiosos da compª, q' esteve aquelle povo levantado em termos de ser perder. E sobre tudo o dito Paulo Barbosa não procede no serviço de V. Mgde como convem antepondo sua utilidade própria com pernicioso exemplo como tudo largamente se prova das testemunhas, certidões, e documentos q' se offerecem



P. a V. Mgde lhe façam mandar proceder contra o dito Paulo Barbosa

REPRESENTAÇÃO que os oficiais da Câmara de Porto Seguro fazem contra o capitão Paulo Barbosa, feitor do pau brasil, que os trata mal, e persegue os padres da companhia e se irmanou com o seu vigário, clérigo degredado pelo Santo Ofício e por uma morte, etc. Vila de Nossa Senhora da Pena, capitania de Porto Seguro, 23 de Agosto de 1645. AHU_ACL_CU_005 Cx. 10. Doc.1134.

Resebemos por mao do capp^am Paullo Barbosa administrador de pao brasil e com ellas (*****) contentamento pella brevidade co' q' V.Mgde (re)tratava seus vaçallos, q' sertos ção hira trás mor alegria depois de sua felis aclamação e***** cartas (*****) V.Mgde he servido q' o pao brasil se embarque por conta da sua real fazenda e que pera esse efeito trazio o dito cappitam dinheiro para a compra delle estimamos mt^o o que V.Mgde nos manda por carta e provizão do governador geral deste estado Antonio Telles da Silva tínhamos entendido esta vontade de V.Mgde em que nos mandava o fizemos co' toda brevidade e niso se trabalhou o pocivel sem embargo poha mui costozo (por subtrair) pouco em cantidade de legoas pella terra dentro desendo mt^s cachoeiros pellos Rios co' mt^s perigos de (ataq'es ou almores?) da que estamos sercados e nos tem mortos gente por vezes e como a pobreza desses seus vaçalos he tanta pellas guerras pacadas que os atapuyas nos fizerao pondo tudo a fogo e a sangue que de coatro villas q' tinha esta cappitania ficou em hu'a so esta co' menos de sem vizinhos o dito capitão Paullo Barbosa todo o vinho q' trouxe co' as fazendas he tudo de pouco por se pera aqui (2 ou e) não troxe desi reino nehu' e as ditas fazendas entendemos serão mais em perda da fazenda de V.Mgde do que em prol por não serem de efeito e com os preços co' q' vende tão grandes que sendo V. Mgde servido mandar enformar achara que há mais queremos roubar o dito cappitam que fazer oq' V.Mgde lhe manda // E não satisfeito co' isto brada a todos co' pouco respeito e palavras desonestas e manifestamente diz nos há de fazer por força o q' for seo gosto e bem ou aimostrando q' por lhe não queremos asinar hu'a sertidao como elle queria a hu's nos prendeo e a ambos suspendeo o mor sentimento que nos fica he o mal q' vai uzando co' os padres da Comp^a tratandoos muito mal e querer hos lançar fora desta



capitania q' ia elles vendo se tão oprimidos queriao largar esta caza que há muitos annos tem esta capitania se este povo não atendida a isto com muitas lagrimas tendo q' M Esta capita não temos ao prezente em seo bem senão a e**** podemos dizer a V.Mgde q' por boa couza asois tem aqui estes nostos moradores e co' a destruisao q' fazem aos índios e a (****) esta terra em pax // V. Mgde nas suas feitorias q' tem ensina sendo servido mandar hu'a (*****) q' carregue de negros (*****) pagar com pao) pella mtª falta q' delles temos (*****) (*****) V.Mgde muito servido e fazer maior quantidade de pao que os índios desta capitania são pouco mais de carenta q' das fazendas (não) as poderão gastar mais que pera nos vestir e co' justos mandar pessoa q' nos trate co' a dignidade que V. Mgde trata seus vaçallos //

E juntamente fazemos a saber a V. Mgde em como atrás annos veio do reino hu' clérigo Belchior Alves da Silva degredado por ser sentenciado réu da Braga por hu'a morte e (*****) (*****) desta cidade por induzir testemunhas falias (*****) mandem prellado visto a dar annos per encomendando desta igresia por V. Mgde não haver provido o qual nos serve mais de lobo q' de pastor tratando os moradores muito mal sendo q' tem essa capitania gente mais nobre esta a primeira terra q' se descobrio em todo este estado e por não podermos dizer a V. Mgde q' (percas) (mollheres) se co' feção co' elle e que a vizitas que aqui faz manifestaou ódio pellas ajumtandose co' o cappitam Paullo Barbosa ambos perseguindo estes pobres moradores // V. Mgde escreveo hu'a carta (ambas ou em annos?) de junho do anno passado a hu' vigário q' aqui tínhamos e**** era escrito a meo vigairo geral de porto seguro , e como deos ouvia levado qª si este padre tomaria carta e dis lhe o capitão (*****) a ver de V. Mgde esta igresia e como esta Villa he pobre e esta igresia não tem mais ordenado que sincoenta mil reis cada anno ningem a pede a V. Mgde ensinao ver temos q' he este q* entra nella os que não esperam os q' he das (*****) esta Villa estando ella mais afligida co' os (estragos) **q' padre tivemos (panno ou por no) teria enque novo prellado mandem emm dar a vizita e pera isto avia provido de vizitador e mais (desembargador) da vara e juis dos regidos e cazamentos destas capitancias a do espirito santo e esta a hu' prellado (*****) (*****) formasi nobre por si e seus pais e de maior vertude e exemplo e porta encontre isto nesta capitania sabendo nos avia vizitado o dito p* na capitania do espirito santo co' mtª satisfação o mandanos abrigar



e he chegando a esta capitania foi mais bem recebido e assiste vizitador de quantos em nosos tempos nesta capitania entrarão portanto he dever ao dito p* o coal co' sua vinda assistam esta Villa e a por em pax que he o que mai desejamos a este **** V.Mgde escrever ao padre Gonçalo de Barros (meu) vigairo geral e vizitador das minhas igresias das capitancias do espirito Santo e Porto Seguro na costa do Brasil //

CARTA do capitão Paulo Barbosa, feitor do pau brasil da capitania de Porto Seguro, para S. Magde., dando conta da sua viagem desde Setúbal, a 29 de Dezembro de 1644, Ilha da Madeira até a Bahia, onde chegou na véspera de Entrudo, e informando do negócio, de coisas da terra, das qualidades de madeiras, etc. (Cópia). S.d.n.l. AHU_ACL_CU_005 Cx. 10. Doc. 1160.

Copia dos capitam Paulo Barbosa

Parti da Barra de Setúbal quinta feira 29 de dezembro de 644 cheguei a ilha da madeira sabado sete de janeiro a meia noite e logo me pus a aparelhar a nao p^a receber carga he, a carreguei e fis aguada e sai da dita ilha a 19 de janeiro (...) para de sam sebastião, cheguei a Bahia (.....) (.....) descarreguei o que vinha p^a o Capitão Ant^o de Couros Carneiro dei penderes a nao (....) tomou ima agoa e comsertou hua ancora no que gastei ate sesta feira destamos dia em que pella menhán me fis a vela, ceno domingo amanhesi mais de quatro legoas asotavento desta villa de porto seguro (per) faltado (pratico) que (.....) na bahia que nao sabia nada q' (.....) e vento que me deu foi forsa virar na volta po mar p^a me desviar dos abrolhos e na tersa feira tornei na volta de terra e surgi na costa por região (Rezão) do sul que ia reinava e as agoas que corrião (..) na quarta feira de trevas me veio hu pilloto de terra que meteo a nao em hu porto que chamão a coroa vermelha tres legoas desta villa o melhor porto que ha em toda esta costa que podem emtrar muitos galeões e as maiores embarquações que ouver provido (e muita) lenha e peixe, logo busquei barcos que trouxesem a fazenda a esta villa que se gastou tempo dei crena a nao e (procrei) o pao com que a vou caregando com toda a pressa fica com mil e quinhentos quintais de pao dentro em tendo levara tres mil quintais pouquo maes ou menos e que podera partir daqui no fim de agosto



emtrada de setembro nella ira a conta dos gastos e por via da bahia mandarei outra via dos conhesimentos e gastos, a maior parte da carga vai comprada com dnh^o meo e por credito que tomei sobremin a Vmgde me mandar o dnh^o p^a pagar por quanto as fazendas que trouxe serao vendendo mais devagar em rezão de ser a terra muito pequena e pobre e dura hu vestido desta minha des annos a hu home, as fazendas vou vendendo o pano (fiuzera) a sete tostões a(.....) darma a cruzado e a patagua o pano de linho a duzentos e a duzentos vai tanto a vara e o ferro a simquo mil y o quintal vai a seis (...) (...) (...) (...) a cruzado (...) (...) ate agora se não tem vendido nada nem sal, comtudo,segastarão aqui todas as fazendas que troxe inda que seja devagar (.....) nao tem aqui nehua saida fomos a mandar a bahia que se vendao lá ainda que com perda por rezão das (...guas) que ah nesta terra e nao (.....) que com sorte as pipas.

Nesta terra não ha mais de cem moradores pouco mais ou menos e gente m^o pobre e o pao se vai fazer pelos Rios asima ao sertão e (.....) (.....) depois de feito (.) tempo em rezão dos cauveiros q' se ha nos Rios, se V.Mgde determina que este pao se navege (entrege) por conta da fazenda de vosa magde he (forssa) que venha dinheiro e que as fazendas se vendão na Bahia e se me remeta o dinheiro p^a eu o comprar ao menos duas partes (.....) em fazendas tão bem (...) lhe parecer mandarme credito p^a que eu possa pasar (pagar) letras a qaliddade deles boa para lei se pagarem as pessoas que me derem pao alguas as aseitarão he em tendo ficara v.magde melhor servido e se aqui vierem navios a carregar (.....) a terra podem vir Cacheu ou Cabo Verde e trazer (...) panos com que se compre o pao por que estes moradores estão faltos delles e pagalos hão bem isto he o que emtendo convem ao serviço de v.magde para este negoceo ter effeito e farsea o pao que for (...)

E se ouver de fazd^a a camtidade de pao he nesenario que v.magde mande aos padres da Companhia senão (metão) (nem) emtendão como os índios das aldeias desta capitania por que sem isto senão pode fazer nada que elles os não (da-) a tempo e os que dão são os piores e os de trabalho (- - - -) de ordinário em seo servisao, serto que dezeieipoder mostrar avmde maes clareza deste capitolo, mas tem com suas eis comunhoes tão atemorizado o povo que nenhu escrivão ouza a falar



nelles e se v.mgde madara p^a estas duas aldeas hu' clérigo de Sam Pedro que admenistrara os sacramentos aos índios eu fizera com elles lhederão bastante ordenado; tão bem he nesenario orde de vmgde p^a que os barcos dos padres que em trarem nesta capitania me dem em trada e saída por queo não fazem eseeunao souber quando emtrao e saem poderão carregar de pao a cantidade que quizerem porque tem(- - -) pellos rios como constara doauto que vai com esta,

Nesta vila há hua igreja com hua caza em que assiste hupadre demi(- - -) da companhia e hu' irmão equando m dous (este) sempre descothem mais soldado emercador que religioso, agora assiste hú mathias gz natural da ilha da madeira com titulo de superior que tem procurado por todas as vias que pode estorvar a carga desta nao, metendo em cabessa a esta pobre gemte que avião de acabar com o governador da Bahia me mandasse hir daqui e que o comtrato do pao que tinha avizo que v.mgde lho tinha ia com... do a elles e que lhe avião de pagar melhor que eu, com que fizerão com augus que o tinhao na barra grande cantidade de pao lo não desem e mandei deser outro que me custou emfenito e com o favor de deos partira a nao, que p^a o serviso de v.mgde sei eu romper por mai hores defeculdades; tão bem me pareseo devia fazer avizo a v.mgde como esta cappitania era do duque de Aveiro e dizem que a derão a seu filho dom afonso para lhe darem o titulo de que tinha de marques de porto segr^o o qual he merador em castella (cujos) be~is pretemcem a coroa de v.mgde (.....) cobres de emgenho que ficarão do dito marques p^a que me venha avizo do que nisto devo fazer que ficão os cobres de v.mgde, os aproveitarei para se venderem ou para o que v.mgde ordenar,

Esta cappitania tem mt^o boas terras para todo o gênero de lavoura, ouve nella dizem os antigos dezoito emgenhos que fazião mt^o asucar, com a guerra que aqui deo o gemtio se despovoou, semdad v.mgde he nesenario se povoe e se repartão as terras para os que vierem denovo terem em que plantar isto senhor he em suma o que achei nesta terra v.mgde , mandara o que vir maes convem a seu real serviso.

